

Tempo de Brasília

- 1 - A HONRA DA POLÍTICA – Decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994), de *Carla Teixeira*
- 2 - CHUVA DE PAPÉIS – Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil, de *Irllys Barreira*
- 3 - CRIMES POR ENCOMENDA – Violência e pistolagem no cenário brasileiro, de *César Barreira*
- 4 - EM NOME DAS “BASES” – Política, favor e dependência pessoal, de *Marcos Otávio Bezerra*
- 5 - FAZENDO A LUTA – Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas, de *John Cunha Comerford*
- 6 - CARISMA, SOCIEDADE E POLÍTICA – Novas linguagens do religioso e do político, de *Julia Miranda*
- 7 - ALGUMA ANTROPOLOGIA, de *Marcio Goldman*
- 8 - ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO, de *Karina Kuschnir*
- 9 - A MARCHA NACIONAL DOS SEM-TERRA – Um estudo sobre a fabricação do social, de *Christine de Alencar Chaves*
- 10 - MULHERES QUE MATAM – Universo imaginário do crime no feminino, de *Rosemary de Oliveira Almeida*
- 11 - EM NOME DE QUEM? – Recursos sociais no recrutamento de elites políticas, de *Odaci Luiz Coradini*
- 12 - O DITO E O FEITO – Ensaio de antropologia dos rituais, de *Mariza Peirano*
- 13 - NO BICO DA CEGONHA – Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil, de *Domingos Abreu*
- 14 - DIREITO LEGAL E INSULTO MORAL – Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA, de *Luís R. Cardoso de Oliveira*
- 15 - OS FILHOS DO ESTADO – Auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará, de *Leonardo Damasceno de Sá*
- 16 - OLIVEIRA VIANNA – De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói. O autor, os livros, a obra, de *Luiz de Castro Faria*
- 17 - INTRIGAS E QUESTÕES – Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco, de *Ana Claudia Marques*
- 18 - GESTAR E GERIR – Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil, de *Antonio Carlos de Souza Lima*
- 19 - FESTAS DA POLÍTICA – Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritiz/MG), de *Christine de Alencar Chaves*
- 20 - ECOS DA VIOLÊNCIA – Narrativas e relação de poder no Nordeste canavieiro, de *Geovani Jacó de Freitas*
- 21 - TEMPO DE BRASÍLIA – Etnografando lugares-eventos da política, de *Antonádia Borges*
- 22 - COMO UMA FAMÍLIA – Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural, de *John Cunha Comerford*
- 23 - O CLUBE DAS NAÇÕES – A missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar, de *Paulo de Góes Filho*
- 24 - POLÍTICA NO BRASIL – Visões de antropólogos, de *Moacir Palmeira e César Barreira*
- 25 - AS (DIFUSAS) FRONTEIRAS ENTRE A POLÍTICA E O MERCADO – Um estudo antropológico sobre marketing político, seus agentes, práticas e representações, de *Gabriela Scotto*
- 26 - ESPAÇOS E TEMPOS DA POLÍTICA, de *Carla Costa Teixeira e Christine de Alencar Chaves*
- 27 - A POBREZA NO PARAÍSO TROPICAL – Interpretações e discursos sobre o Brasil, de *Marcia Anita Sprandel*

Tempo de Brasília

Etnografando lugares-eventos
da política

© Copyright 2003, Antonádia Borges
Direitos cedidos para esta edição à
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
Travessa Juraci, 37 – Penha Circular
21020-220 – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2564 6869 Fax: (21) 2590 0135
E-mail: relume@relumedumara.com.br

AGRADECIMENTOS

Preparação dos originais
Tema Pechman

Editoração
Dilmo Milheiros

Capa
Simone Villas-Boas

Fotos
Antonádia Borges

Apoio



CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B73t Borges, Antonádia Monteiro
Tempo de Brasília : etnografando lugares-eventos da política / Antonádia Borges. – Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003
. – (Coleção Antropologia da política ; 21)

Inclui bibliografia
ISBN 85-7316-338-0

1. Recanto das Emas (Brasília, DF) – Aspectos antropológicos. 2. Assentamentos humanos – Planejamento. 3. Planejamento regional. 4. Etnografia urbana. 5. Política e governo. 6. Eventos e rituais. 7. Charles Peirce. 8. Linguagem. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Núcleo de Antropologia da Política. II. Título. III. Série.

03-1864 CDD 307.3098174
CDU 316.334.56(817.4)

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui violação da Lei nº 5.988.

200404

Sem saber da articulação de esforços entre si, muitos colaboraram para que *Tempo de Brasília* seja de “minha” autoria. Por isso, mesmo com receio de não dar conta de todos os gestos alheios aqui presentes, torno manifesto meu agradecimento a essas pessoas e instituições.

Antes de tudo e de todos quero expressar minha gratidão para com os moradores do Recanto das Emas que me receberam em suas casas e em suas vidas, permitindo assim a construção da presente etnografia. A Benedito e os seus, dedico este trabalho.

A primeira versão deste livro foi elaborada durante meu doutorado quando, como bolsista do CNPq, tive no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília uma referência acadêmica e apoio constantes. Agradeço a todo o corpo docente da Casa, especialmente aos professores Alcida Rita Ramos, Roberto Cardoso de Oliveira, Roque de Barros Laraia e Julio Cezar Melatti, por seus ensinamentos clássicos. Ao último devo ainda ricas contribuições ao esboço desta pesquisa.

Voltando ao passado, em Porto Alegre, quando ainda estava na graduação em Ciências Sociais, escrevi um trabalho comentando a tese de doutorado da professora Mariza Peirano. Naquela ingênua época, incomodava-me sua defesa do “acaso” como possível chave para a compreensão sociológica. Sim, o mundo dá suas voltas. “Por acaso” fui estudar em Brasília. Felizmente pude tê-la como orientadora. Mariza desenhou nossas conversas e chamou minha atenção para os sonhos. A ela agradeço ter me ensinado a experimentar e a gostar de Antropologia.

Recentemente, no fecundo ambiente de trabalho do PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, pude aparar as arestas da tese acadêmica, apreciada pelos professores Moacir Palmeira, Gilberto Velho, Mariza Peirano, Luís Roberto Cardoso de Oliveira e Carla Costa Teixeira, membros da banca examinadora. Espero, nesta ocasião, contemplar, ao menos parcialmente, as estimulantes observações que me foram feitas desde então.

Quero destacar ainda que, durante os últimos anos, tive a feliz oportunidade de tomar parte como pesquisadora no Núcleo de Antropologia da Política. Nos vários debates realizados pelo NuAP contei com a presença intelectual de antropólogos cujo comprometimento com suas etnografias deixou visíveis marcas em meu próprio trabalho. Agradeço a todos, em especial a Beatriz Heredia, César Barreira, Christine Chaves, Federico Neiburg, Irllys Barreira, John Comerford, José Sérgio Leite Lopes, Marcio Goldman, Mariza Peirano e Moacir Palmeira por suas contribuições aos textos que apresentei em nossos encontros. Para transitar entre Brasília e o Rio de Janeiro, sem maiores percalços, contei com o trabalho precioso de Rosa Cordeiro, Emilia Wien, Diva Azevedo de Faria e Vanessa Siani. Por fim, mas sem concluir, agradeço a habilidade e gentileza de Alex e Uala Chacon e os belos olhos sensíveis de Tema Pechman – uma surpreendente interlocutora.

Como boa parte dos amigos que acompanharam o processo da pesquisa e escrita deste livro já se espalhou pelo mundo, aproveito para uni-los em minha lembrança. Sou grata às flores que desabrocharam no cerrado e aos garotos e garotas cariocas (ou quase) que felizmente insistiram em iluminar meus dias de reclusão.

Não era longe, mas também não era perto, e foi pensando desta forma que senti muita saudade da minha família ao longo desses anos. Agradeço todo o apoio e amor que meu pai, minha mãe, meus irmãos, suas caras-metades e minhas sobrinhas me deram. Peço desculpas pela ausência e desejo poder encontrar com vocês mais vezes daqui para a frente.

Marcelo continuou bravo acompanhando aquele velho girassol e é por isso que eu o amo tanto, por saber que ele perdeu pétalas, mas continua vivo. Mais bonito a cada dia.

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
A Invasão	23
CAPÍTULO 2	
O Barraco	57
CAPÍTULO 3	
O Asfalto	89
CAPÍTULO 4	
O Lote	127
CAPÍTULO 5	
Tempo de Brasília	153
CONCLUSÃO	173
LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS	183
BIBLIOGRAFIA	185

INTRODUÇÃO

Certo dia, na casa onde eu estava morando no Recanto das Emas¹, chegaram dois homens, velhos compadres da família. Eles conheciam meus anfitriões, dona Rosa e seu José, do Maranhão, onde trabalharam na mesma fazenda de gado². Fazia já algum tempo que os visitantes moravam em Brasília, mais precisamente no Gama, cidade que faz fronteira com o Recanto das Emas*. Quando esses homens apareceram, encharcados de suor e cobertos pelo pó, as saudades imensas deram lugar a muitas piadas: eles tinham descido do ônibus “nas emas”, erguidas no entroncamento principal que dá acesso à cidade*, caminhado uns três quilômetros em linha reta, pela única avenida então asfaltada do lugar, até a casa dos amigos. Seu José brincou com os dois que vieram “de pés”: por que, em vez de terem tomado um ônibus, eles não caminharam do Gama em direção ao Recanto das Emas, entrecortando a cidade? Eles poderiam estar conversando há mais tempo e os dois compadres trabalhadores da construção civil como seu José nem sequer teriam gastado dinheiro com as passagens. Para lograr tal feito, que seu José supunha como natural, seria preciso que os dois homens conhecessem o espaço do Recanto das Emas, mas eles jamais tinham estado ali.

Quando os vi, identifiquei-me imediatamente com esses visitantes, que “pagavam vexa”, cometendo gafes como qualquer estranho. Vinda do Plano Piloto, muitas vezes entrei pela avenida principal, essa mesma que sai da rótula das emas e atravessa o Recanto de um lado a outro. Fiz esse caminho com meu próprio carro, de carona com amigos do Plano Piloto, tomando o ônibus que sai da rodoviária, uma van ou ônibus pirata. Somente após muita caminhada, quando de minhas visitas esporádicas à cidade ao longo dos anos de 2000, 2001 e 2002, especialmente durante o mês que morei ali, aprendi a distinguir os atalhos que antes, como os compadres do Maranhão, eu desconhecia³. Minha compreensão

* Ver página 21.

do *espaço* deu-se na medida em que a vida dos moradores da cidade passava a fazer sentido para mim. O coroamento desse percurso aconteceu nos últimos momentos da pesquisa, quando, passados três anos de nosso primeiro encontro, dona Rosa e seu José compraram um lote em outra parte da cidade, para no futuro construir um lugar seu. Com muita satisfação pude dizer-lhes que sabia sim onde se situava aquela “quadra” e que conseguia imaginar em que “conjunto” ficava o mencionado lote: *Ah, já sei, perto do supermercado Cristal.*

Essa mera observação representava uma recompensa também a meus interlocutores que incansavelmente ofereceram respostas, nem sempre fáceis de serem objetivadas, às minhas dúvidas acerca das categorias de sua linguagem. Linguagem que, como qualquer outra, é empregada sem que haja necessidade de se refletir a respeito.

Recanto das Emas

Alguns pontos em comum aproximam o Recanto das Emas do reassentamento de atingidos por barragem que anteriormente pesquisei no interior do estado do Paraná (Borges, 1999). Em ambos os casos, nos deparamos com espaços para morar e viver criados a golpes de caneta pelo Estado, a fim de acomodar populações deslocadas de outros lugares. Guardadas as devidas diferenças empíricas, faço alusão a esse estudo prévio para apontar um elo temático que perpassa meu interesse investigativo.

Para a construção do presente trabalho etnográfico, no entanto, foi fundamental uma guinada em minha perspectiva teórica. A implicação mais nítida dessa mudança refere-se à reorientação da atenção em campo, deslocada dos fenômenos sociais que já vinham etiquetados, para conceitos nativos que não encontravam equivalentes fora do contexto pesquisado. A etnografia realizada no Recanto das Emas encerra uma proposta de pesquisa e escrita voltada para o afrouxamento de certas amarras conceituais de que eu mesma fui presa fácil (Borges, 1999); rótulos como *faccionalismo*, por exemplo, que colam em todo e qualquer fenômeno “político”, destituindo-os de suas especificidades e impedindo conseqüentemente comparações entre diferenças.

Essa nova forma de olhar, como procurarei esclarecer, sustentou-se sobretudo em um distinto conjunto de obras que qualificam a ação, isto é, o presente etnográfico, como objeto por excelência para a investigação dos modos de vida e sistemas de classificação nativos. Os escritos a que me refiro nomeiam eventos esse conjunto de ações definidas em termos etnográficos como especiais ou peculiares. Peirano, ao analisar um conjunto de obras e autores clássicos que também tomo como referência (especialmente Peirce, Mauss, Malino-

wski, Leach, Tambiah, Jakobson e Austin), explicita o caráter fundamental da “dimensão vivida como meio de acesso a visões de mundo” (2002b:11). De acordo com essa perspectiva, a “análise de eventos” seria a forma “apropriada para resumir, expandir, suportar e encorajar o conhecimento que continua a se pretender universalista, mas multicentrado nas suas manifestações” (2002b:38).

Como a teoria antropológica e seus termos especializados tendem a ser arejados e expandidos pela experiência etnográfica, no presente trabalho esse conceito é duplicado pela expressão *lugares-eventos*, termo inspirado em *place-events* cunhado por Daniel (1996:56), que se revelou adequado para lidar com o tipo de fenômeno observado nas principais categorias de que lançam mão os moradores do Recanto das Emas⁴. Quando estive no Recanto, percebi que tais categorias essenciais da vida nativa, sem as quais dificilmente é possível agir ou se expressar naquela cidade, tinham a propriedade de se referirem a *lugares ou objetos que se manifestam como ações*.

Por intermédio da noção de lugar-evento tornou-se possível recuperar a realidade etnográfica e, ao mesmo tempo, tornar nítida a perspectiva teórica adotada em face desse objeto. É dessa maneira que a *invasão*, o *barraco*, o *lote*, o *asfalto* e, por fim, o “*tempo de Brasília*”, que dão títulos aos capítulos que se seguem, figuram na presente etnografia: como constructos teóricos de dupla valência, que encontram sentido, a um só passo, na teoria nativa e, como pretendo demonstrar, na teoria antropológica.

Recanto das Emas: um espaço para se viver um tempo

Mesmo conhecendo muitos dos signos dispostos naquele repertório urbano particular, algumas indagações e perplexidades me desafiaram já nos primeiros momentos de meu trabalho de campo no Recanto das Emas. Como uma população de cerca de 100 mil habitantes teria se concentrado em um único local em tão pouco tempo, tendo em vista que a cidade fora criada em 1993⁵? Não se tratava de um ambiente rural, como uma cidadezinha ou um assentamento que eu já tivesse conhecido. Tampouco o Recanto das Emas era o retrato da periferia urbana das grandes metrópoles com as quais eu já tivera contato até ali. Entre outros questionamentos, essas perguntas diziam respeito à perplexidade própria do encontro etnográfico quando nos deparamos com uma realidade que não podemos compreender porque nos faltam as categorias adequadas para fazê-lo. Não por acaso, esses mistérios que me intrigaram diziam respeito às *principais e distintas características da vida* no Recanto das Emas.

O modo de vida e a lógica das pessoas que conheci no Recanto estavam diretamente relacionados às formas singulares do *espaço* e do *tempo* que ini-

cialmente muita estranheza me causaram. Esse estranhamento providencial levou-me a perceber que aquele era *um lugar para morar* distinto, um lugar que era ao mesmo tempo uma razão de agir ou, como procurei sintetizar, um lugar-evento, cuja tapeçaria social é perpassada por uma espécie de “trança” formada pelo *espaço*, pelo *tempo* e pela *política*⁶.

Apresentar essa diferença que muito lentamente se tornou compreensível para mim em sua forma inteira, expondo o que vi e senti, não se mostrou uma tarefa tranqüila. Com consciência dessa combinação de compromisso e criação, sustentada pela literal caminhada etnográfica pelos lotes e barracos do Recanto das Emas, construí o conjunto de textos que se seguem, os quais versam preponderantemente sobre eventos que tiveram lugar nessa cidade, entre os anos de 2000 e 2002.

Lugares e eventos

A forma como este trabalho foi escrito difere dos chamados modelos clássicos de monografias etnográficas. Não há instâncias especiais para a aparição de discussões teóricas; tampouco os “dados” etnográficos são agrupados em classes distintas nos moldes a terra/o homem/a luta; ecologia ou *setting*, parentesco ou organização social, economia ou política ou religião. A estratégia teórica e textual aqui adotada para recuperar o trabalho etnográfico contempla principalmente esses constructos que chamo lugares-eventos.

A invasão, o barraco, o lote, o asfalto e o “tempo de Brasília” – principais signos do modo de vida local – devem ser compreendidos aqui como frutos de um trabalho de objetivação. Trata-se, portanto, de um recorte empírico intrinsecamente analítico, em que o conjunto etnográfico é concatenado na forma de um mosaico que alude ao trabalho de campo, que, por sua vez, se pretende próximo da vida no Recanto das Emas nos momentos em que estive lá.

Acredito que para aqueles que se dedicam a estudos sociológicos urbanos no Brasil, principalmente para quem está envolvido com trabalho de campo em bairros populares, tais categorias não são estranhas⁷. Invasão, barraco e até mesmo grilagem são termos disseminados e recorrentes e, por essa razão, um desafio de outra ordem se impõe quando construímos uma interpretação do sentido local tomado por esses termos. O duplo desafio a que me refiro consiste tanto na busca (nem sempre alcançável) do sentido nativo dessas expressões (ou seja, o que aquele termo significa naquele contexto) como na depuração constante dos significados “dados” desses mesmos conceitos no interior da disciplina (aquilo que ninguém ousa refutar porque já está mais do que provado ou constatado).

Esse processo se verifica sobremaneira no caso do Distrito Federal. Trabalhos como o de Epstein (1973) lançaram as bases para pensarmos os fenômenos sociais que têm lugar nas “cidades”(-satélites) do Distrito Federal, como o avesso ou o negativo do que se passaria no Plano Piloto. Desde essas primeiras análises, “a organização da periferia” tem sido vista “como uma resposta à organização do Plano Piloto” (Holston, 1993:318) e a oposição entre “planejado” e “espontâneo” tornou-se hegemônica e dificilmente refutável.

Como essas categorias foram de certo modo postas para trabalhar por cientistas sociais, não devemos estranhar que elas falem mais do papel prescritivo atribuído ao nosso ofício do que dos contextos etnográficos a que supostamente estariam se referindo (Bourdieu, 1995). O que no princípio pode ter nos parecido um passo adiante, por se tratar da construção de novos conceitos para a apreensão de uma certa (às vezes, nova) realidade, com o tempo passou a fazer parte dessa própria realidade e, em virtude desse processo, acredito que deva ser questionado e reformulado e não simplesmente aceito como imutável.

Recanto das Emas: um lugar para morar

A principal e intrigante característica do caso do Recanto das Emas refere-se ao envolvimento constante de seus moradores com o tema do *lugar para morar*. Essa preocupação tem como propriedade e peculiaridade ser também um assunto que envolve diretamente o Estado, o governo ou, nos termos nativos, a política. Norbert Elias disse certa vez que “a palavra *política*, meramente, desvitaliza a experiência” (1995:38). Acompanho esta sua máxima afirmando que não é possível compreender a vida política no Recanto das Emas sem compreender um pouco da vida no Recanto das Emas.

A mim pareceu, agora e naquele momento, que muito da energia social nativa se dirigia a esse *topos* específico. A preocupação com um lugar para morar – que dizia respeito ao lote, primordialmente, mas também a outras categorias, como o barraco ou o asfalto, por exemplo – colocava em contato pessoas com perspectivas bastante distintas em relação a esses objetos. Essa confluência de interesses diversos apontava para a existência no Recanto das Emas de uma certa “afinidade eletiva” (Weber, s/d:189) entre o lugar para morar e o envolvimento dos moradores com a política institucional. O confronto diário com o “problema do lote” ou com outras questões daí derivadas colocava a população diante de temas próprios do ambiente político profissional ou institucional. O contato com pessoas que trabalhavam para o governo ou para os políticos contribuía para que localmente fosse nutrido tanto um interesse quanto uma necessidade de posicionamento em relação, por exemplo, aos conflitos entre o governador

atual e seu antecessor, o administrador regional anterior e aquele que o substituiu, ou às denúncias contra o deputado distrital X ou o senador Y. No entanto, como veremos adiante, especialmente no Capítulo 3 (“O Asfalto”), menos que uma reprodução em cascata de querelas alheias, tal lugar-comum primordial, que é o *lugar para morar*, oferecia os meios para que conflitos entre diferentes instâncias pudessem ser expressos de forma viva pelos moradores da cidade.

Dado o caráter onipresente do *lugar para morar* na vida dos moradores e a replicação disso no universo político local, podemos sugerir que tal vida está imersa na política e, por essa razão, uma antropologia da vida no Recanto das Emas acaba sendo uma antropologia da política. O modo de fazer política como acontece no Recanto das Emas – a intensa vida política na cidade – constitui uma evidência nativa que vai de encontro aos recortes teóricos *a priori*, cujas lentes (as dos fenômenos políticos, digamos assim) costumam ressaltar o que tem de político em uma certa sociedade⁸.

Parto do pressuposto que a política se distingue da moral por ser necessariamente temporal, e que, portanto, trata de fenômenos empíricos e múltiplos por princípio. Não concordo que possamos lançar mão de categorias prévias (como a “racionalidade” ou a “democracia”) para compreender o diverso e, menos ainda, julgar como ilegítimas as práticas e os contextos em que essas prenoções não se fazem relevantes⁹.

A presente etnografia volta-se contra esse tipo de perspectiva, inserindo-se no âmbito de um projeto coletivo defensor e propagador de uma antropologia das teorias nativas, que são diversas por definição. Especialmente em se tratando de fenômenos políticos, muitos se mostram refratários à distinção entre moral e política, sem perceberem que “a cultura que defende a igualdade é, como qualquer outra, também sociocêntrica” (Peirano, 1995:23). Assim sendo, compreender o sentido das ações que se passam no âmbito do que localmente se nomeia como “político” pode servir, em primeiro plano, para esclarecer o modo nativo de conduzir certos *affaires*, além do que, em segunda instância, pode também arejar um pouco a percepção do que seja a política em seu sentido prático.

A noção local de política advém do próprio modo de vida no Recanto das Emas. Um modo de vida que não é conhecido, visível, jamais se torna legítimo ou significativo. Por isso, além de compreender, é fundamental divulgar o que se passa nessa cidade. Essa constatação enseja uma tarefa a ser cumprida pelo etnógrafo, que, nas palavras de Malinowski (1935), seria o cronista do tempo presente. Porém, como dar conta do presente de um lugar em que as vidas das pessoas, expressas sobretudo nos objetos que as circundam, estão em constante mudança?

Recanto das Emas e Charles Peirce

A vida no Recanto das Emas jamais parou para que eu esboçasse uma interpretação cabal sobre o que acontecia à minha volta¹⁰. Mudanças abruptas e ao mesmo tempo intrínsecas à realidade local levaram-me a perceber que mesmo uma longa série de instantâneos da vida no Recanto não forneceria as peças de um quebra-cabeça capaz de revelar uma razão lógica uma para todos aqueles processos.

Acreditando que a “sociedade”, como afirma Leach (1961:302), “não é uma coisa, mas uma maneira de ordenar a experiência”, encontrei em um autor pouco presente na literatura antropológica uma perspectiva que me pareceu adequada para lidar com a mudança constante, presente na vida das pessoas daquela cidade. Este autor é Charles Sanders Peirce (1839-1914). Algumas de suas idéias incidiram de forma aguda sobre a construção do conhecimento etnográfico da vida no Recanto das Emas que ora apresento. Embora a obra desse filósofo costume despertar certo desconforto, sobretudo por conta dos neologismos que fazia questão de criar incessantemente para evitar que lhe fossem atribuídas idéias que não eram suas¹¹, ao longo dos próximos capítulos lançarei mão de várias dessas “palavras” de Charles Peirce, que serão devidamente esclarecidas no momento oportuno. Por ora, no entanto, gostaria de frisar onde reside o foco do meu interesse nesse pensador.

Algumas reflexões de Peirce, embora contemporâneas dos fundadores das ciências sociais nos moldes como as conhecemos, oferecem uma alternativa a desafios enfrentados pela antropologia ainda hoje. A idéia peirciana da compreensão, sustentada em três elementos, pode perturbar de modo frutífero certas controvérsias em torno da busca de relações de causa e/ou efeito binárias ou polares.

Segundo Peirce, nossa lógica, mais do que uma operação mental, é uma operação social, na qual nosso pensamento é o posicionamento de uma consciência em relação à outra em face de um objeto. Logo, nossa lógica seria, por definição, social, visto que ela existe apenas na medida em que coexistem interpretantes distintos diante de um objeto comum. Os conceitos ou, nos termos de Peirce, os símbolos, seriam expressões de nossos hábitos, isto é, de nossas crenças. Da constante tensão entre nossas crenças e as crenças alheias em relação a um “mesmo” evento ou objeto se instalariam as dúvidas fundamentais à mudança social. As razões para agir seriam, portanto, sustentadas por crenças. Crenças, contudo, efêmeras, devido exatamente à pressão das dúvidas (nossas e alheias) que ensejaria, sempre que essa tensão se instala (entre dúvidas e

certezas), mudanças de opinião e de atitude.

Essa formulação de Peirce nos permite pensar no avanço do conhecimento etnográfico como um tipo de formulação decorrente do embate entre as certezas da disciplina e as dúvidas apresentadas pela realidade etnográfica. Mediante esse esquema peirciano, podemos, por analogia, compreender que o conhecimento etnográfico se produz tanto sobre a relação triangular dos nativos entre si em face de um evento como entre o que observamos em campo e a perspectiva da própria antropologia.

No caso do Recanto das Emas especificamente podemos refletir sobre a mudança constante da invasão para o lote, de um barraco para outro, como uma experiência eivada de tensões entre o que se crê e as dúvidas que emergem nas diferentes situações vividas ao longo do tempo. Essa inconstância, própria das contínuas alterações nas crenças dos moradores dessa cidade, poderia ser vista, sob a inspiração de Peirce, como um estímulo à ação, ao estabelecimento mesmo que fugaz de um hábito:

“A realidade de vida aqui é o dia-a-dia. Aqui é uma vida sem sonho, é realidade. Quem mora no Plano Piloto leva uma vida na sombra, acorda a hora que quer. Tá entendendo? Só na hora que quer. Não precisa nem se esforçar muito que o dinheiro está vindo na porta. E aqui não. Aqui é preciso *correr atrás*. Então, muitas coisas aconteceram nessa cidade”¹².

Vemos que não teriam acontecido *coisas* nessa cidade, se as pessoas não tivessem *corrido atrás*. As ações de pessoas como seu Rocha é que criam o Recanto das Emas. O *lugar* Recanto das Emas não pode ser dissociado do *evento* diário que é *correr atrás*, ou seja, estabelecer um hábito que depende:

“[...] on how it might lead us to act, not merely under such circumstances as are likely to arise, but under such as might possibly occur, no matter how improbable they may be. What the habit is depends on *when* and *how* it causes us to act.” (Peirce, 1992:131¹³)

Peirce ajuda-nos a sustentar que o trabalho etnográfico não se resume à busca de um equivalente em “nosso” conjunto de categorias, de um elemento que está contido no conjunto das categorias nativas. O trabalho etnográfico, compreendido nesses termos, apresenta-se bem mais como uma relação triangular, em que o sentido da coletividade estudada não seria dado por um mero contraste com a do pesquisador, mas pela presença significativa de um terceiro elemento, a teoria antropológica. Emerge daí uma concepção distinta de relativismo, por meio da qual percebi que além de estar distante do Recanto das

Emas para compreender o que se passava lá, era fundamental que estivesse afastada também do Plano Piloto.

Partes do Todo

Os eventos escolhidos para compor os distintos capítulos que se seguem foram em grande parte presenciados por mim. Nas ocasiões destacadas, alguns temas me pareceram importantes para as pessoas que conheci no Recanto das Emas e, conseqüentemente, importantes para quem, como eu, estava ali com vontade de compreendê-las, compreendendo o sentido do que se passava com elas. Esses temas emergiram associados a conceitos expressos como ações, isto é, como categorias existentes, como feitos. A invasão, o barraco, o lote e até mesmo o asfalto são exemplos desses conceitos que, pelas razões expostas, preferi nomear como lugares-eventos. Através desses símbolos, desses objetos que existem como ações, lentamente foram tornando-se inteligíveis os sentidos da expressão “tempo de Brasília”, esse lugar-evento abrangente, que perpassa a vida de todos os moradores do Recanto das Emas.

Em cada um dos seguintes capítulos são apresentados elementos próprios desses símbolos que, em seu conjunto, mediante redundâncias e diferenças, se adensam gradualmente, compondo por fim um painel etnográfico destinado à compreensão dos sentidos do “tempo de Brasília”. No primeiro capítulo, chamado “A Invasão”, discorro sobre duas situações que se seguiram à remoção de uma invasão: uma vivida pelos invasores que foram assentados em lotes e outra experimentada por aqueles que, não recebendo tal benefício, ficaram acampados nas próprias dependências da Administração Regional do Recanto das Emas.

No capítulo “O Barraco”, apresento alguns eventos paradigmáticos simbolizados pelos meios de vida de quatro mulheres, expressos sobretudo por intermédio de suas respectivas moradias chamadas barracos. Percorrendo assim o gradiente de definições distintas do que seja esse outro lugar-evento, procuro explorar nesse capítulo como ao barraco são associados atributos que dizem respeito às pessoas que nele vivem.

Confrontados com a intervenção urbana sintetizada no “asfalto”, os moradores do Recanto das Emas encontram-se enredados em um evento revelador de fidelidades partidárias expressas através das cores azul e vermelha, emblemáticas, respectivamente, de adeptos dos governadores Joaquim Roriz e Cristovam Buarque. No terceiro capítulo, intitulado “O Asfalto”, procuro mostrar como os indivíduos, em situações etnográficas concretas, explicitam suas crenças e dúvidas, lançando mão do repertório de signos empregados também pela política governamental e pela política partidária ao longo do processo de

asfaltamento da cidade.

Em seguida, no capítulo 4, chamado “O Lote”, busco confrontar situações etnográficas distintas tendo como referência conflitos arquivados ou encenados na delegacia de polícia local. A “questão do lote”, que coloca em contato essas distintas fontes, revela aqui uma implicação diferente daquela trabalhada nos três primeiros capítulos acerca do lote (esse objeto aparentemente uno). Os casos tratados, que dizem respeito a conflitos de várias ordens que se replicam na vida diária dos moradores do Recanto das Emas, demonstram o envolvimento visceral e distinto dessas pessoas com esse outro lugar-evento.

Por fim, diante do painel etnográfico proporcionado pela exploração da invasão, do barraco, do asfalto e do lote, apresento no quinto capítulo, sobretudo a partir de um caso etnográfico particular, a expressão material por excelência do “tempo de Brasília”, ou seja, as distintas equações usadas pelo governo para calcular o *quantum* de merecimento daqueles que almejam “ganhar” benefícios diversos dos quais se destaca o lote.

Gostaria finalmente de salientar que no momento em que foi construída a etnografia aqui apresentada, as situações ora descritas e analisadas, havia um envolvimento diário dos moradores do Recanto das Emas com políticos profissionais, com funcionários públicos e sobretudo, como veremos, com pessoas empregadas na política. Essa ressalva visa alertar para o caráter efêmero e circunscrito do trabalho etnográfico e, nesse caso em especial, para o fato de o envolvimento com a política, como se dá no Recanto das Emas, exprimir e conformar um hábito que, sujeito à dúvida como qualquer outro, se encontra em constante mudança.

Notas

¹ A cidade do Recanto das Emas, como consta no relatório prévio à sua implantação, localiza-se “entre as cidades satélites de Samambaia, ao norte, e do Gama, ao sul, a 32 km de Brasília [...]” (EIA/RIMA, s/d:5). Nesse mesmo documento, faz-se alusão ao passado recente do lugar, desde a mudança da capital do país para aquela região:

“A ocupação da área [...] deu-se a partir de 1960, segundo o projeto de ocupação e uso da terra, no meio rural do DF, mediante a implantação dos núcleos rurais Vargem da Benção e Monjolo [...]. A partir de 1982 [...] passou a ser rapidamente ocupada por chácaras, provenientes de loteamentos irregulares de terras públicas [...]” (EIA/RIMA, s/d:26).

Grande parte dessas chácaras foi desapropriada pelo governo no início dos anos 90 para a criação de novas cidades. No lugar dos antigos núcleos rurais foram implantadas as primeiras quadras da “Região Administrativa do Recanto das Emas”, “criada pela Lei

nº 510, de 28 de julho de 1993, para atender o programa de assentamento do GDF, que visava retirar as favelas que se formavam nas áreas urbanas” (<http://www.recanto.df.gov.br/historico.html>; ênfases minhas).

Sobre o ato de criação do Recanto das Emas ver, especialmente, o Decreto nº 15.046, de 22 de setembro de 1993 (*Diário Oficial do Distrito Federal*).

² Os nomes dos moradores do Recanto das Emas, citados doravante, são fictícios.

³ Esse período de três anos foi pontuado por vários estilos de trabalho etnográfico. Depois de meses de visitas esporádicas à cidade, eu possuía, entre diários das curtas jornadas, conversas ao telefone, documentos de várias procedências, fotografias e entrevistas gravadas, um vasto material para analisar. Nesse tempo inicial, reuni um conjunto de informações que analisadas me levaram a admitir, no material reunido, a presença de certos espaços em branco. Essa consciência nutriu um projeto subsequente de deixar de ser uma simples visita no Recanto das Emas. Então, passado um ano dessa modalidade de etnografia, com uma amizade consolidada com uma família moradora da cidade, pude negociar minha estada no Recanto das Emas. Durante pouco mais de um mês morei com a família de dona Rosa e seu José, que aceitou minha contribuição financeira por tratar-se de uma verba pública destinada ao financiamento de minha pesquisa. Depois dessa experiência, segui visitando a cidade e seus moradores. Desse período final, destaca-se ainda meu envolvimento com a realização de *O chiclete e a rosa*, filme dirigido por Dácia Ibiapina. Esta foi uma experiência diversa, quanto à forma de entrosamento com os moradores e compreensão de seus modos de vida, que se somou às demais.

⁴ Nos termos de Daniel, para realizar tal tarefa é preciso que privilegiemos, além do que nos é dito, além da “palavra”, as realizações, ou seja, os “feitos” nativos (Daniel, 1996:199).

⁵ De acordo com o Censo Demográfico 2000, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), declaram-se moradores do Recanto das Emas, 92.996 pessoas. Destas, 34.900 são eleitores.

⁶ Essa imagem de fios tecidos ou de teia inspira diversos modelos de análise sociológica. Lanço mão dessa mesma metáfora no sentido proposto por Elias, para quem a sociedade poderia ser mais bem compreendida como “o tecido de interdependências formado por indivíduos” (Elias, 1989:45), em um chamado “mecanismo de entrelaçamento” (*Verflechtungsmechanismus*). Para uma análise das transformações no conceito de figuração proposto por Norbert Elias, ver, entre outros, Van Krieken (1997).

⁷ Dentre os diversos trabalhos que aludem a tais categorias destaco, especialmente, aqueles voltados para o universo empírico do Distrito Federal, como Aubertin e Peluzzo (1990), Barros (1996), Epstein (1973), Farret (1983), Gouvêa (1995), Heuzé (1986), Holston (1993), Magalhães (1985), Nunes (1997), Ribeiro (1980) e, ainda, os vários artigos compilados nas coletâneas organizadas por Paviani (1985, 1987, 1989, 1991, 1996, 1999).

⁸ Reflexão semelhante pode ser encontrada nos escritos de Sayad a respeito da forma como os preconceitos costumam orientar pesquisas sobre migração (Sayad, 1998:60).

⁹ Um bom exemplo desse tipo de interpretação encontramos em pesquisa realizada no Distrito Federal, cujos resultados são apresentados sob a forma de artigos reunidos no

A Invasão

Entrada no Campo

Por via de uma cascata de poder e obrigações que, como pretendo demonstrar, conduz cada um dos moradores do Recanto das Emas ao governo local e conseqüentemente ao poder estatal, também se deu minha entrada nessa cidade e, talvez, como desdobramento paralelo, meu envolvimento com o poder político local como objeto de investigação.

Paulo, aluno e amigo do Departamento de Antropologia, ocupava no ano de 2000 o posto máximo na Divisão Regional Cultural (DRC, como é chamada localmente¹) do Recanto. Tratava-se de um cargo comissionado semelhante ao de um secretário municipal de Cultura, ou seja, uma função política, conquistada mediante uma rede de relações pessoais que subjaz o governo do Distrito Federal. Embora suas convicções ideológicas o mantivessem bastante afastado de uma crença no governo de Joaquim Roriz, Paulo não descartou – ao menos inicialmente – essa bem remunerada dádiva, que lhe fora ofertada por uma pessoa próxima.

Como costuma acontecer nesses casos, uma mistura de casualidade e predestinação sociológica levou-me a conhecê-lo e a cidade onde ele trabalhava². O acaso aqui se refere à própria amizade com Paulo e à sua generosidade em oferecer-me a chance de freqüentar o Recanto das Emas³. Já a predestinação sociológica, bem menos fortuita, refere-se à minha própria trajetória de investigação etnográfica, ao meu interesse anterior por questões que envolvessem signos como terra e poder político⁴ (*e.g.* Borges, 1999).

Embora Paulo não tenha permanecido por muito tempo mais no Recanto das Emas, foi a partir do pontapé inicial que demos juntos, em função das pessoas que ele me apresentou, que pude seguir com o trabalho de campo, mesmo depois de seu afastamento da DRC. O primeiro evento sobre o qual me deterei neste capítulo trata-se de uma invasão que teve lugar em um momento em que Paulo

ainda era, nos termos de Charles Peirce, um terceiro fundamental, ajudando-me com sua tradução e interpretação dos fatos a compreender os bastidores do que se passava diante dos meus olhos⁵.

Como veremos, inicialmente, foi muito mais o impacto da força bruta do episódio que atraiu minha atenção. Somente depois de muitos meses de trabalho de campo é que esse ato inaugural da etnografia no Recanto das Emas começou de fato a fazer sentido pleno e a tomar posteriormente a forma emoldurada no presente texto. Por essa razão, atribuo grande importância ao ritual de invasão ora apresentado. Afinal, sua compreensão nos conduz por uma parte fundamental da vida no Recanto das Emas, através das próprias trilhas epistemológicas por mim percorridas.

A sede da Administração Regional: depósito de invasores

Paulo e eu vínhamos de um almoço na casa de Benedito. Este senhor, morador do Recanto das Emas, trabalhava na DRC, estando, por essa razão, subordinado a Paulo. Já nos conhecíamos há alguns meses e, após certa negociação e empatia, Benedito dispôs-se a apresentar-me a outros funcionários da Administração Regional que, como ele, moravam no Recanto das Emas⁶. Embora a possibilidade da pesquisa tenha surgido em razão de meu contato com Paulo, foi graças a Benedito que comecei a “entrar” na vida das pessoas que viviam naquela cidade. Com o objetivo de fazer novos contatos com moradores, acompanhei Benedito e Paulo ao seu local de trabalho em diversas ocasiões. Afinal, em torno da Administração Regional gravitavam inúmeras pessoas – funcionários, moradores da cidade ou mesmo pessoas de fora (como era o meu próprio caso).

Seguindo essa rotina, fui com Paulo e Benedito à Administração, naquele dia especial, em que já se prenunciava o início da estiagem na região. Fazia calor e o vento forte cobria tudo de pó⁷. Quando nós três nos aproximamos da entrada da chácara onde funcionam as instalações da Administração Regional, paramos para dar carona a uma jovem mãe que vinha a pé, tendo nos braços seu bebê, coberto por um pano que o protegia do sol e da poeira. Assim que chegamos ao local dos escritórios onde trabalhavam Paulo e Benedito, aguardamos que a moça, sempre calada, descesse do carro. Ela não se dirigiu ao prédio principal, como acontece com o sem-número de moradores da cidade que todos os dias acorrem à Administração Regional com alguma demanda ou interesse que lhes parece só poder ser sanado pelo corpo de funcionários ali presente. A jovem mãe caminhou para o lado oposto. Recordo que fiquei curiosa por saber o que ela poderia ter vindo fazer na Administração Regional, senão falar

com alguma autoridade ou funcionário local. Prontamente, meus cicerones informaram-me que “ela estava acampada na Administração”. Imediatamente, perguntei aos dois o que significava “estar acampada na Administração”?

Benedito falara-me da remoção da “grande invasão”, executada pelos agentes dos órgãos de vigilância do solo⁸. Essa operação fora noticiada também pelos jornais locais. A grande invasão era a invasão das quadras 400, à época alardeada como uma das maiores do Distrito Federal. A golpes de cassetete e de tratores, como costuma ser, o conjunto de barracos foi posto por terra. Há pouco eu conhecera o local e quando passei pela área recém-desocupada mal pude crer naquele cenário desolador. Restos de barracos, onde viviam centenas de pessoas, revolvidos por escavadeiras e ainda em brasa, deixavam a impressão de se tratar de montes de lixo.

A maior parte dos moradores dessa grande invasão foi “assentada” (esse é o termo usado pelos órgãos do governo) em quadras criadas especialmente para esse fim – as chamadas quadras 500⁹. Algumas famílias não tiveram essa mesma sorte, ou seja, não “ganharam um lote”. Dentre aqueles que não foram beneficiados com o assentamento nas quadras 500, houve um grupo que, revoltado, “invadiu” o gabinete do administrador do Recanto das Emas, exigindo que ele contornasse de algum modo os problemas enfrentados por quem estava, depois da remoção, desabrigado.

O cerne do relato de Benedito fora a reação do administrador, que teria “partido pra cima do povo”. Benedito retratou a truculência de seu superior, em relação ao qual não nutria simpatias especiais, colocando mesmo em questão sua “capacidade política” para exercer tal cargo, dado o descontrole demonstrado na ocasião. Não lembro de ele ter tocado no assunto das famílias confinadas ou se o foco de sua narrativa foi apenas o “descontrole” do administrador. O fato é que, passada a invasão de seu gabinete, o administrador determinou que aquelas famílias desabrigadas, que não foram contempladas com lotes quando da remoção da grande invasão, ficariam por algum tempo acampadas nas dependências da Administração Regional.

A referência de Benedito ao conflito entre o administrador da cidade e o “povo” que invadiu o prédio da Administração Regional aliada à carona que demos àquela mãe com seu filho reconfiguraram minhas perspectivas para a tarde que se iniciava. Eu, que pensara em circular por escritórios para conhecer pessoas com as quais pudesse tecer relações fora dali, me deparava, naquele instante, com famílias morando no interior dos muros da Administração Regional da cidade.

Benedito e seu emprego na política

Benedito e eu nos separamos de Paulo, que foi cuidar de seus afazeres. Benedito não é funcionário público, o que quer dizer, como ficará mais claro adiante, que suas tarefas não dizem respeito à burocracia governamental. A função básica de Benedito é circular pela cidade e, nos fins de semana, apresentar na feira da cidade uma espécie de *show* de variedades. Benedito fala ao microfone para os presentes, apresenta um cantor popular local, por exemplo, e aproveita a ocasião para transmitir recados de utilidade pública, fazer propaganda das barracas da feira e, especialmente, lembrar a população de alguma qualidade especial do administrador da cidade, de uma certa benesse oferecida por um deputado amigo ou sobre determinada obra a ser empreendida pelo governador em benefício do Recanto das Emas. Essa função de Benedito é classificada por ele próprio como uma tarefa política e, naquele momento, seguir os meus passos e me abrir caminhos consistia em uma variação circunstancial dessa sua atividade principal.

Como boa parte das pessoas que trabalham na Administração Regional, Benedito não é um funcionário concursado, um funcionário público. Ele foi contratado pelo Instituto Candango de Solidariedade, para sua função, após a posse do governador Joaquim Roriz, em 1999. Antes disso, como ele mesmo gosta de frisar, trabalhava na política, isto é, atuava como cabo eleitoral no ano da política, 1998¹⁰. Naquela ocasião, fez campanha para um candidato a deputado distrital que não foi eleito. “Trabalhar na política” foi para Benedito uma alternativa legítima ao desemprego formal, pois lhe dava a sensação de não estar à deriva, mas apostando no futuro, ao mesmo tempo que era alguém no presente – alguém que *dava* seu apoio a um político e que por certo receberia algo em troca dessa doação pessoal, ou melhor, dessa doação de si.

O candidato derrotado para o qual Benedito trabalhou foi indicado pelo governador para ocupar o posto de administrador regional de Samambaia (uma Região Administrativa vizinha). Com isso, Benedito viu sua chance de ser recompensado, de obter um *emprego na política*, afastar-se para fora de sua área de atuação e influência. Essa derrota tirou suas esperanças de conseguir um trabalho menos penoso do que os obtidos esporadicamente na construção civil. Após meses de investimento, ele encontrava-se outra vez com as mãos vazias. Na melhor das hipóteses, vislumbrava um posto na “frente de trabalho” em que ganharia um salário mínimo para uma labuta extremamente desgastante, de sol a sol. Ele não queria voltar à sua antiga lide de apontador de obra, e tampouco suportaria por muito tempo as observações críticas de sua esposa, revoltada com a paga que o marido recebera por tanto esforço¹¹.

Nessa época, como ambos me disseram, a fome rondava sua porta outra vez. Mas Benedito insistia. Todos os dias ele caminhava até a Administração para “aperrear”. Afinal, se o seu candidato, mesmo não tendo sido de fato eleito, conseguiu um emprego, por que Benedito não foi eleito para um emprego¹²? De uma perspectiva mais geral, eles haviam ganho as eleições, logo não se tratava de tentar a sorte com um inimigo político, mas sim de aguardar a hora e a vez de ser chamado (ocasião que costuma chegar assim que todos os que, por diferentes razões, sendo hierarquicamente superiores, se estabelecem em um determinado posto do novo governo).

“Por acaso”, um dia, Paulo o encontrou e, vendo sua aptidão como “agitador cultural” (ele fazia poesias, tocava violão, cantava e animava multidões, como na feira da cidade, por exemplo), o convidou para ocupar sua atual função, relativamente prestigiosa, no próprio Recanto das Emas – o que veio a calhar para alguém que, como Benedito, procurava um *emprego na política*. Benedito sentiu-se por isso em eterna dívida com Paulo: o trabalho político que realizou por mais de um ano lhe foi recompensado, desse modo, “indiretamente”.

Essa trajetória de Benedito nos últimos anos remete às marés políticas e aos seus efeitos sobre quem está mergulhado nesse revolto mar. Do governo anterior, cujo titular era Cristovam Buarque, do Partido dos Trabalhadores, Benedito não recebia nada¹³. Uma guinada em sua vida só aconteceria com sua “eleição para um emprego”, que, por sua vez, dependia, embora não estivesse assegurado, da eleição dos políticos para os quais trabalhara durante a campanha eleitoral.

Verificamos com este caso que relações pessoais levaram Paulo a ocupar seu cargo de “chefe” e também orientaram o modo como ele arregimentou seus subordinados. Podemos dizer que foi por meio da mesma rede que Paulo, Benedito e o candidato a deputado derrotado se inseriram no quadro administrativo do governo do Distrito Federal: os dois primeiros na Divisão Regional Cultural e o último como administrador regional de Samambaia. Por outro lado, também foi a relação pessoal com Paulo que me encaminhou para um primeiro e definitivo contato com a família de Benedito e Lourdes. Assim, “indiretamente”, Benedito tornou-se uma pessoa de grande valor para minha experiência etnográfica no Recanto das Emas¹⁴.

O espaço da chácara: microcosmo do poder local

Vínhamos do almoço na casa de Benedito. A jovem mãe com o seu bebê afastou-se. Alguns funcionários comiam pratos feitos na carrocinha de sanduíches; outros faziam sua sesta, encostados em caminhões cobertos de barro, em carros-pipa e escavadeiras utilizadas para manter as ruas de terra transitáveis.

Crianças jogavam futebol em um descampado, aguardando o início de suas atividades extraclasses que acontecem também no espaço da Administração Regional¹⁵.

Acompanhei com o olhar o caminho daquela mulher para quem demorei. Ela seguiu para sua “casa”, e foi apenas nesse instante que percebi, contrariando a imagem que eu prefigurara, o lugar onde estavam vivendo as tais famílias “baderneiras” que entraram em confronto com o administrador da cidade naquela semana.

Em torno de vinte famílias estavam alojadas, temporariamente, no espaço de uma quadra de esportes pouco usada. Sobre um retângulo de concreto localizado ao lado dos escritórios, aquelas pessoas deveriam acomodar os seus pertences e esperar uma definição que viria das mãos do administrador. Confinadas, após serem retiradas de uma invasão pelas forças do Estado, aguardavam, naquele espaço mais exíguo e precário do que qualquer outro, um desfecho para seus destinos. A forma como o ocuparam aludia ao espaço de uma *quadra* composta por lotes. Ali, cada amontoado de objetos, cobertos por lonas e papelão, reproduzia um “barraco”.

Causou-me estranheza perceber o olhar quase indiferente dos funcionários e outras pessoas que por ali circulavam, como se os invasores acampados na quadra de esportes fossem invisíveis. Evidentemente, passado o impacto dessa minha primeira experiência, vim a saber que esse expediente era bastante acionado pela Administração Regional. Às vezes, grupos de pessoas acampam momentaneamente naquele local até encontrarem uma solução para seus problemas mais imediatos. Em outras tantas, são encaminhados para um albergue (na cidade de Taguatinga) ou se instalam temporariamente na casa de familiares ou amigos. Possivelmente, sua presença rotineira no interior da Administração Regional contribuiu parcialmente para a naturalização daquela situação, especialmente por parte dos que passavam por ali sem parecer reparar no depósito de pessoas à sua frente.

Continuei com Benedito a caminhar pela chácara, circulando pelos vários espaços da Administração Regional, travando contato com os funcionários e com o público ali presente. Inicialmente, ele me advertiu para que eu não apontasse com o dedo em qualquer direção. Ele também não o faria. Essa atitude poderia “despertar a desconfiança das pessoas” e, embora Benedito estivesse me auxiliando, ele não poderia se comprometer. Sua precaução naquele momento pareceu-me pouco inteligível. Apenas lentamente passei a compreender o que estava em jogo naquela situação. Exatamente por se tratar de um *emprego na política* e não de um emprego público, o cargo de Benedito nada tinha de estável. Assim como ele, que demorou a assegurar um posto na Administração

Regional, havia várias outras pessoas que trabalharam na campanha e não tiveram a mesma sorte. Conheci amigos de Benedito que insistiam muito para que o mesmo intercedesse por eles, especialmente na obtenção de um emprego.

Benedito presenteava certos moradores do Recanto das Emas com diferentes espécies de dádiva, dirigindo-se às suas casas, conversando um pouco. De certo modo, ao acalentar o sonho de um emprego semelhante ao seu na Administração Regional ou nas frentes de trabalho, ele conseguia garantir que aquelas pessoas “não desistissem da política”. A própria história de Benedito permitia sustentar a esperança alheia, afinal ele também passara por diferentes percalços e graças a um golpe de sorte conseguira seu emprego.

Certa feita, fomos à casa de um colega seu (que tocava com Benedito na mesma banda de forró) que estava desempregado. Esse homem vivia com pouco dinheiro obtido em biscates esporádicos. Sua esposa fora embora, deixando-lhe os filhos. Um certo ressentimento marcava a relação desse senhor com o destino de Benedito – afinal, ele também trabalhara na campanha e, no entanto, não conseguiu um emprego. Benedito insistiu para que eu o conhecesse, deixando claro que se sentia implicado no que acontecera, pois ele próprio poderia ter tido o mesmo fim de seu amigo e, ainda hoje, corria esse risco: especialmente se algum funcionário da Administração resolvesse “puxar o seu tapete”. Caso seu emprego fosse a qualquer momento oferecido a outra pessoa, ele voltaria à frágil posição em que já esteve e que via representada na vida de seu amigo.

Situações como esta última eram muito difíceis para Benedito solucionar. Na maioria das vezes, ele conseguia redistribuir algum benefício mais ordinário (como biscoitos, por exemplo¹⁶), mas o emprego (a que todos diziam almejar) escapava de sua esfera de atuação e influência. Por isso, embora me apresentar à cidade e aos seus moradores pudesse ser classificado como parte de seu trabalho político, Benedito receava despertar rumores desse tipo – ou seja, que algum funcionário pensasse que Benedito, sim, estivesse tentando puxar o tapete alheio.

O acampamento na quadra de esportes

Nosso primeiro ponto de parada naquela tarde foi exatamente o local onde estavam “acampadas” as pessoas removidas da invasão. Circulamos por entre os barracos onde elas estavam. Benedito foi aos poucos perdendo seus costumeiros gestos expansivos, ficando cabisbaixo. Quase em sussurros, trocávamos impressões sobre aqueles que ele próprio denominava de “invasores”.

Aquele espaço, como apontei anteriormente, guardava semelhanças com o de um loteamento, ou seja, de uma quadra em que estão alinhados os lotes, lado

a lado. Cada amontoado, com os pertences das famílias removidas da invasão, evocava o barraco que poderia ter sido construído no lote que não lhes calhou. Tratava-se de um ícone do que se visa ou se visava para o futuro¹⁷. Tanto o espaço da invasão de onde aquelas pessoas vieram quanto o arranjo improvisado na quadra de esportes conformam-se a partir desse referencial que é o loteamento. Embora, em última análise, a invasão exista por razões explícitas quando ainda não há o lote, seu significado só é dado por essa “triangulação” entre o indivíduo (o invasor), a invasão e o lote. Tal aparência metonímica da quadra de esportes em que estavam alojadas aquelas vinte famílias com um loteamento de fato deve ser observada com mais atenção, pois podemos evidenciá-la apenas pelo seu lado negativo, pela ausência do lote explicitada pelo transtorno por que passavam aquelas pessoas.

Sob a sombra de uma frondosa seringueira, estirados sobre colchões, mesas e outros inúmeros assentos improvisados, todos pareciam estar em compasso de espera. Algumas mulheres lavavam suas roupas, outras davam banho em suas crianças – tudo com água do prédio vizinho, carregada em baldes e latas. O que todas aquelas pessoas poderiam fazer (como freqüentar a escola, realizar os trabalhos domésticos e/ou os biscates na rua) estava, naquele momento, atrelado à situação particular definida por seu confinamento na quadra de esportes. O que vimos então foram muitos homens, mulheres e crianças às voltas com a *espera* por uma decisão do administrador da cidade, que tinha o poder sobre seus destinos nas mãos.

Benedito demonstrava estar sentindo um grande mal-estar em circular de modo tão displicente por entre as “casas” alheias. Eu também experimentava um certo constrangimento, embora ainda não conhecesse o justo padrão moral para saber o que de fato implicava essa caminhada aparentemente desinteressada. No fundo, estávamos sendo agressivos, afinal, aquelas pessoas – por mais que isso parecesse estranho a todos, inclusive a elas próprias, que não se mostravam de modo algum satisfeitas com a situação contraditória por que passavam – *moravam ali*.

Critérios e cores na entrada da sede administrativa

Depois de caminharmos pelo local onde os “(ex-)invasores” estavam alojados, dirigimo-nos ao prédio contíguo, que abrigava algumas “divisões” da Administração Regional (como a DRC, em que trabalhavam Benedito e Paulo). Era de lá que as famílias confinadas obtinham a água que as vi usando.

Benedito ia me apresentando para as pessoas com as quais cruzávamos, dizendo que eu era “uma mestre” que estava ali para “estudar o Recanto”. A

maioria dos funcionários não se impressionou muito com minhas insígnias. Diria mesmo que alguns ficaram desconfiados com a minha presença e que somente depois de muitos encontros passaram a me reconhecer como alguém com quem se poderia perder tempo, conversando.

Logo na entrada do prédio principal, onde fica o gabinete do administrador, chamou-me a atenção um grande mural repleto de propaganda dos governos distrital e federal. Havia ali, entre outros materiais, inúmeros cartazes de “utilidade pública”. Em geral, tratava-se de peças publicitárias relativas à esfera do que podemos convencionar como saúde pública (vacinação, aleitamento, dengue etc.) e outros programas assistenciais do governo (programas do “pró-família”, como os que distribuem pão e leite, cestas básicas ou conjunto de material e uniforme escolar para certas crianças, chamado “sucesso no aprender”). Mas, o que mais me intrigou foi um folheto em que constavam os pré-requisitos exigidos às pessoas que quisessem se inscrever na “distribuição de lotes” e em outros programas assistenciais do governo.

Olhando aquele cartaz em que se liam os procedimentos básicos para quem quisesse tornar-se proprietário de um lote, uma questão imediata me veio à cabeça: se havia um programa do governo destinado ao assentamento urbano da população, por que inúmeras pessoas recorriam à invasão a fim de alcançar esse suposto direito universal? Além disso, quais seriam as razões seletivas que orientariam as pessoas vinculadas ao governo quando da remoção de uma invasão? Se todo procedimento de invasão é em tese considerado ilegal, por que algumas pessoas foram recompensadas com o recebimento do lote, enquanto outras acabaram sendo removidas? E ainda, por que havia famílias confinadas na quadra de esportes quando o procedimento-padrão de remoção não era esse? Em geral, a alternativa que os órgãos de vigilância do solo ofereciam aos removidos de uma invasão era o encaminhamento deles a um albergue, enquanto seus pertences ficavam armazenados sob o domínio do poder público (no caso do Recanto das Emas, nos galpões localizados nos domínios da Administração Regional da cidade), por um curto período. Caso não encontrassem um outro lugar para se dirigirem, os próprios órgãos de assistência do governo buscavam alternativas, que incluíam até mesmo a compra de passagens de ônibus para que essas pessoas retornassem ao local de onde emigraram (sendo os critérios de definição da “origem” de cada um também atributos desses mesmos órgãos).

Talvez justamente o último item daquela lista de pré-requisitos exposta no mural da Administração Regional conceda-nos uma pista a esse respeito. Do conjunto de exigências destacava-se uma, escrita à mão: aquele que se interessasse em participar da corrida por um lote deveria ser eleitor no Distrito Federal, ou seja, possuir seu *título de eleitor* na capital. Todavia, ser eleitor da cidade não

fazia parte dos requisitos legais exigidos pelo governo para a concessão desse tipo de benefício. Essa obrigatoriedade não consta das leis publicadas em textos do *Diário Oficial* (que frisam e exigem fundamentalmente a comprovação do “*tempo de Brasília*”¹⁸). Porém, o mero fato de estar destacada naquele panfleto de divulgação, à caneta, indica o quanto essa exigência sustenta o processo, tanto ou mais que aquelas outras condições, impressas¹⁹. Escrita à mão e não no conjunto do texto, essa ressalva expressa ainda um paradoxo: como, sem poder comprovar residência, alguém conseguiria transferir seu título eleitoral para Brasília?

Paulo, que me acompanhava nessa ocasião mais solene (minha primeira conversa formal com o administrador do Recanto das Emas), garantiu-me que dona Ivone, chefe-de-gabinete do então administrador regional, escrevera à mão aquele último e derradeiro item da lista de critérios²⁰. Quando lá chegamos, encontrei na sala de dona Ivone dois outros funcionários que também aguardavam por uma audiência com o administrador. Foi-nos sugerido que marcássemos uma hora para uma conversa. Ela, bastante simpática conosco, garantiu que seria cansativo esperar durante muito tempo. Como a sala era pequena, acabei por ficar em pé junto à sua mesa, conversando um pouco. Mesmo com a intenção de regressar noutra ocasião, pedi a ela algum prospecto do Recanto das Emas, dando-lhe a entender que eu nutria um interesse especial pela cidade. Ela abriu uma de suas gavetas, e então vi que ali era guardada uma foto do administrador com o governador Roriz, de braços dados, no alto de um palanque, emoldurados por balões brancos e azuis, tirada por ocasião da primeira “distribuição de pães” realizada no Recanto das Emas após sua vitória. Fotos como aquela, como pude constatar depois, estavam espalhadas pelas paredes de outros escritórios da Administração Regional. Como recordações, tratava-se de formas bem vivas de manter acesa a chama de eventos daquele tipo.

A cor da fotografia chamou minha atenção. Ambos, governador e administrador, vestiam camisas azuis, contra um céu cintilante. Nesta epifania bíblica, seus sorrisos transmitiam uma sensação mais do que de vitória, mas de contato com algo sagrado. Fiz este comentário com dona Ivone, cuja reverência ao governador denotava uma espécie de devoção²¹. Acabei por associar essa sacralidade ao seu próprio modo de trajar. Naquele momento, percebi que ela se vestia de azul, a cor “predileta do governador”, que simbolizava a campanha eleitoral, as propagandas do governo distrital e, também, a fidelidade de dona Ivone. Diante do valor desse signo, pude perceber que se tratava de um sinal distintivo do seu envolvimento político aquela senhora carregar consigo a cor de sua fidelidade política, isto é, trazer desfraldada sobre seu próprio corpo a bandeira do governador Roriz.

Sáimos de lá sem conseguir falar com o administrador, indo para a sala da Divisão Cultural, onde estavam Benedito e dona Sílvia, a secretária de Paulo. Benedito tocava violão. O expediente já chegava ao fim. Sentamos para conversar um pouco. Naquele dia, Benedito lembrou-se do início dos anos 70, quando, muito jovem, saiu de sua cidade natal no interior do Maranhão e migrou rumo a Teresina. Em meio à sua boa prosa, éramos contemplados com composições de sua autoria. Benedito teria muitas outras histórias para contar, muitas músicas para dedilhar, mas infelizmente seu espetáculo acabou sendo ofuscado pelo evento vindouro.

A invasão da quadra de esportes como lugar-evento

Estávamos já de saída quando um *rumor* nos arrebatou²². Passava das seis horas da tarde e minha intenção era tão-somente retornar para casa. E é exatamente esse caráter a um só tempo inesperado e plausível que sustenta a eficácia do rumor em manifestações de massa como a que se iniciava naquele momento. Embora ninguém possa prever absolutamente nada, instala-se repentina e coletivamente uma expectativa, mesmo que tácita, de que algo particular irá acontecer e, o que parece fundamental, todos se sentem compelidos a se embrenhar nesse universo “desconhecido” (Tambiah, 1996:53).

Apenas aos ouvidos de Benedito chegou a notícia de que “a polícia estava vindo²³”. Para sabê-lo, Benedito deve ter entrado em contato com quem chamou os policiais, do contrário, como poderia saber de tudo? Antes de nos encaminharmos desabalados ao palco dos acontecimentos, em um instante ínfimo, Benedito perguntou-me se eu desejava realmente ir até lá. Não titubeei, mas percebi que o zelo por minha integridade (física e moral) denunciava minha condição de estranha, de alguém que poderia não estar acostumada àquelas cenas e que por isso certamente levaria um choque.

Sáimos em passos rápidos, embora sequer 50 metros nos afastassem da quadra de esportes. Chegamos ao local do confinamento já ladeados pelos carros da polícia, que entravam na Administração Regional vindos pela mesma rua por onde antes caminhava a jovem mãe com seu bebê ao colo. A velocidade dos carros encobriu-nos com uma nuvem de poeira. Essa lufada de terra, índice nítido da autoridade estatal de que estavam imbuídos os policiais, marcou triunfal e violentamente o início de um evento que eu não esperava presenciar.

O modo como estavam dispostas nessa hora indicava que aquelas pessoas aguardavam a aparição da polícia. Unidos em um grande fervor, aqueles homens e mulheres se posicionavam diante dos novos fatos de forma bastante diversa daquela que eu presenciara à tarde, quando cruzara com eles.

Ao descerem dos carros, engatilhando suas pesadas armas, os policiais encontraram uma pequena multidão, turvada por um vermelho de pó e crepúsculo. Ainda assim, em meio ao burburinho e à confusão própria de uma situação conflituosa, já era possível identificar que grupos eram solidários entre si e também quem fazia oposição a quem. Dona Ivone estava lá quando chegamos, opondo-se visivelmente aos invasores. A chefe-de-gabinete, cercada por um séquito de funcionários hierarquicamente inferiores, servia como porta-voz do administrador. O grupo capitaneado por ela mostrava-se escandalizado com a ameaça dos “invasores”, que servira de pretexto para o chamamento da polícia civil²⁴. Os invasores, por sua parte, declaravam aos brados que não haviam participado de nada daquilo de que eram acusados. Alguns diziam ter previsto inclusive que cedo ou tarde aquele confronto ocorreria.

Completamente transtornada pela efervescência da situação, dona Ivone não parecia a mesma figura cândida e serena que há pouco eu encontrara executando seu papel de secretária do administrador da cidade. Dona Ivone e os funcionários se diferenciavam muitíssimo dos *ameaçadores* e *ameaçados* indivíduos que estavam na quadra de esportes, a ponto de desafiarem jocosamente os policiais. Um deles falou: “Vocês, chegando assim, até parecem perigosos!” E, num só fôlego, passaram a justificar a chamada da polícia, recuperando o que, do seu ponto de vista, teria se passado. Suas exclamações entrecortadas por acusações diversas não tornavam fácil para mim a tarefa de perceber claramente o que ocorreria. Referindo-se ao mesmo episódio que Benedito me relatara, o grupo de dona Ivone exaltava a benevolência do administrador no trato com os invasores. Segundo a chefe-de-gabinete, ele poderia ter expulsado imediatamente as famílias da quadra de esportes, após estas terem invadido o seu gabinete, mas não o fez. E naquele momento, como recompensa pela grandeza de seu gesto, via os invasores alojados na quadra de esportes ameaçarem atear fogo nos prédios e nos veículos, colocando em risco a vida dos próprios funcionários do governo.

Na ocasião, eu era uma das poucas pessoas que não compreendiam bem o que estava acontecendo, o que estava em jogo com aquela troca de acusações. A maioria dos presentes tomava partido de um dos lados. Várias pessoas de fora do acampamento e que não estavam alinhadas com os funcionários da Administração se posicionaram a favor dos “invasores”. Tratava-se de moradores da cidade que “já possuíam o seu próprio lote” e, como declaravam, estavam ali em solidariedade àqueles que viviam na quadra de esportes, “dando um apoio para os companheiros”. Porém, segundo dona Ivone, que tentava persuadir os policiais dos perigos que aquelas pessoas representavam, o que eles estavam fazendo ali era “política”. Para essa senhora, dar apoio aos companheiros nada mais era do que fazer política. Para sepultar a discussão, tomada de fúria, a

chefe-de-gabinete declarou que aquele “não era lugar de fazer política!”.

Essa forma de nomear como “política” aquilo que o outro faz é muito intrigante. A apreciação de um evento como político depende do tipo de envolvimento de quem o classifica (essa ou aquela situação como política) com a própria situação. Se nem as ações nomeadas como “políticas” nem os espaços comumente usados como palco para tais demonstrações possuem propriedades intrínsecas, somente através dessa modalidade classificatória podemos apreender que implicações, que sentimentos se pode nutrir em face do que poderíamos supor como sendo um único e “mesmo” fenômeno social – isto é, um evento ou ação política. Talvez as conclusões de Palmeira (1996) acerca da dinâmica política em pequenos municípios brasileiros possam iluminar nossa interpretação. *Fazer política* não é mau ou poluidor em si. A prática da “invasão” só é considerada política por dona Ivone porque está sendo realizada pelo outro, pelo inimigo, em um tempo e espaço ilícitos, o que desloca essa ação para o espaço da ambigüidade (Douglas, 1972; Leach, 1992).

A cada novo jogo de palavras, a cada conjunto de acusações, as razões do conflito passavam a ficar mais claras. Os policiais dirigiram-se ao homem que dona Ivone tachava diretamente de fazer política. Ele trazia junto ao peito uma pequena estrela metálica, vermelha, com a sigla PT, ou seja, um símbolo da oposição (do Partido dos Trabalhadores)²⁵, daqueles que “fazem política”, segundo dona Ivone, vestida por sua vez de azul, a cor predileta do governador Roriz.

O homem do PT era acusado por dona Ivone de insuflar as pessoas que estavam na quadra de esportes, em outras palavras, de ser o líder da invasão, enfim, de ser um sujeito que *faz política*²⁶. Segundo ela, a presença daquele senhor buscava afrontar os funcionários do governo, do outro partido, da outra cor e não ajudar de fato os invasores, como fizera o administrador da cidade ao acolhê-los no espaço da quadra de esportes após sua remoção da grande invasão.

Depois de pedir explicações ao homem portador da estrela, o policial “chefe”, que trajava um colete preto em que se lia em amarelo “polícia civil”, conduziu-o para longe da massa. Sem poder escutar sobre o que falavam, percebia-se apenas sua excitação gestual. Um policial jovem, vestindo uma camiseta branca da academia de polícia, tentava polidamente esclarecer junto à multidão de quem afinal havia partido a suposta ameaça de atear fogo. Enquanto isso, os outros policiais se mantinham a distância, empunhando alertas suas armas.

O policial em processo de formação profissional encarregava-se de realizar uma espécie de enquete com a multidão, enquanto seu colega “experiente” conduzia o sujeito que se supunha porta-voz dos invasores a um improvisado interrogatório. De acordo com o jovem da academia, eles estavam ali averiguando uma denúncia, segundo a qual um “invasor” ameaçara atear fogo em

uma kombi que transportava funcionários da Administração Regional²⁷. Compreendi então que, por se tratar de um possível crime de natureza comum – e não de uma questão acerca de lotes e invasões – fora chamada a polícia civil.

Em poucos minutos, na avalanche de respostas desencontradas, esse alguém incógnito se transformou em uma mulher invasora. Especialmente os funcionários que circundavam dona Ivone falavam de uma mulher da quadra de esportes que, algumas horas antes, ameaçara “sozinha” a vida de vários funcionários do governo.

Ao se transmutar em símbolo daquele conflito, a mulher (ausente naquele momento) concentrava sobre si toda a carga de certezas e dúvidas (Peirce, 1992), e conseqüente beligerância, daqueles grupos rivais. Assim, a ameaça de atear fogo investia-se de sentido distinto, dependendo de quem a interpretava, de quem emprestava ao fato cru sua consciência cognitiva e seu poder prescritivo. No momento em que os policiais inquiriam os “invasores”, os funcionários da Administração sustentavam o diálogo por meio de uma peculiar tradução dos acontecimentos prévios, e assim sucessivamente, em uma alteração contínua de posições (interrogado, interrogador e acusador/tradutor).

O grupo de vinte famílias – às quais “o governador Joaquim Roriz prometera dar uns lotes”, mas que foram preteridas quando da remoção de seus barracos e jogadas com seus parques pertences na quadra de esportes da Administração Regional – era o alvo preferencial das investidas tanto dos funcionários da administração quanto dos seus próprios simpatizantes (ou companheiros), e também da polícia. Em um lugar como o Recanto das Emas, onde o senso comum apregoa a quase total ausência do poder público, essas famílias se viam, naquele momento, cercadas pelo Estado, por todos os lados: pisavam em solo da Administração Regional, ouviam, olhavam e falavam com policiais e funcionários públicos. O Estado surgia à sua frente de modo alegórico, exacerbado, com uma intensidade insuportável. Muitas pessoas “se descontrolaram”, choraram, gritaram, deram murros no ar²⁸.

O grupo de invasores acusado de ameaçar os funcionários, em contrapartida, lembrava de uma outra mulher que, grávida, teria sido espancada pela polícia militar quando foram removidos da invasão para a quadra de esportes. Aquela não era a primeira investida desses agentes do Estado (os policiais) contra eles. Apreensivos diante dessa situação, especialmente os homens, reclamavam de ter de “ficar todo o tempo por ali”, a fim de zelar por suas famílias, porque a polícia “os agredia daquela forma”.

Para essas pessoas que não receberam um lote havia um sentido claro em “aperrear”, fazer barulho, ameaçar, ameaçar quebrar, colocar fogo e, a pior ameaça de todas, não votar naqueles políticos ou, mais especificamente,

no governador²⁹. Esta última soava mais como um desafio aos servidores do governo presentes, pois a maioria das pessoas que ali estavam jamais havia votado naqueles políticos para os quais os funcionários trabalhavam. Todos sabiam que esse era, inclusive, o principal motivo para eles estarem na quadra de esportes e não nos prometidos lotes. Mesmo assim, havia entre os agentes governamentais um aparente desapontamento com a resistência daquelas pessoas aos seus apelos. Não fazia sentido cumprir seu papel habitual ou legal em tal situação. Naquela espécie de depósito, elas estavam sendo sacrificadas por sua relação com a dimensão profana da política, representada e refletida no outro, o outro que *faz* política fora dos espaços e tempos adequados, o outro que nesse caso se dizia “companheiro” e trazia no peito uma estrela vermelha.

Quando o policial civil o deixou, o homem da estrela veio a ter outra vez com a multidão. Ele falava sobre as ameaças que o policial lhe fizera e, com uma certa ironia, declarou que mesmo com essa intimidação não iria embora, pois se ele era um líder, como diziam aqueles que o acusavam injustamente, deveria permanecer entre aqueles que o apoiavam, agindo como um líder. Tudo acontecera “só porque ele era petista”, mas ele não iria “baixar a cabeça”. O que ele estava fazendo e que dona Ivone chamou de “política”, segundo esse senhor, “não era um crime”.

Nesse momento, porém, os próprios “invasores”, seus “companheiros”, começaram a lhe dar conselhos. Sugeriram que ele “voltasse para sua casa”, que “sua mulher o esperava”, que ele “tinha família e filhos”, que “todos ali sabiam se virar”. O clima de tensão começou a perder força. Depois de quase duas horas, a poeira já baixara, a noite caíra. Os policiais se foram. O jovem da academia de polícia estava visivelmente frustrado com sua impotência diante da massa fervorosa – afinal, todos os emblemas de autoridade que portava não se mostraram suficientes para dissuadir aquelas pessoas, visto que o conflito entre as mesmas se esvaeceu como um sopro. O que estava em jogo não era a simples ameaça de atear fogo, o que no jargão da polícia seria um conflito corporal como outros. Creio que naquela ocasião, como eu, o policial aprendiz não desconfiava do que estava sendo encenado naquele ritual. Talvez o agente de polícia mais velho conhecesse melhor aqueles códigos. Quiçá ele soubesse que a intervenção convencional da polícia não poderia nem deveria ser gramatical naquele contexto e, por isso, tenha levado o suposto líder da invasão para longe da multidão, persuadindo-o, mediante “ameaças”, a desistir de seu intento (fosse qual fosse)³⁰.

Logo em seguida, os funcionários da Administração Regional também se afastaram da turba. A noite fria começava a cair. Conteí com a compreensão de Benedito e Paulo. Eu estava absorta, paralisada e eles não me tiraram

abruptamente daquele estado. Ambos afastaram-se um pouco, deixando-me próxima dos “invasores”. Já não havia mais outros estranhos por ali além de nós. Fiquei imóvel no local onde há poucos instantes fervia sangue e ricocheteavam insultos. Ao olhar para cada um daqueles rostos e ouvir fragmentos da história particular de cada família me senti desafiada. Porém, naquele momento, tudo o que pude fazer foi acolher aqueles lampejos de experiência que o grupo compartilhava comigo.

Por explicitarem seus vínculos com o partido de oposição (PT), essas pessoas acreditavam estar sendo “sacrificadas”, “desafiadas”, impelidas a “desistir”. Suas declarações levaram-me a perceber que a grande maioria não preenchia os requisitos arrolados no cartaz à entrada da Administração Regional. Sem terem transferido seus títulos de eleitor para o Distrito Federal ou sem terem como demonstrar seu “*tempo de Brasília*”, àquelas famílias estavam interditos diversos benefícios proporcionados pelos programas assistenciais do governo, dentre os quais se sobressai a doação de lotes.

Quando acreditaram que eu poderia ser capaz de compreender suas histórias ou talvez auxiliá-los de alguma maneira, todos sacaram de seus bolsos pequenos pedaços de papel em que se lia o nome do chefe da família (homens na grande maioria, mas algumas mulheres também) e o “número” do seu “processo” ou “inscrição”.

Sem saber ao certo o porquê de nossa conversa, trocamos algumas palavras. O conteúdo de nossas falas, muito estereotipadas, não nos aproximaram muito naquele momento. Certamente, para eles, conversar comigo não lhes trouxe nenhum benefício; afinal, eu não era jornalista como alguns supunham quando de suas denúncias monocórdias. No entanto, essa experiência aguçou minha percepção para esses fenômenos sociais nativos, por meio dos quais a política se exprimia de forma concreta, vivida: a invasão, o lote, o barraco, o tempo de Brasília e o conflito entre azuis e vermelhos. De forma condensada, inusitada e pouco compreendida ou compreensível, em um único evento manifestava-se o modo hegemônico de conduzir as relações sociais no Recanto das Emas.

A quintessência do que eu viria a descobrir lentamente, ao longo do trabalho de campo na cidade, estava encapsulada naqueles pequenos papéis que cada qual acenava com veemência. Para aquelas pessoas, tais papéis deveriam ter lhes garantido um lote, após a remoção, e isso não aconteceu. Sem timbre, escritos à caneta, frutos de um “cadastramento dos invasores”, eram carregados como amuletos, espécie de provas sagradas daquilo que, nas palavras de algumas daquelas pessoas, seria seu direito como “ser humano” a um lote³¹. Esses papéis, apesar de sua inocuidade, funcionavam como ícones, ícones de uma luta por reconhecimento a que todos ali se dedicavam com afinco³².

As quadras 500 (ou a outra face da quadra de esportes)

Ao lado daquelas vinte famílias confinadas, posso hoje alinhar o restante dos moradores da invasão que lá não estavam, pois só assim é possível compreender quase de modo pleno o que significava aquela situação vivida na quadra de esportes. Os demais invasores (aqueles contemplados com um lote) foram instalados em uma nova área nomeada e esquadrihada como “quadras 500”³³. Essa quadra ficava relativamente próxima ao lugar onde Benedito morava (quadra 306), que, por sua vez, era bastante afastado do centro nervoso (onde fica o banco, as principais lojas, o correio, a Administração Regional) da cidade.

Em algumas ocasiões fui acompanhada dele ou de outras pessoas até esse local, ou seja, às quadras 500. Como eles mesmos me esclareciam, ali acontecia *muita coisa interessante para o meu trabalho*, especialmente porque tudo o que era possível perceber entre aquelas pessoas *já fora vivido anteriormente* pelos demais moradores do Recanto das Emas, agora instalados em quadras com melhor infra-estrutura urbana³⁴. Ao objetivarem dessa maneira sua própria história e, conseqüentemente, a curta existência da cidade, os moradores mais antigos sugeriam que aquele local oferecia a forma mais primitiva ou elementar da cidade do Recanto das Emas.

Freqüentei essa quadra inúmeras vezes, mas sempre como transeunte. Os moradores do Recanto das “ruas de cima”³⁵, com os quais eu mantinha um contato mais íntimo, nutriam um julgamento paradoxal em relação aos habitantes dessas novas quadras, denominadas todavia de invasão³⁶.

Agora percebo que esses apodos, mais ou menos irônicos, se tornam fundamentais em um espaço em que os números (das quadras, dos conjuntos, dos lotes, das casas e dos barracos) deixam margem para pensarmos em uma certa simetria ou homogeneidade, em lugar de percebermos com nitidez o tipo de estratificação local. Há, pois, para evitar mal-entendidos, para indicar quem é morador antigo da cidade e quem é recém-chegado (Elias e Scotson, 2000), um sistema classificatório bastante singular³⁷.

Para os moradores do Recanto com os quais eu me relacionava mais intimamente, por exemplo, eu “estava trabalhando” de fato quando saía de casa, munida de gravador e caderneta, para encontrar alguém com quem eu marcara previamente uma entrevista; do contrário, eu “estava parada”. Quando podiam sugerir-me algo de pitoresco para fazer (em vez de “ficar parada”), indicavam-me alguém que morava ou algum evento que aconteceria na “invasão” (quadras 500). Por outro lado, em face da distinção que precisavam nutrir em relação àquele espaço (um passo atrás na escala evolutiva que tinham em

mente), contavam inúmeras histórias escabrosas, cujos funestos personagens iam ou vinham daquela parte do Recanto. Em todas as ocasiões em que estive na invasão, contei com a companhia de algum outro morador mais antigo da cidade, cujo sentimento de aversão por aquele local não lhe permitia me deixar ir só às quadras 500.

Assim foi no primeiro dia em que lá estive. O quadro foi muito mais impactante do que nas vezes seguintes, não só pelo estranhamento “natural” de quem desconhecia tudo e todos, mas porque as moradias e as pessoas pareciam depois de outras visitas mais conformadas, tanto no sentido de resignação quanto de enquadramento aos padrões já estabelecidos na cidade (Elias e Scotson, 2000). Percorriamos as ruelas entre os barracos recém-armados da invasão – Lourdes, seu marido Benedito e eu. Alguns caminhões do governo do Distrito Federal chegavam trazendo os barracos e as pessoas que vinham removidas da invasão.

Não havia ruas propriamente, mas vielas ladeadas por montes de terra empilhada em frente aos lotes recém-esquadrinhados. Naquele espaço, às pressas, os novos proprietários construíam um barraco, marco de sua posse. Nessas ocasiões, circulavam inúmeras anedotas sobre o perigo de alguém invadir o lote há pouco ganho, mesmo que quem o recebeu tenha acabado de ser removido de uma invasão³⁸.

Sem rede de esgoto, detritos escorriam por grandes valas. O lixo acumulava-se, pois não havia coleta. Aqui e ali pipocavam fogueiras com os dejetos. A água era também um bem escasso: às vezes, um carro-pipa passava e abastecia tonéis de metal e outras vasilhas deixadas em frente aos barracos. Se houvesse necessidade de água mais fresca ou em maior abundância era preciso caminhar até o chafariz – uma bica pública instalada no centro das novas quadras. Nesse local, em meio ao que talvez viesse a ser uma praça, mulheres aglomeravam-se disputando um lugar próximo ao reservatório para lavar roupa e dar banho nas crianças pequenas. Ao seu redor, alguns homens com suas carroças traziam seus cavalos para aproveitarem também os respingos do chafariz³⁹.

Muitas pessoas se movimentavam rapidamente construindo suas casas: vigas de madeira (feitas com restos de madeira ou com troncos de árvores) eram enterradas nos ângulos retos de um espaço quadrangular demarcado no próprio solo. Essa marcação servia de moldura para que as paredes fossem pregadas (no caso de tapumes ou madeirites) ou fixadas (quando do uso de lona ou outro material plástico). Caso possuíssem telhas, as pessoas cobriam dessa forma suas futuras casas, se não, com o mesmo material da parede. Em casos de construção de barracos desse tipo, o piso costumava ser de chão batido. Havia ainda outros desafios além do teto em si, como providenciar energia elétrica (através de um fio, ligado aos postes de energia principais, reconhecido localmente como gam-

biarra) e a escavação de uma fossa. Observava um dia, atentamente, o engenho de homens e mulheres envolvidos nesse trabalho, quando fui afugentada pelo comentário acerbo de uma jovem do grupo que ironizou o fato de *haver gente que quer ver como vivem os pobres*.

Como frisam os moradores do Recanto que ainda não *ganharam* seu lote, não é feito só de dificuldades e tragédias o dia-a-dia de quem está *no que é seu*. Um incipiente comércio já se instalava nas quadras 500: pequenos botecos com poucos suprimentos, alguns barracos vendendo materiais básicos de construção, um barbeiro com uma cadeira instalada no meio da rua fazendo cabelo e bigode de homens até ali atraídos⁴⁰.

Essas cenas, somadas ao comentário daquela jovem, despertaram um certo ressentimento em Lourdes e Benedito que os fez lembrar sua chegada ao Recanto das Emas, enfatizando sobretudo as dificuldades por que passaram. Para eles, seu sofrimento fora talvez maior do que o daqueles que ali estavam, pois naquele tempo “ninguém os ajudou”.

Hoje posso perceber como esse *topos* voltaria a se repetir incessantes vezes ao longo do trabalho de campo no Recanto das Emas. A apreciação do que é de fato uma situação lastimável e incontornável passa menos por dificuldades materiais e mais pela ausência de laços, ou seja, quando quem sofre “não tem para quem pedir”. Assim sendo, não se trata apenas de cumprir com a função referencial do que poderia significar a pobreza ou a miséria⁴¹. Quem não tem



para quem pedir está realmente em maus lençóis, pois obviamente acaba não recebendo ajuda de parte alguma e essas restrições tornam suas chances de se “safar” dos percalços diários ainda mais exíguas.

Quando regressamos caminhando até a casa de Lourdes e Benedito, a cada passo que dávamos era como se avançássemos no futuro, como se retrilhássemos o caminho que eles próprios percorreram desde sua chegada ao Recanto das Emas e quiçá até mesmo ao Distrito Federal há quinze anos atrás. “Isto aqui que você está vendo, tudo isso aqui um dia já foi como a invasão.” Principalmente Benedito, que naquele momento se agarrava com unhas e dentes ao tema da ecologia (compondo letras e poemas sobre essa questão), lamentava muitíssimo a devastação que o assentamento daquelas pessoas implicava. Realmente, era deslumbrante o local onde os invasores foram instalados: no cume da cidade, à beira de um vale, onde corre um rio com algumas cachoeiras. Para Benedito, a presença dos invasores já se fazia notar na quantidade de lixo acumulado no caminho que leva às cachoeiras e isso, com o tempo, acabaria comprometendo a última paisagem de cerrado da cidade.

Lourdes fazia questão de salientar a diferença que havia entre cada uma das “quadras” (porção de lotes) por onde avançávamos, entre as mais antigas e as mais recentes. Conforme sua apreciação, indo em direção à sua quadra, “evoluíamos”. Os estreitos sobrados de alvenaria sem pintura substituíam os barracos de madeirite ou de lona. As casas “na cerâmica”⁴² deixavam para trás o mundo do chão batido. Sobretudo as pequenas árvores, acompanhadas com diligência pelos moradores mais antigos, eram os signos daquele processo ou movimento quase “evolutivo” por que passaram aqueles que conseguiram fixar-se à terra. A sua quadra não era mais uma invasão e a sua casa não era mais um barraco.

“Mas não são todos que ficam com o lote não... muitos já o vendem por R\$ 3 mil e voltam pra baixo da ponte, até invadirem num outro lugar”⁴³. Benedito referia-se à massa que movimenta o problema social nomeado localmente como *grilagem*: “Estas pessoas que estão aqui hoje... você vem aqui daqui uns poucos anos... você vai encontrar só algumas. A maioria delas já vai estar com um outro destes barracos lá na Embrapa...”, dizendo isso ele apontava com o braço para o horizonte perdido, como se não houvesse limite para aquela expansão⁴⁴.

Essa conversa com o casal Lourdes e Benedito chamou minha atenção para o espaço (ou lote, ou barraco, nos termos nativos) como um objeto de disputa no Recanto das Emas. Aqui se briga para conseguir um lote e se luta mais ainda para manter-se nele. Além disso, há um empenho pela classificação legítima e adequada dos mesmos. Lourdes constantemente perguntava-me: “Há quanto tempo você acha que esta nossa quadra existe?” Era um teste que ela me im-

punha, pois afinal, aos seus olhos, sinais claros de diferenciação supostamente lá estão para permitir uma ordenação cronológica.

Enquanto não aprendi a falar a linguagem dos lotes, da invasão, dos barracos, continuei sendo uma estranha. Acredito que estranhos não são apenas aqueles que, como eu, não são do Recanto das Emas. O estranho, nesse caso, não pode ser definido como alguém que vem de fora (afinal, muitos, quase todos, que ali estão vieram de fora, de outro lugar), mas aquele que não compartilha os códigos, tornando-se por essa razão uma pessoa ambígua, em quem não é fácil depositar confiança.

Vida e política: afinidade entre categorias



Esse evento na quadra de esportes nos remete à situação liminar vivida pelas pessoas que ocupam os espaços chamados localmente de invasão. A invasão interessa, como vimos, não apenas aos que almejam um lote. No entanto, é sobre este último grupo que pesa a ambivalência fundante da invasão: ao mesmo tempo que alguém invade um espaço interdito, ao qual não pertence, deixa de estar no lugar a que pertencia.

Notamos, porém, que, no caso focalizado, não é apenas o lugar que indica esse pertencimento (atual ou prévio), mas o tipo de laço que cada indivíduo nutre. Os diferentes destinos dos que foram removidos da invasão nos fornecem elementos para pensarmos esse problema. De um lado, a grande maioria que foi contemplada com um lote nas quadras 500, criadas especialmente para esse fim; de outro, as vinte famílias que não tiveram a mesma sorte.

O confinamento destas últimas famílias na quadra de esportes, no interior das dependências da Administração Regional da cidade, mostra que as mesmas tinham alguma importância, do contrário teriam sido simplesmente “largadas no meio do mundo”, como em outros tantos casos que eu mesma pude acompanhar. Qual era então esse interesse?

Aquelas famílias, mais do que meros casos isolados, constituíam exemplos a serem propalados. É preciso notar que além dos funcionários do governo, centenas de outras pessoas circulavam por aquele espaço todos os dias. Como veremos ressaltado em outras passagens dos próximos capítulos, a Administração Regional é um ponto no Recanto das Emas para onde confluem inúmeros moradores da cidade, cada qual com um interesse específico. Ali estão as crianças vindas para os cursos profissionalizantes ou para as práticas esportivas oferecidas pelo governo distrital; os vendedores ambulantes, espécie de mascates, que têm nos funcionários da Administração um público cativo (especialmente por terem rendimentos garantidos) para os mais diversos produtos; enfim, todos os tipos de moradores da cidade que buscam sanar seus diferentes problemas mediante um contato pessoal com algum funcionário da Administração ou mesmo com o próprio administrador.

Cada um que passava pela Administração Regional se deparava com aquelas famílias em exposição na quadra de esportes. Para manter acesa a faina pelo lote é preciso que pessoas como aquelas, em tal situação, existam. No misto de temor e ressentimento de Lourdes, podemos identificar essa implicação mútua. Quem está em uma invasão, com seu barraco de lona e papelão, amedronta quem está no barraco de madeirite, o qual, por sua vez, assusta quem vive em uma casa com laje. Esse receio, como pudemos perceber, tem raízes concretas, afinal, quem hoje mora em uma casa com laje, em lote próprio, muito provavelmente passou anteriormente pelos mesmos maus bocados dos que estavam

na quadra de esportes.

Mas não é só a lembrança das precárias condições de moradia que causa um mal-estar generalizado no morador estabelecido do Recanto das Emas. Todas aquelas pessoas que vivem em torno de seu barraco tornam manifesta uma outra escassez fundamental para a movimentação do mercado político de terras no Recanto das Emas. Quem está ali, na invasão, não está em outro lugar, não está trabalhando. Trabalhar não implica necessariamente ter um emprego. Vimos que causava muito incômodo para as pessoas com as quais eu convivía que eu ficasse parada. Vimos também que especialmente os homens na quadra de esportes reclamavam por estarem parados, sem trabalho.

Em verdade, aquelas pessoas sintetizavam dois fantasmas que perseguem os moradores da cidade: a falta de um lugar onde morar e a falta de ter o que fazer. É preciso enfatizar que, embora o ideal – que apenas poucos alcançam – seja um lote próprio e um emprego fichado⁴⁵ ou um *emprego na política* (considerado praticamente tão ou mais estável que um emprego com carteira assinada), o fundamental parece ser não estar no extremo oposto. Lamentável é a situação vivida por quem não conhece alguém que lhe dê abrigo ou trabalho, sendo que dar trabalho não significa dar emprego, mas dar o que fazer.

A circunstância mais deplorável, do ponto de vista de quem já passou por situações semelhantes, é não ter a possibilidade de se desvencilhar do marasmo, ou seja, não estar se relacionando com quem possa imprimir (com seu poder) uma força que altere o rumo dos acontecimentos. Lembremos que Benedito assim vivia quando Paulo lhe ofereceu o que fazer. Avançando na interpretação desses fatos, podemos entender o vínculo de Benedito com a campanha eleitoral de Roriz como determinante para a obtenção de seu emprego na Administração Regional. Por outro lado, associadas ao Partido dos Trabalhadores, àquelas vinte famílias reclusas na quadra de esportes poucas chances restavam.

A valorização do *emprego na política* (no caso de Benedito) e a condenação dos que *fazem política* (como as famílias da quadra de esportes) evidenciam que o alcance de certos benefícios, como o lote ou o emprego, no caso do Recanto das Emas, encerra uma série de procedimentos e crenças em comum. O fundamental parece ser a forma como essa relação se apresenta no caso do Recanto das Emas. Nesta cidade, *lote e emprego* são símbolos que indicam a posição política dos indivíduos.

O sentido para o qual cada indivíduo empenha sua energia social, na construção de relações com pessoas dotadas de poder empregadas na política, pode conduzi-lo (ou não) ao seu objetivo (seja este um lugar para morar ou o que fazer). O fato é que nem todos – sejam os adeptos do vermelho, sejam os do azul – podem ser contemplados da mesma forma durante os diferentes gover-

nos. As pessoas com poder que trabalham no governo costumam agraciar com os recursos percebidos como escassos apenas aqueles que lhes oferecem uma contrapartida imediata ou mesmo futura. Esta é, em especial, a atitude de quem alcançou um *emprego na política* (como Benedito) e que tem a oportunidade de ser prestativo pelo fato de estar trabalhando para quem está no poder. A única alternativa que resta a quem não está dessa forma empregado (isto é, apoiando aqueles que têm poder, que estão no governo) é aguardar que os ventos mudem. Porém, como podemos perceber, esse tempo de espera não costuma ser marcado por calmarias, e sim por conflitos bastante violentos.

Com esses elementos, é possível começar a configurar a relação profunda que há localmente entre *estar empregado* (especialmente se for empregado na política) e *ter poder de barganha*. A afinidade que existe entre esses bens é, principalmente, política, visto que tanto o emprego quanto as dádivas que se pode assim obter para outros servem para alimentar disputas propriamente políticas (como as eleitorais, mais explicitamente). Essa politização acaba configurando a forma legítima para a manifestação local de dissonâncias de várias ordens, mas sobretudo as de vinculação político-partidária. Não foram raros os casos de pessoas que, por serem associadas a quem não estava no governo, tinham aumentadas suas dificuldades para conseguir um emprego ou alcançar qualquer benefício do Estado. Essa circunstância pode ser evidenciada no caso do grupo que, no governo anterior, tinha trabalhado na limpeza urbana da cidade. Conheci algumas dessas pessoas que, por esse vínculo – com o Partido dos Trabalhadores ou com o ex-governador Cristovam Buarque –, tinham sido preteridas em diversas ocasiões pelos funcionários do atual governo. Assim, se havia a distribuição governamental de algum benefício (como um posto emergencial na frente de trabalho, por exemplo), este costumava ser ofertado primeiramente às pessoas que não fossem explicitamente ligadas à administração anterior. Da mesma forma, porém em sentido oposto, aqueles que hoje tinham seus empregos (como Benedito, entre outros) recordavam dos penosos dias vividos durante o governo anterior, quando estavam igualmente excluídos do círculo de reciprocidade política local.

Por fim, gostaria de frisar que a evidência etnográfica do evento passado na quadra de esportes, recuperada ao longo deste capítulo, bem como os problemas que dali afloraram, só se tornaram satisfatoriamente compreensíveis ao longo de todo o trabalho de campo no Recanto das Emas. Por isso, a exposição desse evento se torna uma exposição analítica, ou seja, uma construção exemplar da relação indéxica entre o lote (e de seu par, o emprego) e a expansão política no Recanto das Emas.

No microcosmo da chácara funcionavam os prédios da Administração

Regional da cidade e lá estavam confinados na quadra de esportes desativada os antigos moradores da invasão que não foram assentados nas quadras 500. No caso apresentado neste capítulo, não havia como acessar a história ou trajetória progressiva de cada participante individual do evento. Naquele momento, pouco eu poderia afirmar acerca dos “invasores”, dos funcionários da administração ou dos personagens “quiméricos” que estavam nas falas de acusação mútua e que ensejaram a chegada dos policiais. Do conjunto de atos observados – em que se confrontavam um grupo de indivíduos contemplados com seus empregos na política por terem “trabalhado na política” no ano das eleições e outro de indivíduos punidos por “fazerem política” – podemos extrair uma chave interpretativa de suma importância.

Lugares-eventos, como a invasão da quadra de esportes, condensam a vida ordinária porque, mesmo que marcados pelo simulacro (Tambiah, 1996), pelo distanciamento relativo que a encenação de um drama social exige, nos fornecem, pela concentração de *performances*, elementos para compreendermos a retórica ou o repertório cultural que está sendo acionado pelos grupos em confronto. No caso do Recanto das Emas, olhando para aquele primeiro momento, depois de construída a etnografia, tornam-se nítidos os interesses comuns que parecem viabilizar a afluência das massas à capital federal. Essas pessoas fornecem a energia social necessária à expansão do poder político e, como desdobramento dessa primeira constatação, compreendemos como *tal poder se realiza, não a despeito, mas a partir da impossibilidade de contemplar homogeneamente a população*.

A política no Recanto das Emas apresenta-se como a frágil administração de bens construídos a um só tempo como abundantes e escassos (em especial quando se trata do lote). A quadra invadida, da qual foram removidas todas aquelas pessoas (tanto os indivíduos não contemplados que encontrei na quadra de esportes quanto os atuais moradores das quadras 500), era motivo de vergonha e temor para os outros moradores do Recanto das Emas, considerado um lugar perigoso pelas forças do Estado. O próprio delegado descreveu-me a dificuldade que os policiais tinham para vasculhar aquele espaço labiríntico. A remoção da invasão para longe, para um lugar esquadrinhado e de fácil observação, agradou muito aos antigos moradores do Recanto, que viviam a ameaça de ver o seu passado recuperado sempre que entravam em contato com os invasores à sua volta.

Os que foram levados para a quadra de esportes ainda representavam essa ameaça. Os demais, agora assentados nas quadras 500, por sua vez, trilhavam o caminho ou percurso civilizatório pelo qual tinha passado a maioria dos moradores do Recanto das Emas que, saindo ou não de uma invasão, enfrentaram

os desafios de domesticar um lote e domesticar-se em relação à vida no lote.

A tensão desse convívio diário com o inimigo tinha seus efeitos funestos não só nos acampados, mas também sobre os funcionários da Administração Regional que, como Benedito, os viam agora ao seu lado, no seu lugar de trabalho. A ameaça de atear fogo em um carro que transportava agentes do governo era um índice do medo e da apreensão que tomavam conta de todos. Essa proximidade, essa ação de trazer para perto de si o inimigo político coloca um desafio à interpretação. Ao maltratar aquelas pessoas, ao recusar-lhes água ou um olhar, os funcionários da Administração cumpriam seu papel. Do mesmo modo, se lhes davam atenção, corriam o risco de ver suas simpatias e fidelidades políticas postas em dúvida.

Expressões com as quais nos deparamos em uma situação ritual, como o evento aqui analisado, compõem uma linguagem que, atualizada, pressupõe um entendimento, não no sentido de consenso, mas de compreensão mútua; ou seja, todos sabem o que está se passando, pois cada ato manifesta o juízo e os sentimentos de alguém em relação a um outro. E é nessa troca – não necessariamente mediada pela compreensão interna ou teleológica de todo o processo, sob todo e qualquer ponto de vista – que uma coletividade se realiza simbolicamente (Mauss, 1985:278).

Como vimos neste caso, em que a remoção de uma invasão foi seguida tanto pelo assentamento de certos ex-invasores quanto pelo confinamento das cerca de vinte famílias na quadra de esportes, em lugar de se apresentar com sua face benevolente, o Estado surge como carrasco. E nisso não há contradição. Fazendo parte de um mesmo corpo, os agentes que removem e aqueles que realocam são como a mão esquerda e a mão direita (Hertz, 1980). E as situações de perda e ganho também adquirem significação a partir da relação com um certo *continuum* que implica conceber a política como sagrado e também como algo profano. A intimidação talvez seja um modo peculiar de conduzir essas distintas relações e significações da política, exigindo ou mesmo forçando todos os envolvidos a assumir um comprometimento sacrificial consigo, com o seu grupo e com suas crenças (Chaves, 2000).

O fato é que se trata de uma verdadeira luta (expressa nas penúrias por que passou a maioria dos moradores do Recanto, durante anos a fio) que não é facilmente esquecida. Muitos, sabendo da dimensão desse esforço, pouco investem na conquista do lote, preferindo contar com a sorte (na obtenção dos pontos necessários para o recebimento de um lote) e se aperrear menos⁴⁶. Mas outros, não, envolvem-se e se deixam envolver, colhendo os louros quando vencem e esperando penosamente que o destino mude quando perdem.

Ao interesse de alguns políticos pela expansão territorial e populacional,

vem calhar a disposição de certas famílias em morar nesses locais novos, transferindo suas vidas (e seus títulos de eleitor) para lá. A política institucional e as disputas eleitorais oferecem a todos uma forma, uma linguagem composta por esse conjunto de categorias, que expressam de modo legítimo muitas coisas que estão em jogo na vida dessas pessoas – coisas que em si não vêm rotuladas com o selo “político”, mas que assim se fazem compreendidas.

Recuperando um itinerário

No presente capítulo, a opção etnográfica pelo ato se deu por sua capacidade de comunicar, sem tornar paradoxal, a distinção e a afinidade que marcam um conjunto de categorias fundamentais (invasão, lote, barraco, “tempo de Brasília”). A vida no Recanto das Emas acabou sendo compreendida como uma vida política, e não o contrário. Nem todas as pessoas ou todos os episódios da vida local estão necessariamente relacionados a esse universo chamado político (que abarca pessoas ligadas ao governo, aos partidos políticos etc.). No entanto, absolutamente todos os eventos classificados como políticos estão referidos aos meios e ao modo de vida na cidade do Recanto das Emas.

Olhando de uma perspectiva atual, vejo presentes, nos momentos iniciais do trabalho de campo no Recanto das Emas, os pilares que posteriormente sustentariam o restante da etnografia lá construída. Não seria de todo incerto admitir que isso realmente se deu, ou seja, que as primeiras imagens cravadas na minha retina persistiram durante a minha experiência nessa cidade do Distrito Federal e depois, durante a elaboração deste texto, também. Como responder ao que aconteceu de fato? Como explicar a atenção sociológica que eu prestei a fatos que somente muito tempo depois começaram a fazer real sentido para mim? O que fora preponderante nos momentos iniciais da investigação: a teoria nativa ou a teoria antropológica? Acredito que esse processo de construção do conhecimento marque o próprio caráter de *experiência* da investigação etnográfica. Malinowski (1984), na introdução aos *Argonautas do Pacífico Ocidental*, pondera a esse respeito, sem descartar nem “a pressão da evidência” (1984:22), nem “a inspiração que lhe oferecem os estudos teóricos” (1984:23).

Assim, ao descartar ou resgatar alguns fenômenos, nos orientamos por uma particular visão do mundo, um modo de contemplar a realidade moldado em ocasiões outras que antecedem o momento da pesquisa e que também se modificam ao longo da mesma. A presente investigação, nesses termos, trata-se da busca por uma interpretação dos fatos sociais presenciados no Recanto das Emas que comunique com eficácia a diferença marcante que existe entre a teoria, os tipos ideais e os modos de vida nativos.

Nesse sentido, é inevitável perceber como uma espécie de cabo de guerra se instala em nossa consciência quando tentamos recuperar o que teve ascendência na construção etnográfica final: se o impacto agudo da realidade (dos tipos ideais e teoria local) sobre uma percepção “ignorante” dos fatos ou se a luz teórica e monográfica capaz de tornar antropologicamente claros e relevantes certos eventos locais.

Acredito que a antropologia carregue essas duas marcas: por um lado, os eventos nativos nos arrebata, por outro, uma determinada perspectiva teórica nos conduz a enfatizar determinados fatos, assim como a descartar outros tantos. Também no presente estudo, aliada a essa imponderável potência etnográfica (Malinowski, 1984:29⁴⁷), existe uma hierarquia nítida que ordenou e ordena, em escala de grandeza e importância, fenômenos relativos ao que podemos chamar hábito político local⁴⁸. Ênfase que essa espécie de recorte da realidade obedece à evidência etnográfica (ao próprio valor que os nativos imputam aos eventos que aqui classifico como sendo do âmbito da política) e, ao mesmo tempo, a um modo academicamente informado de auscultar o universo que procuramos compreender⁴⁹.

Por fim, podemos concluir que, em busca de um lugar para morar, seja dentro ou fora das invasões, tanto os invasores propriamente ditos como os moradores do Recanto que chegaram à cidade por outras vias, enredaram-se continuamente com a política. Tal envolvimento, como vimos, não se trata de uma relação atemporal. Pelo contrário, a política substancializa-se e se torna viva especialmente nos indivíduos empregados na política. A relação entre quem deseja um lote e quem detém o poder de ofertá-lo é o que anima politicamente a vida dessas pessoas em tais eventos. A invasão seria uma dessas ocasiões de encontro e troca e, por isso, deve ser compreendida como um lugar-evento. A invasão não é apenas um palco para o confronto, ela é também um objeto que está sendo classificado no próprio embate. Essa luta particular nos conduziu pelas searas das disputas políticas locais, dos confrontos eleitorais. A invasão como lugar-evento aponta, portanto, para a presença da política na vida ordinária dos moradores do Recanto das Emas. A força da diferenciação e as peculiaridades etnográficas, nesse caso em particular, lançam as bases para duvidarmos não apenas da política como uma esfera movida por valores homogêneos, mas de sua “aparição” em instâncias espaciais e temporais necessárias e predefinidas. Na invasão, quando e onde eu menos esperava, percebi a política como algo vivo para quem mora no Recanto das Emas.

Notas

¹ Siglas de todo tipo são usadas em profusão no Recanto das Emas, seja pelos funcionários do governo local, seja pelos moradores da cidade. Como nem sempre é possível desvendar seu sentido oficial, as pessoas acabam atribuindo significados práticos às mesmas. Um exemplo disso é o caso de um órgão já extinto, a SHIS, que será abordado mais especialmente no capítulo “Tempo de Brasília”. Os moradores da cidade, pronunciando xis ou antiga-xis, localizam esse órgão no universo das instâncias governamentais envolvidas com a política habitacional, sem saber necessariamente que se trata da “Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda”.

² Becker (1994) e Peirano (1995), entre outros, procuram discutir as implicações de categorias nativas que aludem ao “acaso”, *vis-à-vis* o desafio de uma compreensão não-teleológica dos fatos sociais.

³ Do ponto de vista adotado por Peirce, muito do que observamos do presente em relação ao passado nos soa como probabilidade, acaso ou “chance”, porque é preciso (inclusive na “ciência”) que lancemos mão de certas “ficções”. Do contrário, a consciência do curso cego da vida nos seria insuportável:

“All human affairs rest upon probabilities, and the same thing is true everywhere. If man were immortal he could be perfectly sure of seeing the day when everything in which he had trusted should betray his trust, and, in short, of coming eventually to hopeless misery. He would break down, at last, as every great fortune, as every dynasty, as every civilization does. In place of this we have death” (Peirce, 1992:149 – *The doctrine of chances*, 1878).

⁴ *Signo* é aqui utilizado no sentido atribuído por Peirce. “Um *signo* é um representâmen do qual algum interpretante é a cognição de um espírito [...] *signo* é tudo aquilo que está relacionado com uma Segunda coisa, seu *objeto*, com respeito a uma qualidade, de modo tal a trazer uma Terceira coisa, seu *interpretante*, para uma relação com o mesmo objeto, e de modo tal a trazer uma Quarta para uma relação com aquele objeto na mesma forma, *ad infinitum* [...] um signo pode se denominado ícone, índice ou símbolo” (Peirce, 1977:51, 28, 52).

⁵ “The conception of a *third* is that of an object which is so related to two others, that one of these must be related to the other in the same way in which the third is related to that other. Now this coincides with the conception of an interpretant.” (Peirce, 1992:6 – *On a new list of categories*, 1867)

⁶ O Recanto das Emas é uma “Região Administrativa” do Distrito Federal. A categoria cidade, no entanto, perpassa a vida local, a ponto de a “Administração Regional”, no que diz respeito ao seu espaço físico e às suas funções, ser percebida e referida pelos moradores do Recanto das Emas como *uma espécie de prefeitura*.

⁷ O evento narrado doravante teve lugar em 2000, antes, portanto, das obras de asfaltamento da cidade. O clima nessa região do Planalto Central brasileiro caracteriza-se por uma estação seca e outra chuvosa. Na época das chuvas, as ruas transformavam-se em verdadeiros lamaçais. Adiante, no Capítulo 3, são analisadas algumas implicações do processo de

asfaltamento da cidade na vida dos moradores do Recanto das Emas.

⁸ O processo de ocupação territorial das margens do Plano Piloto tende a se desenrolar em uma série de etapas, marcadas basicamente por: 1) invasão do espaço por pessoas desautorizadas pelo Estado; 2) remoção dos invasores (ou, em termos nativos, “arranca”) pelas forças do Estado; 3a) realocação dessas pessoas no mesmo ou em outro lote reservado para esse fim e/ou 3b) realização de uma nova invasão (Valladares, 1981).

⁹ O croqui anexo auxilia na compreensão da disposição espacial das quadras no Recanto das Emas. Como grande parte das cidades do Distrito Federal, o modelo inspirador para tal arranjo encontra-se no próprio Plano Piloto de Brasília.

¹⁰ O termo êmico aqui utilizado guarda semelhanças com a categoria analítica “tempo da política” destacada no trabalho etnográfico de Palmeira (1996).

¹¹ A esposa de Benedito, Lourdes, mais explicitamente do que qualquer um, declarou certa vez que votaria nas próximas eleições (2002) em alguém que lhe desse algo de fato e não apenas promessas, “não importava o quê”, mas ela não daria seu voto “em troca de nada” mais uma vez.

¹² Olga, moradora do Recanto das Emas e funcionária da Administração Regional tal qual Benedito, definiu com essa fórmula – “ser eleito para um emprego” – a analogia entre a eleição do político profissional para o seu mandato e a do cabo eleitoral para um cargo comissionado. O caso detalhado de Olga é tratado no Capítulo 2.

¹³ Para uma análise do efeito dessas práticas sobre a própria política local, ver Teixeira (2002).

¹⁴ Benedito e sua esposa foram os mais importantes interlocutores que tive no Recanto das Emas. Suas vidas serviram-me de bússola para percorrer a cidade. O tipo de conhecimento da vida no Recanto das Emas que esse casal me proporcionou ao longo do convívio que tivemos pode ser aproximado do experimento e experiência de Crapanzano (1985). Este autor procura retratar o Marrocos por meio de Tuhami e, em sentido contrário, a história da vida desse homem a partir do conhecimento daquele país.

¹⁵ A presença constante daquelas pessoas, realizando as mesmas atividades, levou-me a naturalizar seu papel ao longo do tempo de pesquisa no Recanto das Emas. Em seguida, no Capítulo 3, detenho-me sobre a função cumprida por esses indivíduos na movimentação diária que são os atos de governo, as inaugurações e solenidades em que se encontram pessoas do governo e esses moradores do Recanto – desde as crianças das aulas extraclasses aos funcionários da Administração Regional.

¹⁶ Das mais às menos institucionalizadas, essas dádivas poderiam ser obtidas no interior da própria Administração Regional (onde Benedito trabalhava) ou fora dali. Recordo de um amigo de Benedito, vendedor de biscoitos, que lhe deixava lotes dessa mercadoria, quando o prazo de validade da mesma expirava, para que fossem distribuídos pela cidade. Benedito aproveitava essas ocasiões para circular com os biscoitos, exercendo assim a principal atividade de seu *emprego na política*.

¹⁷ “Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, é ícone de qualquer coisa, na medida em que for semelhante a essa coisa e utilizado como um seu

signo [...]” (Peirce, 1977:52).

¹⁸ Mais adiante, no capítulo “Tempo de Brasília”, trato de uma concepção extremamente alastrada na cidade, segundo a qual, cada morador do Distrito Federal, conforme os anos vividos na capital, sustenta um direito a ter um lote (uma casa, um canto, um lugar, um barraco) para morar. Essa concepção, é claro, informa e é conformada pelo poder político local que, desde os primórdios de Brasília (e.g. Ribeiro, 1980), adota essa modalidade de troca do patrimônio público (do Estado) com o próprio público (a população que chega).

¹⁹ Dona Rosa, em cuja casa morei no Recanto das Emas, não logrou obter nenhum benefício do governo enquanto não transferiu seu título de eleitor para o Distrito Federal. Em 2002, depois de fazer cópias e autenticar em cartório todos os documentos exigidos (o que lhe custou bastante dinheiro), passou a receber pela primeira vez a “cesta básica”.

²⁰ O candidato a deputado distrital para o qual Benedito fez campanha, nomeado administrador da cidade vizinha de Samambaia, foi transferido para o Recanto das Emas no início de 2001. Se Benedito ficou extremamente satisfeito com essa mudança, outros lamentaram a troca de administrador, que acabou por acarretar o afastamento de boa parte dos funcionários. Com essa alteração, aconteceu uma *dança de cadeiras*. Dona Ivone, por exemplo, perdeu seu posto. Quando o candidato de Benedito foi eleito deputado distrital, no pleito de 2002, ela voltou ao Recanto das Emas, assumindo desta feita o cargo máximo de administradora regional.

²¹ Adiante, no Capítulo 3, trato da categoria *adepto*, uma espécie de tipo ideal nativo relacionado ao engajamento em atividades políticas, especialmente aquelas realizadas por pessoas empregadas na política.

²² “[...] it is virtually impossible to find out where and when and by whom a rumor was begun. In the end, the panic and fury rumors cause lead to the perpetration of horrendous acts of the very kind attributed to that enemy. Rumors can thus be self-fulfilling” (Tambiah, 1996:236-237).

²³ O serviço de vigilância do solo que existe no Distrito Federal é executado por um órgão chamado SIVSOLO e suas operações costumam ser acompanhadas pela polícia militar do Distrito Federal.

²⁴ No Recanto das Emas a polícia civil ocupa-se de crimes ordinários. A polícia militar é a força repressiva que acompanha os órgãos de vigilância do solo quando de remoções de invasores. Outra atribuição da polícia militar que incide profundamente sobre a vida dos moradores do Recanto das Emas é o controle do trânsito que, no caso, se expressa na repressão ao transporte clandestino de passageiros que movimentam boa parte da população da cidade.

²⁵ Símbolo é aqui entendido como um signo que supõe que sejamos capazes de imaginar alguma coisa (algo) pelo fato de a associarmos a uma outra (Peirce, 1992:8 – *On a new list of categories*, 1867).

²⁶ Há casos de invasões, em geral as de maior porte e confluência de interesses, comumente noticiadas pela grande imprensa local, regidas pelas mãos de alguma liderança central nomeada como “o líder da invasão”. Outros casos, como aqueles com os quais me deparei, não trazem uma única pessoa com esse compromisso. O pequeno *quantum* de poder con-

centrado nessas pequenas invasões talvez responda pela ausência de uma liderança central. Esse contexto alude às discussões reunidas no clássico *Sistemas políticos africanos* (Fortes e Evans-Pritchard, 1981).

²⁷ Tomo a liberdade de fazer uma analogia desse episódio com os descritos por Tambiah em *Leveling crowds*, em que uma das armas fundamentais dos *riots* é o fogo: “[...] these actions, which seem to be at the negative pole of reciprocity between self and other, also imply an extreme cannibalistic form of the fusion of self and other, and the obliteration of the dyad. The obliteration of the body of the victim by fire, cremation, simultaneously removes all evidence of the killed and the killer. A double anonymity is sought” (Tambiah, 1996:275).

²⁸ “[...] toutes ces expressions collectives [...] ce sont plus que de simples manifestations, ce sont des signes, des expressions comprises, bref, un langage [...] [ces cris] ce sont comme des phrases et des mots. Il faut les dire, mais s’il faut les dire c’est parce que tout le groupe les comprend. On fait donc plus que de manifester ses sentiments, on les manifeste aux autres, puis qu’il faut les leur manifester. On se les manifeste à soi en les exprimant aux autres et pour le compte des autres. C’est essentiellement une symbolique” (Mauss, 1985:278; ênfases minhas).

²⁹ Este era o caso de um jovem petista, nascido no Distrito Federal, que não votou em Joaquim Roriz. Seu lote e seu emprego haviam sido obtidos no governo anterior, e por isso, por “viver uma situação privilegiada”, ele estava ali ajudando os “companheiros”.

³⁰ Adiante, no Capítulo 4, retomo o recurso à ameaça de que lançam mão os policiais civis que trabalham na delegacia de polícia local. Conscientes do grau de arbitrariedade de alguns de seus procedimentos, os policiais ponderam em face de situações específicas e acabam agindo assim por julgarem a intimidação a forma mais eficaz para solucionar conflitos de modo conciliatório, sem recorrer aos tribunais.

³¹ Em um outro contexto, relativo a invasões de terras capitaneadas por camponeses, Hobsbawm retrata a importância de se portar pequenos pedaços de papel indicativos do direito à terra: “To possess *papelitos* is very important for a Latin-American peasant community. Whether real or forged they are cherished, preserved, hidden from possible robbers, because to lose them would in some way affect their rights, though one can hardly say that it would weaken their sense that they exist” (Hobsbawm, 1974:125).

³² “Recognition is, in Peirce’s scheme, an iconic function: literally, cognizing again [...] re-cognizing is not only cognizing something that was but something that might be as well. Such recognitions invoke a past as much as they chart but a future [...]” (Daniel, 1996:102).

Para uma análise da relação dialética entre formas de controle jurídico e valores sociais particulares, em torno de uma ética do “reconhecimento”, ver Cardoso de Oliveira (2002).

³³ Como a cidade do Recanto das Emas é dividida em quadras, doravante se requiere do leitor uma atenção redobrada para distinguir a “quadra de esportes” (nas dependências da Administração Regional, onde estavam as vinte famílias) e as “quadras 500” (porção de lotes localizada nas margens da cidade do Recanto das Emas). Um croqui anexo indica a localização das quadras 500.

³⁴ Lá existia tudo o que de precário já houvera em outras partes das cidades, em outras

épocas – não tão remotas.

³⁵ Lembro de um comentário acerca de uma novela televisiva da época, em que os personagens ricos viviam na rua de cima e a ralé na rua de baixo. Também Roberto DaMatta (1991) tece considerações sobre essas analogias topográficas, que descrevem menos o relevo que a hierarquia social da região.

³⁶ No próximo capítulo comento as apreciações jocosas que levaram alguns moradores a chamar essa região da cidade de “Taubaté” porque lá “tinha *tauba até demais*”.

³⁷ O que me pareceu mais comum nesse esquema é a referência a algum prédio comercial ou institucional, para indicar que a pessoa que fala mora em um “bom lugar”. Assim como eu, que morava perto do posto de saúde, havia pessoas que moravam perto da igreja universal, na quadra do supermercado tal, em frente à companhia de águas e esgotos etc. Como o pequeno comércio fecha suas portas constantemente, sempre que reabre tem outro nome. Assim, referir-se a um supermercado com seu antigo nome também acusa há quanto tempo aquele que fala vive na cidade.

³⁸ Ver, especialmente, os casos abordados no Capítulo 4 a esse respeito.

³⁹ Vim a perceber depois que, naquele contexto, o trabalho de carroceiro é o mais viável e rentável que se pode obter. Daí a profusão de cavalos e carroças em quadras onde predominam os barracos, ou seja, em quadras chamadas de invasão.

⁴⁰ Há anos atrás seu Vítório (ver Capítulo 5) também “cortava cabelo embaixo de qualquer sombra”. Esse mesmo senhor, morador das quadras de cima, lembrando de seus primeiros dias no Recanto das Emas, me explicou que vendia a garrafa de pinga aos poucos e com essa fêria comprava outra garrafa no supermercado e assim acumulava algum dinheiro.

⁴¹ Sprandel (2001) apresenta uma interpretação acerca da universalização do conceito de pobreza. Segundo a autora, um trabalho ideológico e político conformou tal concepção como um atributo que dificilmente se restringe ao âmbito econômico.

⁴² No Capítulo 3, recupero uma analogia entre a presença de piso industrializado (lajotas, azulejos) nas casas e o asfalto na cidade.

⁴³ Preço de 2000. Em 2002, um lote podia variar de preço, mas nas quadras residenciais chegaram a ser vendidos por R\$ 10 mil.

⁴⁴ É chamada “Embrapa” a localidade vizinha ao Recanto das Emas. Entre os dois lugares há uma vasta área de terras “vazias” que, de acordo com a previsão de Benedito, serão totalmente “loteadas”.

⁴⁵ Estudos sobre trabalhadores no Brasil refletem de forma heterogênea sobre a categoria “fichado”. O trabalho etnográfico de Sigaud (1979) é exemplar na análise dos valores diferenciados atribuídos ao trabalho fichado e às razões para tal entre trabalhadores da cana.

⁴⁶ No Capítulo 5, dona Maria nos fala de um compadre “desinteressado” que não acreditava poder receber um lote.

⁴⁷ “[...] há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem

ser observados em sua plena realidade. A esses fenômenos podemos dar o nome de *os imponderáveis da vida real*” (Malinowski, 1984:29; ênfases no original).

⁴⁸ *Hábito* no sentido convencionado por Charles Peirce, ou seja, como conjunto de regras para agir (Peirce, 1992:129 – *How to make our ideas clear*, 1878).

⁴⁹ Faço aqui uma referência, que é também uma reverência, ao espírito que perpassa o trabalho coletivo do NuAP (Núcleo de Antropologia da Política), evidenciado nas diversas obras produzidas ali – algumas publicadas nesta mesma coleção, outras não, mas todas de suma importância para minha conformação como pesquisadora.

CAPÍTULO 2

O Barraco

O barraco como evidência

Neste capítulo procurarei apresentar possíveis vínculos entre a apreciação nativa de uma categoria específica – o *barraco* – e o *modo de vida* envolvido em tal concepção¹. Tendo esse objetivo como horizonte, começarei por apresentar um conjunto de relações em torno desse signo, a partir de situações vivenciadas por quatro mulheres moradoras do Recanto das Emas e de suas idealizações sobre o barraco.

Como afirmei anteriormente, a etnografia no Recanto das Emas foi construída a partir do estímulo proporcionado pela incessante inquietação local acerca de *um lugar onde morar*. O gosto nativo pela mudança tornou-se uma evidência ao longo do trabalho de campo e se impôs como um desafio à construção etnográfica². Nesse aspecto, para a compreensão desse objeto em especial, *Os parceiros do Rio Bonito* (Cândido, 1998) destacou-se como uma fonte de inspiração. No caso da pesquisa realizada por Cândido, tudo indica que a preocupação caipira com *o que comer* chamou-lhe a atenção para a importância das técnicas em torno dessa questão na vida local. Segundo ele, se tanto o que constituem as necessidades quanto o que supomos satisfazê-las são obras humanas, tais “técnicas de viver” – que não são naturais, transparentes ou evidentes – nos falariam em última instância do que podemos nomear como *modos de vida* nativos (Cândido, 1998:29).

O barraco, observado nas distintas manifestações que procuro recuperar ao longo deste capítulo, proporciona, pela redundância e dessemelhança dos casos, os elementos essenciais à compreensão dos significados e valores do modo de vida distinto de alguns moradores dessa cidade. Ao indicar o que *faz*, por onde *anda*, quem ali mora, o barraco revela-se um lugar-evento privilegiado do que essa etnografia procura retratar, a saber, o presente do Recanto das Emas.

O barraco de Leca

Leca mora no lote que pertence à sua irmã. Há pouco tempo atrás, ela alugava um barraco, próximo de outros parentes, na cidade vizinha de Santa Maria. Desde que deixou sua terra natal, incontáveis vezes morou “com suas colegas”, pagou aluguel como “moradora de fundo de quintal”, participou de invasões, viveu no “cerrado”. De todos, os mais difíceis, para Leca, foram os dias no cerrado, somados aos incidentes de remoção, quando suas coisas foram queimadas pelas autoridades do governo. Eu estava em contato com Leca em uma das trágicas vezes em que ela e seus filhos foram removidos de uma invasão; no entanto, com sua experiência no “cerrado” não tive contato.

O cerrado não é um espaço reconhecido como invasão por quem lá vive. A invasão pressupõe um conjunto de elementos, como vimos descritos no capítulo anterior, ausentes naquele ambiente. Apesar de ocupado, o cerrado pode ser compreendido bem mais como um “espaço físico quase natural”³, onde esparsamente pessoas procuram em vão se ocultar dos órgãos governamentais de vigilância populacional e do solo, enquanto aguardam um lugar para morar.

Demorei um pouco a entender essa situação de “viver no cerrado” quando dela me falaram no Recanto das Emas pela primeira vez. Pudera: como imaginar pessoas vivendo no meio do mato, em plena capital modernista⁴? Quando eu mesma morava no Plano Piloto, inúmeras vezes pude ver que sob qualquer árvore, em zonas de proteção ambiental, próximo da Universidade de Brasília ou das quadras onde vivíamos, várias pessoas ocupavam barracas de lona, carregavam latas d’água na cabeça, faziam fogueira com restos de madeira, empilhavam o papelão ou as latinhas de alumínio que haviam recolhido ali por perto, esmolavam na beira das estradas, recebiam o auxílio rápido que saía de dentro de um automóvel de passagem. Mas eu não os conhecia, eles não tinham nome e eu jamais estive em contato com seus dramas até conhecer Leca.

Afastando umas placas de madeira (uns tapumes onde se lê “vende-se este lote”), entra-se no lote de Márcia, a irmã de Leca. O barraco de Márcia fica nos fundos. Os muros de alvenaria das casas vizinhas, mais abastadas, oferecem três paredes de tijolos a esse barraco construído de madeirite. Já o de Leca fica na frente do lote e, como foi erguido rente ao muro de um dos vizinhos, possui apenas uma parede de tijolos, sendo mais vulnerável às intempéries que o de sua irmã.

Os lotes dessa quadra (800) foram em grande parte distribuídos para famílias retiradas de invasões. Poucos são, no entanto, os antigos vizinhos de Márcia que permanecem na quadra 803 desde sua vinda para o Recanto das Emas. Hoje, novos moradores que compraram os lotes de segunda mão se dis-

tinguem por suas casas de alvenaria construídas recentemente. Márcia gostaria de vender o seu também. Se alguém lhe oferecesse R\$ 8 mil⁵ – este é o valor que se imputa ao imóvel localmente – ela compraria um outro mais barato em uma cidadezinha próxima, no estado de Goiás, de onde poderia continuar vindo a Brasília trabalhar.

Não devemos pensar, contudo, que esses planos de Márcia estivessem atrelados a uma estratégia que visava à venda futura do lote, mais e mais valorizado com o passar do tempo. Não faltam motivos para ela nutrir essa “vontade de mudar”: desde o fato de “gostarem de mudar”, como dizem, ao mal-estar que sentem em relação aos que compraram os lotes de antigos vizinhos (um deles, reclamando de uma “infiltração”, não quer que ela use seu muro como parede, por exemplo), até uma conta de água de R\$ 112 que tiveram de pagar. Na verdade, em suas vidas, tudo parece conspirar para que o movimento não cesse e todos almejem, com frequência, “se mudar”.

Para além da explicação restrita à especulação imobiliária, uma interpretação de Engels talvez nos ajude a compreender a razão de ser dessa vontade de mudar que motiva pessoas como Márcia e Leca a deixarem periodicamente o lugar onde vivem⁶. Para Engels a questão da moradia não está dissociada da situação de trabalho do “proletário”. A terra valorizaria mais que a edificação (o que nos faz lembrar dos sobrados de Gilberto Freyre, com a decadência histórica transformados em cabeças-de-porco), havendo mais vantagem para o trabalhador no pagamento do aluguel do que na aquisição de uma propriedade (obviamente, desde que ele tenha meios financeiros de fazê-lo).

No caso da grande massa de desempregados que habita cidades como o Recanto das Emas, o pagamento do aluguel revela-se um verdadeiro martírio e, pelo mesmo motivo, o recebimento de um lote, à primeira vista, uma espécie de redenção. Ainda em sua crítica aos socialistas utópicos, Engels postula que a liberdade de movimento é a única arma do trabalhador. Assim sendo, paradoxalmente, ao receberem um lote os trabalhadores estariam perdendo sua liberdade, estariam se “infiltrando”, como diz o vizinho de Márcia, em um mundo que os aniquila:

“Para eles [os trabalhadores], a liberdade de movimento é a primeira condição vital e a propriedade da terra não seria senão uma cadeia. Procurai-lhes casas que lhes pertençam, predei-os de novo à terra, e rompereis a sua força de resistência [...]. Um trabalhador, tomado isoladamente, pode em qualquer ocasião vender a sua casa; mas em caso de greve séria ou de crise industrial generalizada [...] não encontrariam comprador ou então seriam vendidas por um preço muito inferior ao de

custo” (Engels, 1971:90).

Esse não é o caso no Recanto das Emas, *ipsis litteris*. No entanto, talvez por motivos semelhantes, antes de perderem seu poder de barganha e sua liberdade, pessoas como Márcia vendam seus lotes. Com o dinheiro recebido mergulham em outra aventura, não sem sofrimentos.

É importante notar ainda que, durante o tempo em que estão aparentemente à deriva – ou, no sentido de Engels, em liberdade –, essas mesmas pessoas voltam a ser alvo de interesse dos agentes que promovem a distribuição de lotes no Distrito Federal (desde os líderes de invasões até os políticos mais eminentes). A condição de “despossuídos” torna-se sua moeda de troca mais uma vez. E assim, tendo essa teoria da prática como garantia e a consciência de que não podem arcar com as despesas que a propriedade (a moradia, o lote) lhes trouxe, pessoas como Márcia e Leca não temem arriscar.

E é desse modo, com essa vontade de mudar, que elas seguem vivendo no mesmo lote. Leca e Márcia são irmãs que se sustentam mutuamente de diversas maneiras. Ambas têm pouco mais de 30 anos, são analfabetas e estão desempregadas, carregando em suas costas milhares de quilômetros de estrada que trilharam até chegar a esse lote no Recanto das Emas. Leca tem sete filhos; Márcia tem apenas duas meninas e ambas trabalham como vendedoras de chicletes e rosas “nas quadras” do Plano Piloto⁷. Cinco dos filhos de Leca também vendem “nas quadras” (apenas o mais velho, que estava preso no Centro de Atendimento Juvenil Especializado, e o bebê não participam do trabalho familiar).

O lote, como sabemos, pertence à Márcia. Porém, quem tem a maior renda – tanto pelo volume de mão-de-obra quanto pela quantidade de auxílio estatal que logra receber – é Leca. Uma ajuda a outra, na maioria das vezes por intermédio dos filhos. Entre elas impera algo como o “sistema total de solidariedade” de que nos fala Antonio Cândido (1998:143): o que cada um dos membros obtém na rua é compartilhado dentro do lote.

Nem sempre e nem tudo o que se traz da rua é bom, ou seja, nem tudo pode ser eventualmente trocado. Mesmo assim, nada é jogado fora imediatamente. O valor de uso de qualquer objeto tem um período bastante fugaz de reconhecimento. No entanto, depois de passado o momento de euforia com o novo objeto, este ainda permanece à vista, fazendo parte de um estoque sobresalente de símbolos, que podem eventualmente vir a ser trocados mais adiante.

O *barraco* onde Leca vive é o signo por excelência da profusão de objetos que circundam a vida dos moradores do Recanto das Emas: nele há coisas demais. Demais para quem as observa de fora, buscando-lhes somente um uso

ou serventia imediatos⁸. No entanto, todo o anseio por objetos, o desejo de amontoar, revela-se extremamente gramatical para o exercício da reciprocidade. O barraco, se lançarmos mão de um atributo conferido por Malinowski, é útil, porque é por meio dele, como veremos adiante, que se efetuam importantes trocas:

“The outer world interests him [the present-day savage] in so far as it yields things useful. Utility here of course must be understood in its broadest sense, including not only what man can consume as food, use for shelter and implement, but all that stimulates his activities in play, ritual, war, or artistic production [...]. Everywhere there is the tendency to isolate that which stands in some connection, traditional, ritual, useful to man, and to bundle all the rest into one indiscriminate heap [...] that which is easily detached is preferred” (Malinowski, 1935, vol. 1:331).

As trocas não se realizam propriamente como *potlach*. É muito raro que algum morador das quadras 800 disponha sua riqueza em arena pública ou que a “desperdice”. Há ocasiões coletivas em que isso ocorre, mas jamais de um modo que eu consideraria perdulário ou ostentatório. Assim, na festa de Cosme e Damião, os adultos (especialmente os pequenos comerciantes do local) brindam as crianças com doces. Em outros momentos, pude ver um grupo bebendo uma garrafa de cachaça que um sujeito em particular pôde comprar sozinho. Igualmente, as pessoas reúnem-se para cozinhar juntas (desde um bolo, uma panela de feijão, até um churrasco) ou para dividir algo que alguém ganhou, como uma cesta básica ou um saco de roupas, por exemplo. O ato de compartilhar põe em relevo aquela pessoa generosa que divide o excesso com os menos favorecidos.

Sempre que perguntei – a despeito do constrangimento que minha eterna e proposital ignorância poderia causar – o porquê dessas modalidades de troca, a resposta girou em torno da “economia” feita. No entanto, escavando essa camada de obviedade, cheguei ao sentido irrefletido do valor de se compartilhar algo, ou seja, do estabelecimento, mediante a troca, de um elo entre partes assimétricas (Mauss, 1974).

Essa troca, mesmo quando realizada entre pares, não pode se dar sem a imposição de uma diferença. Tal diferença, à qual incontáveis vezes eu escutei os moradores do Recanto das Emas fazendo alusão, é expressa no fato de alguém “ter para dar” e outro alguém “precisar”. No entanto, isso não basta. É necessário que quem precise, peça. O detonador da troca entre pessoas como Leca e Márcia, portanto, é o pedido – o ato da “pedição”, como elas dizem⁹.

Quem pede tem um valor fundamental nessa cadeia, como se estivéssemos diante de uma lei da oferta e da procura às avessas.

Em frente ao barraco de uma amiga de Leca, por exemplo, quase no meio da estreita rua, jaz um amontoado de terra vermelha. Segundo Josina, foi o administrador que mandou um caminhão depositar aquela terra ali. Assim como sua amiga Josina, Leca e quase todos os moradores do Recanto das Emas que encontrei fizeram alusão às inúmeras vezes que foram à sede da Administração Regional pedir coisas. Diariamente, mais de 100 pessoas esperam a manhã inteira por alguns segundos diante do administrador da cidade.

Enquanto aguardam no salão de espera, os moradores do Recanto das Emas fornecem informações a um funcionário da Administração Regional que as utiliza para preencher uma ficha. Nesta, além dos dados mais fundamentais do sujeito que ali está para uma audiência com o administrador (como o número do título de eleitor, seção e zona de votação), há um campo onde já vêm discriminados os pedidos mais frequentes dos moradores da cidade (emprego, terra, cesta básica, lote). Caso não se trate de uma dessas solicitações contumazes, o funcionário da Administração marca o quadradinho “outros”, e a pessoa que pede deve explicar sucintamente do que se trata.

Na sala do administrador entram levadas de dez a quinze pessoas. Ele toma a pilha de fichas preenchidas anteriormente pelo funcionário e procura acalantar os sonhos dos presentes. Assim, quando estão face a face, o papel do morador do Recanto das Emas é *pedir algo* e o do administrador é *obter este algo* para doá-lo a pessoa/eleitor/morador que está pedindo¹⁰.

Josina, quando foi ter com o administrador, reclamou uma promessa que lhe fora feita: um caminhão de terra para aplainar seu lote. O campo existente ao lado da palavra “terra” está relacionado a esse pedido, que é bastante frequente. No princípio, pensei que terra e lote fossem a mesma coisa. Mas não, terra é um caminhão de terra – nada mais. Um caminhão de terra para emparelhar o lote ou tampar a fossa anterior à implantação de saneamento na cidade. O fato é que alguns dias depois de sua manhã de pedição, quando dobrou a esquina de sua rua, Josina viu que um caminhão de terra fora depositado em frente ao seu lote. Ela ficou muito satisfeita com os préstimos do administrador. No entanto, como parte da terra sobrou, ela passou a ceder um carrinho de terra a cada vizinho que assim a solicitasse.

Como Josina, Leca e Márcia, muitos moradores de sua quadra passaram pela mesma experiência. Quem entrasse em muitas das ruas enlameadas do Recanto poderia pensar que estivesse no meio de uma escavação, induzido pelos montes de terra que se acumulavam rente aos muros. Mas não, eram as doações do administrador, que em uma ocasião me disse: “Eu tenho terra para

doar, mas eu dou pra quem eu quiser. Dor de barriga não dá só uma vez. Eu não sou obrigado a dar nada pra quem não está ao meu lado.”

A história dessas mulheres e dos seus parentes e colegas diz muito a respeito de um grande número de moradores das quadras 800, uma das últimas a serem implantadas, às margens do Recanto das Emas. Na quadra de Leca moram aqueles que viveram em invasões e que foram contemplados com um lote (em geral, após alguns anos de espera). Por essa razão, tanto ela como seus vizinhos há muito se relacionam com o Estado. A qualidade desse vínculo varia em um amplo espectro. Há quem, além de ganhar o lote, obtém uma série de outros benefícios assistenciais do governo; no outro extremo, seja por falta de interesse, seja por inépcia ou desconhecimento, há quem não receba nada do governo. Deste último grupo podem ainda fazer parte sujeitos que, por exemplo, em algumas das ocasiões de remoção e despejo de que foram alvo, tenham sido punidos com a exclusão dos seus nomes de alguma lista.

Quem se relaciona com o Estado por via dessas modalidades de assistência tem seu nome estampado em listas. Há listas de todo tipo, como, por exemplo, a “lista do pão e leite”, em que estão registrados os nomes das famílias que recebem esse benefício (o projeto oficialmente denomina-se pró-família). No entanto, de todas, a mais importante, aquela que remete a uma relação de poder mais intensa, é a “lista do lote”¹¹. Assim sendo, todos os que “ganharam um lote”, como a irmã de Leca, já tiveram seu nome nessa lista. Além de outras características, ela e seus antigos vizinhos têm em comum essa relação com o governo do Distrito Federal, que os hierarquizou antes da contemplação com o lote.

O poder em questão não se restringe portanto à doação de lotes, mas à classificação da população entre mais ou menos apta a se tornar beneficiária do Estado. O recebimento do lote depende – ao menos em tese – do posicionamento na lista. Essa ordem é estabelecida pela soma dos pontos alcançados por cada indivíduo e essa pontuação, por sua vez, é calculada mediante uma equação¹². De todos os componentes dessa fórmula¹³, ao tempo de residência no Distrito Federal é dado um grande destaque e valor, como se a vida na capital ungissem certas pessoas com uma qualidade especial, expressa por meio de uma categoria precisa, muito empregada no Recanto das Emas – o “tempo de Brasília”.

Ao contrário, também, do que poderíamos pensar, o “tempo de Brasília” não se refere apenas aos anos vividos na capital, mas à capacidade de ter suportado, ano após ano, agruras de toda ordem¹⁴ e, mais ainda, à habilidade em comprovar esse tempo de dissabores com documentos¹⁵. Quem não nasceu na capital federal, ou seja, quem não é “filho de Brasília”, precisa passar necessariamente por cinco anos de provação para tornar-se digno dos diversos

benefícios oferecidos pelo governo local. Esse tempo mínimo estabelece uma hierarquia a que praticamente toda a população (à exceção dos nascidos no Distrito Federal¹⁶) se submete de igual maneira.

Porém, como vimos no caso exemplar de Leca e sua irmã, embora necessários, os cinco anos nem sempre são suficientes. Leca e Márcia vivem há décadas entre o Plano Piloto, as invasões, o cerrado e o sertão baiano, onde nasceram. Ambas passaram por situações semelhantes, bastante árduas e, no entanto, apenas uma delas ganhou o lote. Elas dizem que Márcia recebeu seu lote por mera questão de sorte¹⁷. Por isso, Leca não deixa de acreditar que ainda ganhará o seu. Com essa esperança tenta recuperar e recolher as provas materiais de seu “tempo de Brasília”, os papéis perdidos nas inúmeras vezes em que a polícia ateou fogo em seu barraco.

Rosa: entre casa e barraco

Como se pode deduzir do caso de Leca, no Recanto das Emas, o local de moradia de cada um tem uma série de implicações, dentre as quais se destaca o intenso envolvimento em circuitos de trocas marcados pela assimetria entre as partes. Nesta seção, apresentarei um outro exemplo dos meios de vida no Recanto das Emas, dessa vez elaborado a partir da experiência com a moradia de Rosa. Repito que, ao colocar lado a lado casos tidos como exemplares, procuro alcançar, pelas redundâncias e dissonâncias entre os mesmos, uma melhor compreensão dos distintos modos de vida existentes no Recanto das Emas.

Rosa mora nessa cidade há pouco mais de quatro anos, ou seja, há tanto tempo quanto Leca. No entanto, como ao chegar ao Recanto se fixou em uma quadra já antiga¹⁸, não passou pela experiência de ocupar um lote no meio do nada. Ela, o marido e um casal de filhos solteiros alugaram uma casa próxima a parentes seus já instalados no Recanto. A quadra onde vivem, embora não completamente urbanizada, se localiza em uma região de maior prestígio para a população local¹⁹. A quadra (306) de Rosa não fica distante da avenida principal como a de Leca. Próximo à casa de Rosa estão o posto de saúde, o corpo de bombeiros, a delegacia de polícia e a feira permanente da cidade, entre outras instituições prestigiadas localmente.

Fundamental para Rosa, porém, é a proximidade de sua família extensa. Em um raio de menos de um quilômetro vivem duas de suas filhas casadas e sua irmã, dona Lourdes, que conhece bem o espaço do Recanto das Emas. Vivendo há mais tempo na cidade, esta última tem em sua rotina uma tarefa específica: “ir ver o povo”. Acompanhada de suas colegas da Legião de Maria (um grupo de oração e pregação vinculado à Igreja Católica), Lourdes costuma “visitar as

casas”, onde ora e lê uma “passagem”. Segundo ela, em muitos dos barracos que visita, o único conforto que resta às pessoas é a “palavra” (de Deus).

Foi Lourdes que acolheu Rosa e o marido quando eles vieram do Maranhão. As filhas de Rosa já tinham migrado quando crianças para a casa da avó materna, que há muito vivia em Ceilândia. O *topos* freqüente, transfigurado de motivo legítimo para essa mudança, costuma ser uma doença familiar, pois quem tem um parente em Brasília, dada a possibilidade de comparação, passa a perceber a escassez de recursos em sua região natal e em alguns casos decide migrar para resolver seus problemas²⁰.

Ao longo do tempo em que vivi no Recanto das Emas, pude acompanhar os preparativos de muitos moradores migrados há anos que viajaram para visitar seus parentes distantes. A partir dos relatos feitos na volta dessas viagens, percebi o quanto lá (na sua terra natal) eram enfatizadas as maravilhas de Brasília em face das adversidades do interior. Apenas a *natureza* dos rincões longínquos era recordada com muita saudade no Recanto das Emas. As pessoas que chegavam traziam consigo, para aplacar toda a nostalgia coletiva (que se exacerbava na época dessas viagens), especialmente, alimentos regionais. Quanto mais rara a relíquia trazida (quanto mais difícil fosse encontrá-la, por exemplo, em uma das feiras do Distrito Federal), mais esse *souvenir* era antropomorfizado. Essa espécie de animismo, digamos assim, relativo às qualidades daquilo e daqueles que procedem de um mesmo lugar ou região, atinge seu ápice quando o que é trazido é uma pessoa, em carne e osso, na maioria das vezes, uma criança²¹.

Pelo que pude verificar no Recanto das Emas, esse tipo de migração contagotas é bastante recorrente: os filhos, ainda crianças, costumam abrir caminho para a vinda dos pais que, quando chegam, já encontram resolvidas algumas questões bastante complicadas (como um teto e escola para os filhos), podendo assim empregar toda a sua energia social na procura de um emprego e um lugar para morar seu. E a roda continua girando quando esse grupo de recém-chegados se estabelece, passando a poder ajudar a resolver os problemas dos filhos de parentes e amigos que venham a migrar para Brasília, abrigando-os em suas casas.

Dona Rosa e suas filhas casadas pagam aluguel dos lugares onde vivem. Elas esperam ser contempladas com seus lotes em breve. Junto com outros moradores da vizinhança, elas fazem parte de uma cooperativa que visa à obtenção de lotes para os seus associados. Essa é uma via nova, distinta de outros procedimentos, como a invasão ou a espera pela contemplação, que levam algumas pessoas a serem beneficiadas pelo governo do Distrito Federal com um lote²².

Os moradores envolvidos chamam normalmente de cooperativas o que oficialmente são nomeadas *associações solidárias*. As associações solidárias

reúnem indivíduos que pleiteiam um lote, oferecendo como contrapartida ao Estado a garantia monetária de que irão construir de fato suas casas, assim que o governo lhes “liberar uma área”. Esse enquadramento distinto dos futuros beneficiários está associado, nesse caso, a uma camada da população cuja possibilidade de comprovar qualquer tipo de renda é maior que a de pessoas que estão em uma invasão, por exemplo.

Para entrar na competição por um lote, cada associação deve elaborar um “projeto técnico” (projeto arquitetônico, com custo estimado, cronograma e sistema de construção adotado) e também um “projeto social”, no qual deve elencar algumas atividades de cunho educacional, recreativo, em suma, civilizador, as quais os cooperados se comprometem a pôr em prática. Esses projetos são avaliados e pontuados pela Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH). Já o “perfil do grupo” é definido pelo somatório de pontos obtidos por cada cooperativado individualmente, em um cálculo que se assemelha àquele adotado para classificar os que sozinhos – como foi o caso de Márcia, irmã de Leca – aguardam por um lote. Crê-se portanto que, quanto mais bem elaborados forem os projetos e mais extenso for o “tempo de Brasília” dos associados, maiores serão as chances de a associação ser bem classificada e contemplada com um conjunto de lotes. Além disso, para fazer parte da associação, cada indivíduo deve dispor de 20% do valor total da edificação planejada. Essa quantia, depositada em caderneta de poupança, segundo o governo, serve como garantia da execução das obras²³.

A associação da qual fazem parte dona Rosa e suas filhas recebeu uma leva de lotes, na cidade de Samambaia, quando eu ainda estava no Recanto das Emas. No entanto, não foi dessa vez que elas mesmas receberam seus lotes. Como só dispunham de R\$ 500 depositados na poupança, foram preteridas por aquelas famílias cooperativadas que tinham uma quantia maior de dinheiro. Esse foi o caso de uma das irmãs de dona Rosa, que mora em Ceilândia, contemplada com um lote já na primeira oportunidade. De acordo com Rosa, o marido de sua irmã foi esperto: pediu dinheiro emprestado, fez um depósito de R\$ 3 mil e anexou o extrato bancário à papelada exigida. Rosa disse-me que, agora, aprendeu como as coisas funcionam. Se “tiver para quem pedir” (algum dinheiro), fará o mesmo. Para ela, o importante é estar dentro do lote, pois ninguém fiscalizará se a casa está sendo construída como previsto ou se em seu lugar há apenas “um barraquinho”²⁴.

Não só a falta de dinheiro contribui para as poucas chances de Rosa nesse grupo. Em uma conversa que tive com o presidente da associação, ficou claro que há uma predileção por famílias cujos membros sejam eleitores na cidade do Recanto das Emas, o que não era o caso de Rosa. Ela não transferira seu

título de eleitor para a cidade e esse critério, embora velado, determina a classificação dos inscritos²⁵.

A esperança de Rosa, assim como a de outros cooperados, é que o programa não acabe antes de serem contemplados todos os membros de sua associação. Ela espera pelo dia em que não pagará mais aluguel, mas não negocia a qualquer preço essa sua condição de inquilina, que lhe parece todavia menos penosa que a de outras pessoas – como aquelas que sua irmã costuma visitar em seus dias de pregação.

Constatei essa distinção em uma ocasião em que caminhávamos pelas vizinhas quadras 500, um dos lugares mais estigmatizados do Recanto das Emas²⁶. Mesmo que grande parte da população do Recanto tenha sido removida de alguma invasão (fosse imediatamente antes de seu *assentamento* ou há algum tempo atrás), sobre os moradores das quadras 500 pesa a pecha de terem sido retirados de uma invasão incrustada no próprio Recanto das Emas, visível e temida por todos os *antigos* moradores da cidade²⁷.

Logo, embora esta seja uma quadra bastante semelhante à de Leca, algumas diferenças se impõem. Ali não vemos construções de alvenaria, como as dos vizinhos de Leca (quadras 800). Nas quadras 500 faltam esses índices²⁸ explícitos do maior poder econômico próprio de moradores que costumam comprar o lote de segunda mão. Rosa mostrou-se perplexa com o desleixo dos moradores da “invasão”, indagando-se: “por que eles não conseguem deixar o *barraco direitinho*?” Perguntei a ela o que seria “direitinho”. Basicamente, os madeirites do muro dos barracos deveriam ser pregados um rente ao outro, em tamanhos simétricos. Essa crítica se expressa às vezes em julgamentos jocosos, como em uma ocasião em que esse conjunto de quadras (as 500) foi apelidado de Taubaté. Inquiri às pessoas com quem conversava o porquê daquele nome. A resposta, hilária, despertou gargalhadas no grupo: porque lá tinha *tauba* (tábua) *até demais!*

Essa referência derogatória às casas ou barracos “de tauba” demonstra que, tanto mais lastimável é considerada localmente uma quadra, quanto menos construções de alvenaria (o termo local também pode ser laje) ali encontrarmos. Rosa chama também de barraco o lugar que aluga para morar nas quadras 300. No entanto, algo distingue o seu barraco daqueles das quadras 500. No lote onde mora, Rosa passa a maior parte do tempo cuidando das netas, enquanto seu marido faz alguns bicos (em construção civil) e sua filha trabalha em um supermercado. Como no lote há ainda dois outros inquilinos – um homem solteiro que aluga uma única peça logo à entrada do lote e um casal jovem, com filhos pequenos, que vive em um barraco de três cômodos no meio do caminho –, Rosa percebe tudo o que se passa nas outras casas ao longo do dia.



São três lares distintos em um único lote. O homem solteiro paga R\$ 100 de aluguel, o casal R\$ 150 e a família de Rosa R\$ 200 pelo barraco de cinco cômodos e banheiro²⁹. Entre uma casa “de verdade” e o barraco de madeirites pregados sem esmero haveria o barraco onde vive Rosa e seus vizinhos de lote. Uma composição de diversos restos de grades formam o portão da frente do lote. Para chegar à casa de Rosa, necessariamente, se passa pelos outros dois barracos e pelos objetos que também aqui transbordam pelo caminho. No fundo do lote, tal como o de Márcia, espremido entre as três paredes dos lotes vizinhos, fica o “barraco” de Rosa: uma casa de alvenaria com uma porta e duas janelas na parte da frente, por onde entra uma luz exígua que não chega às peças mais internas.

Morei na casa de Rosa e não raro a ouvi expressando seu desejo de mudar-se, não apenas enquanto passeávamos pelas quadras 500 ou quando sonhava com o lote da cooperativa. Assim como Leca, Rosa exprimia claramente o gosto pela mudança que, com frequência, vem à tona no Recanto das Emas. Em ambos os casos, depois de narrarem suas sagas até o Planalto Central e, mais precisamente, suas vindas para o Recanto, tinham lugar invariavelmente alusões à vontade de mudar. Não está implícito nessa declaração que suas vidas devam seguir uma via evolutiva, ascendente. Não, não se trata de progresso no sentido trivial do termo, muito embora afirmações em torno do *melhorar de vida* surjam aqui e ali. A tônica dominante dessa disposição para mudar está de fato associada ao próprio modelo de reciprocidade orientador das trocas a que

essas pessoas se dedicam. Há sempre a promessa de que adiante, com maior *conhecimento* (ampliação do círculo de relações de amizade, afinidade, aliança, por exemplo), novas trocas possam ser estabelecidas.

Os barracos, constantemente desmontados, aumentados, ou, em última instância, a própria cidade, são ícones desse modo de vida³⁰. Seu caráter necessariamente incompleto, orientado para a mudança, inscreve-se em um quadro de práticas mais amplo que, como vimos, abarca um sem-número de indivíduos. Aliadas àqueles que moram no Recanto das Emas ou que gostariam de ali viver estão também as pessoas empregadas na política, isto é, no governo. Como no Distrito Federal o governo atua e assim revela sua existência sobretudo no âmbito de investidas habitacionais, podemos perceber que a legitimidade desse gosto pela mudança encontra eco não apenas em idiosincrasias pessoais. Interesses da mesma natureza pontuam um processo no qual está envolvida grande parte da sociedade local.

O estado – que nada tem de estático – peculiar do mundo dos barracos, ou seja, o fato de tudo estar em devir, permite o exercício constante de trocas replicadas nas ações governamentais. Já quem mora em casas – espaços fechados – participa de um outro circuito de trocas. Segundo Rosa, “a coisa mais difícil no Recanto é uma casa para alugar. Barraco tem muito. Mas se é pra mudar pra barraco a gente fica mesmo parada onde está”. E qual a diferença entre uma casa e um barraco? Uma casa não alaga, como um barraco. Sendo assim, não há como doar para quem mora em uma casa aquela pilha de telhas velhas que se amontoam há algum tempo no canto do lote de quem mora em um barraco, como Rosa. O que sai de uma casa não volta pelas mãos de um ou uma “colega”, como dizem. Quem tem casa *dá* aquilo que considera um estorvo para quem *pede* – um outro distante, morador de um barraco. A pilha de telhas para quem mora em um barraco não é um estorvo propriamente; trata-se de uma dádiva que aguarda o momento oportuno para ser realizada.

Para Rosa, quem tem casa não divide o lote com mais ninguém, não empresta a geladeira para o senhor solteiro, não oferece o aparelho de som para a jovem família animar sua festinha. Quem tem casa não vê os cachorros ou os cavalos escarafunchando na grade os sacos de lixo cuidadosamente empilhados. Quem tem casa, tem muro.

Olga e sua casa: o poder do muro

A experiência que tive com Olga se distingue das anteriormente narradas. Sua história destaca-se como representativa daqueles que chegaram ao Planalto Central há mais tempo que Leca ou Rosa, por exemplo. Além disso,

por ter um emprego, ela circula por espaços diversos. Seu cotidiano não é o da dona-de-casa (como Rosa), nem o de quem vive de trabalhos ocasionais (como Leca).

O dia-a-dia de Olga também está relacionado à sua vida pregressa. Como Olga declara, ela engoliu poeira à sua maneira, e esse fato tem implicações atuais. Sua família migrou para Brasília há quarenta anos, quando ela era criança, vinda de São Paulo. Essas décadas de experiência no Distrito Federal concedem a Olga um outro tipo de apreciação acerca do Recanto das Emas, especialmente evidenciado quando ela se lembra do primeiro lugar onde morou na capital federal: “Era barro mesmo, aquela W3, era terra. Não tinha essa pista principal asfaltadinha, não. Era terra³¹...”

Olga viu o mesmo quadro se repetir várias vezes ao longo de sua vida em Brasília. Diante dela os anos passavam e as mesmas agruras voltavam a desafiá-la quando tinha que se mudar para uma outra localidade. Imediatamente antes de casar, Olga vivia em Sobradinho, com seus pais. Após isso, ela e seu marido alugaram uma casa em Valparaíso (GO). Tanto para Olga quanto para ele (que é goiano) não fora difícil comprovar seu “tempo de Brasília” quando de sua inscrição no programa habitacional do governo. Eles queriam ter uma casa própria e, em 1993, ano de criação do Recanto das Emas, sem ter esperado muito, lhes coube um lote nas primeiras quadras da nova cidade, as atualmente prestigiadas quadras 100.

Antes de conhecer seu marido – “um moço de condições bem precárias” –, Olga trabalhava em uma companhia aérea e vivia com sua família. Depois de casada, tendo já concluído o segundo grau, ela parou de estudar e mudou-se para Valparaíso. Com a saúde debilitada em sua primeira gravidez, Olga parou de trabalhar. Nesse período, distante de sua “própria família” e do conforto a que estava habituada, Olga conheceu um outro mundo. Lembrando desse tempo, destaca seu envolvimento com a política, “acompanhando a família Roriz”³². Para essa mulher, a família Roriz aplacou muitas de suas necessidades. No entanto, com o passar dos anos e da vida de casada, seu envolvimento com a política arrefeceu.

Somente quando veio morar no Recanto das Emas, Olga e seu marido “retornaram à política”. Desde que chegou à cidade, Olga sentiu-se envolvida com a política. Para ela, foi impossível escapar de seu papel de “liderança comunitária”, dado o “conhecimento” prévio que dispunha. Era evidente que o Recanto “dependia politicamente” mais que outros lugares, afinal, tratava-se de uma cidade nova, ainda em “formação”, e como Olga tinha algum conhecimento, seria possível contribuir para essa formação³³.

E o que fazia do Recanto das Emas “uma cidade política”, como nos sugere

Olga? No Recanto das Emas, em suas palavras, não havia nenhuma “facilidade”, tudo era muito difícil. E onde há muitas pessoas passando por dificuldades, há necessidade de alguém que as ajude: “Esse alguém é o político”. No entanto, ele não está ao alcance de todos. Não porque o político não esteja disposto a ajudar a todos. Não, o fato é que “as pessoas não sabem” o que fazer para se aproximar do político e pedir o que precisam. O papel de Olga, desde a gênese do Recanto, tem sido o de “encaminhar essas pessoas” (Kuschnir, 1998:221 *et passim*).

Olga faz parte de um grupo chamado trivialmente de lideranças locais. Eles destacam-se de diversas formas dos demais moradores, alcançando um *status* intermediário entre os “políticos” e as “pessoas”. No caso de Olga, além de sua biografia pré-Recanto, uma série de eventos contribuiu para sua distinção em relação aos demais vizinhos, após sua chegada à cidade.

Olga “não se via” enfrentando as adversidades que desafiavam os primeiros dias dos moradores de uma cidade instituída por decreto e talhada por escavadeiras. Para contornar parcialmente esses percalços por que passaram (e ainda passam) os moradores de uma cidade recém-constituída, Olga decidiu morar no Recanto das Emas apenas depois de ter construído um “verdadeiro teto” que a abrigasse e à sua família.

O pai de Olga fazia casas – era pedreiro e grego, como ela faz questão de frisar – e não consentiu que ela erguesse, como era o costume, um *barraco* nos fundos do lote, onde viveria enquanto fosse construída uma casa na frente:

“Você pode ver. Toda casa aqui no Recanto tem uma passagem ao lado. A minha não. É inteira. De um lado ao outro. Porque eu não morei aqui enquanto não estava com tudo pronto. Até o muro. Você olha, este muro, as árvores. *Quem vê, nem percebe que está no Recanto.*”

Postergando sua vinda para o Recanto, condicionando-a à mudança para uma “casa de verdade”, Olga e seu marido puderam evitar os tormentos de quem ganha um lote: o mato a ser “derrubado” à força de foice e enxada; o medo de alguém invadir a propriedade recém-alcançada; a poeira nos dias secos; a lama na estação chuvosa; o carro-pipa que abastece vez por outra os tonéis de metal deixados em frente ao lote; o balde d’água carregado para o banho, para cozinhar, para lavar a louça e a roupa; a escuridão das noites; os alimentos estragados; e, o pior, a falta de transporte público para conduzir os novos moradores às cidades vizinhas, já *formadas*.

Morando em sua casa, Olga pediu ao “pessoal da Administração” uma banca na feira que estava sendo organizada na cidade. Durante seus primeiros

anos no Recanto, ela trabalhou como feirante na barraca que lhe concederam – a de doces e queijos. Uma tempestade no dia da inauguração da feira serviu como presságio do trabalho árduo que viria pela frente. Mas também, nesse mesmo dia, a afluência de diversos políticos ao seu negócio a surpreendeu. Foi nesse contexto que Olga “começou a voltar à política”. Para ela, o período em que trabalhou na feira, embora penoso, foi fundamental. Ao tomar contato com “todo mundo da Administração e muitos políticos”, o seu *conhecimento* foi aumentando e assim ela pôde começar a “ajudar as pessoas que não têm essas influências”.

Esse círculo de boas relações de Olga perdeu força e extensão entre 1995 e 1998. Com a vitória de Cristovam Buarque, houve uma recomposição no quadro de funcionários da Administração. Como havia “trabalhado na política”, mas sem muita convicção – afinal, o candidato “não era o próprio Roriz”³⁴ –, essas mudanças não alteraram muito o seu cotidiano e ela continuou trabalhando como feirante. Dada sua situação francamente favorável, Olga pôde inclusive explorar algumas brechas em meio a tantas desventuras por que passavam os demais moradores da cidade nesses primeiros anos. Seu marido pediu demissão da empresa onde ela também havia trabalhado, e com os benefícios trabalhistas recebidos eles compraram carros velhos com os quais começaram a fazer o “transporte alternativo” dos moradores da nova cidade. Hoje ela ri do desatino de quem “achou que tinha doze anos de Varig e ia ficar rico com o fundo de garantia”.

Essa mudança de rumo conduziu Olga e seu marido a uma outra frente de atuação: o transporte pirata de passageiros, que literalmente põe a cidade em movimento. A “época da campanha” aproximava-se então, e o casal decidiu apostar tudo nas eleições. Durante os meses que antecederam o pleito em que o seu candidato (Joaquim Roriz) saiu vitorioso, eles “bancaram a campanha”. O telefone de Olga atendia a todos os que vinham ao comitê, montado em sua própria casa. Os três carros que possuíam eram usados ininterruptamente para carregar material de campanha e cabos eleitorais que faziam colagens, distribuíam santinhos e organizavam reuniões.

Depois de tamanho investimento, eles sentiram-se “em parte” contemplados com a vitória de Roriz. Apenas “em parte”, porque “a única eleita para um emprego” foi Olga – seu marido, não. Com a posse do novo governo, Olga foi contratada pelo Instituto Candango de Solidariedade, para trabalhar na Administração Regional do Recanto das Emas. Olga recebe R\$ 300 por mês (cerca de um salário mínimo e meio), o que segundo ela “não compensa em termos financeiros”. No entanto, trabalhando na Administração, Olga pode “ajudar com mais facilidade do que fora dali”.

A ajuda que Olga oferece, como vimos, consiste em encaminhar *as pessoas que não sabem* e que chegam à sua sala *pedindo algo*. Os pedidos variam muitíssimo e, em geral, Olga logra atender àqueles que podem ser solucionados no âmbito da própria Administração Regional ou por intermédio do gabinete do deputado distrital a quem ela está ligada desde a campanha, ou seja, para o qual ela “trabalhou” e que lhe conseguiu seu emprego atual. Olga, intercedendo junto ao administrador, “conseguiu com facilidade” cestas básicas ou caminhões de terra, como aquele que Josina recebeu. Já quando alguém lhe pede uma indicação de advogado para resolver alguma querela jurídica (como quando alguém está preso, por exemplo), Olga “encaminha” aquela pessoa ao gabinete do deputado distrital, onde há uma equipe de advogados designada para atender a esses casos.

No entanto, o principal papel de Olga em seu posto é representar os “loteiros” e dar destaque às suas reivindicações na Administração Regional³⁵. Olga e seu marido comandam uma cooperativa de *loteiros* do Recanto das Emas. Quando está diante do administrador do Recanto das Emas, Olga é ao mesmo tempo funcionária e “uma pessoa da Alternativa”. Assim como acontece com a reivindicação das “pessoas” que *não sabem*, também os pedidos dos loteiros são atendidos mais facilmente pelo administrador com a interferência de Olga.

Mas nem tudo está ao alcance do administrador, especialmente o grande problema enfrentado por esse grupo, a fiscalização (executada pelo Departamento de Transporte Urbano e pela polícia). Embora muitos loteiros tenham trabalhado com afinco na campanha eleitoral de Joaquim Roriz (como Olga e seu marido), por se tratar de uma atividade ilegal, eles “ainda assim sofrem perseguições”. Não raro, quando de alguma *blitz*, alguns loteiros são presos. Após esses episódios, Olga costuma ser mobilizada para entrar em contato com os advogados do deputado que, segundo ela, não admite deixar presos “os seus meninos do Recanto das Emas”. Os *meninos* são os motoristas dos “carrinhos” (carros de passeio), das vans e kombis que circulam pela cidade. Esse grupo, mesmo designado de forma pueril, é extremamente importante para os políticos locais e, por isso, é tão bem cuidado.

Diante das dificuldades que enfrentam, Olga tenta convencer a si própria e aos loteiros que estão reunidos em sua cooperativa de que “ele [o governador Joaquim Roriz] não tem condições de dar linha” para todos. Por essa razão, Olga agora procura organizar o grupo de loteiros em um *condomínio*. A exemplo da associação à qual Rosa está vinculada para receber um lote, existe um projeto do governo distrital que “libera” licenças para loteiros, em um processo de legalização paulatina desse tipo de transporte coletivo. As levas de licenças são concedidas para grupos chamados de cooperativas ou condomínios que consi-

gam comprar as vans para o transporte de passageiros. Se no caso de Rosa foram escolhidos os associados que tinham depositado uma soma maior na caderneta de poupança, também entre os loteiros acabam recebendo as licenças aqueles que dispõem de uma soma considerável para a compra de automóveis novos, que chegam a custar mais de R\$ 30 mil (algo como 150 salários mínimos).

No condomínio organizado por Olga, a maioria dos loteiros não possui muito mais que o próprio carro velho que dirige. Alguns são empregados e trabalham também como piratas. A maior parte, no entanto, está desempregada. Caso contemplado com as licenças, esse grupo teria que fazer um empréstimo ou um financiamento para comprar as vans. Olga desconfia que muitas cooperativas, pela soma de dinheiro que possuem, são na verdade fachadas formadas por “laranjas” (falsos loteiros), que facilitam a obtenção das licenças para grandes empresários que querem investir no transporte coletivo. Apesar dessa certeza que a atemoriza, Olga continua trabalhando para a *Alternativa*, intercedendo por seus *meninos*, na medida do seu *conhecimento*.

Como podemos perceber, por ser uma mulher que trabalha e, sobretudo, *trabalha na política*, as trocas que Olga realiza se dão fora de seu muro. Tendo feito campanha eleitoral para o governador Joaquim Roriz com a ajuda dos cooperativados, ela atualmente trabalha em um cargo comissionado na Administração Regional – cargo semelhante ao de Benedito. Olga não precisa de caminhões de terra, nem de lote. Olga não aguarda horas por uma audiência coletiva com o administrador. Como funcionária e líder comunitária ela pode conversar com ele em diversas ocasiões.

Nas vezes em que estive com Olga – quando ela estava trabalhando na rua e quando me recebia como visita em sua casa –, pude perceber como ela mudava de semblante e de tom de voz em cada uma das situações. Na rua, Olga estava sempre pronta para as infundáveis batalhas do dia-a-dia; já em casa, as dúvidas a assaltavam. Certo dia, enquanto conversávamos em sua cozinha alta e iluminada como nenhuma outra no Recanto das Emas, Olga objetivava o que essa vida lhe impõe:

“Eu poderia ser aquela dona de casa tranqüila, assistindo à minha televisão, fazendo o meu almoço, cuidando das minhas filhas e pronto, né?... [poderia] ir morar noutro lugar. Podia vender isso aqui e ir pra outro lugar, não é? Não, por que que eu vou engolir poeira? Eu tenho 43 anos. Por que que eu vou engolir poeira?”

Em sua declaração fica claro que, ao contrário de Leca e de Rosa, *Olga*

está presa ao Recanto das Emas quando ela diz, *eu tenho a minha casa própria*. Todas as artimanhas em que se envolve acabam por ajudar a manter essa situação. Na rua, para além do seu muro, inúmeras vitórias políticas ajudam a sustentar a convicção de Olga. No entanto, quando está isolada desse mundo da rua, quando está só em sua casa, ela não se sente tão segura a respeito do que lhe passou.

É exatamente no limiar entre a sua casa e a rua que Olga reflete sobre as ambigüidades que marcam sua vida. Na calada da noite, costuma “meditar”. Para fazer sua “higiene mental”, escolhe o muro de sua casa, como me disse, “entre o meu quintal e lá fora”. Em uma dessas horas de reflexão, Olga foi surpreendida pelo “guardinha”³⁶, que lhe tirou a concentração, perguntando-lhe se ela estava com algum problema; afinal, soava-lhe muito estranho que ela, “Dona Olga”, estivesse “sentada *ali fora*”.

A partir da noção de comunidade encontrada em Peirce (1992), associada a uma aceitação tácita do esquema analítico de DaMatta (1991), acredito que *na rua* Olga faça parte de uma “comunidade de crença” bastante coesa, quer por sua atuação na Administração Regional quer na Cooperativa dos Loteiros. O que consolida sua crença é, sobretudo, seu *trabalho na política*. Já na sua vida intramuros ela está isolada. Não há uma comunidade de sujeitos como Olga no espaço simbólico de sua casa. Por isso, é justamente na fronteira entre esses dois mundos, no muro, que afloram suas dúvidas. O que marca sua vida? A casa (a família) ou a rua (a política)? O muro representa esse seu dilema.

Friso que o muro em si não é um índice unívoco de alterações ou de um outro modo de vida. Nem todas as pessoas que vivem em casas muradas têm experiências idênticas às de Olga. No entanto, absolutamente todas as pessoas que não possuem muros ou grades na entrada dos seus lotes experimentam situações em comum, próprias da vida nos barracos. Seu caso parece ser emblemático do hábito de quem mora em um lote cercado por grades e muros com a intenção de se separar ou ao menos de tomar uma certa distância da vida no barraco, que é, esta sim, característica do modo de vida no Recanto das Emas.

Lúcia e o quiosque

A experiência de Lúcia, que apresentarei agora, é antípoda da de Olga. Esta oposição pode ser considerada praticamente simétrica se levarmos em conta que ambas não vivem em barracos. Retomando a discussão inicial, recorro a importância, para uma possível compreensão do modo de vida nativo, da exposição detalhada dos seus meios de vida. Na circunstância anterior, como

vimos, essa alusão se faz presente de forma negativa. A ausência quase absoluta de referências ao barraco nas apreciações de Olga sobre o seu mundo é bastante reveladora de sua posição social no Recanto das Emas. Seus meios e modo de vida contemplam o barraco a distância. Para Lúcia, o barraco também está longe, mas por razões distintas.

A experiência com Lúcia que pretendo recuperar tem suas raízes fixadas em um dos primeiros momentos da pesquisa etnográfica. O evento de abertura deste livro, que foi também o evento de abertura do trabalho de campo no Recanto das Emas, tinha Lúcia como uma personagem discreta³⁷. Ao lado de outras pessoas, Lúcia estava na invasão da quadra de esportes. Quando estive com os invasores naquela tarde de conflito, apenas rumores me conduziram à existência dela. Embora não estivesse presente, todos falavam dela com veemência. Era Lúcia a mulher grávida que fora agredida anteriormente pelos policiais em uma de suas primeiras investidas para a remoção dos invasores. Meses depois, após conversar repetidamente com ela, pude unir essas duas margens, esses dois episódios de sua vida que meu trabalho de campo tangenciara.

Aos poucos, Lúcia recordou do dia-a-dia difícil na quadra de esportes. Ela tinha um filho bebê e estava grávida, o que não impediu os policiais de a espancarem. Passado um ano daqueles tormentos, encontrei Lúcia perambulando pelo pátio da Administração Regional. Seguindo o que pontuava a minha rotina em determinados dias, aproximei-me de Lúcia, sem saber quem ela era, para lhe perguntar o que fazia por ali. Eu já conhecia os funcionários locais, com os quais eu conversava frequentemente. Comparadas a essas abordagens, minhas investidas costumavam ser mais abruptas quando me dirigia aos moradores do Recanto que ali chegavam. Eu não sabia nada deles – não podia entabular uma conversa perguntando, por exemplo, em que setor ele ou ela trabalhava – e, por essa razão, os diálogos eram iniciados de forma um tanto titubeante da minha parte. Nessas horas eu procurava por índices que dessem margem a uma conversa. A intuição (baseada em meus preconceitos) era minha única conselheira.

Apresentei-me à Lúcia quando ela saía de uma das salas do pavilhão de escritórios, caminhando a passos largos. Ela não me deu ouvidos, pois estava realmente perturbada por algum assunto grave. Perguntei o que a afligia. Ela não hesitou, dizendo-me que *o administrador iria expulsá-la porque alguém tinha roubado a mangueira que ele lhe emprestara*. Em seguida, Lúcia começou a chorar. Ela era mais jovem do que eu e, talvez por essa diferença, aproximei-me e a consolei. Segura de que poderia confiar em mim por alguns instantes, Lúcia convidou-me para acompanhá-la. Caminhamos alguns passos e chegamos à sua casa.

Lúcia vivia em uma construção de alvenaria branca coberta com telhas

de barro. Duas grandes janelas escondidas por tapumes sugeriam que aquela construção estava interditada. Não se tratava de uma casa, mas de um quiosque – uma espécie de lugar onde costumam funcionar bares e lanchonetes. Desde a remoção da invasão da quadra de esportes (que fica a poucos metros dali), Lúcia estava vivendo naquele lugar com seu marido e dois filhos. Ao contrário dos demais companheiros, ela não foi despejada e tampouco recebeu um lote.

Uma série de situações que a conduziram ao quiosque e não ao tão sonhado lote é arrolada por Lúcia quando ela tenta montar as peças desse quebra-cabeça. Por um lado, ela aponta a benevolência do administrador do Recanto das Emas que, na época da remoção – embora não tenha conseguido um lote para sua família –, teve clemência e permitiu que ela permanecesse instalada no quiosque até que seu caso fosse resolvido. Por outro lado, Lúcia poderia ter voltado a viver em sua terra natal, no estado de Goiás, porém, sérios conflitos entre seu marido e sua família extensa afastaram-na dessa solução. O marido de Lúcia não é do “entorno” (região de municípios goianos que circundam o Distrito Federal). Ele veio do Maranhão há pouco tempo e talvez este possa ser um motivo plausível para suas desventuras.

Segundo Lúcia, quando foram inquiridos durante a invasão, ela e seu marido não souberam responder como os demais. Eles disseram que o chefe da família era ele³⁸. Porém seu marido (o chefe, no caso) não possuía meios para comprovar seu “tempo de Brasília”, pois ele nem sequer tinha “tempo de Brasília”. Se Lúcia tivesse sido apontada como a chefe da família, talvez eles tivessem recebido o lote: afinal, ela nasceu em uma cidade próxima e por isso não teria dificuldades em reunir provas, mesmo que adulteradas, de seu “tempo de Brasília”. Como vimos anteriormente, a comprovação do “tempo de Brasília” se dá por meio de documentos. No entanto, a interpretação do tempo por essa via não implica necessariamente a permanência contínua em Brasília pelos cinco anos exigidos. Assim sendo, alguém que entra na corrida por um lote pode apresentar uma prova documental de sua presença em Brasília há cinco anos, mesmo que esta não identifique a fixação da pessoa à cidade desde então, como, por exemplo, um protocolo médico de um hospital – em um caso assim, que conheci, a pessoa foi atendida no hospital uma única vez, voltando logo em seguida à sua cidade de origem.

Lúcia repetia: “eu só quero o meu lote”. Quando chegamos à parte de trás do quiosque, percebi as razões do desespero de Lúcia. Não havia água, não havia luz no quiosque. Nas duas peças infestadas de mosquitos vindos do córrego que passa atrás do prédio da Administração Regional, seus dois filhos sozinhos a aguardavam chorando. Um dos meninos tinha quase três anos de idade e o outro era um bebê. Do lado de fora, uma máquina de lavar roupa em

meio à lama, ligada através de uma instalação elétrica precária (uma gambiarra que vinha do prédio de escritórios), seria enchida com a mangueira que sumira. Lúcia trazia do prédio vizinho água e luz para que a máquina pudesse funcionar.

A máquina era o que chamam no Recanto das Emas de tanquinho. Lúcia lavava com as mãos pilhas e mais pilhas de roupas, que estavam úmidas, espalhadas em diversas vasilhas, aqui e ali, esperando a hora de serem colocadas no tanquinho. Efetivamente, apenas o movimento do tanquinho não limpava as roupas. Possuir um aparelho destes, no entanto, era um sinal de distinção social. Lúcia, como que condenada a uma maldição, lavava sem parar as roupas, que ficavam imediatamente sujas no quiosque onde fora desterrada, por sua vez totalmente coberto de limo e barro. O sumiço da mangueira significava naquele momento a interrupção de seu trabalho e, em um futuro próximo, como imaginava, um desentendimento grave com o administrador.

O choro dos bebês pontuava o desespero de sua mãe. Felizmente, por um momento, a atenção de todos foi desviada para uma sobrinha de Lúcia que veio para uma aula de *kung fu*³⁹. A moça morava nas distantes quadras 800, onde vive Leca e outros ex-invasores mais antigos que Lúcia. A mãe aproveitou a breve tranquilidade causada pela chegada da sobrinha para aquecer um pouco de leite para os dois pequenos.

O fogão ocupava metade do quiosque. Na outra parte ficava o colchão onde brincavam as crianças. O leite talhou logo em seguida, e a vida no quiosque desmoronou mais uma vez sobre Lúcia. Aquele litro de leite estragara porque não tinha como conservá-lo. Lúcia ganha, às vezes, o pão e o leite dos funcionários do governo que distribuem esse benefício por mera benevolência – como fora seu assentamento momentâneo junto aos outros companheiros na quadra de esportes há um ano atrás. A caridade alheia supre uma deficiência de Lúcia, que não recebe diariamente o pão e o leite para seus filhos pelo mesmo motivo por que não recebeu seu lote anteriormente, ou seja, por não conseguir provar o seu “tempo de Brasília”.

Embora a apreciação de Lúcia acerca de todos esses percalços seja bastante coerente com os requisitos da burocracia, conheci muitas pessoas que, embora não tivessem “tempo de Brasília”, conseguiram arquitetar um plano para furar a barreira imposta pelos órgãos de assistência social – burlando algumas regras, forjando alguns documentos, lançando mão da ajuda de outra pessoa –, para receber especialmente a cesta básica e o pão e o leite.

Josina (vizinha e amiga de Leca), por exemplo, recebia a cesta básica (distribuída mensalmente) e o pão e o leite (recebidos diariamente), fazendo-se passar por uma colega que fora embora do Recanto das Emas há algum tempo atrás, deixando-lhe de presente seu cartão do programa de assistência. Noutra

ocasião, estávamos no barraco de Leca, quando vieram visitá-la duas assistentes sociais⁴⁰. As senhoras, como que cegas pelo seu ofício, pareciam não perceber nossa presença no exíguo barraco e sem levantar os olhos da prancheta com o questionário, perguntaram à Leca, por exemplo, quantos cômodos tinha a casa. Leca, para retribuir a ironia, com um cigarro na mão, respondeu-lhes que não fumava. E assim continuou aquela espécie de diálogo de surdos. Por fim, Leca declarou que ganhava com seus biscates “uns R\$ 100” (equivalente a meio salário mínimo em 2002) por mês. Logo que as duas mulheres se foram, ela nos explicou que se dissesse o quanto ganha de fato o governo não lhe concederia mais benefício algum. Apesar ou por causa de todas suas desventuras, Leca aprendeu o que Lúcia ainda não sabia: responder direitinho.

Percebi por meio desses casos contraditórios que, no Recanto das Emas, as estritas regras que classificam a população visando contemplar aqueles que mais se sacrificaram nem sempre são cumpridas à risca – nem pelos que desejam receber os benefícios, nem pelos responsáveis pela seleção e distribuição dessas dádivas do governo. Lúcia, pode ser descrita, a partir dos critérios de apreciação usados por Olga, como uma *pessoa que não sabe*, ou seja, ela não sabe como se dirigir a alguém (com poder) que interceda em seu favor.

O encontro que tive com Lúcia chamou muito a minha atenção. Seu caso, sua moradia eram por demais peculiares. Uma questão central atormentava-me: como alguém poderia estar instalado nas dependências da Administração Regional, nas barbas do governo, em condições tão precárias? A conversa com Lúcia foi iluminada pelas preciosas informações que Benedito logo em seguida me concedeu. À luz dessas conversas pude compor um quadro em que a posição de Lúcia soava como perfeitamente plausível e gramatical, embora não menos aterradora.

Como eu dizia, Lúcia era uma remanescente da quadra de esportes. Se nos recordarmos do ocorrido, a organização daquele evento era atribuída – ao menos aos olhos dos funcionários da Administração Regional – a um indivíduo que portava um *bottom* na forma de uma estrela, com a inscrição “PT”. Quando conversei com Lúcia, essas eram as informações de que eu dispunha para entender o seu caso, o que não era suficiente para avançar muito, ou seja, para compreender a fundo o que se passava ali.

Benedito, com seu conhecimento dos fatos, esclareceu-me um pouco mais sobre Lúcia. Em meio aos prédios onde estão espalhados os escritórios da Administração Regional, há uma carrocinha onde são vendidos lanches e bebidas aos funcionários e visitantes. Certo dia passei com Benedito por esse lugar. Pude, então, compará-lo ao quiosque onde Lúcia estava alojada. O contraste levou-me a perguntar a Benedito as razões que teriam levado o administrador

a transformar aquele quiosque (para mim, bastante mais adequado para funcionar como uma lanchonete do que a carrocinha) na inóspita moradia de Lúcia e sua família.

Benedito não titubeou: aquele quiosque fora construído na administração anterior, por iniciativa privada de um morador da cidade, militante do Partido dos Trabalhadores. Logo, tratava-se de um “quiosque petista”. A suposta benevolência do administrador, portanto, apenas enclausurava Lúcia, seu marido e seus filhos naquele que era um símbolo concreto da administração anterior. O sacrifício de Lúcia emblemava a degradação daquele espaço. O sofrimento de Lúcia, naquele cenário trágico, conformava o ícone perfeito da derrota petista e da ascensão azul ao poder. Nas palavras de Benedito, tão cedo Lúcia não teria seu barraco, quanto mais, seu lote.

A transformação das casinhas

Uma outra evidência ainda nos conduz à distinção crucial presente no modo de vida simbolizado pelo *barraco*. No Recanto das Emas, os governos local e federal construíram recentemente uma série de moradias semelhantes a conjuntos habitacionais destinada a servidores públicos mediante o Programa Servir. Antes mesmo de ficarem prontas, as unidades habitacionais receberam o apelido de “casinhas”. Quando começaram a ser ocupadas, muitas das casinhas se transformaram em barracos, conforme a apreciação de moradores mais antigos do Recanto, outras, em casa. Aqueles que as “levantaram para cima”, transformando o que receberam em sobrados, passaram da casinha à casa. Já os que fizeram um “puxado”, aproveitando a parede da casa vizinha, passaram da casinha ao barraco.

O sobrado manteve a distância física entre os vizinhos, já que uma faixa do lote era mantida entre uma residência e outra e um alto muro ali construído. O puxado expandiu a residência e os laços de vizinhança. As paredes comuns facilitavam o estabelecimento de trocas, mesmo que nem sempre amistosas.

Essa parece ser uma dinâmica semelhante a dos casos apresentados neste capítulo. O tipo de lugar onde Leca mora é conhecido por Rosa, seja através de relatos, seja por conta do relacionamento diário com vizinhos que vivem em situação semelhante. O mesmo se passa entre Rosa e Olga: talvez elas nem se conheçam, mas Rosa muito comenta a respeito das vizinhas que se escondem atrás dos seus altos muros. Rosa não mantém um contato íntimo quer com pessoas como Leca, quer com mulheres como Olga⁴¹. O painel que pretendi traçar aqui não visa apresentar fragmentos que se encaixariam, como se a história de uma pessoa fosse desaguar na de outra. Quero enfatizar que não há essa

necessária transformação no outro, mas, sim, como vimos, diversos outros que fazem parte de um heterogêneo, porém único mundo.

No interior do Recanto das Emas

Frisando ainda as características peculiares de cada um dos casos aqui apresentados, gostaria de enfatizar a alta incidência dos encontros entre esses diversos mundos – meios e modos de vida – no interior do Recanto das Emas. Tal implicação é mais facilmente observável se compararmos esse tipo de contato, mesmo que assimétrico (entre Leca, Rosa, Olga e Lúcia, por exemplo), e o tipo de relação mantida entre os moradores do Recanto e pessoas de fora (especialmente aquelas que vivem no Plano Piloto).

Mesmo Olga, cuja posição social é desejada pelas demais, sofre com a distância que a separa de sua família extensa (de sua mãe, que ainda vive em Sobradinho, e de seus irmãos, funcionários públicos que moram no Plano Piloto). Segundo ela, seus irmãos não a visitam para não sujar os carros com a terra do Recanto das Emas. Para Olga, cuja vida como *loteira* gira em torno dos carros na lama e na poeira, essa constatação é um golpe brutal. Em suas observações, podemos perceber o quanto a homogeneização a fere profundamente. A série de sutilezas apresentadas no modo de vida de cada uma dessas mulheres revela-se como uma forma de contra-homogeneização, dirigida sobretudo aos que desconhecem o mundo dos barracos, ou seja, o Recanto das Emas.

Em face dessa complexidade de relações, a estratégia argumentativa adotada neste capítulo pretendeu associar determinados eventos para deles extrair uma conclusão acerca dos modos e meios de vida nativos. Nesse processo, não há um fio evolutivo ou involutivo que conduza as pessoas, necessariamente, de um tipo de habitação a outro, ou seja, de uma posição social e política a outra. Se essas trajetórias por vezes ocorrem, sua compreensão se dá como uma apreciação posterior e não como uma averiguação isenta dos rumos seguros que a vida tomou. Dessa forma, o quadro aqui apresentado deve ser compreendido como uma objetivação alheia às vontades de Leca, Rosa, Olga e Lúcia, como uma construção consciente de um processo social que é seguido às cegas pelos indivíduos (Elias, 1998).

Esse foi meu objetivo principal ao trazer essas distintas experiências sob a forma de experimentos etnográficos: apresentar alguns instantâneos que a etnografia construída revelou como representativos para compor um mural sincrônico da sociedade atual no Recanto das Emas. A interpretação não se constrói apenas sobre as implicações mútuas entre esses casos, mas a partir de pontos compartilhados, que se repetem em lugares-eventos diferentes (um

pouco mais, um pouco menos).

Ao abordar eventos construídos previamente, pretendi, por meio da redundância e das dessemelhanças, sublinhar como uma categoria granular – o *barraco* – se realiza a partir de um sentido cosmológico⁴². Esse caráter cosmológico se evidencia na colocação em ato dessa categoria. A cada uso distinto refere-se um hábito também peculiar que se transforma continuamente. A composição de um quadro (uma espécie de mural) de diferentes procedimentos envolvendo o barraco, em contextos diversos (especialmente no Recanto das Emas), permite-nos, ao menos, precisar os limites do conhecimento etnográfico assim construído.

Na análise aqui proposta, o *barraco* traduz-se como uma fonte de categorias nativas em ato. Em certa ocasião, ao comentar e aderir ao argumento central de Charles Peirce – à sua tese de que toda lógica é conformada socialmente –, Durkheim esclarece de modo categórico como se dá esse processo:

“[...] a crença traduz-se por *ação*: a crença que não atua não existe; e a ação deve adquirir o caráter da crença que a gera [...] a *dúvida* gera a *idéia*, esta gera a ação e, transformada em *crença*, traduz-se por movimentos organizados, traduz-se pelo *hábito*. O sentido integral da idéia reside no sentido do hábito que essa mesma idéia determinou” (Durkheim, s/d:11; ênfases no original).

O barraco, como qualquer outro signo, só existe a partir de uma relação de interpretação; seu sentido só é apreendido em contexto. Esse contexto é dotado de uma lógica, como pudemos depreender dos casos apresentados. O barraco é uma categoria que permite determinadas trocas, e estas se orientam por modos de vida particulares. Os modos de vida de Leca e Rosa são distintos, porém ambas entram no mercado de trocas local preponderantemente portando a moeda barraco.

Esta moeda circula por intermédio do modelo de troca definido pela pedição. Lúcia por não saber (ou não poder) pedir está excluída desse mercado. Por outro lado, embora as trocas realizadas por Olga não se dêem com a moeda barraco, obedecem também à lógica da pedição: em troca do apoio à sua atividade de loteira, ela oferece seu prestígio político aos governantes locais – mesmo que pareça aos olhares incautos que ela, atrás de seu muro, “nem viva” no Recanto das Emas. Percebe-se, por fim, que as moedas de que dispõem Leca, Rosa, Olga e Lúcia são índices de seus respectivos “tempos de Brasília”, uma outra categoria que nada tem de (cronologicamente) natural, regida por uma hierarquia que se esclarece, como o barraco, com a compreensão gradual da

linguagem política local.

O barraco como um lugar-evento revela, sobretudo, o modo de vida preponderante no Recanto das Emas. O lugar onde cada uma dessas mulheres vive trata-se de um evento. Seus distintos modos de vida, ao mesmo tempo que engendram, passam a se referir a relações políticas particulares que cada uma delas mantém com o governo. Nesse aspecto, se o barraco é a categoria mais fundamental para essas pessoas, é possível inferir que o tipo de relação com o governo que orienta tal preponderância também seja a mais marcante e alastrada nessa cidade.

Notas

¹ “[...] o âmago da antropologia social é o trabalho de campo – a compreensão do *modo de vida* de um determinado povo” (Leach, 1974:14; ênfases minhas).

² “Nous cherchions à décrire le cycle agricole, la distribution des champs, la mythologie, dans la mesure où elle éclaire le *goût des indigènes pour la culture de la terre*” (Malinowski, 1974:198; ênfases minhas).

³ O cerrado levaria ao extremo uma característica bastante geral, apontada por Sayad, acerca dos diversos lugares onde vivem trabalhadores urbanos – como vilas, assentamentos, conjuntos habitacionais ou favelas:

“[...] le bidonville est ‘en transparence’. Il ne cache rien, ni du dedans, ni au dehors; il ne protège de rien; il ne préserve d’aucun regard. C’est qu’il fait lui-même partie de l’espace public, de l’espace le moins aménagé, le moins urbanisé, de l’espace physique quasi naturel” (Sayad, 1995:43; ênfases minhas).

⁴ Essa interpretação que atrela o processo histórico das cidades que circundam o Plano Piloto ao projeto modernista é recorrente (ver, p. ex., Holston, 1993:318). A força simbólica do *dever ser*, no caso da capital federal, atenua os interesses pelo que existe de fato.

⁵ Em torno de quarenta salários mínimos em 2002.

⁶ Embora pessoas como Leca e Márcia sejam acusadas por venderem seus lotes, como se fossem megainvestidores ou grandes grileiros, não devemos nos esquecer que, como nos precaveu Marx: “[...] a *renda da terra*, para considerar agora a forma mais desenvolvida da distribuição pela qual a grande propriedade fundiária participa na repartição dos produtos, *supõe a grande propriedade agrária* (a bem dizer, a grande agricultura) como agente de produção e não pura e simplesmente a terra, tal como o salário não supõe o trabalho puro e simples” (Marx, 1978:112; ênfases minhas).

⁷ Essa parte da vida de Leca, Márcia e seus filhos serviu de inspiração para a realização de *O chiclete e a rosa* (documentário curta-metragem dirigido por Dácia Ibiapina).

⁸ Emblemático na casa de Leca é um varal estendido de um lado a outro do barraco, onde estão pendurados dezenas de óculos (na maioria, de sol) que são usados e depois viram

brinquedos para as crianças ou presentes de segunda mão para algum colega.

⁹ Este termo nativo aos meus ouvidos une em uma só palavra o *pedido à peregrinação*, indissociáveis nesse contexto.

¹⁰ Tempos depois, em 2001, observei um procedimento da secretária do administrador, que preenchia uma ficha com os dados de cada pessoa que vinha ao seu gabinete encaminhar alguma demanda particular. Durante a campanha eleitoral de 2002, acompanhei Benedito em visitas “de porta em porta” que fazia para divulgar as qualidades desse mesmo administrador, então candidato a deputado distrital. Ao sondar a listagem que Benedito trazia consigo, percebi que ali estavam “tabulados” todos os casos cadastrados pela secretária ao longo do período em que o candidato esteve à frente da administração da cidade. Benedito dirigia-se à casa do eleitor (a partir de seu nome e endereço) e fazia-o “relembrar-se” da dádiva alcançada (um caminhão de terra, uma consulta dentária, uma cesta básica, uma carta de recomendação para um emprego), que o agora candidato lhe havia concedido quando administrador.

¹¹ Certa vez, eu estava perambulando pela Administração em busca de uma conversa, quando dois senhores (provavelmente com mais de 60 anos) me abordaram. O menos tímido pediu que eu verificasse se seu nome aparecia na lista pendurada junto à porta principal do prédio da Administração. A lista era uma cópia do *Diário Oficial*. Ao justificar seu pedido, ele afirmou que não era analfabeto e que havia esquecido seus óculos. Percorri a lista. Infelizmente seu nome (o da filha com quem mora, na verdade) não constava ali. O outro senhor pediu em seguida para que eu checasse o seu nome. Olhei as colunas de letras miúdas mais uma vez – ESTAVA. Não encontro meio de descrever a emoção desse senhor quando eu disse que sim, seu nome estava lá. A alegria de um contrastava com o desapontamento do outro, mas todos nós ficamos muito felizes – cada um à sua maneira – pela boa nova.

¹² Exponho uma interpretação destas equações como “fórmulas mágicas” no Capítulo 5.

¹³ Inúmeras fórmulas já foram criadas (como procuro abordar no Capítulo 5). Tento referir-me aqui ao seu modelo mais atual.

¹⁴ Pude ver no Recanto das Emas um jovem hostilizando seu pai ao lembrá-lo de sua chegada à capital: o menino, nascido prematuramente, tinha vindo com sua avó materna para Brasília, a fim de receber os sempre benfazejos cuidados médico-hospitalares da cidade grande. Seu pai, no entanto, tardou ainda alguns anos a migrar para o Distrito Federal, com o resto da família. Esse rapaz se orgulhava de ter mais “tempo de Brasília” que qualquer outro membro de sua família.

¹⁵ Papéis, em um sentido lato, seriam considerados documentos também nesse contexto (Peirano, 2002a), a ponto de impressos de outras ordens, como notas fiscais, por exemplo, poderem servir como comprovante do tempo de fixação daquela pessoa à capital federal.

¹⁶ A noção de “filho do município”, analisada por Peirano (1986) como um índice da hierarquia de merecimento e pertencimento estabelecida em pequenas cidades brasileiras, encontra um paralelo nítido nesse caso dos “filhos de Brasília”.

¹⁷ *Ter sorte ou não* nos remete tanto à fortuna que seria receber o benefício como também ao caráter arbitrário dessa espécie de jogo de azar que é a corrida por um lote.

¹⁸ Essa ancestralidade é sempre relativa (Elias e Scotson, 2000), sobretudo pelo fato de a cidade ter sido criada por decreto em 1993.

¹⁹ No Capítulo 3 trato dos valores e símbolos relacionados à chegada do asfalto à cidade no ano de 2002.

²⁰ “O desconhecimento coletivo da verdade objetiva da emigração que todo o grupo se esforça por manter (os emigrantes que selecionam as informações que trazem quando passam algum tempo na terra; os antigos emigrantes que ‘encantam’ as lembranças que guardaram da França; os candidatos à emigração que projetam sobre a França suas aspirações mais irrealistas etc.) constitui a mediação necessária através da qual se pode exercer a necessidade econômica” (Sayad, 1998:44).

²¹ Essa circulação inter-regional de crianças encontra paralelo, por exemplo, nos trabalhos de Fonseca (1995).

²² Nova e distinta em relação a processos anteriores de organização coletiva para a obtenção de lotes ou moradia, como, por exemplo, o caso estudado por Valladares (1981).

²³ A respeito desse conjunto de trâmites ver o *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 19 de março de 2001.

²⁴ Essa era a percepção de dona Rosa antes de visitar a casa de sua irmã que fora contemplada. As casas são construídas a um só tempo e só podem ser ocupadas quando completamente prontas e inauguradas. A irmã de dona Rosa precisou esperar que a “casinha da cooperativa” ficasse pronta para poder desmanchá-la e em seu lugar construir uma casa à sua maneira.

²⁵ Critério que não vem impresso, mas sempre aparece escrito à mão nos cartazes dispostos no prédio da Administração Regional, por exemplo, ou nos discursos do próprio administrador (que concorreu e foi eleito deputado distrital em 2002), que nas conversas com os moradores sempre frisa: “Você já transferiu o título pro Recanto?”

²⁶ As quadras 500 foram aludidas no Capítulo 1.

²⁷ Quando entrevistei o delegado do Recanto das Emas, em suas declarações ficava claro que essa quadra é a depositária do medo e da preocupação dos policiais locais. A maior invasão do DF, como falou Olga, cujo caso é abordado a seguir.

²⁸ “The index is physically connected with its object; they make an organic pair. But the interpreting mind has nothing to do with this connection, except remarking it, after it is established” (Peirce, 1998:9 – *What is a sign*, 1894).

²⁹ A proprietária do lote, segundo Rosa, embora possuía uma casa em outra cidade, não deixou de ser contemplada com um lote no Recanto das Emas que lhe rende uma boa soma mensal mediante o aluguel dos barracos.

³⁰ Um ícone, segundo Charles Peirce, é a própria semelhança representada: “The likeness has no dynamical connection with the object it represents; it simply happens that its qualities resemble those of that object, and excite analogous sensations in the mind for which it is a likeness” (Peirce, 1998:9 – *What is a sign*, 1894).

³¹ A W3 é uma das principais avenidas no Plano Piloto.

³² Para uma análise etnográfica de um caso de “política” como empreendimento familiar, ver Kuschnir (1998).

³³ Percebo que no microcosmo do Recanto das Emas, os *topoi* próprios da cosmologia nacional brasileira também têm o seu lugar. Aqui se repetem incessantemente as alusões à formação (Zilly, 1999) e ao desenvolvimento da cidade e de seu povo.

³⁴ No pleito de 1994, concorrem no segundo turno, Cristovam Buarque (coligação PT/PSTU/PPS/PSB/PCdoB) e Valmir Campelo Bezerra (coligação PTB/PFL/PMDB/PP). O vencedor foi Cristovam Buarque com 460.137 votos, contra o candidato apoiado por Joaquim Roriz, com 393.710.

³⁵ Loteiros é o nome dado aos indivíduos que trabalham em vans e em outros automóveis que fazem localmente o transporte clandestino de passageiros. Essas pessoas também são chamadas de “piratas”. Os próprios loteiros qualificam sua atividade como alternativa, a ponto de a cooperativa de Olga chamar-se Alternativa.

³⁶ A partir desse personagem, muitas anedotas tomam vida no Recanto das Emas. Os *guardinhas* andam de moto ou de bicicleta à noite. Eles são pagos pelos moradores para fazer o papel de segurança privada de cada quadra ou conjunto de lotes. A remuneração dos guardinhas é proporcional ao poder aquisitivo dos moradores. Na época em que morei no Recanto das Emas, as famílias que o pagavam costumavam contribuir com R\$ 10 por mês. Já os comerciantes, com R\$ 15 ou R\$ 20. Para se fazer notar – tanto pelos supostos bandidos como pelos moradores que o pagam – os guardinhas passam soando um apito regularmente durante a noite. Esse apito interrompe as noites silenciosas no Recanto das Emas.

³⁷ Tratado extensivamente no Capítulo 1.

³⁸ O caso de Lúcia assemelha-se àquele dos reassentados de Mangueirinha-PR. Somente as pessoas que souberam responder às perguntas da empresa que inundaria suas terras acabaram recebendo seu lote. Os demais foram simplesmente “expulsos pelas águas”. Sobre esta pesquisa, ver Borges (1999).

³⁹ Depois que conheci essa moça na casa de Lúcia, a reconheci muitas vezes em apresentações que ela e seu grupo de artes marciais faziam em eventos políticos vários. Sobre o papel dessas crianças na animação desses eventos trato no Capítulo 3.

⁴⁰ Nessa ocasião, estávamos, minha amiga Dácia e eu, na casa de Leca.

⁴¹ Penso aqui na noção de *cultural intimacy*, ou seja, um espaço familiar a ser defendido contra *outsiders* potencialmente perigosos e destrutivos (Herzfeld, 1997).

⁴² A cosmologia perpassaria e orientaria o sistema classificatório continuamente. Assim como um hábito, seria o conjunto de crenças e de dúvidas construídas e, portanto, destruídas ininterruptamente.

O Asfalto

Neste capítulo será recuperado um conjunto de episódios referentes à prática de trocas cerimoniais entre o governo do Distrito Federal e a população do Recanto das Emas. O asfalto visto como obra, ou seja, como realização, é o objeto valioso de transações consideradas especiais, que envolvem os moradores do Recanto das Emas e os políticos locais a partir de uma série de pressupostos lógicos e sociais definidores do que poderia ser nomeado como uma comunidade de crença (Peirce, 1992:149¹). Procuo aqui aproximar essa noção peirciana de comunidade daquela descrita por Malinowski como “comunidade *kula*”, isto é, uma comunidade que se conforma em função das trocas de objetos valiosos (Malinowski, 1984:343).

Não é apenas pelo fato de não existir que, no Recanto das Emas, ao asfalto é concedida uma atenção peculiar. Acima de tudo, é do próprio poder público local (como uma espécie de *deus ex-machina*) que parte a disseminação da legítima crença na imprescindibilidade do asfalto para que a vida siga adiante. De iniciativa do governo, essa ação urbanística traz como marca de origem um pretenso universalismo: cedo ou tarde, crê-se, o morador do Recanto das Emas deverá ser contemplado com o asfaltamento em sua rua.

O reconhecimento do problema e sua imediata solução por parte do governo configura o asfaltamento da cidade como uma questão de todos. No entanto, os moradores do Recanto das Emas não reagem de forma padronizada ou socialmente pasteurizada a essa intervenção. Na cidade, tem lugar uma profusão de tipos de adesão ao asfaltamento. Como veremos, se as pessoas são motivadas de diversas maneiras a aderir ou a manifestar contrariedade em relação a uma alteração como esta em seu modo de vida, também a forma como essas relações se dão tendem a ser diferenciadas.

Se, como afirma Peirce, o sentido de um símbolo é sua tradução em outros símbolos, podemos analisar o presente processo como sendo a tradução, em uma forma ou fórmula particular, das disposições heterogêneas dos habitantes

do Recanto das Emas em relação ao asfalto: a saber, a oposição entre azuis e vermelhos, entre adeptos do governo de Joaquim Roriz e seus opositores preferenciais, os militantes do Partido dos Trabalhadores². Para tanto, neste capítulo, procurarei resgatar os primeiros eventos marcados pela aparição do governador Roriz, que tanto deram início ritual às obras de asfaltamento, mediante o ato de “assinatura do asfalto”, como se mostraram ocasiões propícias para que fossem explicitadas as diversas posições dos moradores, polarizadas entre adeptos do governo atual e do anterior. Como veremos, esse gradual matiz entre o azul e o vermelho serviu como um importante meio para alguns moradores do Recanto das Emas se orientarem e compreenderem o conflito político local.

Perspectivas em relação ao asfalto

i. O jornal

No dia 20 de outubro de 2000, o governador do Distrito Federal esteve no Recanto das Emas “assinando o asfalto”. A aparente falta de referencialidade (Jakobson, 1963) dessa sentença deve, sem dúvida, causar perplexidade aos que desconhecem os encontros rotineiros que se dão, no Distrito Federal, entre governantes e governados, com o pretexto habitual da “inauguração de uma obra”³.

Meu primeiro contato com tal episódio se deu por meio da leitura do jornal *Correio Braziliense*⁴. Aquela edição exibiu como matéria de capa a “ameaça” que o governador fizera à “oposição”, “em solenidade organizada para anunciar o asfaltamento de quatro entrequadras no Recanto das Emas”. O título geral da matéria, “perigo vermelho”, aludia ao tom que teria dominado o discurso de Joaquim Roriz.

Várias páginas do jornal foram dedicadas ao fato, lançando mão da mesma linguagem metafórica que o governador teria usado para se referir aos seus oponentes. Sem referências explícitas, todos – quer os que escreviam, quer os que eram objeto do texto jornalístico, quer, ainda, os que supostamente leriam a matéria – deveriam, para poder saber do que se tratava, estabelecer, mesmo que tacitamente, a *associação entre as cores azul e vermelho e os governos de Joaquim Roriz (PMDB) e Cristovam Buarque (PT)*, respectivamente.

Por meio desse entendimento comum, que marca, como veremos, todos os relatos acerca daquele evento, foi possível perceber que a atualização da disputa eleitoral na capital do país se expressava na oposição icônica entre as cores vermelho e azul, ou seja, no confronto entre

“[...] certas imagens visuais ou verbais identificadas com uma questão ou

princípio, a ponto de o seu *status* representacional acabar se perdendo [...] essa qualidade de tais ícones facilita a sua transformação em si mesmos, sua involução, dando a eles uma auto-suficiência, uma independência, um estatuto de fato” (Crapanzano, 2000:352; tradução livre).

No editorial, condenavam-se a “personalidade autoritária” e a “intolerância do governador”. Políticos e cientistas políticos locais chamados a se manifestar em vista dos termos utilizados pelo governador declaravam em uníssono sua repulsa pela “atitude antidemocrática” de Roriz. Já o então ministro da Justiça, José Gregori, afirmava: “A bravata nunca é boa conselheira do homem público. Não vou permitir violência, parta de onde partir”⁵. Pode-se intuir que a forma como foram montadas essa edição do jornal e as subseqüentes procurava oferecer provas “factuais” de que todos, sem exceção, estavam indignados com o que fora dito por Roriz no Recanto das Emas.

No dia seguinte, uma nova matéria dava repercussão à edição anterior, declarando que a “oposição” (os deputados distritais não-alinhados ao governador) pediria o *impeachment* do governador (procedimento que teve vez ainda naquela semana, mas que não surtiu os efeitos esperados)⁶. A partir de então, até fins de dezembro de 2000, diariamente, o *Correio Braziliense* publicou diversos pronunciamentos de Roriz que remetiam, de forma mais ou menos explícita, ao “perigo vermelho”. Essa referência constante às alusões do governador do Distrito Federal à cor (vermelha) de seu inimigo foi ainda estampada de modo intermitente nas páginas desse jornal até as vésperas da eleição de 2002. Como não pude acompanhar esse episódio no Recanto das Emas por estar afastada de Brasília nesses dias, telefonei imediatamente para Benedito assim que soube do ocorrido. Por trabalhar na Administração Regional, ele costuma ter acesso privilegiado a informações que envolvam o que chamo *atos de governo*, ou seja, eventos em que se colocam face a face governantes e a população local, a propósito da instituição de um benefício estatal, especialmente, de alguma “obra” pública.

ii. Benedito

Parte da função de Benedito é propalar o que o governo faz, conclamando os moradores a comparecer às ocasiões em que as autoridades apresentam, de forma solene, aos contemplados, suas diversas obras. Quando conversamos por telefone, Benedito lamentou muito o meu atraso em relação aos fatos. Para ele, a versão do *Correio Braziliense* era “muito negativa”, o que seria “típico de petistas”.

A associação feita por Benedito entre o respectivo jornal e o antigo governo (do PT) é bastante comum entre os moradores do Distrito Federal, que

reconhecem o *Correio Braziliense* como um periódico que se opõe ao governo de Joaquim Roriz. É a partir dessa perspectiva que lanço mão dos textos publicados nesse jornal, ou seja, estou interessada em seu conteúdo como apreciação nativa acerca do ocorrido. Além de, obviamente, não serem um espelho da verdade (Champagne, 1996), nesse caso em especial, aos olhos de Benedito, as matérias estariam propositadamente voltadas para um ataque maniqueísta às práticas administrativas do governo Roriz.

Esse confronto tem como contraponto outro periódico da cidade, de menor envergadura, o *Jornal de Brasília*, que, ao se dedicar às mesmas notícias que o *Correio Braziliense*, costuma ressaltar as virtudes da atual administração. Assim sendo, do contraste entre as versões apresentadas pelos dois maiores jornais da cidade, menos que um painel da realidade, o que podemos construir é um quadro revelador do estado-da-arte do embate político local⁷, como se pode depreender, por exemplo, da forma encontrada para cobrir um “mesmo” evento pelos dois periódicos da cidade:

JORNAL DE BRASÍLIA, 22 de fevereiro de 2002

Renda Minha beneficia 70 mil

Marcelo Vieira

Roriz lança programa que dá às famílias carentes R\$ 45 por filho matriculado no ensino fundamental.

Em meio a mais de 12 mil alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal, o governador Joaquim Roriz e a secretária de Educação, Eurídes Brito, lançaram ontem, no ginásio Nilson Nelson, o programa Renda Minha, que beneficiará, este ano, 70.869 alunos que estejam cursando o ensino fundamental.

Fonte: <http://www.jornaldebrasil.com.br/antecedentes/22-02/default.htm>.

CORREIO BRAZILIENSE, 22 de fevereiro de 2002

Renda Minha festa azul e branca

Alberto Lima e Valéria Feitoza

GDF leva 12 mil pessoas ao ginásio Nilson Nelson para implantação oficial do novo programa educacional. Foram distribuídas camisetas e lanches para a platéia. Ministério Público vai analisar se houve crime eleitoral no evento. Enquanto isso, famílias protestaram contra fim do Bolsa-escola.

Fonte: http://www2.correioweb.com.br/cw/2002-02-22/mat_33587.htm.

Segundo Benedito, a vinda do governador ao Recanto fora “na verdade”

um “espetáculo”, que ele descreveria com detalhes quando nos encontrássemos. Combinei então de ir ao seu encontro, para que me falasse desse “espetáculo”. Às oito horas da manhã do dia marcado, recebi uma ligação afoita de Benedito, que me alertava para que eu fosse imediatamente ao Recanto das Emas a fim de não perder a oportunidade de assistir a mais um “espetáculo”, desta vez na cidade vizinha de Riacho Fundo, onde, às 11 horas, o governador Roriz estaria assinando uma ordem de serviço, tal como fizera no Recanto das Emas⁸.

A “assinatura do asfalto” assumia outro sentido além da mera referência ao ato de assinar uma ordem de serviço que dá início a uma obra. A menção constante de Benedito ao caráter espetacular desses eventos devia-se, sobretudo, ao fato de haver uma especulação coletiva (por parte dos moradores do Recanto das Emas e dos jornalistas que cobriam esses eventos) sobre o desenrolar dessas aparições do governador, em que se cogitava e se apostava em novas formas de conflito que poderiam ter lugar entre azuis e vermelhos. Se, como abrevia Mauss, “faz-se um gesto não só para agir, mas também para que os outros homens e os espíritos o vejam e o compreendam” (Mauss, 1979:155), mais uma vez, menos que a referencialidade dessas avaliações, devemos perceber o quanto esses espetáculos se tratavam de encenações dos moradores do Recanto das Emas para eles próprios.

Era a partir dessas considerações, ou seja, das apreciações coletivas, que Benedito me conclamava. Se os conflitos entre azuis e vermelhos começavam a tornar-se rotineiros e as aparições do governador vinham se mostrando ocasiões extremamente profícuas para esse embate, parecia bastante razoável a Benedito chamar-me para acompanhá-lo até o Riacho Fundo, já que eu havia perdido chance semelhante no Recanto das Emas, e ver com meus próprios olhos o que corria aos quatro ventos. Havia no ar que Benedito respirava uma expectativa de se repetir nessa outra solenidade a troca de farpas que eu deixara de presenciar no Recanto das Emas.

iii. Os especialistas

Sugestionada pela pressão coletiva, não tardei a chegar. Quando me aproximava da Administração da cidade, percebi que vários carros passavam em sentido contrário, ornados com bandeiras azuis e outras com o nome de Roriz, tal qual as utilizadas na campanha eleitoral ocorrida dois anos antes. Eram carros de correligionários que já se encaminhavam para a cidade vizinha, onde aconteceria a solenidade da qual me falara Benedito⁹.

Conversamos brevemente sobre o episódio ocorrido no Recanto. Sílvia fez algumas ressalvas à opinião de Benedito, dizendo-me: “nem tudo o que saiu no jornal é verdade, mas muita coisa é”. Para Sílvia, a presença de Roriz

no Recanto das Emas foi marcada por um violento choque entre moradores da cidade e isso a atemorizava, deixando-a inclusive com certo receio da solenidade para a qual nos dirigiríamos em instantes. Enquanto debatíamos sobre o que se passou, ao nosso redor dezenas de pessoas aglomeravam-se, esperando a chegada do ônibus que as levaria até o local da festividade¹⁰. Eram em sua maioria funcionários da própria Administração Regional, como Sílvia e Benedito, que aproveitavam o tempo de espera para se paramentarem adequadamente com camisetas e bonés azuis, além de tarjas de pano azul amarradas na cabeça ou no braço e bandeiras azuis, grandes e pequenas, para empunhar ao longo da manhã. A própria chefe-de-gabinete do administrador da cidade se encarregava de distribuir todos esses objetos aos presentes.

Algumas pessoas já vinham de suas casas vestidas com uma roupa azul, como Sílvia e Benedito: ambos de jeans; ela com uma blusa toda azul e ele com uma camisa xadrez azul e branco. Essa prática revelava um envolvimento distinto na tarefa de se ornar com as cores do governo pois, ao contrário de uma bandeira feita de um tecido ordinário, que após uma manhã sendo agitada estará destruída, uma roupa dura mais tempo e, além disso, “leva” quem a veste a outros lugares que não apenas ao ato de governo propriamente dito.

Não é estranho ao Brasil o fenômeno da uniformização de eleitores em época de campanha eleitoral, com a distribuição de diversos materiais que vão desde a camiseta ou o boné até tintas que “pintam” o eleitor e/ou sua casa com



as cores de seus candidatos¹¹. Porém, o que é peculiar no caso do Recanto das Emas é um certo desdobramento desse fenômeno para além do período circunscrito ao pleito. Não somente as camisetas de campanha continuam a ser usadas, como os muros com as inscrições dos candidatos permanecem visíveis e as bandeiras mantêm-se tremulando.

O que vemos nessa cidade é a reprodução da mesma estratégia utilizada em campanha ao longo do mandato dos candidatos eleitos, tanto por parte dos que ganharam quanto dos que perderam as eleições. Quem perdeu pode querer ostentar o resultado negativo como um trunfo para o próximo pleito, fazendo questão de frisar sua derrota mediante a perpetuação dos símbolos utilizados durante a campanha eleitoral. Com intenção simétrica, os que foram eleitos, assim que são empossados, criam símbolos para os seus governos, cujos índices se assemelham muito aos usados na campanha¹².

No caso do governo atual de Joaquim Roriz, a cor predominante em toda a propaganda oficial é o azul; assim como durante o governo de Cristovam Buarque a cor emblemática de sua administração era o vermelho. O próprio ícone alusivo ao governo do Distrito Federal mudou quando da troca de mandato entre Cristovam Buarque e Joaquim Roriz. Se no de Cristovam Buarque o governo do Distrito Federal se fazia representar pela escultura dos Dois Candangos (com *layout* vermelho), na administração de Joaquim Roriz foi escolhido o Monumento a JK.

Há na escolha desses ícones o cumprimento de uma certa função poética (a escultura dos “dois candangos” alude aos trabalhadores que tombaram na construção, e o monumento, ao presidente que ergueu Brasília) que, além de revelar a dinâmica corrente de cada um desses governos, remete a mitos fundantes do espaço da capital federal¹³. Já as cores azul e vermelho foram gradualmente sendo construídas como índices do tipo de disputa política existente no Distrito Federal. Por isso, talvez, possamos dizer que o uso das cores representa um refinamento das estratégias de iconografia política, que se formou lentamente na sucessão desses dois candidatos.

O encontro de meras cores, como índices, seria similar à forma de se referir aos conflitos, presente em certos casos de “totemismo político”¹⁴. No entanto, ao contrário do que se passa com ícones em geral, cuja forma (pensemos ainda na forma totêmica) indica a qualidade da sociedade ou grupo que originariamente sugeriu a escolha do próprio ícone, no caso da cor temos um símbolo de ordem mais indécica, menos referencial e, portanto, mais poética (como *poiesis*), ou seja, um conceito aberto à atribuição crescente e constante de sentido.

A oposição entre azul e vermelho transformou-se lentamente em um novo tipo de lugar-evento¹⁵, que exige de quem a aciona a experiência concreta de

vivê-la como signo, isto é, como símbolo cujo sentido é dado por convenções, pelo hábito, e que supõe a capacidade de imaginar aquilo a que a palavra alude. É por esse motivo que às cores é possível se conferir uma referencialidade quase infinita, tão diversa quanto diversas forem as analogias “triangulares” que possam ser estabelecidas entre o azul, o vermelho e as outras coisas do mundo (lote, grilagem, asfalto, bolsa-escola, Roriz, Cristovam, Partido dos Trabalhadores)¹⁶.

Atualmente, todos os chamados projetos sociais do governo levam esse índice (a cor azul) a reboque. Não só o grande *outdoor*, mas as sacolas com a cesta básica trazem sinais garrafais do governo, assim como o saquinho de leite ou o uniforme dos escolares. Menos efêmeras são as “obras” pintadas de azul, como os viadutos ou as paredes dos prédios públicos freqüentados diariamente por centenas de moradores da cidade. Do Recanto das Emas, por exemplo, avista-se ao longe um imenso prédio azul na cidade vizinha de Samambaia; trata-se do restaurante construído no governo de Joaquim Roriz onde, propalasse, uma refeição (almoço ou jantar) custa R\$ 1.

Em todos esses casos é possível perceber claramente como a cor (no caso, azul) serve como índice das obras. De acordo com Peirce, um índice estabelece uma espécie de conexão física entre dois objetos (duas coisas do mundo), sem exigir um envolvimento ativo da mente atenta: “like a pointing finger, exercises a real physiological *force* over the attention, like the power of a mesmerizer” (Peirce, 1992:232¹⁷).

O cenário que temos é o de centenas, se não milhares, de pessoas que saem às ruas todos os dias vestindo camisetas, bonés e bolsas com as inscrições do governo, passando por cenários azuis. O que se destaca nessa literal uniformização dos moradores do Recanto das Emas é exatamente o tipo de comprometimento exigido nas diversas adesões. Cada circunstância implica distintos envolvimento por parte das pessoas que são tocadas por esses símbolos do governo.

Por meio das diversas atividades em que se envolvem, as crianças recrutadas pelo programa de erradicação do trabalho infantil (vulgo PETI) devem freqüentar a escola e participar de outra atividade extra-escolar (como esporte ou curso profissionalizante, por exemplo). Este compromisso diário (que envolve as crianças e seus pais ou responsáveis) é condição necessária para que recebam uma quantia em dinheiro ao final do mês (na época, R\$ 40). Aquele que se encaminha diariamente ao posto de distribuição do pão e do leite igualmente está em contato intenso com esses símbolos. Para buscar a cesta básica mensalmente também é necessária uma certa mobilização do sujeito beneficiário que em um determinado dia precisa faltar ou ao menos chegar atrasado ao

trabalho (se está empregado) e ainda conseguir um meio para transportar tantos quilos de alimentos (seja um carrinho de construção civil ou dinheiro para uma passagem de ônibus) do posto de distribuição até a sua casa.

Enfim, os alimentos da cesta básica que são consumidos em uma casa ao longo de um mês ou a correria das crianças que vêm da escola e vão para a capoeira todos os dias, por exemplo, mostram-nos como esses objetos, alusivos ao governo, emblemam um tipo de relação social intensa, que exige um *envolvimento ativo*, um compromisso que implica a um só tempo a necessária interpretação desses símbolos. Gradualmente, é dessa forma que se institui o aprendizado prático de um tipo de código indispensável para quem pretende prosseguir atuando nessas transações.

Se esse ensinamento é perpetuado, como vimos, em atividades diversas (mais ou menos discretas), ocasiões como a “assinatura do asfalto” no Riacho Fundo constituem cerimônias de conagração. A exemplo das ações do governo que se estendem potencialmente a todos, nessas situações rituais o conhecimento que cada um detém (a partir do tipo de relação em que está envolvido) é disponibilizado solenemente para todos os presentes. Aqueles que se concentravam ao nosso redor antes de partirmos para o Riacho Fundo formavam um grupo que apenas posteriormente pude compreender como sendo constituído de especialistas, ou seja, pessoas que, além de seu envol-



vimento cotidiano com ações governamentais (com esses objetos-relações), estão habituadas a participar de eventos em que esses feitos do governo são celebrados.

Nesse dia em especial, algumas crianças que freqüentavam duas escolas de período integral do Recanto estavam aguardando a chegada dos ônibus que as transportariam até o local do evento¹⁸. Uma parte delas iria para o evento no Riacho Fundo apresentar um número artístico em que exporiam o que aprenderam na escola: música (tambores), artes marciais e capoeira. As demais assistiriam ao *show* dos colegas e ao comício, fazendo algazarra no local e durante o percurso até lá, segurando faixas e cartazes¹⁹.

O vínculo dessas crianças com atividades paralelas àquelas desenvolvidas no período escolar determina sua participação em “projetos” diversos. As crianças que conheci tinham consciência absoluta não só da importância do dinheiro que recebiam, como do interesse recíproco das lideranças comunitárias e dos políticos na sua presença em projetos voltados à “recuperação” da juventude. Por outro lado, era corrente encontrar líderes comunitários (vinculados ao governo atual ou ao anterior) que viam no tema “juventude” uma mina preciosa para garimpar novos apoios e, ocasionalmente, novos votos.



Cabe destacar que algumas crianças temiam que se os políticos-patronos dessas atividades extraclasse perdessem seus cargos (ou seja, a eleição), o “projeto”, ao qual elas estavam vinculadas, fosse interrompido. Em certa ocasião, logo após o pleito de 2002, acompanhei a conversa de Luana, uma menina de 12 anos que faz aulas de capoeira, com sua prima, da mesma idade, que joga futebol. Antecipando-se aos fatos, ela lamentava: “O Agrício perdeu. Ele não foi eleito (deputado distrital). O projeto vai acabar. Vai acabar!” Assim, por meio de uma tenra socialização nesse modo local de relacionamento recíproco com o governo e seus agentes diversos, essas crianças conformam um hábito político singular.

Além dos jovens, ao nosso redor, estavam também presentes outros grupos que costumavam freqüentar essas solenidades, como o da terceira idade e o da associação de mulheres. Também nesses casos, aqueles que organizam os integrantes de cada grupo, priorizando certas práticas (no caso das mulheres e dos idosos, a escolha de um determinado curso de ocupação ou profissionalizante, por exemplo) e administrando recursos públicos ou privados disponíveis (como o Sebrae, por exemplo), constroem-se como “lideranças” e, não raro, passam a se dedicar à carreira de político profissional, sendo um dos primeiros passos nessa direção candidatar-se a deputado(a) distrital²⁰. Tanto a presidenta do grupo de idosos quanto a da associação de mulheres concorreram à Câmara Distrital na eleição de 1998. Ambas não foram eleitas, mas conseguiram cargos comissionados no governo por terem “trabalhado na campanha”. Tais cargos lhes permitem continuar o “trabalho político de liderança comunitária”, como me explicou dona Jurema, do Grupo da Terceira Idade Beija-Flor.

A pequena base sobre a qual se sustenta a pessoa notabilizada como liderança local somada à de outras lideranças homólogas conformam uma espécie de pirâmide que sustenta grandes políticos. As demandas específicas²¹, em um único e mesmo movimento, criam (i) grupos particulares, (ii) os políticos que se tornam defensores emblemáticos dessas causas e também (iii) seus oponentes. Todos os segmentos que se orientam por questões distintas, não necessariamente antagônicas, fazem parte deste último conjunto.

Também costumam comparecer a esses eventos os funcionários da Administração Regional que ocupam cargos de confiança – como Benedito, por exemplo. Trata-se de uma obrigação que não é imposta explicitamente, mas que é difundida como se fosse uma espécie de etiqueta cerimonial a ser cumprida por quem necessita ou depende de “coisas públicas”²² – como todos aqueles que obtiveram seus cargos por via do Instituto Candango de Solidariedade, por exemplo, por terem trabalhado ou estarem ligados a pessoas que *trabalharam na campanha* de Roriz. É, em suma, “de bom-tom”, que essas pessoas participem



desses eventos. Afinal, como sentenciou uma moradora do Recanto, quando revelou ter sido ela também “eleita para o emprego” no pleito de 1998, sua função agora era agir de forma aguerrida, pois do contrário, tanto o governador quanto ela corriam o risco de perderem seus empregos: “se ele sai, eu saio”²³.

Embora haja um interesse perene na participação dos diversos grupos nesse tipo de cerimônia, é importante identificar as solenidades (das que ocorrem diariamente no Distrito Federal) às quais comparecem os “especialistas” do Recanto das Emas. Embora saiba do compromisso que o governador reitera a cada evento de estar todos os dias, às 11 horas da manhã, inaugurando uma obra em alguma parte da capital federal, não é a qualquer lugar que Benedito, por exemplo, se dirige. Os moradores do Recanto que tomam parte nas chamadas “caravanas” vão normalmente a eventos nas cidades de Samambaia, Riacho Fundo e Taguatinga. Ao Gama, que fica ao lado, como pude observar, raramente alguém se dirige, tampouco a Ceilândia ou ao Núcleo Bandeirante. Estas últimas cidades são domínios de outros deputados, ou seja, deputados cujas bases de apoio são formadas por outros grupos²⁴. Este parece ser um ponto fundamental para compreendermos o critério utilizado para determinar as localidades para onde os moradores do Recanto das Emas se dirigirão em peregrinação.

A partir dessa configuração é possível perceber que cada deputado distrital traz para as solenidades os administradores regionais de sua base. Estes, por sua vez, vêm acompanhados de alguns ônibus com moradores das localidades onde exercem suas funções. A presença de um determinado deputado no palanque está relacionada principalmente ao local da solenidade, ou seja, se se trata de uma cidade de sua base (Bezerra, 1999). Mas não apenas isto. Os deputados também têm maior ou menor proximidade em relação aos secretários de governo. Assim sendo, pode acontecer de um deputado subir em um palanque em uma cidade que não é a “sua”, se a solenidade for relacionada à pasta do “seu” secretário. Quando isto acontece, também os “seus” administradores regionais comparecem e consigo trazem os “seus” moradores (os especialistas).

Riacho Fundo: o palco do lugar-evento

Benedito e Sílvia nesse dia não foram com os demais funcionários no ônibus, mas de carona comigo. A cidade do Riacho Fundo é próxima ao Recanto e, embora não soubéssemos ao certo onde seria a solenidade, rapidamente identificamos sinais que apontavam o caminho. Sílvia sugeriu: “é só seguir aquele poeirão!” Realmente, pela larga avenida sem pavimentação, muitos carros se dirigiam ao local de assinatura do asfalto. Os postes que margeavam a avenida estavam todos ornados com panos azuis, o que também nos servia de bússola.

Centenas de pessoas e carros que avistávamos iam se aglomerando em uma praça. Esta, assim como no Recanto, não tem nenhuma edificação. Trata-se apenas de um imenso terreno quadrangular vazio em meio às quadras onde se erguem os barracos (sejam casas ou pequenos comércios). Nessa área estava armada uma tenda branca sob a qual havia um palco – onde o governador discursaria –, naquele momento ocupado pelos tambores dos jovens que víamos no Recanto das Emas. Também um trio elétrico, comandado por um animador oficial que acompanha todas as solenidades em que o governador se faz presente, anunciava “lideranças da comunidade” que discursavam brevemente nos intervalos da apresentação de uma dupla sertaneja local²⁵.

As intervenções dos animadores e das lideranças comunitárias antecederam a participação apoteótica das autoridades do governo, dentre as quais se destacava o próprio governador. Seus discursos cumpriam sobretudo uma certa função encantatória, procurando comparar a pessoa do governador e a sua gestão às boas coisas da vida, por meio de rimas persistentes:

“Roriz, cadê você, eu vim aqui só pra te ver...”

“É isso aí gente! É o nosso governador Joaquim Roriz. É o nosso campeão de votos do Distrito Federal. Trazendo dignidade para Brasília. Ele que transformou Brasília no maior canteiro de obras já visto na história do Distrito Federal. Eu já falei e eu vou falar: Joaquim Roriz é o novo JK.”

“É isso aí minha gente... somos pé-quente: sai, sai da frente, Roriz e Felipeli é chapa quente.”

Uma outra senhora se pronunciou: “A população está aqui, contente, alegre, feliz, com o governo do Roriz!!!”

Ao estilo dos rodeios, muito apreciado localmente, o animador se aventurava: “ala-la-ô, a-la-la-ô; a vida está melhor com Roriz governador”. O coro dos presentes cantando ou dançando era tímido. O sol a pino forçava muitos a se cobrirem com as próprias bandeiras e faixas de agradecimento que seguravam, sem muito ânimo para agitá-las.

O uso sistemático de um mesmo conjunto de instrumentos (bandeiras azuis, tenda e palanque, trio elétrico, carros com alto-falantes e animadores) permitia a fixação dessa série de símbolos e sua vinculação à ação administrativa do governo do Distrito Federal. Depois de presenciar outras solenidades desse mesmo tipo, percebi que toda aquela parafernália, assim como as pessoas envolvidas com o sucesso daquela estrutura, migravam juntamente com os eventos, estando todos os dias em cidades diferentes. Assim sendo, não raro, ouvi comentários sobre um comício que todos sabiam ter ocorrido apenas por haverem percebido, quando passavam por determinado local, a presença desses elementos cênicos reunidos.

Pouco antes da chegada do governador, uma grande tensão tomou conta da multidão que o esperava: um redemoinho de poeira começou a se aproximar do local. Nessa região costuma ventar muito e não raro, quando caminhando pela rua, somos atingidos por um pequeno tufão de terra, que causa muito incômodo por onde passa, invadindo as casas e as paradas de ônibus. Essa nuvem vermelha perseguindo os moradores talvez seja a imagem que melhor sintetize as agruras por que passa quem vive em uma cidade sem pavimentação. O dia-a-dia eivado de poeira é invariavelmente recuperado em conversas quando o assunto é o seu extremo oposto: o asfaltamento da cidade.

Por alguns segundos, os presentes se viram engolfados pela poeira. Os comentários – “Olha o poeirão! Tá vindo pra cá!” – não poderiam ser outros: tratava-se de um fato gramatical a presença de todos para a assinatura do asfalto em um lugar cercado pela poeira. O animador que estava no trio elétrico

começou a urrar: “xô poeira! xô poeirão!” Um vento mais forte, em direção contrária, desviou o redemoinho para outro lado. Como louvaram os evangélicos presentes, o tufão só se foi porque o animador “assim determinou”. Todos ficaram boquiabertos, não só com a aparente eficácia das palavras do animador, mas principalmente por estarem avistando no horizonte, agora livre do ameaçador tufão, a chegada do helicóptero de Joaquim Roriz.

Ao se aproximar, sobrevoou a multidão, que o aguardava ansiosamente. O pouso ocorreu a alguma distância. Carros negros a postos trouxeram em cortejo o governador ao local exato do discurso. Após termos perdido o helicóptero de vista, em poucos minutos o governador já estava no palco. Junto com ele, o secretário de Obras, dois deputados distritais e um federal, alguns administradores regionais e seus assessores. Um efetivo de uma dezena de policiais militares circulava por entre a multidão. A segurança do governador, no entanto, era garantida por homens à paisana, paradoxalmente identificados facilmente por seus trajes (paletó e óculos escuros, armas cuja silhueta era perceptível sob os casacos, fones de ouvido e *walkie-talkies*).

O animador que estava no trio elétrico anunciava, agora sob o toldo, a fala de cada um dos presentes. O palco ficou pequeno para tantas autoridades. Enquanto os breves discursos se realizavam, Roriz aproveitava para cumprimentar e beijar a mão das pessoas que se aglomeravam à sua frente. A seguir, em seu discurso, ele revelou:

“Eu gostaria de ter arranjado um lote muito grande para vocês. O Brasil é o maior país do mundo. Não é direito que cada um não tenha o seu pedacinho de chão.”

Os presentes deliravam, muitos tinham sido assentados recentemente e era a eles que o governador se dirigia. Porém, apesar da enfática alusão ao lote – moeda fundamental nessas transações –, o motivo da vinda do governador à cidade era outro: “aonde tiver uma rua sem asfalto, lá eu estarei.”

No Riacho Fundo não havia sequer uma rua asfaltada e, de fato, lá estava Roriz cumprindo sua promessa. O governador e algumas das autoridades no palanque passaram entre si uma folha de papel que iam assinando praticamente no ar, indicando que rubricar um papel era fundamental naquele momento. A folha de papel representava a ordem de serviço (Peirano, 2002a). Logo, o governador, com o toque de sua caneta, ao assinar o asfalto, dava vida à obra, dava vida ao asfalto (Bloch, 1993). Depois de ser muito aplaudido, o governador declarou, aludindo explicitamente ao seu discurso pronunciado no Recanto das Emas (gravado e publicado integralmente pelo *Correio Bra-*

ziliense):

“Eu não estou nem aí pros adversários. Pode gravar o que eu tô dizendo. Às vezes é natural. A pessoa não esclarecida não votou em nós, mas eu não sou revanchista. Eles foram mal informados. Mas aqui só tem gente nossa. Aqui ninguém tem medo de panfleto. Aqui só tem bandeira azul, essa cor maravilhosa.”

O panfleto

Contrariando minhas expectativas nutridas pelas descrições de Benedito e dos jornais da cidade, naquela solenidade do Riacho Fundo só estavam presentes os adeptos de Roriz, portanto, preponderantemente, a cor azul. Faltaram naquele dia os portadores do vermelho que haviam estado no Recanto das Emas.

Se, para tornar a solenidade do Riacho Fundo uma reprodução dos acontecimentos da semana anterior, carecia da presença de militantes petistas, perguntei a Benedito o que os teria conduzido a um local e não a outro. Na opinião dele, fora a distribuição de um *panfleto* (que inquiria “cadê o asfalto?” e conclamava a população insatisfeita com o governo a comparecer à solenidade) que funcionara no Recanto das Emas como uma espécie de salvo-conduto para



a participação dos vermelhos no espetáculo azul.

Na noite anterior à solenidade no Recanto das Emas, no momento do intervalo em sua escola, Benedito recebeu de um desafeto o referido panfleto. O

rapaz petista entregava os impressos entoando um discurso contrário a Joaquim Roriz, enfatizando a falta de investimentos deste governo em educação. Para Benedito, as declarações do sujeito eram despropositadas: “como? um cara que nem vai à escola? como pode falar em educação?” Segundo ele, o “cara” estava apenas acenando com a esfarrapada e vermelha bandeira petista dos investimentos em educação, isto é, o estandarte da bolsa-escola. Mediante a relação de complementaridade que existe entre determinados signos dispostos na linguagem política local, é possível observar que tanto a bolsa-escola como a categoria obras (e dentro desta, o lote ou o asfalto, por exemplo) operam a partir de uma lógica comum, própria desse mercado político, em que o sujeito beneficiário deve obrigatoriamente expressar sua dívida através da defesa aguerrida do bem (ou seja, do objeto-relação) recebido, seja este o lote ou a bolsa-escola, e não somente do modo que se crê o mais trivial: depositando seu voto apenas nos dias de eleição.

Benedito não titubeou, após ler o panfleto, assim que chegou à sua casa, telefonou para dona Ivone (secretária do administrador regional) para denunciar

CADÊ O ASFALTO ?

A população não suporta mais ter de conviver com a lama, com a poeira e com os buracos, visto que em diversas regiões o asfalto ainda não chegou aos locais de moradia. Os recursos para estas obras existem, pois o atual governo já está recebendo o dinheiro do empréstimo solicitado, anteriormente, pelo governador Crisóvum Buarque, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O asfaltamento das ruas com toda a estrutura de galerias de águas pluviais é uma das principais reivindicações da comunidade. Sem esta obra, aumenta a deficiência do policiamento, a limpeza pública não pode ser feita a contento, o transporte coletivo não pode transitar e, desta forma, pioram todas as condições necessárias a uma vida digna.

O deputado **GERALDO MAGELA**, do Partido dos Trabalhadores e diversas lideranças comunitárias locais fazem uma só voz com a população para exigirem o imediato asfaltamento das ruas. O Governo não pode prolongar o sofrimento do nosso povo, deixando as obras para a época das eleições. Chega de falsas promessas. Queremos ação.

BASTA DE LAMA E POEIRA !

MAGELA

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Convite

O Diretório Zonal do Partido dos Trabalhadores no Recanto das Emas, convida toda a comunidade Recanteense para o Ato Público em defesa do **ASFALTO COM ÁGUAS PLUVIAIS PARA TODO O RECANTO**. Vamos juntos cobrar do senhor governador Joaquim Roriz o início imediato das obras, prometido para o começo de outubro de 2000.

Não vamos permitir que a construção do asfalto para o Recanto se transforme em mais um estelionato deste Governo. Olha aí o mau exemplo do IPTU, que sofreu aumentos abusivos, ao contrário das falsas promessas de não pagamento, defendidas pelo então candidato a governador Joaquim Roriz. Muitas pessoas que acreditaram nessas promessas estão com seus nomes inscritos na dívida pública da Secretaria de Fazenda do GDF.

Desde já, contamos com seu apoio na construção deste evento.

ATO PÚBLICO EM DEFESA DO ASFALTO

LOCAL: AO LADO DO MERCADO VIP (Q. 205)

HORÁRIO: 9h

DATA: 20.10.00 (sexta-feira)

os planos dos petistas. Nessa noite, o rumor fundamentou a preparação do beligerante encontro que se daria no dia seguinte. Com o panfleto, o conflito latente entre azuis e vermelhos teve ocasião de se instalar. Independentemente do teor das denúncias, a partir daquele momento, os azuis estavam obrigados a lhes dar uma resposta. Vemos aqui algo que se assemelha à necessária interdependência entre rotinização e ritualização que Tambiah (1996:221 *et passim*) identifica como condição *sine qua non* para que ações coletivas em espaços públicos se estabeleçam como verdadeiras “encenações de poder”.

Esse caso deixa bastante claro o quanto esses atos de governo servem como ocasião legítima para que diversos tipos de conflito tenham lugar sob a forma autorizada de luta entre azuis e vermelhos. Quando surgem colados à configuração faccional – vermelho ou azul, petista ou rorizista –, outros predicados degradantes assumem sentido e extensão peculiares, como na apreciação de Benedito acerca do “cara” que não estuda e ousa discutir educação²⁶.

Dona Ivone, ao ficar sabendo da intenção vermelha de receber o governador com tomates podres (o que teria sido dito pelo rapaz que distribuía os panfletos na escola), nas palavras de Benedito, “mexeu os pauzinhos e no outro dia o circo estava armado”. O circo, no caso, não era força de expressão. Também naquele dia, a grande lona branca cobria o palco onde o governador e outras “lideranças” discursariam. Tudo o que Benedito me relatava soava exatamente como no ritual que pude acompanhar na cidade vizinha do Riacho Fundo.

A exposição grandiloquente de Benedito apontava no entanto para uma assimetria nítida entre os adeptos de um e de outro lado. Para além da mera identificação do conflito (tarefa que até mesmo o jornal *Correio Braziliense* pretendeu se incumbir), devemos atentar para a importância social da crônica, ou seja, da possibilidade de contar uma história e, ao contá-la, criá-la – nesse caso, “tomando partido”, literalmente²⁷. A partir da descrição de Benedito, *vis-à-vis* aquela do jornal local, é possível compreender a importância da recuperação de certos eventos para a constituição de uma noção particular de participação na história que se conta. O evento fornece o enredo (uma estrutura básica que eu mesma identificaria em diversas ocasiões) sobre o qual variações são acrescidas. Cada variação, como a de Benedito, nos traz um modo singular de conhecer e conceber o ocorrido, que é também um modo de revelar a posição assumida pelo narrador no episódio²⁸.

A narrativa de Benedito dispõe de elementos que nos remetem aos autos folclóricos marcados pelo embate entre grupos contendores, como no caso da “luta contra o infiel” realizada, por exemplo, em Pirenópolis, cidade de Goiás, próxima do Distrito Federal, em que acontecem:

“[...] combates equestres entre mouros e cristãos [...]. Na véspera, *espias* dos dois grupos, mascarados, rondam a cidade, como em missão secreta. O folguedo exige uma praça ou campo suficientemente amplo para as evoluções dos cavaleiros, geralmente em número de 24, metade cristãos (de azul), tendo como símbolo a Cruz, metade mouros (de vermelho), com o Crescente no estandarte. Nos extremos do campo, no sentido do comprimento, erguem-se os *castelos* (fortificações) dos contendores, armações de palha, em especial a dos mouros, que devem ser incendiados ao final dos combates. Há patrulhas, escaramuças, choques corpo a corpo (*entreveros*)” (Carneiro, 1974:160).

A semelhança entre essas “cavalhadas” e o ato de assinatura do asfalto, tendo como base a apreciação de Benedito, remete-nos a um estoque de símbolos recorrentes²⁹. Talvez essa sensação de *déjà vu* seja fundamental para que cada narração de um evento passado, como a de Benedito, constitua uma espécie de prescrição de eventos vindouros.

Se no dia em que fomos ao Riacho Fundo percebi as tiras de panos azuis que ornavam os postes, indicando o caminho para o local da solenidade onde o governador assinaria o asfalto, só pude compreender seu sentido porque já conhecia de antemão o que significavam aqueles panos azuis. Eu sabia que o próprio Benedito enfeitara os postes no Recanto das Emas e que essa atividade fazia parte de seu “trabalho na política”. Aquele era um código que deveria não apenas sinalizar o caminho, mas indicar que o mesmo estava, de certa forma, ungiado.

De modo geral, podemos dizer que os atos não se restringem a manifestações circunscritas ao espetáculo. Há uma série de procedimentos convencionais e redundantes que extrapolam o tempo e o espaço da solenidade em si. Na verdade, além dos preparativos e das ações práticas que se seguem a um comício (a desmontagem, por exemplo), o que cada um dos envolvidos faz durante esses eventos perdura em suas narrativas futuras. Ao contarem o que “passou”, todos conformam o que “deve ser”, tanto para si próprios como para os demais (sejam esses azuis ou vermelhos)³⁰.

Os adeptos de Roriz, como Benedito, Sílvia e dona Ivone, trabalham dia e noite, conforme dizem “de segunda a segunda”, para “manterem as coisas em ordem”. No seu horário de serviço (na Administração Regional, na frente de trabalho ou em algum posto obtido mediante uma carta de indicação assinada por um deputado, senador ou administrador regional) e fora deste. Trabalham para continuarem trabalhando, como fez questão de esclarecer Benedito, pois seus cargos comissionados dependem da reeleição de Roriz. Caso permaneça no

cargo, há chances de o governador manter seu secretariado e também o quadro de administradores regionais indicados. Essa oportunidade de se manter ativo, empregado, fazendo política, indo à rua (o que Benedito “mais gosta de fazer”), aumenta um pouco se os deputados para quem “se trabalha” também forem eleitos. Quando isso acontece o mundo dos gabinetes lhes abre suas portas³¹.

O evento no Recanto das Emas, segundo Benedito

Há algumas páginas, procurei delinear essa cascata de relações (de obrigações) em seu sentido inverso – ou seja, da base eleitoral ao político profissional. Essa constatação final da interdependência que existe entre os especialistas e os eleitos para os quais trabalham nos remete às observações críticas de Edmund Leach quanto aos perigos representados pelas generalizações acerca das relações de reciprocidade:

“Só podemos entendê-los [os sistemas de trocas] se avaliarmos cuidadosamente quais são as categorias do que efetivamente se troca. Em qualquer análise deste tipo é muito importante distinguir entre materiais consumíveis e materiais não-consumíveis; como também é importante considerar que do inventário completo das ‘coisas’ trocadas fazem parte elementos pouco tangíveis como ‘direitos’ e ‘prestígio’.” (Leach, 1974:153)

Por isso, é fundamental observar como Benedito descrevia-me o evento que eu própria não presenciara. Em suas palavras, uma constelação de tipos diferentes se reunia na avenida principal do Recanto das Emas aguardando a chegada do governador para a assinatura do asfalto. Do lado do toldo-palanque, os partidários do governador, do outro lado da avenida, seus opositores. Os primeiros vestidos de azul em oposição aos de vermelho. A potência de cada alto-falante dava vazão a emocionados discursos dos presentes de ambas as cores, ofendidos com o inimigo e empolgados com a sua própria presença. O clima de animosidade entre as duas partes crescia gradualmente.

Com a presença do governador – atentamente acompanhado pelos dois lados da avenida, uns o aplaudindo, outros o insultando –, os notórios nomes do governo local começaram a se pronunciar. O administrador regional, alguns deputados, o secretário de Obras, todos falaram rapidamente, procurando se restringir ao motivo do evento, ou seja, à assinatura do asfalto e, o que foi o deleite de Benedito, “ignorando a presença adversária”. Quando foi ter lugar a última fala, a do governador, o alarido petista não passou despercebido.

As primeiras palavras do governador foram de advertência, como pode

depreender ainda da leitura de seu discurso impresso integralmente pelo *Correio Braziliense*. Os presentes que fossem “da cor que não é azul” corriam risco. Ele se referia assim aos militantes petistas, identificados pela cor vermelha de suas bandeiras. Porém, sua fala tomou um rumo inesperado, que surpreendeu até mesmo Benedito. Para Joaquim Roriz, quem lhe fazia oposição havia sido enganado por outros que tinham “ódio no coração” (os vermelhos) e, portanto, devia ser perdoado: “tenham o meu perdão” disse o governador³².

O clima beligerante que se instalou não deu lugar a nenhum conflito aberto, mas deixou, aos olhos de Benedito, petistas desonrados e rorizistas em êxtase. A atitude solene e benevolente deveria ter ultrajado os petistas que, em menor número, não ousaram cruzar a avenida em nenhum instante. Mesmo tendo sido breve, Roriz lembrou suas realizações passadas, principalmente o fato de “ter arrumado lote” para aqueles que estavam na invasão³³. Como o objeto principal de seu discurso era a pavimentação da cidade, o governador ateu-se mais a este ponto: “eu vim para trazer o asfalto.” Fazendo alusão à sua bandeira, cuja cor pareceria o céu, e parafraseando um ídolo popular, encerrou com loas a um estado paradisíaco em que pretensamente todos se encontravam, dizendo “Não sei se nós subimos ou se o céu desceu”³⁴.

As palavras do governador, além de serem atentamente ouvidas pela população, estavam sendo gravadas por jornalistas do *Correio Braziliense*, que as publicou na edição do dia seguinte, considerando-as “violentas e totalitárias”. O que mais chamou a minha atenção ao ouvir a versão de Benedito, acrescida de alguns comentários de Sílvia, foi o fato de a ênfase de suas narrativas recair sobre o conteúdo do que falara o governador, sem, no entanto, considerá-lo antidemocrático, como declararam os jornalistas do *Correio Braziliense*. Pelo contrário, para Benedito, com aquele “comício”, “o povo se animou”. Todos ficaram novamente motivados para “sair às ruas e voltar a trabalhar na política”. Tanto os azuis, quanto os vermelhos.

Realizando obras, realizam-se trocas

Ao dizer “voltarei sempre para inaugurar o asfalto”, o governador Joaquim Roriz deixa explícita uma realidade que muito lentamente ficou clara para mim: a necessidade de não se cumprir por completo nenhuma promessa, sem que isso possa ser considerado um “estelionato”, tal como sugeria o texto do panfleto distribuído no Recanto das Emas.

Essa necessária forma de conduzir a vida, de jamais dar algo por acabado, não se restringe obviamente aos políticos, muito menos aos políticos com “amor” ou com “ódio no coração”, aliados ou rivais, azuis ou vermelhos.

O sentido dessa promessa política está inscrito em um quadro mais amplo e somente por isso tem legitimidade e razão de ser (Weber, 1993). Para “voltar sempre” é necessário que sempre haja ruas por asfaltar, pessoas e políticos a serem contemplados.

Um desdobramento ou uma outra face dessa espécie de trabalho de Sísifo é a possibilidade incessante de retomar promessas já feitas no passado, sem que isto implique admitir que um certo compromisso não foi devidamente cumprido. Menos que confessar a não-observância de algo prometido, a reiteração de uma promessa indica o comprometimento constante do governador com a realização de “obras”. As “obras” referem-se *grosso modo* à urbanização de cidades que ainda não dispõem de uma infra-estrutura considerada básica (nesse aspecto em especial, com saneamento e pavimentação). A perenidade dessas promessas parece estar atrelada ao fato de novas cidades estarem sendo constantemente criadas (em decorrência da ação governamental de fracionamento de terras públicas em forma de pequenos lotes e da construção de moradias), o que implicaria, sem prejuízos lógicos, a reiterada ação governamental. É preciso atentar, ainda, que essas ações do governo só se tornam perenes no tempo porque elas se deslocam no espaço (social) da cidade, pois aonde “o asfalto chegou”, outros objetos (relações) passam a ser considerados básicos – como, por exemplo, o grande empreendimento da “Terceira Ponte” sobre o lago (inaugurada em 2002) que une o Plano Piloto ao Lago Sul (duas das mais nobres regiões administrativas do Distrito Federal). Logo, o que é considerado básico ou necessário está sempre atrelado a uma perspectiva singular e contextual.

A falta de sincronia entre o momento de suas vidas e a intervenção governamental poderia indicar possíveis frustrações de alguns moradores do Recanto das Emas em relação aos seus governantes. No pleito de 2002, pude observar diversas pessoas desapontadas com essa dinâmica de promessas, ao lado de outras inteiramente satisfeitas. Havia aquelas que narravam sua saga, desde o momento em que ganharam o lote no Recanto das Emas até sua alegria de ver o asfalto em frente à sua porta. Outras, no entanto, assistiam o asfalto chegar, mas como ainda pagavam aluguel, percebiam o descompasso entre suas principais demandas e aquilo que estava sendo oferecido pelo governo naquele momento, naquele lugar. Escutei algumas declarando que não mais votariam em Roriz porque nunca tinham sido contempladas. Também pude ouvir de adeptos de Roriz críticas aos eleitores do candidato petista nas eleições de 2002 (Geraldo Magela), cujas propostas “eram muito boas”, mas “para quem já tinha”, ou seja, se dirigiam a pessoas que levavam outras vidas e que, portanto, tinham outras exigências, outras demandas a cobrarem dos políticos. De uma e outra parte vemos atuando julgamentos

acerca da eficácia, da adequação no tempo e no espaço, de uma determinada intervenção governamental, e não de algo essencial nas políticas públicas.

Esse tipo de prática governamental encontra paralelo no modo como alguns moradores da cidade do Recanto das Emas administram seus *affaires* domésticos, isto é, as obras que realizam constantemente em seus barracos e casas. No Recanto das Emas não conheci ninguém que vivesse em uma casa que estivesse aos seus olhos pronta, acabada, concluída. Ao que parece, a dinâmica das relações sociais que têm como cenário um barraco ou uma casa assemelha-se à celeridade com que se modificam as formas desses mesmos lares, em um processo efervescente que, por razões socialmente lógicas, não deve jamais se abrandar³⁵.

Dona Maria: Deus permita que eu tenha uma casa boa, bonita, com as minhas coisas bem bonitinhas. Porque o meu sonho é ter as coisas bem bonitinhas³⁶.

Dona Lourdes: Você tem uma casa boa.

Dona Maria: Eu tenho uma casa boa, mas pra terminar ela, tudo direitinho...

Dona Lourdes: *Se for pra mim ter as coisas, pra virar as costas pras pessoas.*

Dona Maria: É que tem gente que às vezes, quando não tem nada, aí dá atenção pra gente. Aí depois, quando tem alguma coisa, aí quer pisar na gente.

Antonádia: Como assim?

Dona Maria: Uai, a minha vizinha mesmo aqui é uma. Antes de ela mudar pra cá, ela veio aí, *comprou o lote* e entrou dentro lá do meu barraquinho – porque eu não tinha esta casa – lá do barraquinho. Tomou café comigo: *ah, que nós vamos ser vizinhas e tal...*

Aí tudo bem. Aí *quando foi um tempo*, ela foi, ela não tinha aquele portão grande, *ela colocou aquele portão fechado*. Aí quando foi um dia eu passei perto dela, dei boim-dia pra ela, ela virou a cara pro outro lado.

Dona Lourdes: Dona Olívia também começou foi assim.

Dona Maria: Aí eu pensei assim, *quer saber duma coisa? Eu sou é de quem me quer*. Eu não vou dar bom-dia mais não. Aí eu larguei pra lá, abandonei...

Dona Lourdes: Será que é por causa da igreja?

Dona Maria: Sei lá. Acho que não tem nada a ver, porque eu tenho um mundo de amigos aí, evangélicos. Aquela ali da esquina é e me trata bem...

Suponhamos, como fez dona Lourdes, esposa de Benedito, que um dia todas as ruas do Recanto fossem asfaltadas. Ela trabalha esporadicamente como faxineira no Plano Piloto e não se ilude: “até no Lago Sul [bairro habitado por pessoas ricas, como suas patroas] tem poeira.” A casa de dona Lourdes é uma espécie de microcosmo do Recanto e sua prática e apreciação a respeito do espaço doméstico indica-nos uma forma singular de conceber o lugar onde se vive e, por extensão, a cidade em que se mora.

Dona Lourdes apreciaria “deixar tudo na cerâmica”, gostaria de pintar as paredes completamente, mas, além do dinheiro escasso, o que a leva a empreender apenas reformas pontuais no seu barraco é, principalmente, o surgimento constante de novos compromissos. Essas obrigações que surgem todos os dias são diretamente proporcionais aos vínculos que cada um nutre com outras pessoas – mais próximas ou mais distantes. Quanto mais e melhor alguém se relaciona, mais se exige que ela (se) doe aos outros.

Com esse paralelo percebemos que os próprios moradores do Recanto das Emas sentem a diferença, percebem a sutileza de suas vidas e de seus símbolos. O julgamento do que é imperioso é circunstancial, ou seja, não há rigidez em relação aos planos futuros. Como nos diz Marcel Mauss, “há muita teoria indígena nisso” (1974:74). O que temos a fazer é procurar esses sinais que revelam o sistema de classificação local.

É de forma semelhante que o asfalto vem se opor à poeira no Recanto das Emas. Asfaltar a cidade seria como deixá-la “toda na cerâmica”. Como nos adverte dona Lourdes, sem dúvida ficaria bonito, fácil de limpar, mas a que preço? A reciprocidade correria o risco de se extinguir e, caso isto ocorresse, qual seria a razão de ser daqueles que trocam entre si? Entre dona Lourdes, seu marido, seus filhos, seus parentes, seus colegas? Ou entre Benedito e outros moradores da cidade que se beneficiam das ações de Joaquim Roriz e o próprio governador?

Esse tipo de fenômeno que encontramos no Recanto expressa uma forma

de conceber e, portanto, de crer na vida em geral que se estende para a compreensão do que consiste a atividade política propriamente. Uma coletividade como a do Recanto das Emas não só se organiza em multidão, mas simboliza tudo em multidão. Trata-se de uma cidade com quase 100 mil habitantes, dividida em lotes que comportam até quatro moradias. Em cada barraco ou casa podem viver de oito a dez pessoas. Esse modo de se organizar espacialmente está diretamente vinculado à sua forma de representar o mundo.

É inegável que essa constatação recupera o pressuposto sociológico estabelecido por Émile Durkheim para definir “a própria noção de categoria”:

“Porque viviam agrupados é que os homens puderam agrupar as coisas; porque para classificar essas últimas, limitaram-se a lhes destinar um lugar nos grupos que eles próprios formavam” (Durkheim, 1987:189 *et passim*)³⁷.

No presente caso, norteados por esse fundamento, poderíamos nos questionar se os moradores do Recanto das Emas pensam, orientados pelo inelutável caráter incompleto de suas obras, porque os espaços sociais por onde circulam têm essa forma ou, pelo contrário, os espaços teriam essa forma porque é assim que as pessoas concebem o mundo.

Se a magia, como o rito, “é uma espécie de linguagem, pois que é a tradução de uma idéia” (Mauss, 1974:90), a magia do lote ou da troca de lotes (ou do asfalto) estrutura-se como uma linguagem. Os símbolos dessa linguagem representam categorias (idéias do espírito) que tanto lhe são anteriores (no sentido de serem categorias sociais construídas não por mera coerção, mas por socialização e, nesse caso, uma socialização específica, em multidão) quanto coetâneas, por serem função de algo criado a partir dessas categorias, como a morfologia ou o ritual. De forma espiralada, em meio a idas e vindas, vemos, mais uma vez, neste outro lugar-evento que é o asfalto, o movimento de conformação de crenças e dúvidas, ou seja, de configuração fugaz de uma comunidade, cujas idéias alteram a realidade que, por sua vez, tem impacto sobre essas mesmas idéias³⁸.

Com essa perspectiva, devemos contemplar a magia coletiva que informa esses lugares-eventos (Daniel, 1996) que são as solenidades das 11 horas da manhã como parte da socialização das pessoas que vivem no Recanto das Emas. É dessa socialização, dos eventos que a compõem, que devemos falar para compreender a vida dos moradores dessa cidade e, por conseguinte, sua vida política. O asfalto é, por excelência, o símbolo de uma linguagem compartilhada pelos recantenses e os políticos do Distrito Federal. É o “na cerâmica” quando

se tem a cidade em mente. Poder-se-ia ter a casa toda “na cerâmica” se não houvesse outros compromissos a honrar com a família, assim como se poderia asfaltar todas as ruas da cidade se, heterogênea por princípio, a população não tivesse demandas de várias ordens. Roriz parece conhecer as propriedades dos símbolos que põe em contato nos ritos. Ele, assim como a população, não está acima dessa cosmologia, mas sugestionado por ela. Prova disso é que, em dezembro de 2000, após uma reação adversa ao seu discurso anterior, o governador Roriz voltou ao Recanto. Segundo relato do *Jornal de Brasília*, alguns dos presentes começaram a gritar: “PT nunca mais! PT nunca mais!”. A reação de Roriz não foi propriamente cautelosa, dizendo em contrapartida: “Não sou eu quem está falando, mas também acho.” Mais ainda, como em diversas ocasiões posteriores, pediu aos presentes que colocassem bandeiras azuis em suas casas, explicando da seguinte forma esse ato mágico: “Vocês sabiam que o demônio não pode ver uma cruz que foge? A bandeira azul vai fazer eles correrem.” (cf. *Jornal de Brasília*, 24/12/2000)

Essa tensão latente entre vermelhos e azuis, que encontra paralelo em inúmeros contextos etnográficos, se tornou manifesta em diversas ocasiões ao longo do mandato do atual governador Joaquim Roriz. Até mesmo o ex-governador Cristovam Buarque, em uma declaração ao *Correio Braziliense*, se refere a essa indexicalidade política das cores no Distrito Federal: “Roriz pintou a cidade de azul. Conseguiu corromper até mesmo o azul”³⁹; em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* (7/4/2002), Cristovam Buarque vai além: “O atual governo do Distrito Federal pintou os muros das repartições públicas, mudou a cor do banco do estado, pintou até Papai Noel e pombos da paz em azul, a cor da campanha do governador”⁴⁰.

Por fim, passados alguns meses dessa série de “assinaturas do asfalto”, teve início a obra de pavimentação da cidade. Antes disso, porém, o administrador do Recanto das Emas percorreu em “carreata” as ruas ainda empoeiradas da cidade. Depois dessa peregrinação, em que anunciava através de alto-falantes as obras que se iniciariam, a caravana seguiu até a casa do governador Joaquim Roriz para agradecer-lhe o asfalto. Tratava-se de uma retribuição às visitas do governador ao Recanto das Emas.

Um fragmento do discurso do administrador do Recanto das Emas, feito em frente à casa do governador, sintetiza as múltiplas determinações que fazem do asfalto um outro lugar-evento, ou seja, seu caráter concomitante de objeto e relação. Em suas palavras vemos elencadas as principais crenças, isto é, as regras fundamentais para agir naquele contexto:

“Por isso eu queria agradecer a todas as lideranças, toda a comunidade,

ao pessoal da terceira idade, que veio maravilhosamente aqui dar o exemplo. E vamos ampliar esse grupo. Quando a gente marcar uma reunião, chama o seu vizinho, que queira ser liderança do conjunto dele. Chama todo mundo. É um mais um, mais um, mais um, é que faz a nossa população inteira do Recanto das Emas. É por isso que eu agradeço a vocês, agradeço também a vocês o trabalho que vocês fizeram pra me levar pro Recanto das Emas [...] A todo o pessoal que tá aqui. Nós temos representante aqui da 101, da 102, da 103, da 104, da 105, da 106, 107, todas as quadras. Todo o Recanto, nós temos representante aqui. Alguns não puderam vir, entendeu? Da 802, dona Alice. Muitos, alguns não puderam vir. Alguns idosos, entendeu? Seu Francisco, o Délcio da feira, a dona Neiva da associação da dona Wilma [associação de mulheres]. E por aí vai, todo mundo. O pessoal da ‘sem dimensão’ [equipe do carro de som] que tá aí também ajudando a gente. O pessoal da pastoral da criança, da igreja católica. Os pastores da igreja evangélica. O pastor Pedro mandou representante. Isso é que é legal, a nossa comunidade é uma comunidade recantense feliz [...]”⁴¹.

O tapete negro

Ao opor vermelhos a azuis, ou seja, petistas a rorizistas, o discurso de Joaquim Roriz, nessas solenidades de assinatura do asfalto, inaugurava um novo símbolo para a crônica política local. A partir desses lugares-eventos,



a poeira, a lama ou o asfalto tornaram-se verdadeiros emblemas políticos. O “tapete negro” do asfalto substituiria o vermelho da paisagem, o vermelho da lama e da poeira – o mesmo vermelho que identifica a administração anterior e os seus militantes, os petistas⁴². Defender o asfalto, sob um ou outro ponto de vista, passou a ser uma forma de localizar os sujeitos no espectro das afinidades políticas.

Como as ações não se dão por acaso em certos lugares – se o contexto não é um mero detalhe (Leach, 1961) –, o fato de esses episódios terem ocorrido no Recanto das Emas e não em outro lugar, com os moradores dessa cidade e não com outras pessoas, fornece-nos elementos para pensarmos qual a relação entre o ato de assinatura do asfalto, a cidade do Recanto das Emas e seus moradores. Ao tomarmos um ritual como a assinatura do asfalto para análise depararmos com aspectos imprescindíveis para a compreensão dos significados que o conceito de política pode assumir nessa coletividade.

Hoje percebo que havia épocas de maior efervescência coletiva em relação a esses episódios. Na ocasião, especialmente, imperava esse “espírito”, ou seja, era hora de declarar guerra aos inimigos (tanto de um lado quanto de outro), por meio de atributos imiscíveis, que não os confundissem entre si. Ao fim e ao cabo, as cores azul e vermelha terminaram por ser os ícones que assomaram concomitantemente a essa retomada do confronto político⁴³.

Eu mesma tive inúmeras oportunidades de assistir a cerimônias em que se destacava a presença do governador, sem que sua aparição ou seu discurso



fossem alvo de um interesse extraordinário, como nesses dias em particular. Naquelas semanas, no entanto, *era sobre isso que todos falavam*, cada qual com sua versão – fossem os distintos jornais, fosse Benedito e seus colegas de trabalho, fossem os oponentes “vermelhos” do governador. E, quanto mais os atos e as palavras do governador eram tornados assuntos de rodas de conversa ou pautas jornalísticas, mais eles adquiriam um estatuto de realidade coesa e insofismável. E essa realidade criada pela palavra (escrita ou falada) repercutia nas aparições do governador, que já não podia se fazer presente em um evento sem se referir à sua cor e a de seus oponentes.

Percebi, enfim, que, dentro do espaço e do tempo ritual desses atos de governo (seja uma simples inauguração com aparição relâmpago do governador nas cidades, seja durante a permanência mais prolongada do mesmo durante seus governos itinerantes), uma forte alteração se imprime sobre o cotidiano dos moradores das cidades visitadas pelo governador. Os eventos que têm lugar nessas ocasiões apenas se estabelecem como “encenações de poder” (Tambiah, 1996:221 *et passim*), porque o enfrentamento entre os moradores se dá mediante categorias que tornam presente a disputa eleitoral, em termos de azuis contra vermelhos e não em termos de um certo indivíduo contra outro.

As fidelidades partidárias parecem florescer sempre que, em um evento desse tipo, as partes beligerantes são conclamadas a se nomearem mutuamente. Quando entram em conflito, essas pessoas podem acionar tais atributos para reforçar a contenda. Conheço o caso de duas famílias vizinhas que nutrem um

ótimo relacionamento, vivem no mesmo lote, uma casa na frente do terreno e a outra nos fundos. Quando um pequeno conflito assoma entre as partes, por exemplo, quando um se queixa do volume do som ou quando o outro reclama da algazarra das crianças, imediatamente corre o rumor de que tudo aquilo acontece porque uma família vem do Piauí e a outra, do Ceará. A essa atualização de uma intriga calcada em desavenças regionalistas se associa uma segunda distinção, que reforça o abismo instantâneo causado pelas percepções de uma e outra casa acerca, por exemplo, do volume da música: a família do Piauí apoiou Joaquim Roriz e um membro da família está empregado no governo; já a família do Ceará é petista, votou em Cristovam Buarque, que perdeu a eleição.

Em lugar de declararem uma guerra definitiva que minaria o convívio cotidiano imposto pelo fato de morarem no mesmo lote, essas famílias preferem expressar suas desavenças como sendo de ordem política, ou seja, contingencial e, assim, nesses momentos de alteração, tudo é explicado pelo fato de serem vermelhos ou azuis.

Outros dois irmãos moram em casas separadas, no mesmo lote, que receberam de herança do pai morto. Eles não se falam, e entre as casas não há nenhuma comunicação. Fofocas e rumores dos vizinhos apontam para uma rivalidade antiga entre eles, como se “desde sempre” os dois jovens não se relacionassem bem. Esse conflito é ilustrado nos tapumes que fazem as vezes de muro em suas casas: em uma metade, vemos a propaganda eleitoral do último pleito em vermelho; na outra metade, em azul.

Sendo extremamente plásticas e afeitas a se adaptarem a diferentes situações de conflito pessoal, mesmo em tempos que não são de eleição, as classificações faccionais vermelho e azul costumam ser acionadas para esses outros fins. Os confrontos acirrados dessa forma encontram-se supostamente adormecidos e o fato de serem declarados em termos de oposição político-partidária não implica necessariamente um sentido unívoco para os termos azul e vermelho, sempre condicionados por uma relação lógica triangular e contingente. Em vez de, por exemplo, denunciar na delegacia de polícia (como tratado adiante no Capítulo 4) o vizinho de lote porque este está alcoolizado e ouve sua música em um volume intolerável, é possível dizer que ele o faz por ser um bêbado “petista” ou “do Roriz”. Tais atributos localizam os indivíduos em domínios distintos: quando alguém é declarado como bêbado, uma fronteira rígida se estabelece. Alguém que se exalta no domingo à tarde, não pode ser definitivamente taxado como bêbado. Neste caso, é preferível dizer que o vizinho é um petista bêbado ou um rorizista bêbado, apontando assim para um estado menos perene, pois este atributo apenas o localiza no espectro temporário das afinidades políticas locais.

Poucos são os que vêm algo de definitivo no apoio que dão ou deram a

Roriz ou a Cristovam. Um morador do Recanto das Emas chegou a declarar que somente seguia incondicionalmente a Deus – porque esse era único e eterno. Quanto ao governador, ele o apoiava, trabalhava em sua campanha e em seu governo, era enfim um “adepto de Roriz”⁴⁴. Ao contrário do que o senso comum apregoa, sustentado pela presumida transparência das estatísticas eleitorais, nem todos que vivem no Recanto são adeptos de Roriz, nem muito menos adeptos cegos de algum outro ícone da oposição. O trabalho etnográfico realizado aponta para uma vida política que não está além ou aquém do dia-a-dia. A vida política não se localiza, portanto, em uma outra esfera, onde operaria uma outra lógica que não a da própria vida. Nessa cidade as cores das facções políticas não são usadas exclusivamente em um âmbito “estritamente político” e tampouco de modo aleatório. Tanto azul, quanto vermelho, identificam uma vida política intensa, em que o sentido de um dos termos só é dado pelo contraste que estabelece com o outro par de oposição.

Por isso, tais cerimônias públicas ou atos de governo, se observados com acuidade, nos apontam para uma estrutura bastante esclarecedora no que se refere ao nosso desafio etnográfico primeiro, que é a compreensão dos meios e modos de vida nativos. Essa estrutura se refere, sobretudo, (i) à própria necessidade nativa dos chamados atos de governo. Mas, em um segundo momento, podemos observar que internamente cada um desses atos costuma ser posto em marcha obedecendo a uma seqüência de procedimentos que nos conduzem, por sua vez, (ii) às relações estabelecidas localmente entre as pessoas envolvidas nessas manifestações.

Atos de governo relacionados ao asfalto mostram como essa “obra” específica sintetiza de modo exemplar essa dupla estrutura apreensível desses rituais. Por um lado, ao observarmos o processo de envolvimento dos moradores da cidade, dos funcionários do governo local e dos políticos (seja os do governo, seja os que fazem oposição no momento), alcançamos uma espécie de padrão de atuação coletiva fundamental para compreendermos a linguagem política local (ii). Por outro lado, a análise interna de um desses episódios, não apenas aponta uma similitude (como sinedóque, por exemplo) entre a parte (o evento) e o todo (o conjunto desses atos de governo), como indica o quanto esse tipo de *performance* se faz necessário para a existência da política como algo vivo (i).

Como se fosse, a um só tempo, consequência desse processo e razão para tal dinâmica social, o sistema de classificação nativo orienta-se por um fio condutor que não hesito em denominar como essencialmente político. Quero com isso dizer que, no modo de vida no Recanto das Emas, todo signo empregado não se restringe à sua dimensão referencial, mas vai além, refletindo em última instância relações de poder extremamente tensas (exteriores e coercitivas).

Assim sendo, especialmente no caso do asfalto, o que nos interessa é bem mais que uma análise naturalista ou urbanista do asfalto *qua* asfalto. Fundamentais são as relações que envolvem a atribuição de diferentes sentidos ao que “aparentemente” é um único e mesmo signo – o asfalto.

Ao falarem em asfalto, ou ao se mobilizarem em torno desse “problema social” (e.g. Lenoir, 1998), os moradores estão nos brindando com um ato classificatório muito particular, que, ao apontar para os meios e modos de vida nativos, nos sugere, por sua vez, quais os sentidos que a política pode assumir em tal contexto. Lembro que certo dia, após ter caminhado muito pelo Recanto das Emas, entrei na casa de Benedito e Lourdes. O comentário dele quando da minha entrada foi esclarecedor: “Se você chegasse agora no Plano Piloto, você nem precisaria dizer de onde estava vindo. Com esses sapatos e essa roupa que é só poeira, todo mundo ia pensar que você era uma recantense.” Qualquer outro signo de distinção que pudesse me afastar do estigma ou da glória de ser “recantense” não era mais forte do que a quantidade de poeira vermelha que eu trazia em minhas roupas. A poeira aproximava-me de suas experiências. Ao escutar Benedito, soube o que significava, para ele e para muitos moradores dessa cidade, a vida longe do “tapete negro” sobre o qual é possível caminhar sem levar consigo a marca da poeira.

Notas

¹ *The doctrine of chances* (1878).

² Bourdieu (1976) afirma que a análise de objetos aparentemente inusitados pode ser bastante reveladora das relações de poder. No texto citado, o autor examina a inclusão do nome de grandes políticos em um “jogo chinês”. Essa enquete, segundo Bourdieu, se mostra mais rica que uma simples pesquisa eleitoral, tento em vista que as associações feitas falariam tanto dos políticos e da configuração política francesa quanto das próprias pessoas questionadas. Agradeço ao professor Moacir Palmeira ter mencionado esse texto quando discutíamos o “asfalto no Recanto das Emas”.

³ Um exemplo de análise etnográfica de inaugurações feitas por políticos pode ser encontrada em Abélès (1988).

⁴ Utilizo entre aspas transcrições *ipsis litteris* do texto jornalístico.

⁵ Para uma análise dos conflitos de interpretação entre políticos acerca de suas *performances* e resultados eleitorais ver Teixeira (2002).

⁶ É interessante perceber como, desde o *impeachment* do presidente Fernando Collor, esse expediente é acionado – mesmo que sob forma hipotética – quando de um confronto entre quem está no poder e os que lhe fazem oposição. Brasília, durante o período em que desenvolvi meu trabalho etnográfico no Recanto das Emas, foi palco de algumas outras

modalidades de afastamento dos políticos de seus cargos que se somaram ao *impeachment*. Os casos de Jader Barbalho (PMDB-PA), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e de outros dois senadores do Distrito Federal (Luiz Estevão – PMDB e José Arruda – PSDB), em um período tão curto de tempo, motivaram inúmeras discussões das quais pude participar. Para os que lhes eram contrários, a ruína daqueles homens era apenas o coroamento de suas ações inseqüentes e desrespeitosas. Já para os que haviam trabalhado em suas campanhas ou que haviam votado nesses mesmos políticos, seu afastamento era apenas uma espécie de provação, um sinal claro da injustiça que sofriam. José Arruda, usando como ícone de sua campanha uma folha de arruda (planta de uso simpático que protege contra o mau-olhado, como comentou um eleitor seu no dia do pleito), foi eleito deputado federal em 2002. Luiz Estevão continua inelegível. Para uma interpretação etnográfica desse fenômeno, expresso sobretudo na categoria nativa “decoro”, ver Teixeira (1999).

⁷ Essa ressalva é necessária para percebermos como a “fonte jornalística” é aqui utilizada, ou seja, não como dado concreto da realidade, mas como um dado mediado pelo combate político, que é, por sua vez, o objeto central de nosso interesse. Em uma certa ocasião, eu conversava com funcionários do setor de “comunicação” da Administração Regional do Recanto das Emas (homólogo a uma secretaria municipal) que tinham por hábito montar um *clipping* diário com notícias sobre a cidade. Eles me revelaram que havia sido suspensa a compra do *Correio Braziliense* pois, como não trazia notícias “elogiosas”, não “valia a pena” consultá-lo.

⁸ Os atos de governo, como aqueles aqui analisados, costumam ocorrer diariamente por volta das 11 horas da manhã. Adiante retomo essa categoria e seu sentido de “compromisso”.

⁹ Aos automóveis de propriedade dos funcionários do governo somavam-se carros oficiais e veículos utilizados no transporte “alternativo” de passageiros. Os proprietários desses carros são conhecidos como “loteiros” e em troca de apoio às suas causas (ver Capítulo 2) oferecem seus veículos nessas ocasiões.

¹⁰ A Administração do Recanto das Emas dispõe de ônibus que fazem o transporte de funcionários (e de outros moradores da cidade que se dirigem à sede da Administração Regional). Pela manhã, os ônibus conduzem os funcionários de suas casas ao trabalho e quando acaba o expediente os levam de volta. Esses ônibus são usados ainda para transportar os moradores a eventos fora da cidade, como nesse dia.

¹¹ Em seu artigo intitulado “Os comícios e a política de facções”, Palmeira e Heredia (1995) demonstram a relevância sociológica do conhecimento etnográfico desses fenômenos. Também Barreira (1998) constrói uma análise minuciosa dos ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil.

¹² No caso brasileiro, dentre inúmeros contextos em que se dispõem cerimonialmente grupos rivais cujos estandartes são as cores azul e vermelha, podemos destacar diversos folguedos folclóricos, como o embate entre os bois Caprichoso e Garantido (Silva, 2001) ou mesmo o clássico pastoril, onde

“[...] [em] AL e PE, as meninas que o representam (o menino Jesus) dividem-se nos cordões *encarnado*, chefiado pela Mestra, e *azul*, comandado pela Contra-Mestra, tendo ao centro a moderadora Diana (metade azul, metade encarnado).

Os dois cordões são objeto de disputa popular, resolvida em votos (donativos) para as partes: O encarnado no seu palacete, o azul levando cacete” (Carneiro, 1974:163).

¹³ Na região do Distrito Federal e arredores há uma profusão de historiadores locais que voltam seus esforços literários para a recuperação dos mitos fundadores, relacionando-os tanto a acidentes geográficos (à paisagem), como às obras arquitetônicas da cidade (e.g. Joffily, 1977).

¹⁴ “[...] trata-se de lei conhecida que os sentimentos despertados em nós por uma coisa comunicam-se espontaneamente ao símbolo que a representa. O preto é para nós sinal de luto; assim sendo, nos sugere impressões e idéias tristes. Essa transferência de sentimentos deriva do fato de que a idéia da coisa e a idéia do seu símbolo estão estreitamente unidas nos nossos espíritos; segue-se, então, que as emoções provocadas por uma estendem-se contagiosamente à outra [...] se a própria coisa não preenche essa condição, não pode servir de ligação com as impressões sentidas, ainda que seja ela que as tenha provocado. É o signo que assume então o seu lugar; é sobre ele que transportamos as emoções que ela suscita [...]. O soldado que morre pela sua bandeira, morre pela sua pátria; mas de fato, na sua consciência, é a idéia de bandeira que está em primeiro plano” (Durkheim, 1989:275).

¹⁵ “We think only in signs. These mental signs are of mixed nature; the symbol-parts of them are called concepts. If a man makes a new symbol, it is by thoughts involving concepts. So it is only out of symbols that a new symbol can grow [...]. A symbol, once in being, spreads among people” (Peirce, 1998:10 – *What is a sign*, 1894).

¹⁶ Em Borges (2002) procurei tratar de um caso em que a disputa se dava em torno da polêmica fala do governador, que aludiu a uma das pessoas presentes em seu comício como um “crioulo petista”.

¹⁷ *An American Plato* (1885).

¹⁸ Essas crianças, mobilizadas para as ocasiões que aqui denomino atos de governo, são comumente designadas como crianças carentes, em situação de risco social (também ditas delinquentes). Nas escolas onde estudam há creche e jardim de infância para os pequenos. Os maiores dedicam-se a alguma atividade lúdica ou profissionalizante: jogam futebol, fazem pão, lutam capoeira, aprendem marcenaria ou informática.

¹⁹ As faixas utilizadas em eventos do governo do Distrito Federal e das Administrações Regionais são produzidas em grande quantidade e seguem sempre um mesmo padrão: amarelas com letras azuis. Há ainda as bandeiras brancas com a inscrição RORIZ, usadas na última campanha eleitoral e que ainda são confeccionadas.

²⁰ No Recanto das Emas esse percurso é seguido notadamente pelas líderes comunitárias. Como há uma determinação que orienta os partidos a dedicarem 20% de suas candidaturas a mulheres, muitas dessas lideranças locais são conclamadas a “trabalharem para a legenda”, mesmo que sem chance concreta de serem eleitas.

²¹ Essas lideranças se notabilizam por sua atuação junto a grupos previamente definidos como “problema social” (e.g. cooperativas de diversos matizes e interesses, grupos de ter-

ceira idade, pessoas com deficiência física ou mental, nomeadas necessidades especiais, usuários de drogas, juventude etc.).

²² Mauss refere-se ao equilíbrio precário intrínseco à configuração dessas “rivalidades obrigatórias”, em que “tabus e etiqueta se contrapõem aos insultos e irreverências” (Mauss, 1979:175).

²³ Olga é apresentada no Capítulo 2.

²⁴ Em Coradini (2001) encontra-se uma análise desse tipo de atuação segmentada de políticos profissionais. Haveria no caso pesquisado uma implicação mútua entre os eixos de atuação desses políticos (ou seja, suas bases eleitorais) e suas próprias trajetórias, analisadas sobretudo a partir da titulação escolar, da atuação profissional e do carisma desses mesmos políticos. Essa relação é explicitada pelo autor em categorias que procuram refletir essa especialização nativa da atuação política. A militância sindical, a representação patronal ou profissional ou, de modo análogo ao caso do Recanto das Emas, a atuação filantrópico-religiosa de certos candidatos indicariam a especialização como forma eficaz de atuação política.

²⁵ A etnografia dos comícios realizada por Palmeira e Heredia (1995) também apresenta, em outro contexto etnográfico, a importância de demonstrações públicas de lealdade e simpatias políticas. As atuações dos animadores de comício e as qualidades do palanque (se localizado em uma área central, se palco para *shows* de artistas etc.) são fundamentais nesses eventos.

Esses ícones são tão marcantes que, no caso do Distrito Federal, os deputados eleitos também lançam mão de símbolos que os identifiquem fora do período eleitoral. O trio elétrico disponível no Riacho Fundo, por exemplo, pintado com as cores azul e verde, indicava quem pessoalmente o oferecera para um evento particular: um deputado federal que era secretário de Obras e que comparecia a todas as solenidades que envolvessem a “assinatura do asfalto” (atribuição de sua Secretaria).

²⁶ Essa espécie de premissa ou pressuposto etnográfico orienta a interpretação que construo neste momento. A despeito de os não-iniciados no modo de vida local exigirem que lá (no Recanto das Emas), como se supõe que seja o caso aqui, as pessoas procedam obedecendo a uma lógica única, não podemos nos deixar enganar pelo aparente universalismo do problema apresentado no caso do faccionalismo: se as pessoas se incomodam de modo particular, as soluções para seus problemas não podem ser universais (Sahlins, 1995:40).

²⁷ Para a noção de crônica aqui utilizada, ver Daniel (1996).

²⁸ Como no caso clássico da figura do bardo analisada em Leach (1996).

²⁹ Agradeço ao professor José Sergio Leite Lopes por essa observação.

³⁰ Em outro trabalho (Borges, 2001) analiso um caso exemplar dessa interdependência entre legitimação e difamação para a prática política local. Ali fica evidenciada a importância da interpretação dos eventos não por sua factualidade, ou referencialidade, nos termos de Jakobson (s/d), ou seja, não porque são “dados da realidade”, mas porque são “construções etnográficas” (Peirano, 2002a). O “mesmo” homem que foi ultrajado, vaiado publicamente pelo governador por ser um “crioulo petista”, quando desfeito o mal-entendido é vestido com uma camiseta azul, declarando-se eleitor do “mesmo” governador Joaquim Roriz.

³¹ O administrador do Recanto das Emas (durante os anos de 2001 e 2002) foi eleito, no pleito de 2002, deputado distrital com 15.429 votos. Esse senhor já havia sido candidato anteriormente, tendo obtido uma votação insuficiente. Sua campanha não foi opulenta como a dos grandes políticos locais e, segundo ele próprio, sua eleição deveu-se muito ao trabalho de pessoas como Benedito. Como declarou o eleito a um jornal local: “Foi uma campanha pobre de dinheiro, mas rica de amigos.” (cf. *Jornal de Brasília*, 19/10/2002)

³² Roriz aludiu algumas vezes em seus discursos à sua luta política como sendo uma luta de cristãos contra o demônio. Nos autos folclóricos descritos anteriormente, há também alusões ao perdão como uma forma de neutralizar (e quiçá converter) o inimigo: “[...] os mouros são forçados ao batismo e, em conseqüência, perdoados.” (Carneiro, 1974:160)

³³ O governador referia-se à remoção que deu origem às quadras 500 e ao acampamento na quadra de esportes, abordados no Capítulo 1.

³⁴ Quando conversamos posteriormente, Sílvia emocionada lembrou que o governador até mesmo cantara uma música de certo padre que era um cantor bastante popular à época. O fato de o governador fazer alusão à música do “Padre Marcelo” aproximou-o de muitos de seus eleitores que, como Sílvia, tiveram seu gosto reconhecido.

³⁵ “[...] logicity inexorably requires that our interests shall *not* be limited. They must not stop at our own fate, but must embrace the whole community [...]. Logic is rooted in the social principle.” (Peirce, 1992:149 – *The doctrine of chances*, 1878)

³⁶ A parte da entrevista que antecede a conversa ora transcrita está na abertura do Capítulo 5.

³⁷ “[...] nada se pode produzir de coletivo se consciências particulares não existirem; mas esta condição necessária não é suficiente. É preciso ainda que as consciências estejam associadas, combinadas, e combinadas de determinada maneira; é desta combinação que resulta a vida social, e, por conseguinte, é esta combinação que a explica [...] o fato da associação é o mais obrigatório de todos; pois constitui a fonte de todas as outras obrigações.” (Durkheim, 1987:90-91)

³⁸ “We have seen that it [belief] has just three properties: first, it is something that we are aware of; second, it appeases the irritation of doubt; and, third, it involves the establishment in our nature of a rule of action, or, say for short, a *habit*. As it appeases the irritation of doubt, which is the motive for thinking, thought relaxes, and comes to rest for a moment when belief is reached.” (Peirce, 1992:129 – *How to make our ideas clear*, 1878)

³⁹ Ver http://www2.correioweb.com.br/cw/2002-02-24/mat_33880.htm.

⁴⁰ Para uma etnografia desse fenômeno, ver Teixeira (2002).

⁴¹ Discurso gravado, em 2/5/2001.

⁴² O animador que comandava o trio elétrico nas aparições do governador, ao se referir ao asfalto, tratou de qualificá-lo como “tapete negro”. Nesse caso, a função poética (Jakobson, s/d) reforça o sentido estético do asfalto.

⁴³ Faça uma breve alusão à análise de Palmeira (2002) acerca de categorias nativas que em sua forma de qualificar o tempo (e.g. “tempo de...”) se referem a fenômenos de diversas

ordens, como se fosse uma espécie de fórmula mágica (Malinowski, 1935), um compêndio de configurações sociais extremamente complexas. No caso do Recanto das Emas, é possível identificar essa síntese na oposição entre azul e vermelho que, em diferentes contextos, assume significados outros, para além de sua mera referencialidade partidária ou faccional.

⁴⁴ Weber adverte-nos que “los tipos puros sólo se encuentran raramente en la realidad” (1993:1057), por isso tal declaração não se trata de um exemplo de dominação carismática. O que parece importante nesse contexto é a referência explícita à contemplação dos interesses pessoais das partes envolvidas, sob a forma de “retribución material y honor social” (1993:1058).

O Lote

“Viveu 2 anos e 8 meses com seu companheiro Edmilson, contudo há sete meses seu relacionamento não estava muito bem. No dia do fato, por volta da 21h40min, ele chegou em casa e discutiram, falaram sobre a separação e Edmilson falou em vender o lote e comprar um carro pra ele. Ao retrucar: ‘Não vou vender, não vou assinar para fazer o que você quer’ recebeu do autor 2 tapas [...] ‘se viesse à delegacia a mataria’ [...]”.

[Arquivos da 27ª Delegacia de Polícia Civil]

“A questão todinha é o lote”

Na delegacia de polícia do Recanto das Emas, por uma porta pequena, afastada da entrada principal, tem-se acesso a um local para onde se dirigem especialmente mulheres – sejam elas queixosas, suspeitas ou criminosas¹. Durante o período em que morei na cidade, uma série de fatores concorreu para que a delegacia local se tornasse um espaço de pesquisa afeito ao problema discutido no presente livro.

Recordo que, em situações corriqueiras, quando perguntada, eu respondia que fazia uma pesquisa no Recanto. Nessas horas, era comum que me sugerissem visitar algum órgão público local. Sem necessariamente desconsiderarem que nossas conversas também faziam parte da investigação, essas pessoas procuravam desta forma mostrar seu próprio valor. A importância de cada um, na sua interlocução comigo, somente poderia ser compreendida a partir de sua relação com o Estado – o terceiro que permitia que elas também soubessem quem eu era.

Os funcionários da Administração Regional, por exemplo, indicavam seu próprio local de trabalho como um espaço a ser observado em minha pesquisa. Nenhum morador do Recanto *trabalhava* na delegacia; ou, como de fato fiquei sabendo, nenhum policial *morava* no Recanto. A relação dos moradores do

Recanto com o Estado por meio da delegacia era de outra ordem, perceptível pelo modo como se referiam a esta instituição.

Por intermédio de relatos que tinham a delegacia como elemento presente, fui apresentada a conflitos de toda ordem que, como me diziam, eu “deveria também conhecer”. Um temor quanto à parcialidade de uma pesquisa sobre o Recanto parece ter inspirado muitos moradores a me sugerirem a delegacia como um bom lugar para trabalhar – a ponto de, inicialmente, minhas incursões por lá terem se dado devido a insistência de meus anfitriões que, cansados da minha presença, me indagavam *quando eu sairia para trabalhar*.

Essa inflexão fortuita no trabalho de campo revelou a delegacia como uma espécie de sítio arqueológico que eu escavava aos poucos, com as ferramentas encontradas fora dali, no Recanto das Emas. Os fragmentos que eu ia descobrindo, lendo os arquivos e ouvindo as declarações das pessoas que trabalhavam e passavam pela delegacia, se tornavam objetos inteiros quando inseridos no quadro geral de minha pesquisa na cidade. A semelhança daquelas circunstâncias, passadas ou presentes, com outros incidentes dos quais eu mesma participara em ocasiões diversas, ajudou-me a vislumbrar o lote como lugar-evento essencial para a orientação daqueles indivíduos na delegacia.

Depois de entrevistar o delegado da cidade, obtive sua permissão para vasculhar certos arquivos, tomar notas e, eventualmente, pedir algum esclarecimento sobre um processo especial que fosse de meu interesse. Sendo um anfitrião exemplar, ele conduziu-me pelos corredores da delegacia, apresentando-me a alguns funcionários. Nos porões do prédio, pôde mostrar-me, embevecido, as celas desativadas da antiga carceragem. Este feito lhe rendera a notoriedade de estar à frente de uma delegacia considerada modelo e da qual muito se orgulhava². Tanto nossa conversa quanto o passeio deixaram-me à vontade para compreender que havia na delegacia uma densidade de acontecimentos, cujas motivações de diversas ordens muito contribuiriam para que eu conhecesse melhor a vida no Recanto das Emas.

Um dos fatos que me chamaram mais a atenção após acompanhar a rotina da delegacia, especialmente a da seção dedicada às mulheres, foi a congruência entre o que se passava intramuros, no salão de espera, nas salas de depoimentos, nos escritórios dos policiais, e o que eu observara da vida na cidade até aquele momento. Enquanto eu vasculhava documentos, era possível ouvir depoimentos, que ocorriam no mesmo espaço onde eu consultava os arquivos. Nessas ocasiões, em minha consciência, entravam em contato tipos distintos de experiência etnográfica que se iluminavam mutuamente. Por um lado, havia o processo que eu lia, por outro, as conversas entre os agentes policiais e os moradores da cidade que vinham à delegacia e, além disso, ecoando em minha

memória, meu convívio, fora dali, com pessoas muito semelhantes àquelas que estavam à minha frente prestando seus depoimentos.

Apesar de verterem de fontes distintas (de documentos, de conversas entre os agentes e os moradores da cidade e de meu próprio trabalho de campo), havia algo em comum entre essas várias experiências. Gradativamente, percebi que os papéis reproduziam o trabalho dos policiais que, mesmo respeitando certas convenções próprias da linguagem jurídica e/ou cartorial, se dedicavam a registrar de modo bastante fidedigno o que lhes era dito pelos depoentes. Por isso, os processos guardavam uma riqueza de detalhes, de informações, que excedia o problema legal em questão. Em suma, o que era dito estava nos autos e o que estava nos autos, por sua vez, eu mesma já havia escutado, sob outras formas, em diversas ocasiões, de diferentes indivíduos, na delegacia ou fora dali.

A peculiaridade da delegacia estava, portanto, no fato de a vida dos moradores do Recanto das Emas chegar até mim por outra via, por meio de narrativas orais e escritas que não se dirigiam, em princípio, a responder às minhas indagações. Dada a diversidade de temas que figuravam tanto nos relatórios como nos depoimentos que eu acompanhava a distância, voltei minha atenção para as histórias que envolviam “a questão do lote”, como bem resumiu a agente policial Cláudia na delegacia.

A referência constante ao lote em casos muito diferentes suscitou minha curiosidade para a presença desse símbolo nas descrições dos moradores do Recanto das Emas de eventos que viveram, de crimes praticados ou de agressões sofridas. O contato com esses documentos e com o cotidiano da delegacia despertou-me, ainda, para a maneira como essas contendas eram narradas, isto é, tornadas histórias, e, nelas, o lote como um elemento central na ordenação dos fatos passados³.

As conversas que tive com os policiais – na ocasião em que eu me encontrava na delegacia pesquisando esse material, tive a oportunidade de testemunhar as declarações de pessoas que vinham até ali fazer uma denúncia, prestar um depoimento ou retirar uma queixa – foram igualmente muito importantes para conhecer outras visões (que não a minha própria) a respeito dos moradores do Recanto. Nenhum policial vivia na cidade, logo, os comentários que teciam sobre a vida dos moradores do Recanto das Emas derivavam do confronto entre as suas prenoções e os relatos com os quais tinham contato diário por via dos depoimentos. Cláudia, por exemplo, ficava bastante desestimulada quando, especialmente mulheres, após encaminharem uma denúncia, voltavam à delegacia para retirar o que disseram, declarando que “tudo [algum ato violento cometido por outra pessoa, em geral, o marido] não passou de um mal-entendido”.

Na verdade, para se levar um processo adiante, é preciso que a versão

sobre o “fato” permaneça inalterada. Por isso, Cláudia incentivava, quase que ameaçando, as mulheres a sustentarem seus depoimentos, suas primeiras definições de um certo evento, e justificava: “Se os maridos fazem vocês de palhaças, vocês que não venham até aqui fazer o mesmo com a gente”. Nessas horas, a agente policial procurava encenar um papel que ela mesma reconhecia ser inócuo, pois a narrativa distinta, que implicava uma alteração no “fato”, visava reparar eventuais constrangimentos causados tanto a quem fez a denúncia quanto a quem foi denunciado⁴.

Se aqueles que se acham envolvidos em uma disputa firmam um acordo antes do seu desfecho, não há como dar continuidade ao processo. Nesses casos, a função dos policiais acaba sendo a de um estafeta, pois a denúncia não passa de uma espécie de carta ao detrator, que a “lerá” (ouvindo o agente policial) no dia em que for chamado à delegacia⁵.

O depoimento, que tem como eixo o lote, indica uma linguagem, uma forma obrigatória de expressar a razão de ser da atitude tomada, isto é, da suposta agressão ou de sua denúncia. O caráter de *expressão obrigatória de sentimentos* presente nos diversos depoimentos garante-nos que há um “entendimento” coletivo do que está acontecendo, isto é, das “ações simbólicas” que estão em curso. O discurso de quem denuncia funciona como um trabalho de objetivação de sua vida para si mesmo ou, nas palavras de Mauss, “manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros” (1979:153). Talvez por isso muitas mulheres declarassem que após sua ida à delegacia passaram (elas e os denunciados) a *entender o que estava lhes acontecendo* e, por essa “razão”, desistiam de prosseguir com o processo.

Para Cláudia, a impotência dos policiais é inevitável diante da qualidade dos conflitos que surgem no Recanto das Emas. Segundo ela, é essencialmente a “posse precária”⁶ [do lote] que estimula os moradores a entrarem constantemente em disputa e a justificarem, por essa mesma razão, o passo atrás em relação às denúncias.

Assim, tendo em vista o material que me foi disponibilizado (arquivos sistematizados dos anos de 2000 e 2001), voltei minha atenção para a recorrência de casos relativos a conflitos físicos atrelados ao problema de um lugar para morar, ou seja, do lote. Tanto o delegado como os demais policiais, todos moradores de outras cidades, sabiam que estavam lidando apenas com a manifestação aparente do conflito, como bem constatou um outro agente, que me disse: “Nossa área é só penal, não é cível e eu fico besta com o que o juiz decide nesses casos. Ele não entende que por trás da ameaça está a questão do lote, que a *questão todinha é o lote*.”

Logo, embora meu interesse não se referisse expressamente à violência

local, tangenciava o tema, pois todas essas manifestações na delegacia traspasavam o problema aqui abordado, tendo em vista que o lote estava no centro não só da narração, mas dos conflitos em si.

Casos semelhantes aos que encontrei na delegacia do Recanto das Emas podem ser abordados de diversos pontos de vista. Machado e Magalhães, por exemplo, exploram, a partir de trabalho de campo realizado em uma “cidade satélite de implantação recente”, um caso de “violência conjugal”, no qual “*em qualquer discussão o lote tá no meio*”⁷ (1998:17). Dado o caráter profícuo do trabalho etnográfico, ainda que as autoras empreendam uma análise que denota um envolvimento interpretativo distinto do que conduzo aqui, podemos explorar brevemente o caso que apresentam, tendo como eixo de orientação a forma como o lote surge na narrativa de “Conceição” acerca das contendas com seu marido.

A partir das palavras de Conceição, trazidas no artigo acima citado, ficamos sabendo que ela veio para Brasília aos 11 anos de idade e trabalhou em serviços domésticos por quinze anos. Sua “*vida ficou muito difícil*” quando engravidou e “*ele [o pai de seu filho] não assumiu o bebê*”. Conceição conheceu, então, “um homem velho, sozinho, na iminência de receber um lote”. Inicialmente, eles “*moraram de aluguel*”. Conceição “*tinha mais tempo*” de Brasília que seu companheiro, no entanto, “*ele chegou e disse pra moça [funcionária do governo] assim: ‘Não, eu sou divorciado, ela [Conceição] mora comigo há tantos anos e nós vamos tirar um lote só, porque se ela tirar, ela vai vender um’ [...]. Eu perdi essa chance de tirar o lote por causa dele*”. “*Se na época eu tivesse adquirido um lote também [...]. Bom, não precisava ser ele, né? Eu não estaria com ele, porque se eu tivesse adquirido o que é meu, eu não estaria vivendo com ele não*” (1998:9, 9, 7, 17, 11, 11, 16).

O marido de Conceição “*fez o muro antes de construir a casa*” e “*desde que recebeu o lote [...] fala em expulsá-la de casa*”, espancando-a periodicamente “*até chegar ao ponto dele quebrar todos os [seus] dentes da frente*”. Conceição espera “*que a SHIS libere [...] lotes*”, pois acredita que, para colocar fim nesses conflitos, não haja “*outra saída além de ter um lote*” (1998:21, 6, 17, 12, 12).

É intrigante perceber como casos semelhantes ao de Conceição são recorrentes no Recanto das Emas. Se a peregrinação dessas pessoas se orienta pelas regras estabelecidas pelas políticas habitacionais, é a idiosincrasia de cada situação particular que nos revela os passos vivos da engenharia social. No caso acima, vemos mais uma vez sintetizada no mundo de um indivíduo uma série de eventos que, mesmo com tênues variações, perpassam a vida de milhares de pessoas no Distrito Federal: a migração, o “tempo de Brasília”, as negociações com o governo para o recebimento de um lote, a construção de

uma moradia (seja casa ou barraco) e/ou de um muro. Percebemos, em suma, como a experiência comum de “desenraizamento” (Bourdieu e Sayad, 1996), necessária à incorporação dessas pessoas a Brasília, espalhada por cada barraco, por cada lote, por cada conjunto, por cada quadra, por cada cidade-satélite ou assentamento do Distrito Federal, ajuda a conformar historicamente uma “comunidade de crenças e de dúvidas” particular (Peirce, 1992:149-150⁸).

O lote que não pertence à Conceição ou o muro que a apartou do mundo são objetos que trazem em si a própria vida de Conceição. Esses lugares-eventos, aliados aos vividos por outras pessoas, tornam a experiência dela compreensível. A magnitude social desses lugares-eventos e o fato de tais crenças serem compartilhadas como se fossem “regras para agir” (Peirce, 1992:129⁹) impedem-nos tanto de perceber esse fardo de Conceição como um universal como de vê-la sozinha em seu destino.

Mais do que julgar o peso real do lote nos casos discutidos neste capítulo, pretendo compreender como e por que o lote surge como o eixo central na forma como as pessoas em suas narrativas contam o que lhes passou. O lote como a causa aparente ou a justificação maior presente nesses relatos, mediante diversas significações que lhe são atribuídas, ajuda a compor nossa interpretação sobre a relação entre a configuração espacial e política no Recanto das Emas e os modos de vida de seus moradores.

O lote invadido

“Sandra [da Bahia] [...] informou-nos que suas cunhadas Adriana e Maria residem em um barraco atrás do seu, pois quando estas vieram morar em Brasília cedeu-lhes uma parte do seu lote, o qual é invadido; após alguns desentendimentos, mandou que a CEB [Companhia Elétrica de Brasília] cortasse a luz da casa delas, pois a *gambiarra* passava dentro de seu lote [...]. Marlene [testemunha, de Minas Gerais] estava em frente a sua residência quando o carro da CEB chegou à casa de Sandra e Adriana. Após a saída do referido carro, elas [Adriana e Maria] passaram a xingar Sandra de ‘piranha, vagabunda, prostituta’ [...] Adriana [a cunhada do Piauí] [...] acrescentou ainda que moram no mesmo lote, o qual não está legalizado, sendo área verde, e Sandra o tem como seu”.

Este episódio, recolhido nos autos da delegacia do Recanto das Emas, traz relatada uma série de feitos próprios daqueles que ainda não têm um lote, ou seja, que moram em invasões¹⁰. Sandra e suas cunhadas são migrantes cujo lote, “o qual é invadido”, se localiza na própria cidade do Recanto das Emas.

Ao disputarem na delegacia em um lote demarcado em um espaço chamado de área verde (interdito à ocupação), essas três mulheres tornam pública uma situação paradoxal vivida por muitos moradores do Recanto, qual seja, a de ter um lote que não se possui.

Quando estive no Recanto das Emas pela primeira vez, percorri a invasão mais importante da cidade, em notoriedade e em extensão. Tratava-se da “invasão das 400”, localizada também em um local considerado “área verde”, onde viviam centenas de famílias. Algum tempo depois, essas pessoas foram removidas daquele local. Em uma operação colossal do Serviço de Vigilância do Solo, essas famílias foram deslocadas para outros lugares, seus barracos desmontados e tudo o que ficara pelo caminho, queimado. Parte dos que ali viviam foram levados em caminhões para lotes demarcados em uma nova área (novas quadras), criada especialmente para esse fim – as quadras 500. Algumas famílias dessa invasão que não receberam lotes nas quadras recém-abertas, pude encontrar acampadas na quadra de esportes da Administração Regional reivindicando um lote em outro local, receosas de serem forçadas a irem embora do Distrito Federal¹¹.

A força ilocucionária (Austin, 1962) da declaração de Sandra transforma a posse do lote invadido em propriedade, a ponto de a falta de referencialidade dessa “posse” não impedi-la de ir à delegacia fazer sua denúncia. Na ocasião do depoimento, mesmo que não fosse verdadeira, a declaração daquela posse tornava sua locução adequada para seus fins imediatos, que era converter o espaço da invasão (da área verde) em uma espécie de lote e, por extensão, quem ali vive em proprietário¹².

Devemos nos perguntar, diante desse caso, o que leva Sandra a justificar que um lote, que não lhe pertence, que nem sequer existe legalmente, seja seu? Talvez a ancestralidade de Sandra em relação às suas cunhadas permita que ela classifique o espaço ocupado na área verde como sendo sua propriedade. Quando Sandra declara que “cedeu” o lote às suas cunhadas, “quando estas vieram morar em Brasília”, percebemos que ela acolheu aquelas que chegaram depois dela, concedendo-lhes “uma parte do *seu lote*”. Como vimos nos capítulos anteriores, é a condição de posse (o ter) que garante a possibilidade de dar. Portanto, é o fato de ter doado uma parte do seu lote invadido (para que suas cunhadas construíssem seu próprio barraco) que garante a Sandra sua concepção de propriedade.

O critério que parece orientar Sandra em sua apreciação é o mesmo de que lança mão o governo do Distrito Federal em seus programas habitacionais. Tanto os órgãos do governo quanto Sandra julgam que o tempo de vida em Brasília unge as pessoas com qualidades excepcionais que, na medida certa,

irão transformá-las em merecedoras de um certo benefício – sendo o lote o dom supremo. É assim que uma certa hierarquia se produz cotidianamente, aliada ao âmbito e às ações estatais, ordenando os moradores do Distrito Federal a partir do seu “tempo de Brasília”.

Mesmo fora do campo institucional de cálculo do “tempo de Brasília”, vemos no conflito acima tal noção sendo acionada por Sandra que, ao contrário de suas cunhadas, acredita ter, de forma mais legítima, o lote “como seu”. Não raro vemos esses casos se desdobrarem de forma inesperada, como aconteceu com Leca e sua irmã Márcia (abordado no Capítulo 2). Leca, assim como Sandra, vivia no Distrito Federal há mais tempo que sua irmã. No entanto, devido a dificuldades várias em comprovar, mediante documentos, seu “tempo de Brasília”, Leca não “ganhou” um lote, ao passo que sua irmã, sim.

Quando cotejados, esses casos demonstram como a noção de “tempo de Brasília” extrapola uma simples referência cronológica. É preciso que aquele que vive nas invasões se esconda do Serviço de Vigilância do Solo, para não correr o risco de ser definitivamente preterido, como aconteceu com os invasores acampados na quadra de esportes (Capítulo 1). Além disso, enquanto aguarda ser contemplado pelo governo, o sujeito deve documentar devidamente as agruras por que passa, pois essas dificuldades, somadas ao seu tempo cronológico de Brasília, são o que podem garantir a ele o recebimento de um lote. Todavia, as pessoas não vivem só em função do governo. Elas vivem umas para as outras, e o lote não existe apenas nos domínios legais do Estado. No caso de Sandra, ter um lote invadido na área verde permitiu que ela “cedesse” uma parte às suas cunhadas. Por isso, mesmo correndo o risco de jamais ser contemplada com um lote, Sandra dirige-se à delegacia para denunciar que foi ofendida por elas, inevitavelmente declarando que mora em uma área invadida – o que é ilegal. Assim como a invasão, o lote também reúne as qualidades de ser um lugar para morar que é, ao mesmo tempo, um objeto por meio do qual trocas de diversas ordens podem ser realizadas. O lote revela-se, portanto, um espaço para os feitos dos moradores do Recanto: um lugar-evento coletivo que é, como vimos, capaz se expressar a experiência singular dos indivíduos que a ele se referem.

Regularizando o lote

“Josefa, residente à quadra 511 [quadras para onde foram removidos os invasores supracitados] [...] estava arrumando seu filho Rafael, de 3 anos, para juntamente com seu companheiro João ir ao IDHAB resolver a aquisição de seu lote. Relatou que João não gostou dela ter vestido a criança com uma roupa suja e disse-lhe para trocá-la. Argumentou que não

tinha água em casa, e portanto, não poderia vesti-lo com roupas limpas [...]. João [disse que] ela recusou-se, dizendo-lhe que não havia roupas limpas porque o ‘carro-pipa’ há dias não passava na quadra. Diante disso, o entrevistado falou que ‘ninguém mais iria’ e pegou sua mochila para ir trabalhar.”

Diferentemente do caso de Sandra, vemos neste último, bem configurado, o quadro no qual estão inseridos os beneficiários do governo que “ganharam” um lote. Se Josefa e “seu companheiro João” precisavam ir ao IDHAB resolver a aquisição de seu lote localizado nas quadras 500, muito provavelmente sua família fora removida de uma invasão, pois aquele lugar tinha sido criado para “abrigar invasores”. Lembremos ainda que a região do Recanto das Emas onde ficam essas recém-criadas quadras 500 é chamada jocosamente de Taubaté.

Em uma certa ocasião, durante um pronunciamento público, o governador Joaquim Roriz declarou que doava lotes porque julgava vergonhoso alguém não ter um endereço, um lugar para indicar quando perguntado “Onde você mora?”. No caso de Josefa, é exatamente o seu endereço que indica sua pertença prévia a uma invasão, sua remoção e seu posterior “assentamento”. Quem vive nos precários barracos das quadras 500 possui um lote, não sendo mais um invasor como Sandra e suas cunhadas. No entanto, carrega consigo o estigma de já ter sido um invasor. Viver nas quadras 500, como vimos anteriormente, implica um certo estigma, pois, além da marca que trazem de sua origem (a invasão), todos os recém-chegados moradores dessas novas quadras são confrontados com problemas cotidianos derivados da falta de infra-estrutura urbana dessa parte do Recanto das Emas. Naquele canto da cidade não circulam ônibus, não há saneamento (i.e. água potável, sistema de esgotos, drenagem de águas pluviais e coleta de lixo) ou rede elétrica disseminada.

Por ter sido instalada com sua família na quadra 511, em um lote que o governo nomeia como “semi-urbanizado”, Josefa “não tinha água em casa”. Como se sabe, os primeiros tempos de uma família instalada em lotes destinados aos “moradores de habitações subnormais” ou “população em situação de calamidade social¹³” são marcados pela falta de serviços públicos, que lentamente vão sendo implantados. Ícones desses momentos anteriores à chegada da rede de águas são o chafariz e o carro-pipa, que “há dias não passava na quadra” de Josefa. A poeira e a lama, nessas condições, perduram mais que em outras quadras da cidade, somando-se a todos os atributos de desprestígio associados a essas famílias. Como vimos anteriormente, quem carrega sinais de poeira traz consigo o constrangimento de morar no Recanto das Emas. Por essa razão, existe um apuro muito grande por parte dos moradores do Recanto

das Emas com suas roupas e calçados.

João “não gostou [de Josefa] ter vestido [sua] criança com uma roupa suja”, ou seja, considerou aviltante ir ao IDHAB para tratar da “aquisição de seu lote” vestindo trajes emblemáticos da situação degradante pela qual ainda passavam. Mesmo que o lote lhes tivesse sido doado, “a criança com uma roupa suja” sintetizava um outro tipo de precariedade, resultante não apenas da falta de infra-estrutura do lote onde vivem pessoas como João e Josefa, mas relativa, sobretudo, ao desafio burocrático que têm pela frente¹⁴.

Assim como João e sua esposa, um sem-número de pessoas, depois de receberem seu lote, segue em peregrinação, portando sempre todos os papéis comprobatórios de quem são e do que dizem, indo do IDHAB ao fórum, ou do fórum ao cartório, por exemplo, até conseguirem a escritura definitiva de sua propriedade. João, Josefa e a criança precisavam se dirigir ao IDHAB. O fato de já estarem em seu lote não os afastava das negociações com o governo.

A posse do lote, por sua vez, exige do beneficiário um comportamento (em que está incluída a roupa que se veste ou o dinheiro para pagar as passagens de ônibus até o Plano Piloto) distinto daquele de um invasor. Não são poucos os relatos que ouvi de pessoas descrevendo a humilhação por que passaram em algum lugar do Plano Piloto (fosse em uma loja de um conjunto comercial, fosse em uma repartição pública) por estarem carregando consigo a poeira do Recanto das Emas. Podemos inferir que João “pegou sua mochila para ir trabalhar” temendo as implicações de adentrar o IDHAB para “resolver a aquisição de seu lote” trajando roupas sujas.

Os dois casos acima ajudam-nos, mais uma vez, a entender como um determinado conjunto de signos evidencia os meios e os modos de vida de cada indivíduo. A área verde ou a gambiarra são índices da vida de Sandra e de suas cunhadas como invasoras. O drama de João refere-se, por sua vez, à situação peculiar vivida pelas pessoas beneficiadas com um lote semi-urbanizado, isto é, ao paradoxo de ter um lote e não ter água, de não viver mais em uma invasão, mas de saber que o lugar onde se mora é chamado pelos outros de invasão, enfim, uma situação sintetizada nas roupas de seu filho.

(Infra-)estruturando o lote

“Vânia [...] era vizinha de Antônio *desde a invasão*, e este por ser membro da Assembléia de Deus sempre ouviu músicas, louvando a Deus, em alto volume. E um dia ao pedir para diminuir o volume, o mesmo ‘grosseiramente’ disse que se encontrava na própria residência, estava no direito; afirmando que só era obrigado a diminuir depois das 22h. E como seu

esposo havia feito uma gambiarra, colocando um fio, o qual dava acesso à luz para sua casa e a do vizinho Antônio, este arrancou o fio de luz e devolveu jogando-o na água [...] no dia do fato ele pegou sua [de Vânia] barra de cano, com aproximadamente 5 metros, sem sua autorização. Foi conversar, saber o que estava acontecendo, e Antônio lhe falou: ‘cê tá usando? Não tá. Então fica calada senão eu vou cortar a água.’ E ficou falando alto para quem quisesse ouvir: ‘infelizmente eu vim parar perto dessas desgraças.’ Então não agüentou e retrucou: ‘você está aqui porque é mentiroso, eu vou falar no IDHAB que você mora sozinho, não tem nada de família, pra você parar com esse abuso.’ Hora em que Antônio ameaçou-a dizendo: ‘se você acha que o céu está perto e não tem medo de amanhã aparecer com a boca cheia de formiga!’ Que veio à delegacia registrar ocorrência não pelo caso, porém pelo abuso, temendo a atitude desse vizinho. Que vai retirar a queixa porque seu marido lhe pediu [...] que não quer confusão, está gestante e precisa de sossego.”

Se Vânia e Antônio eram vizinhos *desde a invasão* e se Antônio “grosseiramente” lhe “disse que se encontrava na própria residência” e por isso “só era obrigado a diminuir [o volume] depois das 22h”, podemos concluir que ambos, assim como Josefa e seu marido João, já não vivem mais na invasão, mas em seus próprios lotes. Além disso, a “gambiarra” e a “barra de cano, com aproximadamente 5 metros”, indicam que, ao menos nas redondezas dos lotes onde vivem Vânia e Antônio, existe uma rede elétrica e uma rede de água e esgoto. Ou seja, trata-se de uma quadra com um pouco mais de infra-estrutura urbana que aquela onde vivem Josefa e João.

A expressão “*desde a invasão*” é bastante recorrente no modo de falar dos moradores do Recanto das Emas. No caso de Vânia e seu vizinho Antônio, tal expressão, somada à acusação “mentiroso”, indica o longo “tempo de Brasília” que lhes garantiu os lotes em que vivem hoje. Ao ameaçar Antônio dizendo-lhe “você está aqui porque é mentiroso, eu vou falar no IDHAB que você mora sozinho, não tem nada de família, pra você parar com esse abuso”, Vânia alude ao sistema classificatório adotado pelo “IDHAB” para “pontuar” os sujeitos que pleiteiam um lote.

Do ponto de vista de Vânia, embora se conhecessem *desde o tempo da invasão*, o fato de Antônio ser um homem sem família não o habilitava para receber um lote. Assim como para os agentes do governo encarregados de calcular o “tempo de Brasília” daqueles que concorrem a um lote, para Vânia, além dos anos vividos na capital, o número de pessoas dependentes do potencial beneficiário também tinha um peso determinante no cálculo de seu “tempo de

Brasília”.

Ela, por isso, revidava as ameaças de seu vizinho declarando que suspeitava da declaração que ele fizera ao IDHAB. Na verdade, a possibilidade de avaliar e julgar Antônio com base nesses critérios está ancorada no próprio modo oficial de calcular o “tempo de Brasília”, replicado no cotidiano dos moradores da cidade. A pontuação obtida por ambos, que os habilitou a receber seus respectivos lotes, não se referia apenas ao período cronológico passado no Distrito Federal. O “tempo de Brasília” revela certas “qualidades”, associadas a quem viveu em Brasília, em especial a capacidade de demonstrar essa experiência. Antônio, mesmo sendo um mentiroso aos olhos de Vânia, muito provavelmente apresentou ao IDHAB todos os documentos comprobatórios de seu “tempo de Brasília”, ou seja, de seu direito a um lote (ver Peirano, 1986; 2002a).

Com base nesse caso, compreendemos como cada lugar-evento sintetiza a história de todo o Recanto das Emas, o que nos permite capturar um amplo processo mediante a investigação etnográfica. A definição que Vânia dá ao “tempo de Brasília” se acresce àquela expressa na apreciação das diferentes moradias feita por Lourdes, quando caminhávamos pelas ruas da cidade. Para esta última, andar pelo Recanto das Emas fornecia elementos para sentir, por meio do espaço, um avanço ou um retrocesso no tempo¹⁵.

Os modos de vida de quem está em uma invasão nos remetem não apenas a outros casos de pessoas que vivem, hoje, em uma invasão, mas também às situações de invasão já vividas por quem se encontra em um lote ou nem sequer mora mais no Distrito Federal. Essa possibilidade de ver um caso dentro de outro, dentro de outro e assim sucessivamente, indica a forma particular como se dá a atuação do governo nessa cidade, no que tange especialmente às chamadas políticas habitacionais. Os problemas e os conflitos enfrentados por Vânia e Antônio são vividos com muita intensidade e com relação a esses mesmos objetos (a gambiarra, o cano) por todos os que, após receberem o lote como dádiva, aguardam a próxima oferenda do governo. Como vimos no capítulo anterior, obras públicas inacabadas são boas para governar.

Os lotes “semi-urbanizados” que o governo oferece à população se parecem com *matrioschkas*; na verdade, o lote seria a grande boneca. Após a entrega solene do mesmo, o governador retorna ritualmente para cerimônias diversas que revelam um outro objeto que surge a partir do primeiro. Pouco depois de ofertá-lo, o governador magicamente extrai dali uma outra dádiva, como o saneamento urbano, por exemplo. Essa seqüência de atos de governo, por meio dos quais a dádiva inicial (o lote) se replica, ajuda a conformar uma apreciação peculiar acerca da própria relação de troca entre o governo e a população. O lote “semi-urbanizado” pode ser considerado por quem está fora do circuito

de trocas (por quem não é partidário do governo ou do governador) como um engodo. No entanto, para os adeptos contumazes desses rituais, o lote é visto como um dom fecundo. Cada novo objeto que passa a existir indica a reiterada possibilidade de troca política entre a população e o governo. Além disso, nos intervalos que separam a “revelação” de uma nova dádiva (o saneamento, o asfalto, o emprego) por parte do governo, é necessário que as pessoas sejam prestimosas umas com as outras (permitindo uma gambiarra, por exemplo). Esse apoio mútuo, que, por vezes, redunde em conflitos, como no caso de Vânia e Antônio, expressa bem como a noção de sacrifício está associada à demonstração de merecimento. Além disso, mediante tal dinâmica, quem passa a ter obrigações reais são os vizinhos (e não o governo), em sua relação cotidiana. Dessa forma, o governo atua, por mais paradoxal que isto possa parecer, praticamente de forma atemporal, deixando soar à população que seus problemas são de ordem pessoal e que, por isso, devem ser por ela próprios solucionados.

No Recanto das Emas podemos ver essas várias etapas em ato, ou seja, coexistindo em diversos lugares-eventos. Em um extremo da cidade, temos as solenidades de entrega de escritura; em outro, acompanhamos, junto a pessoas empregadas na política, a assinatura da ordem de serviço que dá início às obras de asfaltamento; em outro, ainda, uma rua é inaugurada por estar saneada e asfaltada; no seu oposto, caminhões chegam despejando dezenas de pessoas nos lotes que acabaram de ganhar; e, por fim, nas áreas verdes, os mesmos caminhões carregam para longe famílias invasoras, deixando para trás, ardendo em chamas, os restos de seus barracos.

O negócio do lote

“Elda esclareceu-nos que as divergências com João ocorrem há algum tempo, pelo fato dele recusar-se a aceitar todos os acordos propostos no sentido de desocupar ‘parte de seu imóvel, o qual ele tomou posse ilegalmente’, em virtude desse acontecimento, ele vive ameaçando-a de morte. No dia anterior ao fato [...] foram à audiência para esclarecer assuntos relacionados a essa pendenga, no fórum de Samambaia – DF, como estava muito nervoso ele ameaçou, dizendo: ‘posso até me retirar deste lote, mas antes vou matá-la, comprar um caixão e colocá-la dentro’. João esclareceu-nos que não invadiu o imóvel de Elda, pois tem os recibos de compra. O problema, segundo o entrevistado, é que ela se arrependeu do negócio [...] ‘ela sabe que vai perder a causa’.”

A “pendenga” entre Elda e João foi parar nas barras do tribunal, não

tendo havido acordo que cessasse o processo desencadeado com a primeira denúncia feita na delegacia de polícia, como costuma ocorrer, de acordo com Cláudia. Elda acusa João de ter “invadido” seu imóvel, de “ter tomado posse ilegalmente”. João, por sua vez, tem outra versão acerca do lugar onde mora. Segundo ele, Elda “se arrependeu” de ter-lhe vendido o lote. Mas como ele pode demonstrar o “negócio” feito mediante “recibos de compra”, acredita que ela “vai perder a causa”.

Quem recebe um lote, como Elda, e o ocupa imediatamente, pode vendê-lo para outrem e seguir compartilhando aquele espaço com o comprador. Quem vende o lote não necessariamente é obrigado a desocupá-lo. Pude observar um caso em que o comprador passou a alugar um barraco para quem lhe vendera o lote, uma vez que o primeiro precisava do dinheiro, enquanto o segundo não desejava mudar-se do local. Esse convívio justifica-se, sobretudo, pela “posse precária” do lote. Muitas vezes, quem vende o lote ainda não possui a escritura do imóvel; portanto, aquele que compra acredita garantir a transferência imediata da escritura quando esta for emitida se tiver a pessoa que lhe vendeu o lote vivendo ao seu lado, sob sua vista. Essa vigilância nem sempre garante essa transação, como se pode verificar no caso de Elda e João.

Cada uma dessas narrações de conflito, em que o lote é o principal objeto de disputa, indica um conjunto de ações (e, conseqüentemente, de hábitos) dos moradores do Recanto das Emas, bem como do governo local, relacionado a uma concepção singular a respeito dos *limites sociais de um lugar para morar*. Ter um lote não implica, necessariamente, ter ingerência sobre o mesmo. Não é legalmente possível “vender” um lote que não se possui. Por isso, de certo modo, a morosidade de todo esse processo (que procuramos acompanhar) pode muitas vezes colidir frontalmente com a celeridade da vida de quem ganhou um lote. Nesses casos, o conflito instala-se.

A partir da contenda entre Elda e João, podemos compreender mais um sentido da “posse precária”, desta feita em função da limitação legal do beneficiário sobre o lote recebido. Ganhar o lote não implica ganhar imediatamente a sua escritura. As modalidades de aquisição estão, preponderantemente, atreladas ao tipo de projeto habitacional em questão, visto que cada um destes demanda um envolvimento diferente por parte de quem recebe o benefício com os agentes do governo.

Há casos, como o das recentes “cooperativas”, em que o beneficiário se associa a outras pessoas, desenvolve um projeto de moradia (coletivo) e arca com parte do orçamento necessário à construção, sendo o restante do valor financiado pelo governo¹⁶. Nessas situações, o lote e a “casinha” são pagos integralmente pelo beneficiário que, no entanto, só recebe a escritura do imóvel

no fim do processo.

Há também quem “não pague nada” pelo lugar para morar que recebe do governo. Este é especialmente o caso da doação de lotes destinados a “moradores de habitações subnormais”. Embora não precisem pagar, quem recebe um lote do governo nessa circunstância não se torna imediatamente seu proprietário porque não recebe a escritura assim que é contemplado. A doação se dá legalmente como “concessão de uso”. Somente depois de uma série de tramitações (cujos passos se alteram constantemente, podendo se estender por anos), aquele que “ganhou” um lote consegue escriturá-lo de fato, tornando-se então seu proprietário.

Pude ver no Recanto das Emas, ao longo do trabalho de campo e consultando os arquivos da delegacia, que a venda de um lote do qual não se tem a escritura (como fez Elda), costuma ser um acordo “de boca”, prescindindo de qualquer “papel” (documento oficial) que garanta a transação. Tal troca pode transcorrer tranqüilamente. Aquele que vende transfere toda a documentação do lote para o comprador, assim que ele próprio recebe a escritura. Há, no entanto, casos, como o que abordamos, em que tanto uma parte quanto a outra pode “se arrepender” do negócio feito e decidir não sair do lote.

Os riscos de não se ocupar o lote

“Purcina informou-nos que Elaine e o marido moram no seu lote, tendo primeiramente invadido-o [antes de Elaine ocupá-lo], e como haviam construído uma casa e o oficial de justiça queria derrubá-la, ficou comovida e pediu para construírem um barraco para a mesma [Purcina] morar, estipulando um prazo de um ano, o qual vence em julho [o mês era maio], para continuarem morando em seu lote até que ganhassem o deles; no entanto, essa convivência tem sido difícil e com discussões.”

“No ano de 97, Antônia, sua cunhada, havia cedido o lote, ou seja ‘dado-lhe de boca’, uma vez que havia a necessidade de construir no referido lugar, pois do contrário o IDHAB tomaria de volta. Em razão de Antônia possuir uma casa em Santa Maria [outra cidade do DF], não precisou na ocasião do lote, todavia, passados três anos, Antônia retornou exigindo que ela saísse [...] no dia do fato dirigiu-se até o lote e proferiu as seguintes palavras: ‘te dou 24h para você desocupar meu lote, sua vagabunda’.”

De acordo com os critérios oficiais, quem possui ou já possuiu algum imóvel no Distrito Federal não pode cadastrar-se em novos projetos habitacionais

do governo. Se Antônia tinha uma casa em Santa Maria e foi contemplada no Recanto das Emas, o lote onde vivia não devia ser oficialmente de sua propriedade. Como Antônia não tinha necessidade de mudar imediatamente para o lote que recebeu do governo, para não correr o risco de perdê-lo, preferiu cedê-lo à sua cunhada, que, por sua vez, construiu no local. Antônia garantiu assim que nenhum desconhecido o invadiria e evitou, ainda, que o IDHAB o tomasse de volta. Passados três anos desse malabarismo, Antônia decidiu rever a doação “de boca” que fez à cunhada, declarando por fim que o lote lhe pertencia (“meu lote”) e que a cunhada deveria desocupá-lo prontamente (“te dou 24h”).

As ações de Antônia nesta ocasião desvelam sua familiaridade com os procedimentos formais do governo. Por meio de sua cunhada, Antônia “ocupou” o lote, condição primeira para que o governo mantivesse o benefício de concessão de uso durante o período que antecede a emissão da escritura. Entre o acordo com a cunhada e o ríspido ultimato proferido na delegacia, passaram-se três anos (período que normalmente costuma demorar até o próprio governo autorizar a escrituração). Tornando-se proprietária formal do seu lote, com a escritura em suas mãos, Antônia poderia, enfim, vendê-lo de fato para outra pessoa.

Já Purcina não teve a mesma atitude de Antônia: por não tomar posse imediatamente de seu lote, quando veio a fazê-lo encontrou no local Elaine e seu marido. O jovem casal invadira o lote, que, por estar vazio, parecia não ter dono, e ali construiu uma casa para viver enquanto o “verdadeiro” dono não aparecesse. Não raro, no Recanto das Emas nos deparamos com casos assim. Em diversas ocasiões, participei de conversas ligeiras em que se fazia alusão a lotes ou casas vazias que, eventualmente, poderiam abrigar alguém que estava sem um lugar para morar.

Leca, que tinha um barraco no lote de sua irmã Márcia, recentemente, ocupou uma casa abandonada. Quando nos encontramos, Leca estava bastante satisfeita, pensando mesmo em empreender certas reformas em seu novo lar. Eu, bastante surpresa com estes inusitados planos para o futuro, perguntei-lhe o que faria se o verdadeiro dono viesse tomar sua propriedade de volta. Leca não titubeou: “a gente vai pra delegacia”. Portanto, é fato recorrente que esses lotes e casas ocupadas se tornem matéria de litígio judicial quando quem ganhou ou comprou o lote resolve tomar posse do que é seu.

Os conflitos podem tornar-se ainda mais virulentos quando uma pessoa decide tomar posse de um certo imóvel (por vezes ocupado) e descobre que um outro indivíduo comprou de segunda mão o mesmo lote. Na rua onde eu morei no Recanto das Emas, as pessoas se divertiam sempre que o dono de um lote vizinho aparecia com alguma pessoa interessada em comprá-lo. Segundo os boatos, este senhor já havia negociado o mesmo lote várias vezes, embora

o mesmo não lhe pertencesse.

A partir do registro na delegacia, percebemos que houve uma disputa jurídica entre Purcina e o casal que invadira seu lote, construindo ali uma casa (“o oficial de justiça queria derrubar a casa”). Purcina, todavia, compadeceu-se de Elaine e de seu marido, propondo-lhes um acordo: o casal construiria um barraco para ela morar no mesmo lote e ela lhes garantiria um ano mais de moradia, intervalo supostamente suficiente para que o casal ganhasse o seu próprio lote. Praticamente findo o período acordado, Purcina dirigiu-se à delegacia para reclamar da “convivência”, “difícil e com discussões”, e do ambiente do qual ela não poderia afastar-se com receio de perder definitivamente o lote.

Entre parentes

“Adriane [...] há cerca de dois anos permitiu que Antônio [...] seu irmão, construiu nos fundos do imóvel dela um barraco de madeirite [...] ele passou a agredi-la moral e depois fisicamente [...] passou a ameaçá-la de morte [...] Antônio desocupou o imóvel no início de fevereiro.”

“Ela informou-nos que no dia do fato estava discutindo com seu esposo sobre uma possível construção de um barraco para seu irmão, ocasião em que ficaram nervosos e se agrediram com tapas.”

Estes dois últimos casos nos confrontam com o lote no centro de situações conflituosas que envolvem “parentes”¹⁷. Diferentemente dos casos anteriores, a propriedade nessas circunstâncias não é negociada, nem é posta em dúvida a legitimidade daquele que possui o lote. Nas duas situações descritas, vemos ser mantida nítida a fronteira entre quem é dono e quem não é, e o conflito desenrola-se justamente por ser incontestada essa oposição. A rígida divisão reflete a relação entre aquele que *possui* um lote – e por isso tem o poder de permitir que seja construído em seus domínios um barraco – e algum parente que irá abrigar-se nesse barraco por *não ter* onde morar.

O valor do lote, neste caso específico, não tem a ver com seu preço no mercado imobiliário local. Orientados por um quadro mais amplo de classificação, segundo o qual *ter* é poder dar e poder tirar, o valor do lote é mensurado pelo uso que dele faz seu proprietário. Se lembrarmos, por exemplo, do caso de Márcia e Leca, retomaremos uma situação paradigmática acerca desse aspecto. O uso que Márcia faz de seu lote indica a importância que ela tem para as pessoas que a circundam, especialmente para sua irmã Leca, que ali vivia

com seus filhos. Quando cogita vender seu lote, Márcia titubeia, pois o mesmo é vital para outras pessoas e não somente para ela.

No Recanto das Emas essa forma de dádiva costuma ter desfechos, marcados por rupturas e desentendimentos, semelhantes aos dos casos citados, como se deu inclusive entre Leca e Márcia. Uma pessoa que tenha um lote, apesar de experiências prévias desagradáveis, não pode se furtar a oferecer um cantinho a algum parente que precise de abrigo. Presenciei diversas conversas em que se fazia alusão a alguém que, mesmo arrependido (ou por ter cedido um espaço para a construção de um barraco em seu lote, ou por ter morado “de favor” no quintal alheio), voltara a estabelecer uma relação semelhante com outro parente.

Essa possibilidade de “rodar de casa em casa”, como dizem, é particularmente importante quando ainda não se tem o “tempo de Brasília”. Raras foram as pessoas que conheci nascidas no Distrito Federal. Quem mora no Recanto das Emas, nos casos que acompanhei, chegou à capital federal para viver com algum parente migrado e, depois de muito “rolar” de cidade-satélite em cidade-satélite, de barraco em barraco, costuma ter histórias para contar de pessoas que foram abrigadas em seu próprio lote. Esses lugares paralelos para morar são como uma espécie de limbo por onde todos devem passar, por um período mínimo de cinco anos, para poderem encaminhar oficialmente sua demanda por um lote.

É por isso que quem logra receber um lote não se desprende desse circuito, passando então a admitir que um outro construa um barraco na “sua” propriedade. Como foi possível conhecer por meio das situações anteriores, o lote (ou um pedacinho no lote de um parente) pode não aplacar de fato todas as aflições que rondam a vida de alguém que não tem onde morar. No entanto, *esse outro lugar-evento, mais que um mero teto, significa a possibilidade de agir*. Trata-se de um sinal de prestígio ser acolhido por algum parente, a ponto de o marido e a esposa “agredirem-se com tapas” em face do pedido que lhes foi feito: “uma possível construção de um barraco para o irmão” [dela]. Por outro lado, um sinal de insignificância social é não encontrar como contrapartida do pedido (do ato de pedicção) uma outra dádiva, que é a oferta. Ou, encontrando-a, não saber retribuir a contento, como fez Antônio antes de sair do lote de sua irmã Adriane, ameaçando-a “de morte”.

Vender o lote: casais, dinheiro e papéis

Caso 1: “Estava separada de fato, tinha ido ao Fórum de Samambaia, mas não tinha vendido o lote, o qual pertencia ao casal, [...] Edivam

[o marido] retornou [...] e quebrou os vidros de sua estante [...] contudo esclarece [a esposa] que após vender o lote, dividir o dinheiro, e mudar-se desse endereço que viveu com Edivam [esse fato não se repetirá].”

Caso 2: “No dia do fato, por volta das 23h, seu ex-marido foi à sua casa embriagado e lhe agrediu com um soco no pescoço, porém não lhe ameaçou, mas falou que ‘se quisesse poderia vir à delegacia pois ele não estava nem aí’. Acrescenta a entrevistada que não tem interesse em representar [contra o ex-marido] [...] que já vendeu o lote, resolveram a repartição da venda em comum acordo e a partir desse dia o mesmo não mais a incomodou.”

Caso 3: “Ana [...] informou-nos que está separada de seu esposo há um ano, porém após receber o lote, ele quis a parte que lhe cabia; permitiu que ele construísse um barraco no fundo [...] no dia do fato, pediu ao mesmo que lhe devolvesse a documentação do lote, pois teria que ir ao IDHAB, ele se recusou e disse: ‘se você insistir eu vou entrar aí e te matar’ [...]. Ao final da entrevista a vítima manifestou o desejo de renunciar [...] argumentando que seu maior interesse era que ele lhe devolvesse a documentação do lote, o que foi feito [...]”

Caso 4: “Michele [...] mantém um relacionamento conjugal com José há aproximadamente cinco anos, tem dois filhos com ele, mas são registrados em seu nome. Que nesse período já houve uma separação e ocorreram várias discussões [...] atualmente está separada de José [...] [no] domingo, o mesmo foi até sua casa, pulou a janela e após nova discussão em que ele queria obrigá-la a vender o lote e dividir o dinheiro, proferiu ameaça dizendo; ‘se não vender o lote vou colocar uns maloqueiros para te matar e com este lote você não fica’. Que José foi até o guarda-roupas e pegou vários documentos, queimando-os, falando que desta forma você não irá regularizar o lote [...]”

O lote surge, nestas ocasiões, como o objeto central da disputa estabelecida entre casais que se separam. As três primeiras mulheres estão separadas “de fato” de seus maridos. Já Michele, nunca esteve casada com José. Em todas as situações, no entanto, é a venda do lote e a subsequente divisão do dinheiro que demarcam o possível fim das contendas entre maridos e esposas.

Diferentemente do exemplo de “Conceição”, trabalhado por Machado e Magalhães (1998), em que a mulher está cativa do companheiro proprietário do lote, nos quatro casos acima, quem quer vender o lote e resolver “a repartição da venda em comum acordo” é o homem. As mulheres permanecem no lote com seus filhos, e o homem “retorna”, “pula a janela”, enfim, invade o espaço que julga lhe pertencer.

Há, no Recanto das Emas, espriada pelas conversas mais corriqueiras, a convicção de que os lotes devem pertencer às mulheres, pois raramente uma mulher abandona filhos e marido. Quando um homem vai embora e deixa filhos e esposa à própria sorte, as fofocas e comentários pouco se estendem. Trata-se de uma circunstância comum encontrarmos casas ocupadas apenas por mulheres e crianças.

Parte desse quadro pode ser justificada pelas próprias inflexões nas políticas de distribuição de lotes implementadas pelo governo do Distrito Federal nos últimos anos, as quais, por sua vez, se pretendem mais alinhadas às práticas conjugais da população. Nos próprios arquivos da delegacia são recorrentes casos como os de Michele, em que os filhos “são registrados” apenas com o nome da mãe.

Esta filiação tem implicações no cálculo que estabelece a pontuação necessária ao recebimento de um lote (ou de outros benefícios do governo), já que o número de filhos ajuda a “aumentar” os pontos de quem está inscrito. Embora um homem com os mesmos pontos de uma mulher tenha as mesmas chances na disputa por um lote, pude ouvir do governador Joaquim Roriz, em discurso pronunciado no Recanto das Emas, elogios à firmeza de caráter das mulheres. Em razão dessa apreciação, sustentada preponderantemente nas estatísticas assistenciais (voltadas para as mulheres, dominadas pelos problemas das mulheres), o governador defendia que os lotes deveriam ser concedidos às mulheres e não aos homens¹⁸, deixando clara a relação estreita entre políticas públicas e o cotidiano da população do Recanto das Emas. Como é possível constatar, o governo foi gradativamente modificando os critérios de pontuação, privilegiando famílias compostas somente por mães e filhos, supondo serem estes casos os mais recorrentes. Conheci casais que, sabendo disso, preferiram registrar apenas a maternidade das crianças para aumentar seus pontos e receber o lote mais rapidamente¹⁹. Anteriormente, vimos o conflito entre Antônio e sua vizinha Vânia, em que esta última apontava quão ilegítima havia sido a contemplação de um homem sem família com um lote, o qual só teria obtido tal benefício por meio de “mentiras”.

Caso o matrimônio não seja oficial, quando decidem se separar, os casais enfrentam graves problemas, exemplificados nos quatro conflitos anteriormente descritos. Como a inscrição e a contemplação são individuais, os “documentos” do lote são emitidos apenas no nome de uma pessoa. A forma encontrada por aquele que acredita ser também proprietário do lote, mas que não o tem em seu nome, é se apossar da documentação do mesmo.

É preciso que o lote esteja “regularizado no IDHAB” para que a emissão de uma escritura seja possível. Ter a escritura é ter a propriedade do lote. Um

lote escriturado pode ser vendido de fato e não apenas “de boca”. Por isso, José “foi até o guarda-roupas e pegou vários documentos, queimando-os”, pois sem os mesmos Michele não poderia “regularizar o lote”, não poderia escriturá-lo, não poderia “ficar com o lote” e, por fim, não poderia vendê-lo.

Tanto José quanto o marido de Ana recorreram também à “ameaça” como forma de garantir “a parte que lhes cabe” do lote. A “ameaça” de morte difere da agressão, como, por exemplo, um “soco no pescoço”. No Recanto das Emas as ameaças se concretizam mediante crescentes e recorrentes brigas. “Quebrar todos os vidros da estante”, “mergulhar o celular na água”, “quebrar a televisão com golpes de pé-de-cabra” são atentados a objetos valiosos que sinalizam a possibilidade de concretização da ameaça, ou seja, da morte, que coloca um fim definitivo às querelas.

Troca e venda de lotes: quem pode comprar, quem pode vender

“Ivaneide [...] no período em que viveu junto com Francisco (sete anos, tem dois filhos dele e mais dois de um casamento anterior) adquiriram [o casal] uma casa, a qual foi transferida para o irmão do mesmo, através de procuração, sem seu [dela] consentimento. Que era proprietária de um lote na quadra 116 [quadra de prestígio] do Recanto das Emas e o vendeu para comprar um quiosque na Candangolândia – DF para trabalhar e, atualmente, tem um reboque onde vende sanduíches. Francisco não concordou com a venda de tal lote e, por ignorância, passou o lote onde reside atualmente (quadra 804 do Recanto das Emas) para seu irmão.”

“Ruth [...] esclareceu-nos que, desde que vendeu um lote em Santa Maria, para montar um bar, que nem chegou a existir, tendo desistido da idéia porque seu esposo, Nelson, bebia muito, a convivência em sua casa está muito difícil. Então resolveu colocar anúncio no jornal para vender a casa do Recanto das Emas e se separarem [...]. No dia do fato, chegou embriagado, dizendo que ‘não queria se separar nem vender o lote, que, caso acontecesse, a mataria, mataria a polícia e o juiz se fosse necessário’ [...]. Nelson [...] esclareceu-nos que sua esposa Ruth vendeu um lote em Santa Maria sem conversarem, e sem o seu conhecimento ela depositou a quantia de 20 mil reais, referente à venda, na conta do irmão dela, Ailton, gastando também sem seu consentimento 5 mil reais [...].”

Nesta última seção, temos dois casos que apresentam diversos pontos presentes nas situações anteriormente abordadas, e que sintetizam um ponto fundamental para a compreensão da importância do lote na vida dos moradores do Recanto das Emas. Destaca-se, nesses dois depoimentos, *a imediata capi-*

talização financeira do sujeito que recebe um lote do governo. Em ambos os casos, vemos o lote sendo convertido, após sua venda, em meios para trabalhar: um quiosque, um reboque, um bar.

O Estado, para a conformação do futuro Distrito Federal, tomou para si uma extensão de terras que, convertidas em assentamentos, permitem hoje uma espécie de “acumulação primitiva” para todos que “ganham” o seu lote (Marx, 1986). O lote que possuía na quadra 116 do Recanto das Emas permitiu a Ivaneide comprar um quiosque para trabalhar. O marido dela “não concordou com [essa] venda”. Depois disso, Ivaneide e seu marido “adquiriram uma casa”, onde “residem atualmente”, na quadra 804 do Recanto das Emas. No entanto, seu marido, “por ignorância, passou [esse] lote” “através de procuração, sem seu consentimento” para um parente seu.

Ivaneide não quer se separar do marido, nem vender o lote, quer apenas, com sua denúncia, declarar que a casa onde vive pertence ao casal e não ao irmão de seu marido. Ruth também não conversou com seu marido quando decidiu vender seu lote em Santa Maria. Embora quisesse “montar um bar”, como o fez Ivaneide, Ruth desistiu “da idéia porque seu esposo, Nelson, bebia muito”. Em vez de converter a soma auferida com a venda em um bom negócio, segundo Nelson, Ruth acabou gastando o dinheiro “sem seu consentimento”. O conflito atual entre Ruth e Nelson diz respeito à venda da casa do Recanto das Emas: Nelson, sem ter visto a cor dos “20 mil reais, referente à venda” do lote em Santa Maria, depositados “na conta do irmão” de Ruth, ameaça matá-la se, desta vez, ela “vender o lote” em que vivem.

O lote no centro da vida

Os relatórios da delegacia de polícia, mesmo em seu conjunto, não constituem um painel das práticas delinquentes nessa cidade. Pelo contrário, os próprios policiais, sabendo disso, advertiram-me acerca do caráter parcial daquele material, em especial as agentes que trabalhavam na seção da delegacia dedicada às mulheres. Segundo essas funcionárias, uma parcela ínfima (que elas jamais saberiam precisar) da população costumava vir espontaneamente à delegacia fazer denúncias. Na verdade, só estava registrado aquilo que fora apurado e/ou denunciado. Logo, o material aqui analisado, sendo exclusivamente dessa ordem, não se pretende uma síntese quantitativa do que se passa no Recanto das Emas. Trata-se bem mais de uma seleção que percebi como significativa, após haver conhecido situações semelhantes em outros momentos do trabalho etnográfico. A recorrência de um mesmo tema, que é o lote, permite que esses diferentes casos possam figurar neste capítulo como emblemáticos do modo

de vida local.

No Recanto das Emas, durante o período do trabalho de campo lá realizado, o lote foi se revelando, ao lado de outros lugares-eventos, como uma categoria-chave para a compreensão das possibilidades classificatórias nativas. Se, ao pronunciar-se em relação a algum evento, o morador do Recanto das Emas lança mão do lote, nestes seus enunciados temos acesso a declarações que indicam as posições desse indivíduo no mundo social por onde circula.

Cada referência específica ao lote, e aqui temos vários tipos delas, demonstra que o mesmo está no centro da vida no Recanto das Emas, tanto como causa dos conflitos quanto como modo de expressá-los. Se há essa presença do lote na linguagem local, se as pessoas fazem e falam do lote dessa maneira, é porque o lote é um símbolo compartilhado por todos, uma crença comum. A compreensão de um fenômeno como este, espreado e ao mesmo tempo central na vida local, só se fez possível mediante o trabalho etnográfico desenvolvido *sobre* um lote. Com isso, quero dizer que, se o lote figura nas formas locais de classificação – de conflitos, parentesco, economia ou política, por exemplo –, isto se deve ao fato de as pessoas estarem *vivendo em lotes*. Logo, o trabalho de campo, de forma mimética, construído no Recanto das Emas, quer na delegacia de polícia quer na casa de alguém, permitiu-me compreender a magia do lote, isto é, o fato de ele existir nas consciências porque existe no mundo, como ação.

Notas

¹ Como não há uma delegacia de mulheres na cidade, o delegado local acredita que uma sala da delegacia disponibilizada especialmente para elas minimize um pouco o “constrangimento intrínseco” ao ato de fazer uma denúncia ou prestar um depoimento.

² Conforme a matéria “Uma delegacia do futuro” publicada em *Tribuna Policial “on line”* (http://www.sinpoldf.com.br/TP_1001/p13.htm).

³ O próprio ato de contar o que aconteceu exige uma objetivação não só do passado, mas também da própria posição que se tinha no acontecimento narrado. A esse respeito, ver Daniel (1996), Bourdieu (1997) e Sayad (1998).

⁴ Adiante temos o caso de Vânia, que “vai retirar a queixa porque seu marido lhe pediu [...] que não quer confusão, está gestante e precisa de sossego”.

⁵ Em um universo em que o recurso à escrita é pouco comum, esses documentos adquirem um valor distinto, tendo em vista a raridade com que se registra no papel relações triviais que os indivíduos mantêm entre si. Em outro contexto, Sayad analisa cartas de argelinos migrados. Este autor toma tais documentos como o fiel da balança em que se equilibram as agruras e os sonhos vividos por quem migra e por quem fica à sua espera (Sayad, 1998:136)

⁶ Assim como Cláudia, muitos agentes dessa delegacia lançam mão de termos jurídicos em seu cotidiano. Cláudia e outros somam a essa experiência diária na delegacia uma graduação em Direito. A categoria “posse precária”, assim como outras, transita entre sua dimensão conceitual jurídica e sua denotação particular expressa nos diferentes casos e depoimentos do Recanto das Emas. Assim, posse precária não é apenas um conceito que sintetiza o processo de ocupação ilegal e juridicamente inócua do lote. A categoria *posse precária*, no discurso dos policiais, serve ainda para designar situações de precariedade que estão para além do mero trâmite entre posse e propriedade.

⁷ Escrevo em itálico o que foi retirado de entrevistas dispostas no texto de Machado e Magalhães (1998) e entre aspas simples as palavras das autoras.

⁸ *The doctrine of chances* (1878).

⁹ *How to make our ideas clear* (1878).

¹⁰ Lugar-evento analisado no Capítulo 1.

¹¹ Como tratado no Capítulo 1.

¹² A esse respeito, retomo a analogia estabelecida por Peirano entre a noção de “força ilocucionária” de Austin e o princípio de “transferência” na magia formulado por Mauss (Peirano, 2002b:14).

¹³ Ver <http://www.seduh.df.gov.br/politica/politica.htm>.

¹⁴ Certa vez, sugeri a Leca que fosse ao escritório da CAESB (Companhia de Águas e Esgotos de Brasília) protestar contra o corte de sua água. Discutimos se ela deveria ir acompanhada de seus filhos, ou seja, levando consigo quem mais estava sofrendo com a falta d’água: as crianças. Leca protestou veementemente contra minha idéia, que lhe pareceu estapafúrdia – afinal, ela jamais iria a lugar algum com seus filhos sujos.

¹⁵ Ver Capítulo 1.

¹⁶ Conforme o relato de dona Rosa no Capítulo 2.

¹⁷ Não são apenas pessoas da família nuclear ou extensa que são nomeadas como “parentes”. Para um estudo precursor na sistematização da oposição entre consangüíneos e afins como matriz classificatória dos “parentes” ou família, ver especialmente Fonseca (1987). Marques (2002) apresenta uma etnografia de atos violentos vividos como procedimentos e assuntos de família. Nestes dois trabalhos são analisadas situações etnográficas diversas, em que a “ameaça de morte” assoma como um tema do qual as famílias ou parentes são extremamente ciosos.

¹⁸ A revista *Isto é* publicou (no nº 1654) uma matéria sobre a ida do governador Joaquim Roriz aos Estados Unidos para apresentar o “projeto de moradia popular do DF” (em Nova York, junto à ONU) e “confirmar um empréstimo de 130 milhões de dólares” (em Washington, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento). O texto fazia alusão às possíveis razões que motivariam os programas habitacionais do governo a beneficiarem preponderantemente às mulheres: “O governo não dá casas de graça. ‘Fazemos a escrituração de lotes, e as famílias constroem a seu gosto. Existem vários projetos arquitetônicos

que podem ser copiados. O que verificamos é que a população se esforça para construir a moradia de seus sonhos de modo caprichado’, diz Roriz. Imagina-se que o progresso na forma e função dessa arquitetura popular seja incentivado pelas donas-de-casa. Por isso, *a maioria dos títulos de propriedade é passada às mulheres. ‘Elas obrigam o marido a trocar a cerveja no bar por um saco de cimento para melhorar a casa’, diz Roriz.*” (ver http://www.terra.com.br/istoe/1654/brasil/1654_com_teto_em_brasilia.htm).

¹⁹ O próximo capítulo analisa um caso desses.

Tempo de Brasília

Antonádia: E como é que vocês conseguiram esse lote aqui?

Seu Vitória: Ela [a esposa] fez a inscrição em Brazlândia.

Antonádia: Como é que foi a inscrição, dona Maria?

Dona Maria: A inscrição foi assim: eu sempre ia a Brazlândia porque nós tínhamos boteco, e eu tinha que ir lá pra comprar pinga... sempre ia buscar alguma coisa pra suprir a vendinha.

Tinha um guarda, nem lembro o nome dele, era o guarda do CDS [Centro de Desenvolvimento Social]. Sempre nós íamos no ônibus juntos... Eu saía da minha casa e tinha de andar 40 minutos na estrada de terra pra pegar o ônibus pra conseguir chegar a Brazlândia... coincidia de eu ir com ele... Um dia eu ia passando na rua e ele chamou: *Ô dona Maria, ô dona Maria!*... Fui lá ver o que ele queria. *O que foi seu Zé?* Ele falou assim: *Olha, amanhã vai começar a inscrição de lote, vem aqui pra senhora pegar a senha e pode vir bem cedo porque vai amontoar de gente.* Cheguei em casa e contei pra ele [para o marido]. E ele: *Você vai? Eu tenho a minha inscrição, mas nunca saiu nada mesmo.*

Aí eu levantei, fui no primeiro ônibus que tinha, 5 horas da manhã. Fui a primeira. Cheguei lá, fiz a inscrição. Depois, passou uns tempos: *tem que renovar a inscrição.* Fui. Conversei com a mulher [do CDS] e ela me disse: *Se eu fosse você, eu tirava o seu cônjuge. Você tira o cônjuge e deixa só as crianças, porque fica mais fácil pra você ganhar.* Eu fui e eliminei ele. Tirei ele fora... quer dizer, eu fiquei sendo mãe solteira e sem marido... Sempre que era pra renovar eu corria atrás e renovava. Um dia, vim dar uma passeada aqui na Samambaia, porque tem uma irmã dele [do marido] que mora aqui. Ela falou assim: *Maria da Glória do céu, eles estão transferindo lote, fazendo transferência de inscrição ou*

pra Santa Maria, ou pra Samambaia, ou pro Recanto das Emas, que eu nem sei onde é. Eu respondi: *o quê?* Eu nem fiquei direito na casa dela. No outro dia cedo, eu me mandei pra casa, falei pra ele [para o marido] e ele: *Você vai de novo?* No outro dia de manhã, 5 horas da manhã, corri lá, na antiga SHIS, que agora é IDHAB. Quando cheguei lá – 8 horas abriu a porta –, o guarda perguntou: *O que a senhora deseja?* Eu falei: *vim pra fazer transferência de inscrição.* Aí ele disse: *só 2 horas da tarde.* Eu respondi: *o quê?* Eu com as minúsculas moedinhas na mão, porque o dinheiro pra pagar a passagem era de vale-transporte. Eu acho que eu não tinha 20 centavos na mão. Eu pensei: *agora lascou, vou morrer de fome.* Rodei então lá na W3 sul [avenida do Plano Piloto onde fica a Secretaria de Habitação], e achei uma padaria onde comprei um pão e fiquei lá, de castigo, até as 2 horas da tarde. Aí foi amontoando gente, foi amontoando gente. Quando chegou a minha vez, eu falei pra moça: *tem pra Samambaia?* Intentando que eu vou ficar perto da minha cunhada. *Samambaia não tem mais não. Mas tem Recanto das Emas e Santa Maria.* Eu ficava cismada com Santa Maria. *Santa Maria não quero não.*

Antonádia: Por que?

Dona Maria: Num sei, eu não queria Santa Maria.

Seu Vitório: E ela não sabia do Recanto das Emas.

[...]

Dona Maria: Eu nem conhecia o Recanto, menina.

Seu Vitório: Eu falei pra ela: *Olha, você faz essa transferência pra Santa Maria, que seja pra onde for, mas faz a transferência. Se você chegar aqui sem essa transferência, nós vamos brigar.* E ela: *Eu, pra Santa Maria, eu não quero...*

Antonádia: O senhor queria pra Santa Maria?

Seu Vitório: Eu, uai, eu queria que fosse pra qualquer lugar.

Dona Maria: Ah, você pensou que eu não ia querer?!

Seu Vitório: Você já imaginou se ela não fizesse, se fosse pra Santa Maria e ela não fizesse? Quando ela chegou em casa e disse: *eu consegui fazer*

pro Recanto das Emas, não sei onde é. Eu falei: *Graças a Deus.*

Dona Maria: E você sabia onde era?

Seu Vitório: Não...

[...]

Dona Maria: Aí, toda vez que falavam: *Roriz vai entregar lote no Recanto*, eu me deslocava de pra lá de Brazlândia e vinha. Tirava uma xerox da inscrição, entregava, dava um jeitinho, punha na mão da secretária. Acho que eles enjoaram de tanto eu ir à SHIS e correr atrás deles. Acho que eles enjoaram: *Não, dá logo a essa mulher, pra ficar livre dela logo.*

Antonádia: Aí um dia saiu o seu nome...

Dona Maria: Não é que saiu o nome no jornal! Mais ou menos eu já sabia. Uma vizinha lá falou assim: *Como é que cê chama? Eu chamo Maria da Glória Alves do Nascimento.* Ela falou: *Não, Maria da Glória Alves (lembra, eu não era casada...).* *Meu pai falou que saiu a inscrição de lote, tem tanta Maria da Glória.* Eu pensei então: *Tenho fé em Deus que um é meu.* Fiquei torcendo sem saber. Olha que eu já me arrepio de nervoso [mostra o braço arrepiado]. *Meu Jesus vai abençoar que o meu lote tá lá.* E nisso tem uma pessoa – que até é compadre da gente – tão assim desinteressada – eu fiz tudo pra ele fazer a inscrição e ele não quis –, que diz que lote saía só pra rico. Eu falei: *Eu tenho fé em Deus, eu não sou rica, mas vou conseguir esse lote...* Eu fui naquela expectativa: *Eu não sei não, mas eu acho que o meu nome tá nesse jornal.*

Seu Vitório: Eu comprei o jornal.

[...]

Dona Maria: Quando ele chegou lá em casa, eu fui abrir a porta e lembrei: *Meu Deus.* Ele falou: *É, danada!* Eu respondi: *O que foi? O lote saiu!* Aí, eu chorei. Chorei de alegria: *Não acredito.* E peguei meu marido e saí nas carreiras, no escuro, saí atropelando os paus, corri lá nesse compadre meu e falei assim: *Compadre, eu não te falei? Que o lote não sai só pra rico? Eu sou pobre e ganhei, graças a Deus.* E voltei correndo. No outro dia já vim, não, no outro dia não. Eles marcaram uma semana depois pra vir ver, sabe? Receber a inscrição, receber o papel, a documentação, pra

ter a posse.

Seu Vitório: No dia 14 de abril saiu no jornal, no dia 21 nós viemos aqui pra ver o lote.

Antonádia: Em que dia vocês se mudaram pro lote?

Dona Maria: No dia 21 a gente já veio de mudança. Pagamos, fizemos um frete de uma Brasília.

Antonádia: Dia 21. Vocês ficaram aqui, construíram...

Seu Vitório: Dia 21 nós saímos de lá e eu vim pra cá. Capinando e morando por aqui, mas a mudança mesmo só depois.

Dona Maria: E o medo? De alguém vir e entrar no lote? Porque tava uma invasão desgraçada.

Em nossa conversa, seu Vitório lembrou ainda que nos primeiros meses em que esteve acampado no seu lote, capinou e fez fossa para os vizinhos. Com o tempo, essa atividade se esgotou e com os “500 cruzeiros” que conseguiu ganhar comprou “pinga, uns doces e seis copos”. Onde nada havia, com a ocupação dos lotes, começaram a aparecer os primeiros fregueses para a sua nova “vendinha”¹. A pinga ia acabando e ele “corria pra comprar mais”. Aos poucos começou a cortar cabelo – “embaixo de qualquer sombra aí, eu cortava cabelo”. Os filhos e dona Maria, ele os visitava em “pra lá de Brazlândia”, no fim de semana, “de pés”.

A teoria nativa sobre o lote

No Recanto das Emas, como procuro demonstrar, a vida está eivada de índices que nos remetem à prática governamental nomeada oficialmente como “política habitacional”. Quando perguntadas sobre o lote, pessoas como dona Maria e seu Vitório nos respondem com uma verdadeira carta de navegação social. Acredito que crônicas como a desse casal sirvam para revelar não apenas a quem pergunta, mas também a quem responde, o itinerário que se percorreu até chegar a esse lugar-evento por excelência que é o “tempo de Brasília”. Por isso, nesse aspecto, o itinerário conscientemente recuperado no momento da entrevista (somado às inúmeras outras concedidas à burocracia oficial) acaba

sendo também um “itinerário epistemológico” (Sayad, 1998:15), no qual “o informante produz o próprio modelo do mecanismo segundo o qual se reproduz” (1998:44).

A compreensão desse “mecanismo” por parte dos moradores do Recanto das Emas, como dona Maria e seu Vitório, não é de uma falácia *post hoc*². Os eventos rememorados com ênfase não estão concatenados daquela maneira por acaso. Ao recuperar os passos de sua peregrinação em busca de um lote, este casal sublinha categorias e procedimentos que estão difundidos horizontal e verticalmente (se nos é permitida essa analogia tridimensional do espaço social), isto é, não apenas entre os moradores do Recanto das Emas, mas também entre os agentes do governo, que os transmitem às pessoas comuns.

A forma com que dona Maria dispõe os fatos passados obedece a um conjunto de pressupostos próprios da linguagem política local, conhecida de todos – até mesmo daqueles que se recusam a trilhar esse caminho (como seu “compadre desinteressado”). As madrugadas nas filas, o cadastramento, a atualização periódica do cadastro, o conhecimento gradual das variáveis que “pesam” na fórmula que calcula a pontuação do candidato, a adequação entre os dados de que se dispõe e aqueles que devem ser apresentados ao governo, a procura de documentos que registrem a veracidade do que é declarado, a angustiante espera pela contemplação, intercalada por frustradas espiadelas no *Diário Oficial* e nos jornais, enfim, o nome na lista – a emoção inenarrável dessa experiência –, a ocupação do lote, a construção de um barraco e, mais uma vez, a espera pela escritura.

Seu Vitório e dona Maria moravam “pra lá de Brazlândia”, em uma região de chácaras. Nesse local, além de tomarem conta do sítio de um conhecido, eles mantinham uma “vendinha”. Dona Maria e seu Vitório moravam de um modo distinto daqueles que vimos até agora. Eles não estavam em uma invasão, não pagavam aluguel e também não viviam com parentes. Eram sim agregados rurais na região do “entorno”, em um lugarejo que fica no estado de Goiás e que faz limite com o Distrito Federal. De sua antiga casa, dona Maria “tinha de andar 40 minutos na estrada de terra pra pegar o ônibus pra conseguir chegar a Brazlândia” (cidade do Distrito Federal). No entanto, mesmo afastado do Distrito Federal, em uma situação de moradia peculiar, esse casal, que vivia há décadas nas imediações de Brasília (ela vinda de Minas Gerais e ele de Goiás), não perdeu o contato com “terceiros” (o guarda do CDS, a cunhada que mora em Samambaia), o que permitiu um convívio estreito com o governo e sua política habitacional.

Constata-se pela narração de dona Maria e seu Vitório que, literalmente, muito chão foi percorrido até que eles conseguissem sua moradia no Recanto

das Emas. Seu Vitório inscreveu-se para ganhar um lote antes mesmo que sua mulher, “mas”, para ele, “nunca saiu nada”. Mesmo sem predileção por local, muito provavelmente seu Vitório jamais tivesse conseguido um lote. O mesmo critério que fez com que ele despencasse na classificação da “antiga SHIS” alçaria dona Maria à condição de beneficiária do governo. Como vimos anteriormente, uma mulher solteira, mãe de alguns filhos, com todos os seus documentos transferidos para o Distrito Federal e com meios de comprovar o seu “tempo de Brasília” reunia em si as condições ideais para “merecer” um lote.

Eles poderiam ter demorado muito mais para perceber essa sutileza classificatória do governo se, no mesmo lugarejo onde viviam, não morasse também um guarda que trabalhava no CDS, o qual avisou dona Maria quando iria “começar a inscrição do lote”. O CDS, subordinado à Secretaria da Ação Social (anteriormente de “Serviços Sociais”), era um dos órgãos envolvidos no cadastramento de famílias que *se inscreviam para um lote*. Essa imbricação entre as secretarias de governo social e habitacional existe ainda hoje, inscrita que está em uma concepção de política pública em que a habitação é tratada como uma “questão social”³. No relato de dona Maria vemos o guarda como um mensageiro, cujo sinal marcou o início de uma real peregrinação dessa senhora em busca do seu lote. Atenta às dicas que lhe chegavam através de terceiros, ela não perdeu nenhuma oportunidade de reiterar ao governo o seu propósito de ganhar um lote: “Sempre que era pra renovar eu corria atrás e renovava.”

Finalmente, certo dia, dona Maria conversou com uma funcionária, que lhe sugeriu uma notória forma de aumentar sua pontuação: “Você tira o cônjuge e deixa só as crianças, porque fica mais fácil pra você ganhar.” Ela alertava dona Maria para uma das variáveis que compunham a equação de pontuação dos inscritos: “nível salarial, número de dependentes, tempo de residência em Brasília, condição de ocupação da moradia, idade do cadastrado e, por fim, especificidades sociais” (Gonçalves, 1998:101).

As “especificidades sociais”, devidamente manejadas, podiam acelerar muito o processo de quem aguardava ser contemplado com um lote. No Recanto das Emas, em tom de pilhéria, de admiração ou mesmo de revolta, pipocavam aqui e ali, nas conversas do dia-a-dia, comentários sobre alguém que conseguiu reunir provas que “felizmente” o ajudaram a ganhar um lote ou, quando a pessoa contemplada não era benquista no círculo de conversas, como alguém que “mentia” pode ter alcançado tão facilmente um benefício que deveria ser concedido a quem verdadeiramente necessitava. Se lembrarmos do conflito entre vizinhos relatado no capítulo anterior, mesmo que a utilização de vários subterfúgios possa ser considerada legítima no processo de conquista de um lote, certas pessoas são desprezadas por suas “mentiras”. A desqualificação

nesse caso não se deve ao repúdio universal à mentira, mas ao pouco prestígio social de quem recebeu o lote e não soube replicar essa dádiva.

O tipo de notícia que dona Maria recebeu diretamente de sua cunhada (“eles estão transferindo lote”) chega aos ouvidos dos interessados de diversas formas. As mais corriqueiras, além do jornal e do rádio (que todas as manhãs ecoa nos lares da cidade anunciando os feitos e atos de governo)⁴, eram os próprios atos de governo. Seja nas solenidades (como a “assinatura do asfalto”), seja em eventos cotidianos (como a fila para a entrega do pão e do leite, a fila do banco para o recebimento de um benefício ou a fila para uma audiência com o administrador da cidade), informações como estas eram transmitidas aos presentes, os quais, por sua vez, se encarregavam de as propagar pelo Recanto⁵.

Cabe destacar que, a cada inflexão nos procedimentos relativos à obtenção de um benefício, se faz necessário o contato pessoal entre quem o demanda e os agentes do governo. É preciso que ambos se encontrem, sendo que os demandantes devem portar os documentos comprobatórios do que declaram. Por isso dona Maria se deslocava para o Plano Piloto, pois é no Setor Comercial Sul, “lá na W3 sul”, que se localiza o centro das decisões, a “antiga SHIS, que agora é IDHAB”.

Note-se, ainda, a partir do conjunto de detalhes fornecido por dona Maria e seu esposo, o intrínseco embaraço a que se submetem os que “enfrentam uma fila pública”, pois esta, “além de um mecanismo de controle de fidelidade política, transformou-se, em certos lugares, em uma espécie de divertimento cruel para muitos” (Palmeira, 1997:165). Quem entra na fila, de certo modo, aposta (1997:163), contrapondo-se, sobretudo, à opinião alheia (Bailey, 1968), como foi o caso de dona Maria, sintetizada em seu “compadre desinteressado”. Assim, se quem recebe um lote demonstra que “teve razão” em fazer tal aposta, quem tarda a ser contemplado se torna objeto de chacota entre “amigos”⁶.

Por isso, também, ao descreverem aquele árduo dia, dona Maria e seu Vitório debatem sobre a “escolha” da cidade para onde transferiram sua inscrição, sem revelarem, no entanto, se a inscrição inicial os destinava a alguma cidade em especial. A “moça” do IDHAB apresentou-lhes as cidades criadas pelo *programa de assentamento para população de baixa renda*. Dona Maria “cismou” com Santa Maria e transferiu sua inscrição para o Recanto das Emas. No relato do casal, essa decisão toma as feições de uma escolha, uma espécie de idiosincrasia a que se permitiram diante de um contexto pleno de constrangimentos exteriores⁷.

Dona Maria reitera que em diferentes atos de governo Joaquim Roriz expressava seu comprometimento pessoal com a distribuição de lotes para a população do Distrito Federal. Atenta às peregrinações do governador, se

“deslocava de pra lá de Brazlândia” até a SHIS, “tirava uma xerox da inscrição, entregava, dava um jeitinho, punha na mão da secretária”. O procedimento de dona Maria mostra a eficácia de todos os papéis que “punha na mão da secretária”, papéis nos quais constavam o seu nome e o seu número de inscrição, isto é, a senha que dava acesso ao cadastro do IDHAB, em que estavam todos os dados da pessoa inscrita para receber um lote.

Segundo ela, os funcionários do IDHAB “enjoaram” daquela chateação. Lembro que não consegui cogitar, nas minhas primeiras idas ao Recanto das Emas, da força daqueles papelinhos. Revelando muito sobre pessoas como dona Maria, o conteúdo desses papéis aludia também aos critérios adotados pelo governo para classificar a população, tendo em vista a doação de um bem raro e vital como o lote. Além do sentido mais referencial de um cadastro, que é agrupar e classificar um conjunto de pessoas, aos poucos fui percebendo que havia no Recanto outros usos possíveis para esse tipo de registro. Tive contato com essa prática – de andar com um papel nas mãos como prova de seu “tempo de Brasília” e, conseqüentemente, de seu direito a um lote – já nos meus primeiros dias no Recanto das Emas, tal como descrito no Capítulo 1.

Sem saber da eficácia exata do papelzinho, além de “correr atrás” dos funcionários do governo, dona Maria permanecia atenta a qualquer dica que envolvesse a distribuição de lotes e, especialmente, às listas de contemplados veiculadas nos jornais locais. Porém, como era analfabeta, foi por intermédio de seu marido que ela soube da boa nova. Quando se recordava daqueles momentos, “se arrepiava”, revivendo de certo modo a sensação experimentada na época. Parte de sua alegria revelou-se na possibilidade de *correr lá no seu compadre desinteressado* e declarar: “Compadre, eu não te falei? Que o lote não sai só pra rico?”. Ter o lote, como vimos, permite o exercício da dádiva. No caso de dona Maria, ter “um lugar para morar que fosse seu” significou a possibilidade inclusive de poder “dar satisfação” (Elias, 1997; Ziebura, 1992), ou seja, além de ter o lote, a partir daquele momento ela também demonstrava que, ao contrário do que supunha seu compadre, ela tinha razão.

Depois da publicação de seu nome (“Maria da Glória Alves, eu não era casada”), não tardou para que dona Maria recebesse “o papel, a documentação, pra ter posse”⁸. O automóvel Brasília no qual trouxeram sua parca mudança alude à própria capital federal, também fundada em um 21 de abril longínquo, em 1960. O lote recebido pelo casal contemplou a vontade de ambos: a casa fica em uma rua e, dobrando a esquina, entra-se na barbearia de seu Vitório. Como vimos, quando vieram para o Recanto, qualquer “árvore” fazia as vezes de barbearia para seu Vitório, e o barraco onde hoje vive sua filha, nos fundos do lote, abrigava toda a família. Dona Maria deseja agora terminar sua casa:

“Deus permita que eu tenha uma casa boa, bonita, com as minhas coisas bem bonitinhas. Porque o meu sonho é ter as coisas bem bonitinhas”⁹.

Passos vivos da engenharia social

Vários órgãos do governo têm diferentes graus de envolvimento com o “planejamento territorial e o desenvolvimento urbano do Distrito Federal”. Dentre esses, é possível relacionar alguns, como a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), a Secretaria de Estado da Ação Social, a Secretaria de Estado de Solidariedade, a Secretaria de Assuntos Fundiários, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a Secretaria de Estado de Infra-estrutura e Obras e a Secretaria de Gestão Administrativa (à qual está subordinado o Serviço de Vigilância do Solo, vulgo SIV-SOLO, dotado de poder militar).

Cada Secretaria, por seu turno, fragmenta-se institucionalmente em ramos cujos campos de atuação são específicos. No dia-a-dia dos moradores do Recanto das Emas essa teia burocrática de órgãos públicos especializados pode ser notada, por exemplo, pelo uso recorrente de acrônimos, como vemos nas palavras de dona Maria (e.g. CDS, IDHAB, SHIS).

O conjunto de siglas acionado no discurso de uma pessoa é um indicador do tipo de relacionamento que esta mantém com o Estado. Como as políticas habitacionais e assistenciais mudam recorrentemente, em geral nas trocas de governo, a cada transformação novas configurações (organogramas) de Secretarias e Subsecretarias são arranjadas e novas siglas criadas. Logo, ao observarmos que siglas cada morador utiliza, percebemos em que corredores da burocracia essa pessoa costuma andar, quais os processos que está encaminhando e há quanto tempo trilha esse percurso.

Alusões ao IDHAB como o órgão com o qual se deve tratar de assuntos relativos ao lote apontam para um relacionamento recente (de no máximo uma década) entre a pessoa e o governo, visto que o IDHAB tomou o lugar e as funções da SHIS, extinta em dezembro de 1994. Nomear o órgão responsável por questões relativas ao lote como “antiga SHIS” costuma ser, por outro lado, um bom índice de uma longa estada em Brasília e de um árduo combate contra a fome burocrática por documentos comprobatórios do “tempo de Brasília” – como pudemos ver no caso de dona Maria e seu Vitório.

A SHIS “iniciou suas atividades em 1962 [dois anos após a fundação da capital] sob a Razão Social de Sociedade de Habitações Econômicas de Brasília Ltda. (SHEB), tendo sua estrutura reformulada pela Lei nº 4.545, de 10/10/64”,

sendo extinta em dezembro de 1994, quando foi criado o IDHAB¹⁰. Em um dos governos de Joaquim Roriz (em junho de 2000, nos primeiros momentos do meu trabalho de campo) ocorreu uma nova modificação: o IDHAB deixou de existir e o seu papel passou a ser desempenhado por Subsecretarias subordinadas à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Governo do Distrito Federal (SEDUH): SUDUR (Urbanismo e Preservação), SUMOR (Promoção à Moradia) e SUPIN (Política Urbana e Informação).

Entre 1988 e 1994, quando dona Maria e seu marido receberam seu lote no Recanto das Emas, houve a “distribuição de lotes semi-urbanizados”¹¹ em diversas outras cidades, estabelecidas no âmbito do “Programa de Assentamento de Populações de Baixa Renda” implantado pelo governo do Distrito Federal. Como “o Recanto das Emas foi criado em 27 de julho de 1993 pela Lei nº 510/93 e o Decreto nº 15.046/93”¹², os primeiros moradores da cidade haviam sido cadastrados pela SHIS, enquanto os que chegaram nos anos seguintes passaram a se relacionar com o IDHAB (caso de dona Maria).

Houve apenas uma ocasião ao longo de todo o meu trabalho de campo em que alguém me falou da SUMOR (o nome atual do órgão) em vez de IDHAB ou SHIS. Tratava-se de um jovem que pleiteava um lote de uma forma até então pouco usual, recém-criada pelo governo, que são as “associações solidárias” (cooperativas). Durante a nossa conversa na sala de espera da Administração Regional, onde aguardam todos os que querem uma audiência com o administrador da cidade, esse jovem declarou que fazia parte de uma cooperativa habitacional e que jamais se inscrevera no IDHAB ou, em suas palavras, não se cadastrou na “lista limpa”. Em todas as outras conversas em torno desse mesmo tema, o IDHAB era constantemente aludido. Essa referência quase universal ao Instituto indicava que meus interlocutores eram inscritos no CIDHAB (cadastro do IDHAB, hoje chamado de cadastro oficial da SEDUH).

O governo atual define, ainda, outros sujeitos como “clientela” de sua “política habitacional”:

- os servidores civis e militares;
- os pioneiros ou filhos de Brasília;
- os moradores de habitações subnormais; e, por fim,
- as associações solidárias (como a “cooperativa” de que faz parte o jovem rapaz citado acima).

Podemos perceber nessa classificação uma referência tácita ao “tempo de Brasília” como princípio organizador da distribuição de lotes no Distrito Federal, a ponto de, no extremo desse espectro de beneficiários, termos aqueles que não precisam comprovar seu “tempo de Brasília”, justamente porque estão em Brasília desde a sua gênese, isto é, são *pioneiros*¹³ que “nasceram” com a

cidade ao mesmo passo que a viram “nascer”, e os *filhos de Brasília*, ou seja, aquelas pessoas que nasceram na capital federal¹⁴.

No Recanto das Emas também foram construídas habitações para servidores públicos, uma outra categoria presente no esquema classificatório do governo distrital imbricada na própria sociogênese de Brasília como capital administrativa do país. Assim, há a quadra dos bombeiros, a quadra das enfermeiras, entre outras. Em uma entrevista que fiz com o comandante do Corpo de Bombeiros do Recanto das Emas, entrei em contato com uma interpretação particular acerca da razão de ser dessa divisão do mundo. Esse senhor tecia algumas críticas ao governo e, dentre estas, sugeria que a distribuição de casas para sua categoria profissional era uma espécie de presente de grego. Para ele, somada à estabilidade no emprego, a “casinha” significava uma amarra a mais na vida do funcionário público, que, “preso”, se sentiria ainda grato pelo teto que lhe fora doado e, por isso, seguiria votando nos deputados que se gabavam de “valorizar” os militares com aquele tipo de projeto. O comandante, por essas razões, preferiu alugar uma casa na cidade vizinha, Samambaia, do que morar nas estigmatizadas “casinhas”.

Os chamados “moradores de habitações subnormais” (ou “população necessitada de reassentamento por se inserirem [*sic*] em situação de calamidade social”¹⁵) são aqueles usualmente denominados de invasores. O invasor, para ser contemplado com um lote “semi-urbanizado”, precisa comprovar seu “tempo de Brasília”, mesmo que, paradoxalmente, existam disposições legais que prevejam a exclusão do nome de invasores do cadastro do IDHAB (tendo em vista que “invadir” é um ato ilegal). Por isso, podemos dizer que, ao menos formalmente, o atributo *subnormal* se deve menos à qualidade da moradia atual daquele que demanda um lote (ambos, invasor e cadastrado, podem viver em barracos semelhantes) e mais à sua condição legal (fora das normas). Quem espera por um lote estando inscrito na lista do IDHAB de forma legal (por isso chamada de “lista limpa”) costuma morar em um barraco no lote de alguém ou pagar aluguel no lote de outra pessoa. Já o invasor, estando em uma área verde, no cerrado, embaixo da ponte ou em uma casa ocupada, encontra-se, de qualquer forma, em situação ilegal do ponto de vista do Serviço de Vigilância do Solo.

Nesse *continuum* temos, por fim, o jovem de quem eu falava, ou dona Rosa, com quem morei, citada anteriormente, que, embora vivam em casas alugadas, dispõem de um rendimento que lhes permite pagar sua contribuição mensal para a associação, a qual, por sua vez, faz uma *demandação coletiva*. Quando um conjunto de lotes é destinado a uma associação solidária, os “associados” devem dispor de parte do dinheiro necessário à construção da casa. O restante é financiado pelo governo, por via da Caixa Econômica Federal, devendo ser

pago ao longo de alguns anos, por meio de prestações proporcionais à renda da família beneficiária. Quem integra uma associação solidária, portanto, muda-se para uma casa pronta, construída em um local onde há saneamento básico e energia elétrica.

É preciso enfatizar que não necessariamente essas pessoas conseguem construir uma casa nos moldes exigidos. Mediante a análise de outros casos, percebemos que, sem cumprir seus compromissos legais (ao não construírem a casa tal como planejado), os beneficiários desse tipo de projeto deixam espaço para uma investida posterior do governo em seus domínios. Sempre que algo fica inconcluso, faz-se notar a falta do governo. E isso é bom para o governo, especialmente nesses casos, em que o projeto não chega ao fim porque o que não foi feito se deve a uma falha dos beneficiários, que não cumpriram o acordado. O governo exime-se, então, da responsabilidade de levar a cabo plenamente seu intento urbanizador, tendo sempre a possibilidade de retornar para fazê-lo¹⁶. Com essa dinâmica, evidencia-se mais uma vez o tipo de relação existente entre o governo e a população local, em que para continuarem se relacionando e dependendo mutuamente, nenhuma das partes cumpre completamente o que prometeu.

A magia da fórmula

A construção de Brasília, bem como sua ocupação, foi regulamentada pelo Estado. Em 1956, antes da inauguração da futura capital federal, a Novacap já se dedicava à “venda de lotes” no Planalto Central e à locação de moradias no Plano Piloto.

Sob diferentes pontos de vista, muito já foi escrito sobre esse empreendimento do Estado brasileiro¹⁷. No entanto, em função do objeto aqui discutido, pretendo retomar um aspecto um tanto periférico desse envolvimento do Estado com a “questão da habitação” em Brasília. Voltarei minha atenção para um verdadeiro “sistema de valores” (Bertone, 1987:55), que se refere a diversos *modelos de pontuação* construídos para classificar as pessoas que vivem no Distrito Federal, tendo em vista, especialmente, a distribuição (seja venda ou concessão) das terras públicas da União para uso privado.

Como é sabido, um sistema de classificação que procura ordenar a população a partir de um conjunto de méritos (adjudicados pelo governo) só faz sentido se aquilo que o governo oferta não pode ser doado de forma universal e equânime para todos. As terras do Distrito Federal foram incorporadas ao patrimônio da União para depois, com as primeiras movimentações para a construção de Brasília, passarem a ser vendidas ou doadas¹⁸. A formulação de

equações que servem para classificar a quem o governo venderá ou doará suas terras permite que o poder seja exercido de forma assimétrica, sem que isto seja percebido como ilegítimo. Nesse ponto acredito que resida a “magia” dessas fórmulas (Hacking, 1999; Poovey, 1998).

Ao recuperar algumas das equações já criadas pelo governo busco compreender a que se refere cada parte dessas sentenças (cada variável) e por que as mesmas foram destacadas do repertório classificatório nativo para figurar em uma fórmula mágica estatal, tornando-se, logo em seguida, categorias legais de referência para a população. Acredito que seja esse movimento espiralado conduza o poder estatal ao encontro do cotidiano da população e vice-versa.

Cada fórmula apresenta um conjunto de variáveis que se pretendem as mais precisas para calcular o grau de merecimento da população em face dos bens (raros) a ela disponibilizados pelo Estado. A razão de ser dessas fórmulas pode não ter sido abalada ao longo dos anos, porém, se o conteúdo dessas equações sofreu diversas alterações, isto se deve a mudanças nos juízos acerca do conjunto de méritos considerados os mais reveladores do “tempo de Brasília”. Por isso, julgo importante acompanhar as alterações mais bruscas dessas fórmulas nos últimos anos.

O sentido das fórmulas e dos critérios

Antes de ser inaugurada a nova capital federal, em 1958 foi criada a primeira cidade-satélite. O Serviço Social da Novacap determinava se os trabalhadores desejosos de adquirir um lote em Taguatinga “estavam habilitados” (Oliveira, 1987:133) a pagar as prestações equivalentes. Os critérios estabelecidos pela Novacap, ancorados, sobretudo, na definição do “genuíno” trabalhador candango (Ribeiro, 1980), baniam de antemão do espectro de prováveis beneficiários dessas primeiras vendas de lotes milhares de pessoas, que passaram a viver no limbo das invasões. Loteamentos, assentamentos e invasões trata-se, portanto, desde a sua gênese no Distrito Federal, de duas faces da mesma moeda.

As fórmulas e critérios que serviram para separar o joio do trigo, isto é, os compradores de lote dos invasores, também tinham paralelo na concessão de benefícios imobiliários do governo a funcionários públicos desejosos de viver em Brasília. Em 1961, a Novacap calculava, por exemplo, o quanto um funcionário merecia tornar-se inquilino de um imóvel do governo no Plano Piloto, a partir do tempo dedicado à sua função, do salário que recebia, do número de dependentes a ele ligados e do cargo que exercia:

“[...] cada período de 4 meses de exercício efetivo – 01 ponto [...] salário

até Cr\$ 15.000 – 01 ponto; de Cr\$ 15.000 a Cr\$ 25.000 – 02 pontos; acima de Cr\$ 25.000 – 03 pontos [...] cada dependente – 1/5 ponto [...] chefe de departamento e chefe de gabinete – 03 pontos; chefe de divisão e de gabinete de diretor – 02 pontos; chefe de serviços e de seção – 01 ponto” (Bertone, 1987:55).

Ao longo dos anos, depois de inúmeros cálculos propostos por engenheiros sociais, hoje, uma série de outros elementos compõe a fórmula matemática por meio da qual se calcula o *quantum* de merecimento dos inscritos nos diversos programas assistenciais do governo. Esse *quantum* é traduzido em termos nativos por meio da expressão “tempo de Brasília”. Como pudemos perceber a partir dos casos discutidos até aqui e dos diferentes quesitos que ajudam a compor as variáveis das fórmulas de cálculo do governo, não são meramente dados cronológicos que definem esse “tempo”.

Uma legislação emblemática, dedicada à sistematização de critérios capazes de tornar passíveis de cálculo a ancestralidade e a legitimidade de alguém como merecedor de um lote doado pelo governo, remonta aos idos da década de 80. No governo de José Aparecido de Oliveira foi estabelecido, no dia 5 de janeiro de 1986 (Decreto nº 10.056), o cadastro geral de pretendentes à moradia no Distrito Federal, que tomava o lugar do “antigo Sistema de Inscrições”. Naquela ocasião, o órgão responsável por essa matéria era a SHIS. Para entrar na disputa, qualquer indivíduo deveria preencher certos “requisitos básicos”: não ser ou não ter sido proprietário de imóvel no Distrito Federal, ser maior de 21 anos, possuir todos os documentos demandados, preencher os cadastros necessários, cumprir os prazos estabelecidos e, condição *sine qua non*, “ser residente e domiciliado no Distrito Federal, comprovadamente, há mais de cinco anos”. Esses cinco anos passaram a ser referidos nos próprios documentos oficiais como “tempo de Brasília”. Ao ser convocado, o indivíduo deveria “comprovar renda familiar mínima compatível com o encargo mensal”.

Nesse mesmo decreto é exposta a fórmula de classificação então adotada:

$$P = (a + 2b + c)d + 4e + 8f;$$

onde,

P = total de pontos obtidos pelo candidato;

a = faixa etária do candidato (exposta em uma tabela);

b = número de dependentes;

c = candidato com deficiência física;

d = idade média da família;

e = tempo de inscrição;

f = dependente inválido.

Tanto o número de membros da família quanto a idade dos mesmos, desde então, só poderiam ser comprovados mediante certidões oficiais (vimos que dona Maria, por exemplo, embora vivesse há anos com seu Vitório, era todavia solteira). Também a eventual deficiência física de um familiar deveria ser provada com o atestado de um médico perito do Estado. A partir desse decreto, a contemplação passou a ser comunicada ao candidato inscrito por intermédio de edital público. A população habituou-se então a consultar freqüentemente os *Diários Oficiais* e os jornais locais. Se lembrarmos, foi assim que a cunhada de dona Maria ficou sabendo da boa nova.

Passada mais de uma década, em 6 de março de 1998, um outro decreto (nº 19.074) instituiu o “Programa Morar Legal – Lista Limpa”¹⁹. Dessa feita, o órgão responsável pelo novo programa era o IDHAB ou, nos termos de dona Maria e de outros moradores do Recanto das Emas, a “antiga XIS”. No governo de Cristovam Buarque (do PT), entre 1995 e 1998, foi criada uma outra fórmula de cálculo para classificar quem ansiava por um lote ou por uma casa “ofertada” pelo governo. A nova fórmula destinava-se a hierarquizar os inscritos em uma “lista limpa”. Na equação apresentada temos:

$$P = 5000.IT + 3000.IR + 1500.IM + 500.IE$$

onde,

IT – índice de tempo de residência no Distrito Federal do inscrito;

IR – índice de renda *per capita* do inscrito;

IM – índice de número de membros da família;

IE – índice de condição especial do inscrito (ou seja, se este tem mais de 60 anos ou é portador de deficiência).

Essa fórmula, que surge doze anos depois da anterior, sinaliza algumas mudanças no padrão de classificação. Sem questionar a possibilidade de se ordenar uma população ansiosa por um benefício que é monopólio do governo, este último cálculo concede um peso ainda maior ao “tempo” do candidato em Brasília. O “tempo de residência no Distrito Federal” é alçado a fator determinante na corrida pelo benefício (multiplicado por 5000). Essa equação ainda revela, por meio das variáveis que dizem respeito ao inscrito e não à sua família, uma inflexão em busca dos pontos individuais – como a “renda”, que sequer figurava na fórmula anterior.

No último governo de Joaquim Roriz (1999/2002), o IDHAB foi substituído pela SEDUH. Sob a batuta de um novo governo e de um novo secretariado não é somente o órgão voltado para a habitação que muda de nome; uma nova

fórmula também é criada:

$$P = Cnf + Ndf + Tdf + Ces + Min$$

onde,

Cnf refere-se ao número de componentes do *núcleo familiar*. Em uma tabela progressiva somos informados de que uma família com um membro recebe 100 pontos e uma com sete pessoas 3000 pontos, por exemplo.

Ndf diz respeito aos componentes do *núcleo familiar* nascidos no Distrito Federal. De acordo com a tabela, uma família com sete membros recebe 2400 pontos, por exemplo.

Tdf emblema o tempo de moradia no Distrito Federal; calculado de forma ainda mais complexa, através da multiplicação do número de dias por um fator disponibilizado também em uma outra tabela progressiva.

Ces refere-se aos portadores de condições especiais, sendo que cada membro da família considerado desta forma acrescenta 10 pontos a mais no cálculo geral.

Min é a média aritmética da idade dos componentes do núcleo familiar considerado.

Esta fórmula recorre a fatores e a progressões oferecidos por tabelas anexas aos decretos, de complicado uso para boa parte dos moradores do Recanto que conheci interessados em calcular seu “tempo de Brasília” – neste caso, sua pontuação e conseqüente classificação na “lista”. Esse desdobramento aparentemente mecânico da equação indica uma significativa mudança na forma de compor a legitimidade ou o grau de merecimento a ser imputado a um futuro beneficiário do governo. A mera existência de um índice geral denuncia o alastramento de uma concepção segundo a qual todos podem ser “calculados” a partir de um parâmetro comum.

Chama a atenção ainda, na última fórmula, a distinção que se faz entre aquelas pessoas nascidas no Distrito Federal e as que apenas vivem em Brasília. Tanto para uma modalidade de “tempo de Brasília” quanto para outra, vemos o “núcleo familiar” como fornecedor das bases para o cálculo. Se, por um lado, o conjunto dos membros de uma família, com seu “tempo de Brasília” e suas agruras coletivas somadas, pode alçar o candidato a um lote, por exemplo, a uma posição mais avançada na lista de quem aguarda ser contemplado, por outro, para fornecer todas as provas comprobatórias das evidências a serem calculadas, exige-se também um envolvimento coletivo da família ou do “núcleo familiar” na obtenção do benefício, isto é, na busca por documentos comprobatórios

autênticos. A série de documentos e os cálculos em si os obrigam, além disso, a um contato recorrente com os sujeitos especializados nesse cálculo complexo que, se recordarmos de dona Maria, justifica o sem-número de vezes que os moradores do Recanto das Emas se dirigem aos órgãos do governo envolvidos com a distribuição de lotes.

Entre esses decretos colhidos para ilustrar tal processo muitos outros tiveram lugar, acrescentando, aqui e ali, pequenas mudanças na legislação e *pari passu* na conduta coletiva em relação a esse fenômeno. O que pretendo fixar, a partir dessas alterações classificatórias promovidas pelo próprio governo, é o efeito dessa legislação sobre a realidade local. Por um lado, tais mudanças são implementadas tendo como base alterações nos “padrões” de migração, moradia e natalidade detectadas não só em “pesquisas” realizadas pelo próprio governo, mas também nos diversos cadastros preenchidos pela população e nos dados censitários. Por outro, a própria população tem suas crenças e condutas (seu hábito) fortemente orientadas pela legislação e políticas públicas locais.

Portanto, menos que tomar as fórmulas e os conceitos governamentais de maneira referencial, o que julgo revelador é o sentido do processo histórico ao qual essas mudanças aludem, ou seja, a alterações nos padrões de conduta e de justificação – tanto do governo quanto da população – ou, em termos peircianos, no conjunto de crenças e dúvidas que sustentam esse hábito classificatório. A teoria nativa revela-nos, enfim, como observou Palmeira, que embora “tudo seja [é] temporalizável [...] só é temporalizado (isto é, transformado em tempo, como o tempo da política, o tempo das festas etc.) o que é considerado socialmente relevante pela coletividade em determinado momento” (Palmeira, 2002:175).

Seguindo a sempre conveniente analogia maussiana, a categoria *tempo de Brasília* permite que, no Recanto das Emas, as pessoas mostrem a si mesmas, mostrando às outras, especialmente aos agentes do governo, mas também a seus compadres (sejam interessados ou desinteressados), como vêm a própria sociedade em que vivem. Da mesma forma, o governo, ao alterar os critérios de avaliação desse *tempo de Brasília*, manifesta a concepção que possui da sociedade governada. As mudanças nos critérios de cálculo do *tempo de Brasília* ajudam-nos a compreender, por intermédio desse conjunto *sui generis* de informações, algumas das principais alterações na configuração política local.

Notas

¹ Esse seria um outro exemplo do processo nativo de “acumulação primitiva” de que falei no capítulo anterior.

² “The event inaugurates the possibility of a chronicle. And the chronicle, though it may not be history, provides the template upon which the historical (and even a nonnarrative history) could be written” (Daniel, 1996:50).

³ Para uma história local das diversas políticas e órgãos envolvidos com a “questão da habitação” no Distrito Federal, ver especialmente Valladares (1981) e Gonçalves (1998). Destaco desta última obra a relação que a autora estabelece entre a expansão dos empreendimentos habitacionais do governo (a partir de meados da década de 70) e os financiamentos obtidos via fundos previdenciários, ou seja, como o Estado passou a oferecer moradia ao trabalhador com recursos advindos do próprio trabalhador.

⁴ Definido previamente no Capítulo 3.

⁵ Conforme o Capítulo 3.

⁶ Elias e Scotson interpretam de forma semelhante a dupla valência da fofoca. Em “Winston Parva” o mexerico poderia ser bem-vindo, se a fofoca fosse conduzida por pessoas com afinidade. Esta seria a chamada *pride gossip*. No entanto, quando grupos beligerantes lançavam mão de rumores, estes eram percebidos como recurso de difamação (*blame gossip*). A fofoca tinha, portanto, tanto “a função de apoiar as pessoas aprovadas pela opinião dominante” quanto de “excluir e cortar relações” (2000:125).

⁷ Um processo social aparentemente unívoco, quando descrito com categorias antagônicas, releva os paradoxos vividos pelos envolvidos. Entre os trabalhadores da cana pesquisados por Sigaud (1979) eram acionadas duas justificações para suas demissões: terem sido “botados para fora” ou terem saído por “gosto e vontade”. Por meio de ambas, dependendo do grau de assimetria em sua relação com o patrão, o trabalhador poderia expressar sua “ida para a rua” (1979:197; ênfase no original).

⁸ “Apesar de não ter sido publicado, no decreto de criação do Programa [de Assentamento de População de Baixa Renda] foi estipulado o prazo de três dias para os favelados construírem seus barracos e o de 45 [quarenta e cinco dias] para os inquilinos [caso de dona Maria] ocuparem seus lotes. Decorrido o prazo, desde que justificado, havia uma prorrogação e posteriormente a retomada dos lotes para serem redistribuídos” (Gonçalves, 1998:101).

⁹ A seqüência dessa fala de dona Maria se encontra destacada no Capítulo 3.

¹⁰ Ver <http://www.seduh.df.gov.br/pdot/doct12.htm>.

¹¹ Ainda nas palavras de dona Maria: “O mato, olha o tanto do capim [aponta uns 50 centímetros do chão]. A água... você lavava a roupa, você tirava a roupa, a roupa tava pronta pra sair andando, de tanta poeira. Aqui era poeira. Sem água, sem luz e na poeira. O caminhão passava aí no chafariz de água – não sei se você já ouviu falar? – aquele caminhão-pipa, deixava a água nos tambores. A gente saía correndo atrás deles pra poder pegar uma água limpa.”

¹² Ver <http://www.codeplan.df.gov.br/Publicacoes/RA/RaXV-Recanto%20das%20Emas-Coletanea.htm>.

¹³ Para uma interpretação dos significados dos termos “candango” e “pioneiro”, ver especialmente Laraia (1996).

¹⁴ Para uma discussão da categoria “filho do município” em outros contextos etnográficos, ver Peirano (1986).

¹⁵ Ver <http://www.seduh.df.gov.br/politica/politica.htm>.

¹⁶ Essa relação é abordada de modo mais detido no Capítulo 3.

¹⁷ Para abordagens sobre esse tema acerca de objetos distintos ver Aubertin e Peluzzo (1990), D’Almeida (1980), Epstein (1973), Farret (1983), Gonçalves (1998), Gouvêa (1995), Heuzé (1986), Holston (1993), Joffily (1977), Laraia (1996), Miranda (1985), Nunes (1997), Oliveira (1987), Paviani (1985; 1987; 1989; 1991; 1996; 1999), Ribeiro (1980), Teixeira (1982) e Valladares (1981).

¹⁸ “Desapropriadas as fazendas dentro das fronteiras do Distrito Federal, e passadas as terras para o patrimônio da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), passou o Estado, proprietário fundiário, a loteá-las e vendê-las” (Oliveira, 1987:130).

¹⁹ “O programa ‘Brasília Legal’, ao propor um legalismo exacerbado e reprimir, de forma violenta, os setores populares de ocuparem terras sem uso, acaba por beneficiar a população mais rica que se apropria da terra e garante, por meio da lei e de seus advogados, o lucro fácil, enquanto o trabalhador é removido pela polícia para localidades distantes ou simplesmente fica ao desabrigo” (Gouvêa, 1999:269).

CONCLUSÃO

Nesta conclusão pretendo elucidar aspectos que considero importantes de serem frisados para a compreensão do processo de construção e escrita deste livro. Alguns destes, como veremos, são mais, outros menos, aparentes. Em 2000 comecei meu trabalho de pesquisa no Recanto das Emas. Ao longo desse tempo, se fosse lançar mão de categorias peircianas, poderia afirmar que muitas “crenças” e “dúvidas” que eu mesma tinha foram postas em xeque e, em seu lugar, outras se estabeleceram. Esses embates, que aconteceram tanto em campo quanto em minha vida acadêmica propriamente dita, se expressaram nas mudanças no meu “modo de ver” o que se passou naquela cidade ao longo do tempo em que lá estive.

*

No âmbito da Antropologia, uma polêmica recente (que, como deve ser, atualiza discussões pregressas de várias ordens e procedências) diz respeito às dificuldades tanto de se conceitualizar quanto de se praticar a pesquisa antropológica. Como este, muitos debates estão em curso nas Ciências Sociais. Alguns se tornarão “históricos”, e não há quem possa informar quais deles.

O caso aqui abordado deve ser visto, portanto, não em sua possível perenidade, mas em sua relevância para a compreensão de uma dimensão importante do presente (etnográfico) da própria Antropologia, isto é, do contexto em que minha pesquisa no Recanto das Emas surgiu. A interpretação que apresento agora a respeito de uma discussão há pouco publicada sugere que a possível peculiaridade da controvérsia em questão, em relação às que a antecederam recentemente, reside na tentativa dos autores de criar uma espécie de receituário etnográfico para pesquisas antropológicas em ambientes urbanos.

Mitchell Duneier (2002), Elijah Anderson (2002), Katherine Newman

(2002) e Loïc Wacquant (2002) são cientistas sociais que têm nas cidades seu universo preferencial de pesquisa¹. Cada qual, no entanto, além de estar atento a objetos singulares, classifica sua atividade de forma distinta. O embate publicado pela *American Journal of Sociology*, em maio de 2002, se dá preponderantemente entre Wacquant e os demais autores, que respondem à resenha de suas obras feita pelo primeiro. Wacquant pretende desarmar as “ciladas” (*pitfalls*) próprias de uma certa “etnografia urbana” apresentada nos outros três livros. Sua crítica está voltada contra os resenhados e suas etnografias “românticas”, que reduziriam os processos sociais a um estado “estático” (conforme o termo *Zustandreduktion* cunhado por Norbert Elias). Para Wacquant, somente a determinação dos mecanismos, notadamente a “destituição material e exclusão racial”, que conduziram os indivíduos pesquisados a um aparente estado estático, daria “dinâmica” e consistência sociológica àquelas análises. Desfraldando contra seus opositores a bandeira da etnografia (especialmente da etnografia de longa duração), esse antropólogo define o objetivo último da Antropologia como sendo explicar “the diversity of strategies and trajectories” dos nativos (Wacquant, 2002:1501).

Os antropólogos criticados, por sua vez, sentem-se ultrajados. Todos, sem exceção, utilizam longas citações de seus próprios livros para provar que Wacquant “editou” os textos resenhados, tornando-os mais palatáveis ao “cannibalismo acadêmico” a que se dedicava. Porém, procurando desvencilhar-se das “armadilhas” de Wacquant, os três autores acabam por lançar mão de argumentos da mesma ordem para se defender. Para eles, o moralismo de Wacquant não seria melhor que o deles próprios. As críticas de Wacquant ao “empiricismo cru”, ao “moralismo” e à “despolitização” de seus adversários chocam-se com as perspectivas dos próprios resenhados, especialmente a de Newman, para quem “a tarefa do etnógrafo não seria impor suas políticas sobre a comunidade em questão, mas entender e interrogar as perspectivas em jogo” (2002:1589).

De um lado, portanto, temos os defensores da etnografia das pequenas coisas da vida – do cotidiano dos camelôs (ver Duneier, 1999), da moral dos pobres da Filadélfia (ver Anderson, 1999), dos funcionários de cadeias de *fast-food* (ver Newman, 1999). Todos os três vêem nessa estratégia etnográfica a fórmula correta “to understand that world and to articulate its social and personal consequences” (Anderson, 2002:1540). De outro, a defesa da etnografia “guiada pela teoria” (Wacquant, 2002:1523) e “organicamente ligada ao poder e à diferença” (2002:1526; ver, também, Wacquant, 2001).

Apesar da linha divisória que esse debate pretende estabelecer (entre os grandes problemas que perpassam tudo, inclusive as pequenas coisas da vida, e as pequenas coisas da vida que nos alçam aos grandes problemas), acredito

que essa discussão se sustente como um embate acerca do que o antropólogo julga SER a etnografia. Em suma, a controvérsia gira em torno da forma como o antropólogo justifica sua prática e conforma sua receita, como uma moral que, conseqüentemente, se estabelece sem vínculos “orgânicos” com o *objeto etnográfico específico* a que nos dedicamos *em dado momento*. Nesse confronto, a fórmula certa sobrepõe-se aos enigmas da coletividade investigada, e a receita torna-se mais fundamental que a realidade etnográfica em questão. O aparente antagonismo, por fim, revela-se uma discussão coesa acerca da (boa ou má) consciência do antropólogo.

No entanto, embora seja a vontade de ter razão o maior propulsor da ciência (Nouvel, 2001), não basta, para que a Antropologia se expanda, que cada um escreva sua própria receita de etnografia, nem que seja levado adiante um embate teórico entre as diversas receitas etnográficas. É preciso que etnografias sejam confrontadas umas com as outras (Peirano, 1995).

*

Uma comparação bastante profícua entre etnografias pode ser encontrada em uma outra resenha recente, dedicada especificamente ao tema e à crítica da essencialização da realidade social (Herzfeld, 2002). Essa recensão alinha obras de cientistas sociais preocupados em mostrar que aquilo que se passa no trabalho de campo é algo precioso, que deve ser compreendido, e não apenas visto como “epifenômeno da vida ‘real’” (2002:186).

Como a discussão anterior, esta última reedita acalorados confrontos de outros tempos. Procurarei deter-me em uma das produções singulares que ensejaram tal resenha, a qual, por sua vez, comunga muitas perspectivas adotadas na presente etnografia.

Refiro-me aos escritos de Daniel (1996) em que são analisados fenômenos passados no Sri Lanka. Seu principal objeto é o envolvimento concreto de grupos convencionalmente divididos em dois blocos rivais supostamente homogêneos, *tamil* e *sinhala*. Segundo o autor, o “não-dualismo difuso” (1996:45) que marca as manifestações públicas dessas pessoas oferece um desafio etnográfico àquelas abordagens polarizadoras, especialmente as que erroneamente procuram explicar esses fatos classificando-os previamente como violência étnica. Mais que fixar uma cadeia causal atemporal, Daniel interessa-se, sobretudo, pelas condições de possibilidade para que certos eventos tenham lugar atualmente, isto é, “how one comes to terms with reality” (1996:51). Na defesa dessa urgência do presente, ele sustenta, com base em seu extenso trabalho de campo, que

as pessoas não costumam “matar ou morrer por causa da história” (1996:53). Segundo Daniel, inspirado no modelo peirciano, o embate *sinhala/tamil* poderia ser melhor compreendido como um conflito entre distintas comunidades de crença. Essa perspectiva deslocaria o foco interpretativo para aquilo que ele considera o grande enigma da realidade etnografada, ou melhor, o fato de, para ambos os lados, o outro ser um inimigo (na medida em que incorpora a dúvida), fundamental para a manutenção aguerrida das crenças que se possui:

“[...] what is at stake, especially for those whose bodies have been spared the destruction of death, is the death of a way of being-in-the-world [...]. For each ethnic group in this horrific drama, then, the face of the other is the face of either the affirmation of identity or its denial, potential life or potential death. Which of the two materializes hinges on recognition², the recognition of one’s self-assuring identity by the other” (1996:68).

Em linhas gerais, trabalhos como o de Daniel nos fazem atentar para o fato de que aquilo que nomeamos como “realidade” seja algo etnograficamente contingente. O desafio do antropólogo seria, dado esse pressuposto, proporcionar uma descrição (sempre interpretativa) de como os nativos lidam com o mundo em sua contingência, com suas regras efêmeras. Segundo Daniel, essa constatação – de que qualquer modo de ver (as teorias nativas) é fortuito – deveria impregnar nosso próprio modo de pensar as Ciências Sociais (nossas teorias, ou seja, nossos modos de ver).

É essencialmente nessa medida que *Charred Lullabies* (Daniel, 1996) inspirou algumas das reflexões expostas no presente livro. Guardadas as diferenças temáticas (determinadas pelo contexto etnográfico), acredito que possamos identificar nas idéias seminais de Charles Sanders Peirce, manifestas também naquela obra, uma possível explicação para a afinidade entre as duas etnografias.

*

Peirce sustenta que a lógica humana não é estática, entre outras razões porque as categorias que empregamos estão relacionadas à nossa experiência histórica. Em suas palavras, “logic is rooted in the social principle” (1992:149³). Logo, a lógica da pesquisa etnográfica estaria enraizada não em receitas prévias advindas do “além” da teoria, mas sim na realidade do trabalho de campo, na premência da realidade nativa, que, como acabo de defender, é, acima de tudo, *eventual*. O modelo triádico que perpassa boa parte da obra de Peirce vem reiterar essa premissa e nos ajudar a pensar no equilíbrio e inseparabilidade entre

etnógrafo/objeto/teoria antropológica. Cada uma dessas “partes” só existe e se afirma na medida em que as demais também se impõem. Na verdade, não se trata propriamente de partes, mas de um “tríptico” chamado etnografia .

Sempre que nos encontramos diante de um objeto, só somos capazes de atribuir sentido ao mesmo porque lançamos mão de um terceiro elemento. Esse terceiro elemento, que nos serve como parâmetro, ou como modelo, se encontra necessariamente em um conjunto que não é o mesmo do objeto com que nos deparamos.

A arquitetura peirciana nos ajuda tanto a enunciar quanto a resolver o problema que fomenta muitos dos debates atuais⁴. Se tivermos clara consciência desta configuração “tríplica” do conhecimento, compreenderemos que os valores do etnógrafo estarão sempre presentes e atuantes. Mas estes, assim como a própria teoria antropológica (em constante expansão), não podem ter uma preponderância no painel etnográfico. A etnografia apenas se realiza na constante e – como resume Peirce – “vital” tensão entre os três elementos que a compõem⁵.

Em sua essência, tais idéias nos proporcionam a chance de explorar, sem dissociar, a empreitada e o contexto etnográficos. Seu modelo nos faz pensar no “objeto” não como algo exterior ao conhecimento antropológico, mas como determinante da possibilidade de existência da etnografia. Por mais distante que seja o chamado “outro”, sua presença nesse “tríptico” deve ser de uma única e mesma ordem epistemológica. A alteridade, por mais diversa que seja sua forma, estará sempre em triangulação com o antropólogo e suas teorias.

Segundo o modelo de Peirce, nossa compreensão do mundo passa, portanto, necessariamente, por essa triangulação com outras consciências (e objetos) que nos antecederam ou que nos são contemporâneas. E, o que é fundamental, consciências cujas idéias ou pensamentos se expressam na forma de atos⁶. Os pensamentos circulando sob a forma de atos consolidariam o que Peirce chama de *hábito*. Em um movimento espiralado⁷, desse hábito adviria o repertório de nossas idéias, as quais têm a forma de uma mistura de signos mentais – chamados por Peirce de ícones, índices e símbolos (ou conceitos). Ao serem utilizados, os signos se espalhariam entre as pessoas e, assim, o sentido dos mesmos se expandiria e se modificaria.

Conforme Peirce (1992:297⁸), uma certa “tendência para o hábito” justifica-se porque, para agir, nos orientamos por um conjunto de regras. Esta orientação distingue-se, no entanto, de um preceito fatal. Mesmo que existam apenas probabilidades de essas regras contemplarem os problemas com os quais nos depararemos, nos esforçamos para mantê-las. Tais regras no sentido empregado ao longo dos capítulos anteriores se constituem como uma “rule

for action” (1992:129) que, para se estabelecer de forma eficaz, precisa necessariamente sobrepujar toda e qualquer dúvida. Consoante o modelo de Peirce, todos os questionamentos se apresentam, ora sob a forma de crença, ora sob a forma de dúvida. Todas as manifestações coletivas seriam de uma ou outra ordem. A crença indicaria nossa adequação à opinião de nossos pares; já a dúvida nos causaria desconforto social: “logic depends on a mere struggle to escape doubt” (1992:150⁹).

A dúvida, no entanto, nos incitaria a pensar e, portanto, a existir socialmente. A mudança constante seria, assim, um desafio à compreensão, ao mesmo tempo que um estímulo ao pensamento, logo, à ação, visto que tanto a crença quanto a dúvida que não atuam, não existem. Nosso pensamento só existe porque existe socialmente, porque incide sobre outros. Para convencermos a nós mesmos de nossas crenças é imprescindível que convençamos os outros, que conformemos, por fim, o que Peirce nomeia como uma comunidade de crença:

“It seems to me that we are driven to this, that logicity inexorably requires that our interests shall *not* be limited. They must not stop at our own fate, but must embrace the whole community. This community, again, must not be limited, but must extend to all races of beings with whom we can come into immediate or mediate intellectual relation” (1992:149¹⁰).

*

O conhecimento etnográfico do Recanto das Emas aqui apresentado se realizou em condições que aludem ao modelo de Charles Peirce. Enquanto estive nessa cidade, chamou-me a atenção um fenômeno recorrente. Vez por outra, nas mais diversas situações, em discussões acerca dos mais diferentes assuntos, o tema do Recanto das Emas como um lugar para morar aflorava. O local existia na medida em que seus moradores conformavam uma crença em torno dessa relação.

Esse lugar para morar abrigava quase cem mil pessoas. Todas elas, de formas diversas, como procurei demonstrar ao longo dos capítulos precedentes, viviam cercadas pela invasão, pelo barraco, pelo lote, pelo asfalto, pela poeira. Estes “símbolos” do modo de vida local tinham a propriedade de não ser grandes, nem pequenos. Ao pensá-los de outra forma, como lugares-eventos, procurei deixar claro que os mesmos não se tratavam, como já frisado, de alegorias de uma realidade que estivesse para além dos próprios feitos vividos pelos moradores do Recanto. O fato de esses símbolos estarem replicados nas agendas do governo e de sua oposição e na mídia, por exemplo, preenchendo

diversos interstícios da vida local, indicava que para toda essa coletividade os mesmos eram vitais.

No entanto, exatamente por ser tão alastrado, o sentido desses símbolos tornava-se mesclado e abstrato para quem desejava compreender sua importância em relação a eventos particulares. Ao longo de toda a pesquisa, a cidade do Recanto das Emas, seus lotes, barracos, invasões e ruas sendo asfaltadas, revelou-se como *um espaço movido pela política*. Com o termo lugar-evento procuro chamar a atenção para a gênese concomitante (Elias, 1989) da política, do espaço e do tempo no contexto etnográfico do Recanto e, conseqüentemente, para a constância dessa imbricação na vida de seus moradores, os quais, por esse conjunto de razões cravadas na experiência, consideram e se referem ao lugar onde vivem como uma *cidade*, e não como uma simples Região Administrativa do Distrito Federal. Por meio de uma certa mimese com o próprio processo de conhecimento etnográfico (lembramos do modelo tríptico), esse conceito veio a se estabelecer como instrumento analítico praticamente ao fim do trabalho de campo: apenas quando compreendi o sentido abarcante do “tempo de Brasília”.

Para os funcionários do governo, dentro e fora da cidade, o “tempo de Brasília” era apenas um dos critérios para algum cadastro. No Recanto das Emas não houve uma única pessoa sequer que não tenha feito alusão ao “tempo de Brasília”. No acampamento da quadra de esportes, o “tempo de Brasília” se fazia presente em sua forma negativa: quem estava em uma invasão não tinha ou não conseguia provar seu “tempo de Brasília”. Já o lote ou o barraco indicavam, por sua vez, o modo de conduta decorrente do “tempo de Brasília” de quem ali vivia. Também o asfalto que chegara à cidade marcava uma linha divisória: depois do asfalto a própria cidade do Recanto das Emas passou a ter “tempo de Brasília”. Os moradores, que há muitos anos “corriam atrás” em meio à lama e à poeira, encontravam no asfalto (índice do “tempo de Brasília” do Recanto das Emas) a coroação de seu próprio “tempo de Brasília”.

Mais do que um conceito relativo a algo cronológico, o “tempo de Brasília” refere-se à conformação daquilo que procurei chamar, inspirada em Peirce, de “comunidade de crença”. Ao longo de cinco anos ou mais, depositadas em vários locais do Distrito Federal, milhares de pessoas aguardam por essa metamorfose social que lhes unirá com o “tempo de Brasília”. Nessa espera, a própria crença na espera é conformada e com ela a aceitação coletiva de um hábito (de um conjunto de regras para agir, conforme Peirce). Enquanto aguardam pelo dia em que terão “tempo de Brasília”, as raízes dessa crença vão penetrando lenta e profundamente nos indivíduos. Em uma invasão, ao lado de outros invasores ou em um barraco, ao lado de outros barracos, enquanto aguardam os indivíduos se vêem espelhados em seus colegas e vizinhos. A espera de uns reforça a dos

outros, e as dúvidas que assomam tendem a ser espantadas para longe. Sem perceber, as pessoas passam a ter seu “tempo de Brasília”. Do mesmo modo, para outras tantas, os anos correm sem que elas consigam alcançar “tempo de Brasília”, sem que elas consigam inserir-se naquela comunidade de crença.

É assim que o “tempo de Brasília” pode ser compreendido como o lugar-evento por excelência, contido em todos os demais. A invasão, o barraco, o lote e o asfalto são lugares-eventos que pressupõem o “tempo de Brasília”. Esse conceito complexo existe como feito, como realização de pessoas que “correm atrás” e que o fazem, não em qualquer parte, mas no Recanto das Emas. Não em qualquer quadra, não em qualquer lote, não em qualquer barraco, mas naquele que é o seu lugar para morar. Mais que um item de uma fórmula, o “tempo de Brasília” é a fórmula da vida no Recanto das Emas.

Notas

¹ O professor Howard Becker promoveu uma espécie de fórum de discussões com colegas seus em torno desse debate. Graças à sua feliz iniciativa acadêmica pude tomar conhecimento desse simpósio, por meio de Mariza Peirano, antes mesmo de sua publicação.

² A respeito do “reconhecimento” como força propulsora das justificações e ações sociais, ver Cardoso de Oliveira (2002).

³ *The doctrine of chances* (1878).

⁴ Como aquele discutido na *American Journal of Sociology* supracitado.

⁵ Se as relações binárias seriam dinâmicas porque marcadas por duas forças diferentes, Peirce nomeia como “vital” o modo de conexão “tricotômico” – presente “wherever there is life, generation, growth, [and] development” (Peirce, 1992:281– *Trichotomic*, 1888).

⁶ Se os atos nativos são reconhecidos no trabalho de campo, poderíamos dizer que os atos antropológicos são, sobretudo, as monografias etnográficas.

⁷ O percurso espiralado diferiria do circular exatamente pela mudança, mesmo que sutil, em relação ao ponto de partida. O seguinte depoimento de Edmund Leach, citado por Adam Kuper, é esclarecedor nesse sentido:

“There was ... a point in my anthropological development when Malinowski could do no wrong. In the next phase Malinowski could do no right. But with maturity I came to see that there was merity on both sides. I see this as a Hegelian process, a very fundamental element in the way that thinking in the humanities develops overtime. But when this sequence leads you round in a circle, you are not just back where you started. You have moved on a bit, or you have moved somewhere else.” (Leach *apud* Kuper, 1988:13)

⁸ *The architecture of theories* (1891).

⁹ *The doctrine of chances* (1878).

¹⁰ *The doctrine of chances* (1878).

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

- CAESB – companhia de águas e esgoto de Brasília
- CDS – centro de desenvolvimento social
- CEB – companhia elétrica de Brasília
- CODEPLAN – companhia de desenvolvimento do planalto central
- DMTU – departamento de transporte urbano
- DRC – divisão regional de cultura
- GDF – governo do Distrito Federal
- IDHAB – instituto de desenvolvimento habitacional do Distrito Federal
- NOVACAP – companhia urbanizadora da nova capital do Brasil
- PETI – programa de erradicação do trabalho infantil
- PMDB – partido do movimento democrático brasileiro
- PT – partido dos trabalhadores
- SEBRAE – serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas
- SEDUH – secretaria de desenvolvimento urbano e habitação do governo do Distrito Federal
- SHIS – sociedade de habitações de interesse social ltda.
- TERRACAP – companhia imobiliária de Brasília

BIBLIOGRAFIA

- ABÉLÈS, M. 1988. "Modern political ritual: ethnography of an inauguration and a pilgrimage by president Mitterand". *Current Anthropology*, v. 29, n. 3, pp. 391-404.
- ANDERSON, E. 1999. *Code of the street: decency, violence, and the moral life of the inner city*. New York: W.W. Norton.
- _____. 2002. "The ideologically driven critique". *American Journal of Sociology*, v. 107, n. 6, pp. 1533-1550.
- ARAÚJO, C. E. P de . 2000. "Entre holismo e individualismo: tipos morais e cultura política no Brasil". In ARAÚJO, C. E. P de *et al.*, *Política e valores*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 117-167.
- _____. *et al.* 2000. *Política e valores*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- AUBERTIN, C. e PELUZZO, M. L. 1990. "Du symbole au lot semi-urbanisé. Les politiques de l'habitat dans le District Fédéral". *Cahiers des Sciences Humaines*, v. 26, n. 4, pp. 731-747.
- AUSTIN, J. L . 1962. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press.
- BAILEY, F. 1968. *Gifts and poison: the politics of reputation*. Chicago: Aldine.
- BARREIRA, C. 1992. *Trilhas e atalhos do poder*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.
- BARREIRA, I. 1987. *Refazendo a política: as múltiplas faces do movimento social urbano*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- _____. 1998. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BARROS, C. J. da S. 1996. *Do ilegal ao simbólico: os condomínios irregulares no DF*. Dissertação de Mestrado, DAN/UnB.

- BATESON, G. 1973. *Steps to an ecology of mind*. London: Paladin.
- BECKER, H. 1994. “Foi por acaso”: conceptualizing coincidence”. *Anuário Antropológico/93*, pp. 155-173.
- _____. 1998. *Tricks of the trade: how to think about your research while you're doing it*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BERTONE, L. F. 1987. “O Estado e a urbanização do Distrito Federal”. In PAVIANI, A. (org.) *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CODEPLAN. pp. 51-71.
- BEZERRA, M. O. 1999. *Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BLOCH, M. 1993. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BORGES, A. M. 1999. *A cada passo: um estudo de redes e faccionalismo político num reassentamento de atingidos por barragem*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/UFRGS.
- _____. 2000. “Os signos de uma invasão: espaço e política no Distrito Federal”. In PEIRANO, M. (org. e intro.). *Análise de Rituais. Série Antropologia 283*. Brasília: Universidade de Brasília. pp. 11-26.
- _____. 2001. “Cadê o asfalto? Atos de governo e crônica política”. *Revista Campos*, n. 2, Curitiba, pp. 85-99.
- _____. 2002. “Tanto azul, quanto vermelho: os sentidos e apropriações de um evento político no Distrito Federal”. In HEREDIA, B. et al. (orgs.), *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. pp. 217-241.
- BOURDIEU, P. 1976. “Un jeu chinois. Notes pour une critique sociale du jugement”. *Actes de la Recherche en Science Sociales*, v. 10, pp. 91-101.
- _____. 1995. “A retórica da cientificidade: contribuição para uma análise do efeito Montesquieu”. In *A economia das trocas simbólicas: o que falar, o que dizer*. São Paulo: Edusp. pp. 177-185.
- _____. (coord.). 1997. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- _____. e SAYAD, A. 1996. *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- BRENT, J. 1998. *Charles Sanders Peirce: a life*. Bloomington: Indiana University Press.
- CAILLOIS, R. 1988. *O homem e o sagrado*. Lisboa: Edições 70.
- CÂNDIDO, A. 1998. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades.

- CARDOSO de OLIVEIRA, L. R. 2002. *Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- CARNEIRO, E. 1974. *Folguedos tradicionais*. Rio de Janeiro: Conquista.
- CAVALCANTI, L. A. P. e GUIMARAENS, D. 1984. *Morar: a casa brasileira*. Rio de Janeiro: Avenir Editora.
- CHAMPAGNE, P. 1996. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes.
- CHAVES, C. de A. 2000. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- CORADINI, O. 2001. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- CRAPANZANO, V. 1985. *Tuhami: portrait of a moroccan*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. 2000. *Serving the Word: literalism in America from the pulpit to the bench*. New York: The New Press.
- D'ALMEIDA, V. 1980. *História de Brasília*. Brasília: Thesaurus.
- DAMATTA, R. 1991. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- DANIEL, E. V. 1996. *Charred lullabies: chapters in an anthropography of violence*. Princeton: Princeton University Press.
- DOUGLAS, M. 1972. “Pollution”. In LESSA, W. e VOGT, E. (orgs.), *Reader in comparative religion*. New York: Harper & Row. pp. 196-205.
- DUNEIER, M. 1999. *Sidewalk*. New York: Farrar, Strauss & Giroux.
- _____. 2002. “What kind of combat sport is sociology?”. *American Journal of Sociology*, v. 107, n. 6, pp. 1551-1576.
- DURKHEIM, E. s/d. *Sociologia, pragmatismo e filosofia*. Porto: Rés.
- _____. 1987. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Nacional.
- _____. 1989. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Paulinas.
- ELIAS, N. 1989. *O processo civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- _____. 1995. *Mi trayectoria intelectual*. Barcelona: Ediciones La Península.
- _____. 1997. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus no século XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. 1998. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- _____. 1999. "O sociólogo como destruidor de mitos". In *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70. pp. 53-76.
- _____. e SCOTSON, J. L. 2000. *Estabelecidos e outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ENGELS, F. 1971 [1887]. *A questão do alojamento*. Porto: Poveira.
- EPSTEIN, D. G. 1973. *Brasília plan and reality: a study of planned and spontaneous urban development*. Berkeley: University of California Press.
- FARIA, L. de C. 1999. "Localismo, municipalismo e práticas políticas". *Cadernos do NUAP 4 – do local ao internacional: práticas políticas, relações pessoais, facções*. Rio de Janeiro: NAU. pp. 7-16.
- FARRET, R. 1983. *Theories of urban form and land use*. Berkeley: IURD/University of California.
- FONSECA, C. 1987. "Aliados e rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, pp. 88-104.
- _____. 1995. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez.
- FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. (orgs.). 1981. *Sistemas políticos africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FRANCO, M. S. de C. 1983. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós.
- FREYRE, G. 1979. *Oh de casa! Em torno da casa brasileira e sua projeção sobre um tipo nacional de homem*. Rio de Janeiro: Artenova.
- _____. 1990 [1936]. *Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Record.
- GELLNER, E. et al. 1986. *Patronos y clientes*. Madrid: Jucar.
- GOFFMAN, E. 1996. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GONÇALVES, M. da C. V. 1998. *Favelas teimosas: lutas por moradia*. Brasília: Thesaurus.
- GOUVÊA, L. A. de C. 1995. *Brasília: a capital da segregação e do controle social, uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. São Paulo: Annablume.
- _____. 1999. "Uma política habitacional de interesse social para o Distrito Federal". In PAVIANI, A. (org.), *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 253-270.
- HACKING, I. 1999. *The taming of chance*. Cambridge: Cambridge University Press.

- HEREDIA, B. 1979. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HERTZ, R. 1980. "A proeminência da mão direita". *Religião e Sociedade*, n. 6, pp. 99-128.
- HERZFELD, M. 1997. *Cultural intimacy: social poetics in the Nation-State*. New York: Routledge.
- _____. 2002. "The social life of reality. A review article". *Comparative Studies in Society and History*, v. 44, n. 1, pp. 186-195.
- HEUZÉ, C. 1986. "Émergence d'une capitale, Brasília". *Cahiers des Sciences Humaines*, v. 22, n. 3-4, pp. 429-442.
- HOBBSAWM, E. J. 1974. "Peasant land occupations". *Past and Present*, n. 62, pp. 120-152.
- HOLSTON, J. 1993. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- JAKOBSON, R. s/d. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix.
- _____. 1963. *Essais de linguistique générale*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- JOFFILY, G. I. 1977. *Brasília e sua ideologia*. Brasília: Thesaurus.
- KETNER, K. L. 1998. *His glassy essence: an autobiography of Charles Sanders Peirce*. Nashville: Vanderbilt University Press.
- KUBITSCHKE, J. 1975. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores.
- KUPER, A. 1988. *The invention of primitive society: transformations of an illusion*. New York: Routledge.
- KUSCHNIR, K. 1998. *Política e sociabilidade: um estudo de antropologia social*. Tese de Doutorado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- LANNA, M. P. D. 1995. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp.
- LARAIA, R. de B. 1996. "Candangos e pioneiros". *Série Antropologia 203*. Brasília: Universidade de Brasília.
- LEACH, E. 1961. *Pul Eliya a village in Ceylon: a study of land tenure and kinship*. London: Cambridge University Press.
- _____. 1974. "Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo". In *Repensando a antropologia*. São Paulo: Editora Perspectiva. pp. 191-209.
- _____. 1992. *Cultura e comunicação*. Lisboa: Edições 70.
- _____. 1996. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp.

- LEAL, V. N. 1997. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LEEDS, A. e LEEDS, E. 1978. *Sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- LENOIR, R. 1998. “Objeto sociológico e problema social”. In MERLLIÉ, D. *et al.*, *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes. pp. 59-106.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1975. “Análise estrutural em lingüística e em antropologia”. In *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. pp. 45-70.
- MACHADO, L. Z. e MAGALHÃES, M. T. B. de. 1998. “Violência conjugal: os espelhos e as marcas”. *Série Antropologia* 240. Brasília: Universidade de Brasília.
- MAGALHÃES, N. 1998. *O povo sabe votar*. Petrópolis: Vozes.
- MAGALHÃES, T. Q. 1985. *Brasília: mitos e vivência – análise do discurso brasiliense*. Dissertação de Mestrado, DAN/UnB.
- MALAGUTTI, C. J. 1999. “Loteamentos clandestinos no Distrito Federal: caminhos alternativos para a sua aceitação”. In PAVIANI, A. (org.), *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 55-84.
- MALINOWSKI, B. 1935. *Coral gardens and their magic: a study of the methods of tilling the soil and of agricultural rites in the Trobriand Islands* (volumes 1 e 2). London: George Allen and Unwin.
- _____. 1974. *Les jardins de corail*. Paris: François Maspero.
- _____. 1984. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural.
- MARQUES, A. C. 2002. *Intrigas e questões*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MARX, K. 1978. “Introdução à crítica da economia política”. In GIANNOTTI, J. (org.), *MARX*, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural. pp. 101-139.
- _____. 1986. *El capital*. México: Fondo de Cultura Económica.
- MAUSS, M. 1974. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp.
- _____. 1979. “A expressão obrigatória dos sentimentos”. In CARDOSO de OLIVEIRA, R. (org.), *MAUSS*, Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática. pp. 147-153.
- _____. 1985. *Œuvres – Tome III*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- MIRANDA, A. 1985. *Brasília: capital da utopia (visão e revisão)*. Brasília: Thesaurus.

- NEVES, D. P. 1999. *A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção*. Niterói: Intertexto.
- NEWMAN, K. 1999. *No shame in my game: the working poor in the inner city*. New York: Russel Sage Foundation and Knopf.
- _____. 2002. “No shame: the view from the left bank”. *American Journal of Sociology*, v. 107, n. 6, pp. 1577-1599.
- NICOLAU, J. M. (org.). 1998. *Dados eleitorais do Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM/Revan.
- NOUVEL, P. 2001. *A arte de amar a ciência: psicologia do espírito científico*. São Leopoldo: Editora da Unisinos.
- NUAP. 1998. *Uma antropologia da política: rituais, representação e violência*. Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: NAU.
- NUNES, B. F. (org.). 1997. *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 5.
- OLIVEIRA, M. L. P. 1987. “Contradições e conflitos no espaço”. In PAVIANI, A. (org.), *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CODEPLAN. pp. 125-144.
- PALMEIRA, M. s/d. *Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional*. Manuscrito.
- _____. 1996. “Política, facções e voto”. In PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (orgs.), *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa. pp. 41-56.
- _____. 1997. “Política ambígua”. In BIRMAN, P. *et al.* (orgs.), *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj. pp. 159-184.
- _____. 2002. “Política e tempo: nota exploratória”. In PEIRANO, M. (org.), *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. pp.171-177.
- _____. e HEREDIA, B. 1995. “Os comícios e a política de facções”. *Anuário Antropológico/94*, pp. 31-94.
- PARKER, K. 1998. *The continuity of Peirce's thought*. Nashville: Vanderbilt University Press.
- PAVIANI, A. (org.). 1985. *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto.
- _____. (org.). 1987. *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CODEPLAN.
- _____. 1989. *Brasília a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- _____. (org.). 1991. *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- _____. (org.). 1996. *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- _____. (org.). 1999. *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- PEIRANO, M. 1986. “Sem lenço, sem documento”. *Sociedade e Estado*, v. 1, n.1, pp. 49-63.
- _____. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- _____. 2002a. “*This horrible time of papers: documentos e valores nacionais*”. *Série Antropologia* 312. Brasília: Universidade de Brasília.
- _____. 2002b. “Prefácio”. In PEIRANO, M. (org.), *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- PEIRCE, C. S. 1977. *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- _____. 1992. *The essential Peirce – Volume 1 (1867-1893)* (editado por Nathan Houser e Christian Kloesel). Bloomington: Indiana University Press.
- _____. 1998. *The essential Peirce – Volume 2 (1893-1913)* (editado por “The Peirce Editon Project”). Bloomington: Indiana University Press.
- PIERUCCI, A. F. 1989. “A direita mora no outro lado da cidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, pp. 44-64.
- PILLATI, O. 1976. *Representação urbana: o caso de Brasília*. Dissertação de Mestrado. DAN/UnB.
- PINÇON, M. e PINÇON-CHARLOT, M. 1989. *Dans les beaux quartiers*. Paris: Éditions du Seuil.
- POOVEY, M. 1998. *The history of modern fact: problems of knowledge in the sciences of wealth and society*. Chicago: University of Chicago Press.
- RIBEIRO, G. L. 1980. “*A capital da esperança*” – *Brasília: um estudo sobre a grande obra da construção civil*. Dissertação de Mestrado, DAN/UnB.
- RIDLEY, D. C. 1979. *Uma mão lavando a outra e as duas banhando o rosto: um estudo de parentesco como estratégia da migração*. Dissertação de Mestrado, DAN/UnB.
- SAHLINS, M. 1981. *Historical metaphors and mythical realities*. Ann Arbor: Michigan University Press.
- _____. 1995. *How natives think: about captain Cook, for example*. Chicago: University of Chicago Press.

- SAUNDERS, B. A. C. 1992. *The invention of basic colour terms*. Utrecht: R.U.U – I.S.O.R.
- SAUSSURE, F. 1971. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix.
- SAYAD, A. 1995. *Un Nanterre algérien, terre de bidonvilles*. Paris: Autrement.
- _____. 1998. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.
- SIGAUD, L. 1979. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades.
- SILVA, J. M. 2001. *O espetáculo do boi-bumbá. Folclore, turismo e as múltiplas alteridades em Parintins*. Tese de Doutorado, DAN/UnB.
- SOARES, G. A. D. 2000. “Em busca da racionalidade perdida: alguns determinantes do voto no Distrito Federal”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, pp. 5-23.
- SPRANDEL, M. 2001. *A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil*. Tese de Doutorado, DAN/UnB.
- TAMBIAH, S. J. 1985. *Culture, thought, and social action: an anthropological perspective*. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. 1996. *Leveling crowds: ethnonationalist conflicts and collective violence in South Asia*. Berkeley: University of California Press.
- TEIXEIRA, C. C. 1999. *A honra da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- _____. 2002. “Retórica de queixas e acusações na derrota eleitoral: o caso Cristovam Buarque no Distrito Federal”. In HEREDIA, B. et al (orgs.), *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. pp. 39-61.
- TEIXEIRA, H. A. 1982. *Brasília: o outro lado da utopia (1956-1960)*. Dissertação de Mestrado, Depto de Geografia e História/UnB.
- TROTSKY, L. 1923. Les questions du mode de vie. Manuscrito.
- VALLADARES, L. 1981. “Relatório Ceilândia”. In VALLADARES, L. et al. *Experiências comunitárias em assentamentos de baixa renda*. Rio de Janeiro: BNH/IUPERJ.
- VAN KRIEKEN, R. 1997. *Norbert Elias*. London: Routledge.
- VELHO, G. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In VELHO, G. (org.), *O desafio da cidade*. Rio de Janeiro: Campus. pp. 13-21.
- WACQUANT, L. 2001. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan.
- _____. 2002. “Scrutinizing the street: poverty, morality and de pitfalls of urban ethnography”. *American Journal of Sociology*, v. 107, n. 6, pp. 1468-1532.

- WEBER, M. s/d. *Fundamentos da sociologia*. Lisboa: Rés.
- _____. 1993. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.
- WHYTE, W. F. 1993. *Street corner society: the social structure of an Italian slum*. Chicago: The University of Chicago Press.
- WIRTH, L. 1998. *The ghetto*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- ZATZ, I. G. 1986. *Catireiros e candangos: a construção da identidade no encontro do passado e do presente em Planaltina-DF*. Dissertação de Mestrado, DAN/UnB.
- ZIEBURA, G. 1992. Não iremos mais à floresta. In CZECHOWSKY, N. (org.), *A honra: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM. pp. 63-70.
- ZILLY, B. 1999. “Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha”. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, v. 12, pp. 5-45.

Periódicos consultados (versões impressas e on-line):

Correio Braziliense

Jornal Recanto

Jornal Comunidade

Jornal de Brasília

Revista *Isto É*

Folha de S. Paulo

Outros materiais consultados:

EIA/RIMA. s/d.

“O chiclete e a rosa”. Curta-metragem (documentário 35 mm, 14’). Dirigido por Dácia Ibiapina. Brasília: 2002.